

**UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO**

Fernanda Roberta Cavalcanti de Vasconcelos

***“PAPAI FOI PRA ROÇA, MAMÃE FOI TRABALHAR”:*
O PRINCÍPIO DA CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA COMO
FATOR DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Dissertação submetida ao Programa de
Pós-Graduação em Direito da
Universidade Federal de Santa
Catarina para a obtenção do Grau de
Mestre em Direito.

Orientadora: Prof.^a Dr.^a Josiane
Rose Petry Veronese

Florianópolis
2011

Fernanda Roberta Cavalcanti de Vasconcelos

**“PAPAI FOI PRA ROÇA, MAMÃE FOI TRABALHAR”:
O PRINCÍPIO DA CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA COMO
FATOR DE PROTEÇÃO DOS DIREITOS DA CRIANÇA E DO
ADOLESCENTE**

Esta Dissertação de Mestrado foi julgada adequada para obtenção do Título de “Mestre em Direito” e aprovada em sua forma final pelo Programa de Pós-Graduação em Direito da Universidade Federal de Santa Catarina, na área de concentração Direito, Estado e Sociedade.

Florianópolis, 05 de dezembro de 2011.

Prof. Dr. Luiz Otávio Pimentel
Coordenador do Curso

Banca Examinadora:

Prof.^a Dr.^a Olga Maria Boschi Aguiar de Oliveira
Presidente - UFSC

Prof.^a Dr.^a Heloisa Maria José de Oliveira
Complexo de Ensino Superior de Santa Catarina - CESUSC

Prof.^a Dr.^a Vanessa Silva Cardoso
Faculdade Decisão

Prof. Dr. Paulo Roney de Ávila Fagundes
Suplente - UFSC

Dedico este trabalho ao
grande amor da minha vida,
Adailton.

AGRADECIMENTOS

Ao SENHOR, pelo seu grande Amor, pela sua Graça e Misericórdia para comigo.

Aos meus pais, Antonio e Kattia, e ao meu irmão, Vinícius, pelo amor incondicional.

Ao mais novo membro da família, Nino, como também a Jeff (*in memorian*).

Ao meu namorado, Adailton, pelo seu grande amor dedicado a mim a cada dia, como também a todos os meus projetos.

À minha amiga, Viviane, que se tornou minha irmã e faz parte da minha família.

À minha amiga Mileine, que mesmo longe, está sempre presente no meu coração.

Aos queridos irmãos, Osmar, Sueli, Felipe e Guilherme pela amizade, carinho e pelas conversas.

Ao Dr. Marcos Zalesk, Dr^a Sônia e Dr^a Marta Damásio pelos cuidados a mim dispensados.

À minha orientadora, Prof^a Josiane Veronese, pela compreensão, apoio e confiança em mim depositada.

Aos Professores Maria Aparecida Crepaldi, Carmem Moré e Mauro Vieira, do Programa de Pós-Graduação em Psicologia da UFSC, pelos ensinamentos ministrados na disciplina de Psicologia do Desenvolvimento da criança e da família.

À UFSC, pela oportunidade de cursar o Mestrado em Direito e de desenvolver a pesquisa que ora apresento. Ao Programa de Pós-Graduação em Direito, aos professores e funcionários.

Se o SENHOR não construir a casa, os pedreiros trabalham em vão. Se o SENHOR não proteger a cidade, o trabalho dos guardas é completamente inútil. É uma grande tolice trabalhar de sol a sol, acordar de madrugada e dormir a altas horas da noite, comer o pão amassado com o suor do rosto, pois Deus quer que aqueles que o amam tenham um bom descanso.

Os filhos são um presente do SENHOR; uma grande recompensa dada por ELE. Os filhos que o homem tem na mocidade são como flechas de um soldado valente, afiadas e prontas para a defesa. Feliz o homem que tem muitos filhos- uma caixa cheia de flechas. Ele terá ajuda quando tiver algum problema com seus inimigos e precisar ir ao tribunal.

Salmos 127

RESUMO

O mundo do trabalho precarizado e flexibilizado repercute sobre a saúde e o caráter do trabalhador e incide no contexto familiar, ecoando negativamente na efetivação dos direitos da criança e do adolescente. Diante disso, esta pesquisa propõe a expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho, dentro de um enfoque baseado na concepção do princípio da conciliação trabalho-família. Em um primeiro momento, apresentou-se a Doutrina da Proteção Integral e a necessidade de sua expansão. Ainda se estudou, sob a perspectiva do Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano de Urie Bronfenbrenner, a família e o desenvolvimento infantil. Em um segundo momento, analisaram-se as relações de trabalho hodiernas, o processo de precarização e flexibilização do labor e seus impactos sobre a saúde e o caráter do trabalhador. Posteriormente, em um terceiro momento, verificaram-se as repercussões do mundo do trabalho dos pais sobre o desenvolvimento infantil, levando-se em consideração o impacto sobre os fatores materiais e imateriais da família que interferem sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente. Por fim, no último momento, fez-se a proposta da expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral de forma transversal no Direito do Trabalho, dentro de um enfoque principiológico baseado na concepção do princípio conciliação trabalho-família. Nesse âmbito, fez-se o cotejo das medidas conciliação trabalho-família existentes no Brasil e em Portugal, destacando-se o mister da implantação de tais medidas sob o viés do melhor interesse da criança, abandonando-se a concepção adultocêntrica a fim de proteger os fatores materiais e imateriais indispensáveis ao desenvolvimento infantil, os quais tem sido, nos tempos coevos, impactados pelo processo de precarização/flexibilização das relações de trabalho que repercute no ambiente laboral dos pais.

Palavras-chave: Doutrina da Proteção Integral. Direito do Trabalho. Relações de trabalho. Família. Criança e adolescente. Conciliação trabalho-família.

ABSTRACT

The world of labor that is precarious and flexible impacts the worker's health and character and impacts the family context. It has negative repercussions to the efetivation of children's rights. In face of that this research proposes the expansion of aplication of the Doctrine of Integral Protection in the Work's Law inside the conception of the principle of work-family conciliation. At first, was presented the Doctrine of Integral Protection and the need for its expansion. Still, family and child desenvolvimento had been studied from the perspective of the Bronfenbrenner's Bioecological Model of human development. In a second step, was analyzed the relationships of today's world of work, the process of precariousness and flexibility of labor and its impacts on health and character of the worker. Later, in a third time, was studied the repercussions of the parent's workplace in child development, taking into account the impact on tangible and intangible factors of family that affect the development of children and adolescents. Finally, at the last moment, was presented the proposal of expanding the application of the Doctrine of Integral Protection transversely in Labour Law, in a principled approach based on the design principle of work-family conciliation. In this context, had been maden the comparison of work-family conciliation measures in Brazil and in Portugal, especially the craft of implementing such measures under the bias of the child's best interest, abandoning the adult-design in order to protect tangible and intangible factors essential for child development, which has been, actually, impacted by the process of precariousness / flexibility of labor relations that resonates in the work environment of the parents.

Keywords: Doctrine of Integral Protection. Labor Law. Labor relations. Family. Children and adolescents. Work-family conciliation.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Trajetória da interferência nos <i>holons</i> extrafamiliares, familiares e individuais.....	57
Figura 2 - Topologia dos sistemas.....	60
Figura 3 - Distribuição percentual dos arranjos familiares com parentesco, segundo o tipo- 1999/2009.....	81
Figura 4 - Percentual de pessoas de 16 anos ou mais ocupadas em trabalho formal e informal por sexo. 1999/2009.....	83
Figura 5 - O modelo PPCT.....	93
Figura 6 - Curva do estresse.....	128
Figura 7 - Modelo PPCT contextualizado.....	142
Figura 8 - Trajetória de interferência entre <i>holon</i> individual, familiar, extrafamiliar contextualizada.....	143

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - Crescimento (%) dos domicílios particulares segundo o tipo de arranjo interno, família e não- família, 1970- 1989.....	79
Tabela 2 - Proporção de família com chefes mulheres.....	80
Tabela 3 - Medidas de conciliação trabalho-família.....	210
Tabela 4 - Medidas de conciliação trabalho-família: licenças.....	216
Tabela 5 - Medida de conciliação trabalho-família: estabilidade no emprego.....	219
Tabela 6 - Medidas de conciliação trabalho-família: serviços públicos e privados.....	220
Tabela 7 - Medidas de conciliação trabalho-família: adequação do tempo e das condições de trabalho.....	222
Tabela 8 - Medidas de conciliação trabalho-família: valores de conciliação trabalho-família.....	228

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	23
1 O CONTEXTO FAMILIAR COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVAÇÃO DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: UMA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL	27
1.1 DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: UM PARADIGMA EM EXPANSÃO	27
1.1.1 A Doutrina do Direito do Menor.....	27
1.1.2 A Doutrina da Situação Irregular.....	33
1.1.3 A Doutrina da Proteção Integral	37
1.2 FAMÍLIA: O CONTEXTO DAS RELAÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA PERSPECTIVA FAMILIAR-SISTÊMICA DE MINUCHIN E FISHMAN E DO MODELO BIOECOLÓGICO DE BRONFENBRENNER	51
1.2.1 A família e seus subsistemas na perspectiva familiar-sistêmica de Minuchin e Fishman.....	52
1.2.2 A família como contexto do desenvolvimento humano a partir do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner.....	57
1.3 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CONTEXTO FAMILIAR: O MODELO PPCT DE UIRE BRONFENBRENNER	62
1.3.1 Processo Proximal	63
1.3.2 Pessoa	76
1.3.3 Contexto	77
1.3.4 Tempo.....	85
1.3.4.1 A Modernidade Líquida	86
2 MUNDO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: O IMPACTO DAS RELAÇÕES DE LABOR SOBRE A SAÚDE E O CARÁTER DO TRABALHADOR	95
2.1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO LABOR	95
2.1.1 As formas de organização do trabalho: o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo.....	96
2.1.2 O processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho.....	108
2.2 O IMPACTO DO MUNDO DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE E O CARÁTER DO TRABALHADOR	117

2.2.1 O estresse ocupacional.....	126
2.2.1.1 Fatores psicossociais do estresse	130
2.2.2 Os riscos ocupacionais e o impacto sobre a saúde física e mental do obreiro.....	133
2.2.3 O impacto das relações de trabalho sobre o caráter do trabalhador.....	137

3 MUNDO DO TRABALHO E CONTEXTO FAMILIAR: AS REPERCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

.....	143
3.1 IMPACTOS NOS FATORES MATERIAIS DA FAMÍLIA QUE ATINGEM A CRIANÇA	148
3.1.1 Direito à alimentação, à saúde e à vida	151
3.1.2 Direito ao não- trabalho, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer	154
3.1.3 Direito à convivência familiar e comunitária, à liberdade, ao respeito e à dignidade	157
3.2 IMPACTOS NOS FATORES IMATERIAIS DA FAMÍLIA QUE ATINGEM A CRIANÇA	161
3.2.1 Tempo.....	164
3.2.2 Condições psicológico-emocionais	169
3.2.3 Valores	175
3.2.4 Estabilidade do ambiente familiar.....	178

4 TRABALHO E FAMÍLIA: ELEMENTOS PARA EXPANSÃO DA APLICAÇÃO DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

.....	187
4.1 A EFETIVAÇÃO TRANSVERSAL DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO DIREITO DO TRABALHO: UM ENFOQUE PRINCIPIOLÓGICO	187
4.1.1 Categorias principiológicas do Direito do Trabalho.....	192
4.1.2 A conciliação trabalho-família na esfera internacional.....	195
4.1.3 A emergência do princípio conciliação trabalho-família no Direito do Trabalho	203
4.1.3.1 O melhor interesse da criança.....	206
4.1.3.2 A não-discriminação e a igualdade parental.....	207
4.1.3.3 A solidariedade intergeracional	210
4.2 FATORES DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM ESTUDO COMPARADO DAS MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA ENTRE BRASIL E PORTUGAL	211

4.2.1 Licenças	219
4.2.2 Estabilidade no emprego (proteção contra demissão).....	222
4.2.3 Serviços públicos e privados	223
4.2.4 Adequação do tempo e das condições de trabalho.....	225
4.2.5 Valores de conciliação trabalho-família	230
 CONCLUSÃO.....	 237
 REFERÊNCIAS	 241

INTRODUÇÃO

Diante da complexidade dos fenômenos que envolvem a proteção da criança e do adolescente, necessário se faz combater a concepção adultocêntrica de enxergar o mundo e regular juridicamente as relações que interferem direta ou indiretamente sobre a vida da população infanto-adolescente. Esse é o compromisso ético-político desta pesquisa.

Para tanto, o olhar de análise dos fenômenos e regulações jurídicas deve estar direcionado sobre a criança e sobre o adolescente na intenção de garantir o seu melhor interesse e a sua proteção integral. A vulnerabilidade da condição das crianças e dos adolescentes frente ao mundo adulto exige, no caso específico do meio acadêmico, o desenvolvimento de pesquisas que atuem ativamente na compreensão das mazelas que atingem essa população.

Este trabalho encaminha-se justamente a esse propósito de acordo com o compromisso ora assumido, considerando o trajeto acadêmico da autora que se iniciou nos bancos da disciplina de Direito da Criança e do Adolescente ministrada pela Professora que ora orienta esta pesquisa. Desde então, a questão do contexto familiar e o exercício das funções parentais sempre se destacaram como interesse haja vista sua importância para o desenvolvimento infantil. Em trabalho de conclusão de curso, feito anteriormente pela autora, analisou-se o direito ao exercício da paternidade na seara laboral perante os direitos da criança, tendo em vista o silêncio na ordem trabalhista interna e o descaso para com o papel do pai no desenvolvimento infantil.

Em princípio, uma melhor abordagem deste tema em específico teria sido a temática desta dissertação. Contudo, com o aprofundar dos estudos, a partir da teoria de base sistêmica, em especial do Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner, alterou-se o enfoque, uma vez que se percebeu que a temática da proteção da criança em face aos impactos das relações de trabalho dos pais era muito mais complexa do que se poderia imaginar, inclusive levando-se em consideração a amplitude possível de atuação da Doutrina da Proteção Integral.

Destarte, a problemática deste trabalho foi assim proposta: Diante da precarização do mundo do trabalho que atinge a saúde e o caráter do trabalhador, perpassando o contexto familiar e as suas relações, ecoando seus efeitos deletérios sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente; de que forma a Doutrina da Proteção Integral pode atuar no sentido de proteger a criança e o adolescente desses impactos,

garantindo o seu desenvolvimento saudável e a efetivação de seus direitos?

Para responder a essas perguntas, utilizou-se como base a Doutrina da Proteção Integral, marco teórico indispensável à proposta, juntamente com o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano (Modelo PPCT) de Uíre Bronfenbrenner, além da teoria familiar-sistêmica de Minuchin e Fishman. Não se olvide, no entanto, de se fazer menção às obras de Zygmunt Bauman e Ricardo Antunes. O método de abordagem utilizado foi o dedutivo, partindo-se, inicialmente, da abordagem das teorias de base para compreender a realidade dos problemas elencados na pesquisa. O método de procedimento foi o monográfico e a técnica de pesquisa empregada foi a pesquisa bibliográfica.

Como hipótese ou resposta provisória, entendeu-se que as relações e as condições de trabalho no contexto atual de precarização/flexibilização, dentro do regime de acumulação flexível vinculado à pós-modernidade, impactam, de forma deletéria, a saúde (física, mental e emocional) e o caráter do trabalhador. Esses impactos perpassam o contexto familiar quando atingem os fatores materiais e imateriais vinculados ao desenvolvimento infantil e à garantia dos direitos da criança e do adolescente. Em sendo assim, a Doutrina da Proteção Integral necessitaria, a fim de fazer um movimento de represa e proteger a criança e o adolescente contra as implicações do mundo do trabalho dos pais sobre a criança, expandir o seu campo de aplicação para o Direito do Trabalho a partir de um enfoque principiológico e de medidas de conciliação trabalho-família, tendo como pressuposto o melhor interesse da criança.

A discussão dessa problemática se apresenta atual e imprescindível à compreensão do alcance dos impactos do mundo do trabalho precarizado, no contexto hodierno capitalista de superexploração do trabalhador, tendo como consequência não apenas as repercussões sobre os adultos, mas principalmente sobre as crianças e os adolescentes.

Logo, esse tema possui relevância teórica e prática, tanto no âmbito da sociedade e do Estado, quanto no âmbito da Universidade, diante da contribuição que pode ser ofertada no estudo e na aplicação do Direito da Criança e do Adolescente em consonância com o Direito do Trabalho. Em verdade, o assunto aqui pesquisado pela autora é ainda tratado de forma muito incipiente no Brasil. As poucas notícias e debates sobre tema têm como marco as iniciativas da OIT no Brasil. Especificamente sobre a temática proposta nesta pesquisa, no viés do

melhor interesse da criança, por meio da expansão da aplicabilidade da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho, não há referências de pesquisas existentes na Literatura. Assim, pela complexidade da dimensão do campo de pesquisa e a escassez de trabalhos sobre o assunto, a proposta aqui delineada pode contribuir para o desenvolvimento de novas pesquisas uma vez que o tema abordado não é exaustivo.

Outrossim, oportuno salientar o caráter interdisciplinar da pesquisa realizada, a qual se sustentou sobre os conhecimentos da Psicologia do Desenvolvimento, da Sociologia do Trabalho, da Medicina do Trabalho, da Psicologia do Trabalho, do Direito da Criança e do Adolescente, do Direito do Trabalho, do Direito Internacional, áreas do saber valorosas às descobertas realizadas nesta dissertação, sem as quais não seriam possíveis as considerações aqui realizadas.

O objetivo principal desta pesquisa foi, então, verificar de que sorte a Doutrina da Proteção Integral pode atuar no sentido de proteger a criança e o adolescente em seus direitos diante das repercussões das condições do ambiente laboral dos pais que perpassam a família, oriundas do mundo do trabalho precarizado/flexibilizado.

Assim, a partir do objetivo proposto, no Capítulo 1, analisa-se, dentro da concepção da expansão da Doutrina da Proteção Integral, a família como contexto do desenvolvimento humano tendo como base a teoria sistêmica de Minuchin e Fishman e o Modelo Bioecológico do Desenvolvimento Humano de Urie Bronfenbrenner. Em seguida o desenvolvimento infantil é estudado no contexto da entidade familiar, também sob o viés do Modelo PPCT de Bronfenbrenner.

No Capítulo 2, apresenta-se a precarização/flexibilização do mundo do trabalho hodierno que, em face da nova forma de organização do trabalho atual, o Toyotismo, gera impactos sobre a saúde (física, mental e emocional) e o caráter do trabalhador. O objetivo é demonstrar as consequências do ambiente laboral sobre a saúde e o caráter dos pais trabalhadores no contexto de superexploração do trabalho.

A partir da análise desses impactos nos trabalhadores, é possível verificar no Capítulo 3, a existência de repercussões do mundo do trabalho dos pais no contexto familiar. Desse modo, o objetivo aqui é demonstrar os impactos do mundo do trabalho sobre os fatores materiais e imateriais da família que atingem a criança no seu desenvolvimento e em seus direitos e garantias fundamentais.

Por último, no Capítulo 4, é apresentada a proposta de expansão do campo de atuação da Doutrina da Proteção Integral para efetivar a proteção jurídica da criança e do adolescente contra os impactos do

mundo laboral dos pais. Desse modo, apresentam-se elementos para expansão da aplicação desta Doutrina no Direito do Trabalho por meio da emergência do princípio conciliação trabalho-família bem como de medidas de conciliação entre vida familiar e laboral a partir do cotejo entre as medidas existentes no Brasil e em Portugal, tendo como eixo transversal o melhor interesse da criança.

1 O CONTEXTO FAMILIAR COMO PRESSUPOSTO DE EFETIVAÇÃO DA DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: UMA ABORDAGEM BIOECOLÓGICA PARA O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

1.1 DOCTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL: UM PARADIGMA EM EXPANSÃO

Do estudo que se pretende realizar, necessário se faz, inicialmente, a exposição do alicerce paradigmático a delimitar a visão que se comunga sobre o contexto hodierno teórico-prático que envolve a temática.

A Doutrina da Proteção Integral compreende, hoje, o marco fértil na órbita do Direito da Criança que reflete o ideário em que se aposta mais esperançosamente sob a perspectiva de efetivação e alargamento dos direitos pertinentes à infância e à adolescência.

Até a chegada e o acolhimento desse novo paradigma no seio pátrio, percorreu-se uma árdua e longa trajetória de lutas e rompimentos à materialização do que se aprecia na conjuntura jurídica vigente. E essa, no percurso brasileiro, deu-se pela superação de duas doutrinas antecedentes: a Doutrina da Situação Irregular e a Doutrina do Direito do Menor.

1.1.1 A Doutrina do Direito do Menor

Ainda que não de forma protetiva ou exaustiva, foi o “Codigo Criminal do Imperio do Brazil”, de 16 de dezembro de 1830, a primeira legislação que versou sobre a atuação do Estado na questão da infância e da adolescência tupiniquins. Inaugurou-se, portanto, por meio desse documento imperial, a denominada Doutrina do Direito do Menor.

Uma intervenção estritamente penalista voltada à repressão de condutas criminosas da sociedade da época, a delinquência infanto-juvenil, foi a tônica exclusiva dessa Doutrina. O critério determinante da atuação intervencionista estatal penal era demarcado a partir da idade do autor da conduta sob a égide da denominada Teoria do Discernimento. Dessa forma, a imputabilidade definia-se por meio da capacidade que a criança ou adolescente possuíam em discernir o ato praticado como elemento típico de delito.

Instituiu, destarte, o Código do Império, a idade de responsabilização penal aos catorze anos; sendo que, de igual forma imputáveis seriam os menores dessa idade que agiram com

discernimento. Aplicada era a pena por magistrado conforme seu próprio juízo de censura, cabível atenuante por idade menor de vinte e um anos ou pena por cumplicidade entre catorze e dezessete anos. A execução realizava-se em Casa de Correção por tempo máximo em que completaria dezessete anos o agente da conduta criminosa.¹

Com a Proclamação do Regime Republicano, em 1889, o quadro sócio-econômico se avolumava no contexto do fim do sistema escravista, da urbanização/industrialização da grande cidade, o que provocou uma explosão demográfica incabível dentro do universo social. Logo, grassava a criminalidade em virtude da deteriorização das condições de vida das famílias, e as crianças e os adolescentes foram forçadamente levados ao abandono e à delinquência. Nessa conjuntura, então, foi elaborado o “Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil” por meio do Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890.

Como se já poderia antever, diante do cenário de difícil controle social, houve na legislação republicana penal a repetência de um sistema penal punitivo, repressivo e não-protetivo na atuação interventiva do Estado na questão afeta à criança e ao adolescente. Determinada foi, a inimputabilidade penal antes dos nove anos de idade, preservando-se, ainda, a Teoria do Discernimento para os menores de catorze anos e maiores de nove anos. Nas mesmas medidas imperiais naquilo pertinente à atenuante de menoridade e relativo à cumplicidade era atribuída a pena, sendo que executada em estabelecimentos disciplinares industriais até completarem os autores de conduta criminosa o máximo os dezessete anos, idade equânime à legislação antecedente.²

Nas primeiras décadas do apreciado regime republicano, refere Santos³:

A criminalidade infantil estava quase sempre condicionada ao que se convencionou chamar crime de “vadiagem”, previsto nos artigos 399⁴ e

¹ BRASIL. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Codigo Criminal do Império do Brazil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 12 abr. 2010.

² BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Codigo Penal dos Estados Unidos do Brazil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 19 ago. 2010.

³ SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no Início do Século. In: PRIORE, Mary Del (Org.). **História das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999, p. 221-222.

⁴ “Dos Vadios e Capoeiras - Art. 399. Deixar de exercitar profissão, officio, ou qualquer mister em que ganhe a vida, não possuindo meios de subsistencia e domicilio certo em que habite;

400 do Código Penal. As ruas da cidade, repletas de trabalhadores rejeitados pelo mercado formal de mão-de-obra e ocupados com atividades informais, era palco de inúmeras prisões motivadas pelo simples fato de as “vítimas” não conseguirem comprovar, perante a autoridade policial, sua ocupação. Boa parte dessas prisões arbitrárias tinham como alvo menores, que perambulando pelas ruas, eram sistematicamente capturados pela polícia.

Sendo assim, no cenário urbano-industrial cada vez mais insalubre e precário, com alto índice de criminalidade, a criança e o adolescente passaram a ser vistos como uma ameaça à sociedade, um perigo e malogro social, o que lhes rendeu por parte do Estado uma intervenção direta, específica e eficaz. A “salvação da criança” era a sustentação ideológica do trato intervencionista do Estado sobre os infantes baseado na assistência e na repressão.

Não se valeria, entretanto, tal trato estatal a todas as crianças e adolescentes de forma universal, mas tão-só e unicamente à infância pobre e desvalida, porquanto não se adequava aos ideais de trabalho, moral, ordem e progresso inatos à primeira fase da República. Por isso, a infância, na lição de Rizzini⁵, fragmentou-se em dois lados, de um a criança: “[...] sob os cuidados da família, para a qual estava reservada a cidadania; e do outro, o **menor**, mantido sob a tutela vigilante do Estado, objeto de leis, medidas filantrópicas educativas/repressivas[...].”

Importa destacar que foi pelo Decreto Federal nº 16.273, de 20 de dezembro de 1923 que se implantou o primeiro Tribunal de Menores, na cidade do Rio de Janeiro, cujo modelo inspirou-se no pioneiro mundial, o do estado de Illinois, nos Estados Unidos da América, criado em 1899.

Com o fito de atender fielmente à ideologia de tutelarização do Estado sobre os “menores”, portanto, adotou o Brasil a herança norte-americana já disseminada no mundo. E, como alude Machado⁶, essa

prover a subsistência por meio de ocupação proibida por lei, ou manifestamente ofensiva da moral e dos bons costumes:

Pena - de prisão celular por quinze a trinta dias.” (BRASIL. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 19 ago. 2010.)

⁵ RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Amais, 1997, p. 35, grifo do autor.

⁶ MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003, p. 34.

tradição jurídica se ancorava precipuamente sob o aspecto institucional-operativo e não substancial:

A construção do direito do menor teve sua origem não na Europa, tradicional pólo de inovação na história do Direito, mas nos Estados Unidos da América. E, em harmonia com a tradição jurídica desse país, focava o Direito não no seu aspecto substancial, mas nas suas instâncias jurisdicionais operativas. Por outras palavras, preocupou-se muito mais com a implantação dos Tribunais de Menores, a cuja prática o direito substancial haveria de ir se ajustando, do que em primeiro desenvolver as linhas desse ramo novo de direito substantivo, para, então, definir os mecanismos processuais e as instâncias de aplicação.

Ao lado dessa inversão jurídica infausta na formação do Direito do Menor, já que genitora de instâncias de exceção para a infância menorista; firmou-se uma legislação especial para o tratamento da criança e do adolescente pertencentes àquela classe. O então primeiro Juiz de Menores da América Latina, o brasileiro José Cândido de Albuquerque Mello Mattos, conhecido como o “apóstolo da infância abandonada”, foi o autor do projeto do Código de Menores, denominado Código Mello Mattos, aprovado pelo Decreto nº 5.083 em 1º de dezembro de 1926, o qual passou a vigorar a partir de 1927.

Não se pode denegar mérito à importância do Código Mello Mattos na trajetória histórica de formação do Direito da Criança e do Adolescente. O trato jurídico-legislativo exclusivamente penalista previsto nos documentos antecedentes: Código Criminal do Império de 1830 e Código Penal da República de 1890 foi sobrepujado por uma legislação de cunho educacional, assistencial, que abdicou da esfera legal punitiva.

Na lição de Veronese⁷:

O Código de Menores veio alterar substituir concepções obsoletas como as de discernimento, culpabilidade, penalidade, responsabilidade, pátrio poder, passando a assumir a assistência ao menor

⁷ VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999, p. 28.

de idade, sob a perspectiva educacional. Abandonou-se a postura anterior de reprimir e punir e passou-se a priorizar, como questão básica, o regenerar e educar. Desse modo, chegou-se à conclusão de que questões relativas à infância e à adolescência devem ser abordadas fora da perspectiva criminal, ou seja, fora do Código Penal.

No entanto, em que pese seu relevo histórico, tal Código destinou-se a regular situações de crianças e adolescentes específicos, determinados pela condição e/ou circunstância social em que se encontravam⁸. É essa acepção da infância o ponto neural da grande crítica suscitada à elaboração menorista de 1927 bem como a identificação ideológica da criança no âmbito social carente, desvalida com a criança delinqüente, categorizadas como “menores”.

Nesse sentido, esclarece Machado⁹:

⁸ A exemplo:

“**Art. 26.** Consideram-se abandonados os menores de 18 annos: I. que não tenham habitação certa, nem meios de subsistencia, por serem seus paes fallecidos, desaparecidos ou desconhecidos ou por não terem tutor ou pessoa sob cuja, guarda vivam;

II. que se encontrem eventualmente sem habitação certa, nem meios de subsistencia, devido a indigencia, enfermidade, ausencia ou prisão dos paes. tutor ou pessoa encarregada de sua guarda;

III, que tenham pae, mãe ou tutor ou encarregado de sua guarda reconhecidamente impossibilitado ou incapaz de cumprir os seus deveres para, com o filho ou pupillo ou protegido;

IV, que vivam em companhia de pae, mãe, tutor ou pessoa que se entregue á pratica de actos contrarios á moral e aos bons costumes;

V, que se encontrem em estado habitual do vadiagem, mendicidade ou libertinagem

VI, que frequentem logares de jogo ou de moralidade duvidosa, ou andem na companhia de gente viciosa ou de má vida.

VII, que, devido á crueldade, abuso de autoridade, negligencia ou exploração dos paes, tutor ou encarregado de sua guarda, sejam:

a) victimas de máos tratos physicos habituaes ou castigos immoderados;

b) privados habitualmente dos alimentos ou dos cuidados indispensaveis á saude;

c) empregados em occupações prohibidas ou manifestamente contrarias á moral e aos bons costumes, ou que lhes ponham em risco a vida ou a saude;

d) excitados habitualmente para a gatunice, mendicidade ou libertinagem;

VIII, que tenham pae, mãe ou tutor, ou pessoa encarregada de sua guarda, condemnado por sentença irrecorrivel;

a) a mais de dous annos de prisão por qualquer crime;

b) a qualquer pena como co – autor, cumplice, encobridor ou receptador de crime commettido por filho, pupillo ou menor sob sua guarda, ou por crime contra estes. [...]”

(BRASIL. **Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926.** Código de Menores. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DECRETO_17943.html#_Toc61843090.

Acesso em: 23 abr. 2010.)

⁹ MACHADO, 2003, p. 33.

E a nova categoria expressa no binômio carência/delinquência, aliada à distinção que se fez entre a infância ali inserida e as boas crianças, vai conformar todo o direito material da Infância e da Juventude e as instâncias judiciais criadas para aplicação desse direito especial, que, ele sim, já nasceu menor.

E direito especial, verdadeiro direito de exceção na acepção mais autoritária do termo, porque somente aplicável ao grupo de crianças que se enquadra na categoria carência/delinquência, ao qual sempre se opôs outro conjunto de regras, aplicáveis às outras crianças, tradicionalmente encampado no Código Civil de diversos países.

Associado ao cumprimento desse direito de exceção, desenvolveu-se, como estratégia uma política nacional de internação de “menores”. Por meio do Decreto n.º 3.779 de 5 de novembro de 1941, então, o Serviço de Assistência a Menores (SAM) passou a estabelecer um modelo de internação que visava a incluir crianças e adolescentes no trabalho disciplinado. Apartando-os de suas origens/família e retirando-os do ambiente que os predisps a delinquir, regenerar-se-ia cada um dos internos.¹⁰

Como se já não bastasse a inadequação desse modelo repressor, o Regime Militar, com o fracasso político-estrutural do SAM, pela Lei 4.513 de 1º de dezembro de 1964 cria a Fundação Nacional do Bem-Estar do Menor (FUNABEM), sustentada pela Política Nacional de Bem-Estar do Menor (PNBEM). Dizia-se tratar de política de cunho educacional, porém, verdadeiramente, foi apenas sucessora da primeira em repressão e segregação nos estados e municípios por meio das Fundações Estaduais do Bem-Estar do Menor (FEBENS).

Inúmeras eram as indicativas do insucesso do projeto nacional de tratamento jurídico-institucional para o “Bem-Estar” da criança e do adolescente pertencentes à classe dos “menores”, uma vez que o aumento da criminalidade e o malogro insolvível da questão social da infância e juventude não encobriam a insuficiência e incompetência dessa política de combate.

¹⁰ VERONESE, 1999, p. 33.

1.1.2 A Doutrina da Situação Irregular

Com o fito de superar a ineficácia do paradigma jurídico-institucional antecessor, despontou no cenário da Ditadura brasileira uma legislação especial afeta à questão da criança e do adolescente, o Código de Menores instituído pela Lei 6.697 de 10 outubro de 1979. Inaugurou-se, assim, em solo pátrio, a Doutrina da Situação Irregular.

Coube ao Brasil do Presidente General João Baptista Figueiredo optar pelo segmento jurídico doutrinário a seguir, uma vez que se firmavam, no panorama mundial da época, duas doutrinas distintas: a Doutrina da Situação Irregular, fruto ideológico das ditaduras latino-americanas, e a Doutrina da Proteção Integral, oriunda das tratativas internacionais da Organização das Nações Unidas (ONU). Atendendo às diretrizes da Organização dos Estados Americanos (OEA), por pertencer ao “Instituto Interamericano Del Niño”, o Brasil acabou por adotar a primeira.

Propunha essa Doutrina a intervenção do ente estatal sobre crianças e adolescentes até os dezoito anos de idade que se encontravam em condições e/ou circunstâncias específicas, ou seja, em situações classificadas como “irregulares”:

Art. 2º Para os efeitos deste Código, considera-se em situação irregular o menor:

I - privado de condições essenciais à sua subsistência, saúde e instrução obrigatória, ainda que eventualmente, em razão de:

- a) falta, ação ou omissão dos pais ou responsável;
- b) manifesta impossibilidade dos pais ou responsável para provê-las;

II - vítima de maus tratos ou castigos imoderados impostos pelos pais ou responsável;

III - em perigo moral, devido a:

- a) encontrar-se, de modo habitual, em ambiente contrário aos bons costumes;
- b) exploração em atividade contrária aos bons costumes;

IV - privado de representação ou assistência legal, pela falta eventual dos pais ou responsável;

V - com desvio de conduta, em virtude de grave inadaptação familiar ou comunitária;

VI - autor de infração penal.

Parágrafo único. Entende-se por responsável aquele que, não sendo pai ou mãe, exerce, a

qualquer título, vigilância, direção ou educação de menor, ou voluntariamente o traz em seu poder ou companhia, independentemente de ato judicial.¹¹

Cada vez mais e repetidamente perversa se tornava a intervenção sobre os “menores” porquanto o Estado se comprometeu a atuar na linha de frente, enfrentando o malogro social como caso de polícia sob a égide dessa Doutrina que, “repleta de eufemismos e mitos convenientes justificava a privação da liberdade de crianças e jovens marginalizados”, pois “eles não eram presos, mas ‘internados’; não eram punidos, mas ‘protegidos’, [...] não eram acusados, mas ‘encaminhados’”, como bem refere Amaral e Silva¹².

Interessa saber que não havia tempo máximo ou pré-determinado pela autoridade judiciária de permanência em reformatórios, sendo até mesmo possível, ao completar a criança ou adolescente vinte e um anos de idade passar à Jurisdição de Execução Penal.¹³ Ademais, garantias judiciais mínimas como a ampla defesa, o contraditório, a reserva legal, a presença de advogado, sequer acolhidas eram por esse Direito de exceção.

Longe de pleitear salvaguardas comezinhas aos menores, inclusive essas ofertadas aos adultos, o principal defensor da Doutrina da Situação Irregular no Brasil, Alyrio Cavallieri, sustentava a especialização e autonomia do Direito do Menor de 1979, argumentando a distância entre esse e o Direito Penal.

De acordo com o jurista, o Direito do Menor, como protetor dos interesses da classe “menorista” e ramo especializado e autônomo, não poderia agasalhar garantias de searas outras, a exemplo das pertencentes ao Direito Penal concedidas a adultos a fim de que não houvesse qualquer interferência sobre a sua autonomia em relação a outras searas: “Não se pode ignorar a autonomia desse Direito novo sob o risco de submetê-lo aos guantes de outras [...] devido ao fato de que seu destinatário primário é a pessoa reduzida imersa em desfavor social.”¹⁴

Fato é que, paradigmaticamente, por muito pouco se distingue a Doutrina da Situação Irregular de 1979 da Doutrina do Direito do Menor

¹¹ BRASIL. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 17 set. 2010.

¹² AMARAL e SILVA, Antonio Fernando do. A mutação judicial. In: **BRASIL criança urgente**: a lei. São Paulo: Columbus Cultural, 1990, p. 46.

¹³ BRASIL. **Lei nº 6.697 de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 17 set. 2010.

¹⁴ CAVALLIERI. Alyrio. Carta. In: BARREIRA, Wilson; BRAZIL, Paulo Roberto Grava. **O Direito do Menor na nova Constituição**. São Paulo: Atlas, 1989, p. 83.

de 1927 porquanto aquele novel ideário apenas alçou a pobreza e a marginalização a novas categorias jurídicas mais ampliadas e taxativas, ordenando ao Estado-juiz uma postura ora repressora, ora paternalista. Quando repressora, atuava o magistrado na prevenção da realidade conflituosa no que tange ao ato infracional e; paternalista, quando em caráter assistencial ou tutelar, dada a falta de condições materiais e familiares dos “assistidos”.

Representava a autoridade judiciária a figura do “bom pai”, a quem cabia proteger seus pupilos e para tal abria mão de qualquer formalismo jurídico bem como de justificativas ou critérios objetivos para decidir. Uma vez utilizando seu “prudente arbítrio”, era o juiz “supostamente sempre bondoso, paternal. Característica também do promotor, encarregado da defesa, mesmo quando se obrigava a pedir o internamento na cadeia da Delegacia de ‘Proteção ao Menor’.”¹⁵

Firme, portanto, foi o império do subjetivismo e mais próspero ainda o da arbitrariedade a compor de igual sorte a tônica de atuação estatal em prol da assistência, proteção e vigilância do “menor”, como denuncia Garrido de Paula¹⁶:

Mais grave do que as falhas incorridas pelo legislador menorista é que, na Capital, a primeira exceção virou regra, e a regra, ordem sem valor. Nenhum menor é apresentado imediatamente à autoridade judiciária. É encaminhado, por força daquela exceção e por se entender que a apresentação imediata é sempre impossível, diretamente à Febem. E ali, como vimos, muitos acabam ficando internados sem que haja ordem escrita da autoridade competente. Assim, tendo por fulcro uma regra essencialmente inconstitucional, posto que permite o encarceramento sem controle judicial, estabeleceu-se um sistema que prima pelo desrespeito ao mais elementar direito do homem: a liberdade. E mais: prima pela ousadia de considerar que menor não tem qualquer direito processual, sendo apenas objeto de “ajustamento”, “integração”, “estudo” ou “tratamento eficaz”. Além disso, via de regra não se cumpre o prazo de

¹⁵ AMARAL e SILVA, 1990, p. 47.

¹⁶ PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Menores, Direito e Justiça**: apontamentos para um novo direito das crianças e adolescentes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989, p. 45 e 46.

24 horas estabelecido naquela lamentável exceção, ficando os menores institucionalizados por mais tempo, antes que sejam apresentados à autoridade judiciária.

Inúmeras violações e omissões são apontadas à Doutrina da Situação Irregular, legisladas no Código de Menores de 1979 e sustentadas pela prática cotidiana. Debalde foi a tentativa desse paradigma de sanar o malogro da pobreza por meio de uma racionalidade jurídica e institucional de exceção volvida a estigmatizar, reificar, controlar e sujeitar a infância carente e desamparada, como assim declaram Custódio e Veronese¹⁷:

Trouxe a concepção biopsicossocial do abandono e da infração, fortaleceu as desigualdades, o estigma e a discriminação dos meninos e meninas pobres, tratando-os como menores em situação irregular [...].

A Doutrina da Situação Irregular conseguiu alcançar um parâmetro jurídico e institucional representativo do caldo histórico da cultura paternalista, autoritária, que olhava para a pobreza como uma patologia social, promovendo uma resposta assistencialista, vigilante, controladora, repressiva e autoritária, com uma burocracia estatal que se relacionava com um universo desprovido, segregado, onde a criança era vista como um problema social, um risco à estabilidade, às vezes até uma ameaça à ordem social; [...]

Em combate a esse contexto sócio-jurídico de violência do Regime Militar imposto à criança e ao adolescente, na década de oitenta, mobilizações da sociedade civil, em especial, os movimentos sociais em prol da causa da criança emergem a pleitear, com veemência, um novo paradigma à infância e à adolescência. Dentre os que se engajaram na luta, encontram-se o Movimento Nacional dos Meninos e Meninas de Rua (MNMMR), a Pastoral do Menor da Igreja Católica, o Movimento Criança Constituinte, Frente Nacional de Defesa da Criança e do Adolescente, a Ordem dos Advogados do Brasil (OAB), o Fundo das

¹⁷ CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009, p. 68.

Nações Unidas para Infância (UNICEF) e outros grupos de igrejas e universidades.

Os ares da redemocratização do Brasil inflaram o ideário reivindicatório dos movimentos de direitos humanos, culminando na incorporação à legislação pátria de uma nova proposta a mudar o destino da criança e do adolescente tupiniquins: a proteção integral.

1.1.3 A Doutrina da Proteção Integral

Foi a Declaração de Genebra de 1924, em nível mundial, a primeira manifestação singular em prol da criança; o primeiro passo para uma nova ordem de proteção dedicada ao universo infantil. Contextualmente, esse documento foi adotado em função da tragédia oriunda da Primeira Grande Guerra, pela Assembléia da Liga das Nações, com o apoio da Organização não- governamental “Save the Children”. Em que pese sua composição sucinta, forjou o locus de inspiração para os demais textos internacionais vindouros:

Pela presente Declaração dos Direitos da Criança, vulgarmente conhecida como “Declaração de Genebra”, homens e mulheres de todas as nações, reconhecendo que a humanidade deve à criança o melhor que tem para dar, declaram e a aceitam como seu dever que, além e acima de todas as considerações de raça, nacionalidade ou credo:

À criança se deve fornecer todos meios necessários para o seu desenvolvimento normal, tanto materialmente quanto espiritualmente;

A criança que está com fome deve ser alimentada, a criança que está doente deve ser cuidada, a criança deixada para trás deve ser ajudada, a criança delinquente deve ser recuperada, e o órfão e a criança abandonada devem ser protegidos e socorridos;

A criança deve ser colocada em situação para que um dia tenha perspectiva de ganhar seu próprio sustento, e deve ser protegida contra toda forma de exploração;

A criança deve ser criada na consciência de que seus talentos devem ser dedicados ao serviço do próximo.¹⁸

Em 1948, amecalhando-se, desta vez, as conseqüências devastadoras da Segunda Grande Guerra, emergiu no cenário internacional da Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), a Declaração Universal dos Direitos Humanos. Ao declarar os direitos dos homens, também se interessou em contemplar no art. 25, item 2, direitos da criança: “A maternidade e a infância têm direito a cuidados e assistência especiais. Todas as crianças, nascidas dentro ou fora do matrimônio gozarão da mesma proteção social.”¹⁹

Inspirada no texto de Genebra, a Declaração dos Direitos da Criança adotada pela Assembléia Geral da Organização das Nações Unidas (ONU), em 1959, tornou-se o documento internacional sucessor que de sorte mais exaustiva e específica versou sobre a criança como sujeito merecedor de proteção e cuidados distintos. Seus dez princípios referem-se a uma gama de direitos próprios e especiais:

[...] a proteção especial e a que lhe sejam propiciadas oportunidades e facilidades capazes de permitir o seu desenvolvimento de modo sadio e normal e em condições de liberdade e dignidade; o seu direito a um nome e a uma nacionalidade, a partir do nascimento; a gozar os benefícios da previdência social, inclusive alimentação, habitação, recreação e assistência médica adequadas; no caso de crianças portadoras de deficiência ou incapacitadas, o direito a receber o tratamento, a educação e os cuidados especiais exigidos por sua condição peculiar; a criar-se num ambiente de afeto e segurança e, sempre que possível, sob os cuidados e a responsabilidade dos pais; a receber educação; a figurar entre os primeiros a receber proteção e socorro, em caso de calamidade pública; a proteção contra todas as

¹⁸ LIGA DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças**. 1924. Disponível em: http://www.foncaij.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaration_of_geneva.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

¹⁹ ONU. **Declaração Universal dos Direitos Humanos**. 1948. Disponível em: http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaracao_universal.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

formas de negligência, crueldade e exploração; e a proteção contra todos os atos que possam dar lugar a qualquer forma de discriminação. Finalmente, a Declaração frisa que a criança deve criar-se "num ambiente de compreensão, de tolerância, de amizade entre os povos, de paz e de fraternidade universal".²⁰

Outros documentos se destacaram por sua importância na causa da infância: o Pacto Internacional sobre Direitos Civis e Políticos (1966), o Pacto Internacional de Direitos Econômicos, Sociais e Culturais (1966), as Regras de Beijing, normas mínimas de administração da Infância e da Juventude adotadas pela Assembleia da ONU (Resolução nº 40/33, 1985); as Regras de Tóquio, também denominadas Regras Mínimas das Nações Unidas para a Elaboração de Medidas não Privativas de Liberdade (Resolução 45/110, 1990); as Diretrizes das Nações Unidas para a Prevenção da Delinquência Juvenil, Diretrizes de Riad (1990); a Convenção Americana sobre os Direitos Humanos (1969), mais conhecida como Pacto de São José da Costa Rica, somente ratificado pelo Brasil em 1992, etc.

Entretanto, dentre todos os textos vocacionados à causa da criança e do adolescente em âmbito internacional, nenhum suscitou expressão ou impacto maior do que a Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança datada de 20 de novembro de 1989. Após dez anos de um intenso debate e estudo realizados por quarenta e três representantes de Estados-membros da Comissão de Direitos Humanos das Nações Unidas, foi aprovada por unanimidade pela Assembleia Geral da ONU.

Sua ratificação por cento e noventa e dois países, excetuando-se os Estados Unidos e a Somália, concedeu-lhe o primeiro lugar em termos de aceitação histórica de uma tratativa internacional, oportunizando inúmeros benefícios à infância universal, precipuamente pelo caráter coercitivo da própria Convenção que exigiu de cada Estado ratificante compromisso e posicionamento efetivos, como leciona Veronese²¹:

²⁰ ONU. **Declaração dos Direitos da Criança**. 1959. Disponível em: http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaracao_d_crianca.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

²¹ VERONSE, 1999, p. 97.

Ao contrário da Declaração Universal dos Direitos da Criança que sugere princípios de natureza moral, sem nenhuma obrigação representando basicamente sugestões de que os Estados poderiam se servir ou não, a Convenção tem natureza coercitiva e exige de cada Estado Parte que a subscreve e ratifica um determinado posicionamento. Como um conjunto de deveres e obrigações aos que ela formalmente aderiram, a Convenção tem força de lei internacional e, assim, cada Estado não poderá violar seus preceitos, como também deverá tomar medidas positivas para promovê-los. Há que se colocar, ainda, que tal documento possui mecanismos de controle que possibilitam a verificação no que tange ao cumprimento de suas disposições e obrigações, sobre cada Estado que a subscreve e a ratifica.

Nesses termos, ao disciplinar os mais variados âmbitos da causa da infância, a exemplo da saúde, vida, liberdade, desenvolvimento, convivência familiar e comunitária, nome, nacionalidade, crença, recebimento de informações, proteção contra toda forma de violência, exploração e abuso, etc; não se eximiu tal tratativa de sua responsabilidade de fiscalizar atos e responsabilidades estatais dos países signatários que por assunção se comprometeram a implantar políticas próprias, fossem de promoção ou de proteção daqueles direitos, incluindo a erradicação da exploração, abuso e violência contra a criança.

Sendo assim, à Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança foi dada a paternidade daquela que consagrou a Doutrina da Proteção Integral no cenário internacional, disseminando uma nova perspectiva de atuação doutrinária, legal, política e cultural para todos os Estados que a adotaram.

E o Brasil, como signatário dessa Convenção, propôs-se, mediante a mobilização dos movimentos da sociedade civil e de instituições, juntamente como governo, em 1986, a instituir a Comissão Nacional Criança e Constituinte - Portaria Interministerial nº 449, representando também uma articulação entre os Ministérios da Educação, Justiça, Previdência e Assistência social, Saúde, Trabalho e Planejamento. E foi por conta desse esforço em conjunto que, por meio de duas emendas de iniciativa popular à Assembléia Nacional

Constituinte, se incorporou à ordem jurídica pátria a Doutrina da Proteção Integral expressa na Carta da República de 1988.²²

Note-se que apesar de o país ter ratificado a Convenção Internacional dos Direitos da Criança de 1989 somente em 1990; antecipou-se a dar guarida na ordem nacional à Doutrina da Proteção Integral um ano antes da aprovação daquela Convenção pela Assembléia Geral da ONU, datada de 20 de novembro de 1989.

Portanto, originalmente²³, eis que no Título VIII- Da Ordem Social, Capítulo VII- Da família, Da criança e Do adolescente, o artigo 227 da Constituição da República Federativa do Brasil, em 1988, assim se ordenou:

É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança e ao adolescente, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda

²² MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Conselho Tutelar no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Repertório IOB de Jurisprudência. São Paulo: n. 7, Caderno 3, p. 140-145, abr, 2001. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/ctnoeca.pdf>. Acesso em: 28 abr. 2010.

²³ Essencial destacar que, por meio da Emenda Constitucional nº 65 de 13 de julho de 2010, o Capítulo VII do Título VIII da Constituição da República passou a denominar-se: "Da Família, da Criança, do Adolescente, do Jovem e do Idoso". O artigo 227, doravante, se redige: "É dever da família, da sociedade e do Estado assegurar à criança, ao adolescente e ao jovem, com absoluta prioridade, o direito à vida, à saúde, à alimentação, à educação, ao lazer, à profissionalização, à cultura, à dignidade, ao respeito, à liberdade e à convivência familiar e comunitária, além de colocá-los a salvo de toda forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão."

Veja que a inclusão da categoria jovem ao artigo em condições de salvaguardas e prioridade idênticas à criança e ao adolescente não possui coerência à perspectiva da construção social, histórica e normativa dos Direitos da Criança e do Adolescente no país, em especial, com a Doutrina da Proteção Integral, expressa no art. 227. Com isso, não se está advogando contra os direitos da juventude, ao contrário, espera-se que, da mesma forma que o foi com a criança e o adolescente, esses venham a ser normatizados de forma própria e definida.

Contudo, não é possível igualar sujeitos de direitos que se encontram em situação diversa perante o mundo, no que tange à vulnerabilidade e alçá-los ao mesmo patamar de direitos e garantias. Por isso, é essencial que a crítica seja realizada em face da incoerência legislativa gerada no tocante ao cotejo com a sistemática e a hermenêutica própria da Constituição da República.

Tanto o norte axiológico constitucional da dignidade da pessoa humana, referido no art. 1º, III quanto o princípio basilar da igualdade material sustentada no Texto Magno impedem que sujeitos diferentes, com características diversas e próprias, em condições não equiparadas, figurem como sujeitos de direitos com idênticas salvaguardas. Por isso, o correto seria contemplar os jovens em artigo apartado ao art. 227, com os direitos a eles pertinentes.

forma de negligência, discriminação, exploração, violência, crueldade e opressão.²⁴

Destarte, à criança e ao adolescente, por meio da Carta Magna de 1988, foi concedido um sistema de proteção especial reconhecedor e deflagrador da sua nova condição de cidadãos e de sujeitos de direitos.

Portanto, como se verifica, a atual Carta Política tem essa nova base doutrinária, a qual implica que, fundamentalmente, as crianças e adolescentes brasileiros passam a ser sujeitos de direitos. Essa categoria encontra sua expressão mais significativa na própria concepção de Direitos Humanos de Lefort: ‘o direito a ter direitos’, ou dos direitos já conquistados. Desse ponto de partida o sujeito de direitos seria o indivíduo apreendido do ordenamento jurídico com possibilidades de, efetivamente ser um sujeito-cidadão.²⁵

E indo muito mais além, deu-se lume à condição peculiar de pessoa em desenvolvimento de toda criança e adolescente, haja vista a necessidade de se reconhecer suas particularidades bem como a situação de imaturidade física, psíquica, emocional em que se encontram. Assim sendo, ao se verificar a autonomia restrita de cada criança e adolescente, garantiram-se-lhes salvaguardas especiais como medida protetora, denominando-os de sujeitos de direitos especiais.

Sustento que o ponto focal no qual se esteia a concepção positivada no texto constitucional é a compreensão de que- por se acharem na peculiar condição de pessoas humanas em desenvolvimento- crianças e adolescentes encontram-se em situação especial e de maior vulnerabilidade, ensejadora de outorga de um regime especial de salvaguardas, que lhes

²⁴ BRASIL. Constituição da República Federativa do Brasil. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.

²⁵ VERONSE, Josiane Rose Petry. Os direitos da criança e do adolescente: construindo o conceito de sujeito cidadão. In: WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE, José Rubens Morato. (Org.). **Os novos direitos no Brasil: natureza e perspectivas**. 1ª. ed. São Paulo, 2003, p. 42.

permitam construir suas potencialidades humanas em sua plenitude.

Crianças e adolescentes são pessoas que ainda não desenvolveram completamente a sua personalidade. [...]

Essa característica é inerente à sua condição de seres humanos ainda em processo de formação, sob todos os aspectos, v.g., físico (nas suas facetas constitutivas, motora, endócrina, da própria saúde, como situação dinâmica), psíquico, intelectual (cognitivo), moral, social, etc.²⁶

Teve-se por objetivo, com a proteção de direitos fundamentais da criança e do adolescente. Não há olvidar-se que a teleologia legislativa de proteção da criança e do adolescente pode e deve ser considerada como um fim em si mesmo devido ao valor intrínseco que possuem pela condição inata de pessoas humanas. Pode-se referir, de igual forma, contudo secundariamente, que se tem a pretensão de formar um adulto saudável, capaz e responsável que atuará na sociedade como um agente social ativo.

Parte-se do pressuposto que a condição infanto-adolescente compõe-se de conteúdo distinto da condição do adulto, por ainda estar em formação. Dessa forma, todo esforço familiar, comunitário e estatal deve convergir no sentido de possibilitar a vivência plena das fases infantis, como também ofertar por meio dessa vivência integral o crescimento e desenvolvimento da criança e do adolescente à formação da personalidade adulta.

Salienta-se, no entanto, que o corpo especial de proteção jurídica ofertado à população infanto-adolescente não somente vige por sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento, à condição de seres diversos dos adultos; mas também pelo fato de que o tratamento abrangente e efetivo, como fator de discrimen, leva em consideração a vulnerabilidade daquela população frente aos adultos, o que autoriza o tratamento diferenciado sob os auspícios do princípio da igualdade material.

Por isso, a Carta Magna Democrática de 1988 preconizou a especialidade dos direitos da criança e do adolescente sob o viés da distinção dos direitos dos adultos pela natureza quantitativa, vinculada ao maior número de direitos fundamentais reconhecidos e destinados à

²⁶ MACHADO, 2003, p. 108 e 109.

criança e ao adolescente e pela natureza qualitativa, aludida à estruturação especial desses direitos.²⁷

Além disso, observa-se que em todo o texto constitucional não há qualquer referência similar à priorização que foi dada pelo legislador aos infantes por meio do art. 227; passando esses a receber a proteção especial do Estado brasileiro no sentido pró-ativo e não absenteísta a fim de garantir os direitos fundamentais a eles pertencentes por sua condição de sujeitos de direitos especiais.

Importa destacar ainda que o Estado, nessa conjuntura, incorporou um princípio basilar oriundo da Doutrina da Proteção Integral denominado “o melhor interesse da criança” ou “*the best interest of the child*”²⁸. Esse orienta hodiernamente o sistema jurídico pertinente à criança e ao adolescente bem como a hermenêutica dos casos em particular, além de toda produção legislativa e de políticas públicas envolvendo temáticas afetas à questão da infância e adolescência.

Tal princípio norteador emergiu da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança de 1989 e tomou parte do ordenamento pátrio com a adoção pelo Brasil da Doutrina da Proteção Integral em 1988.

Os artigos 3.1 e 9.3 da Convenção Internacional, da forma que foi ratificada pelo Brasil assim determinam, respectivamente:

Todas as ações relativas às crianças, levadas a efeito por instituições públicas ou privadas de bem-estar social, tribunais, autoridades administrativas ou órgãos legislativos, devem considerar, primordialmente, o interesse maior da criança.

²⁷ MACHADO, 2003, p. 121.

²⁸ A tradução literal desta expressão que aparece no Decreto 99.710/90- Convenção Internacional dos Direitos da Criança, ratificado pelo Brasil, é o interesse maior da criança. No entanto, adotou-se, em especial, pela obra PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar, 1999; a expressão qualitativa em vez de quantitativa: melhor, em vez de maior.

O objetivo é conceituar o ideário da Proteção Integral de forma mais precisa, plena e adequada, valorizando-se o original que diz: *the best* e não *the most*: “In all actions concerning children, whether undertaken by public or private social welfare institutions, courts of law, administrative authorities or legislative bodies, the best interests of the child shall be a primary consideration”. ONU. **Convenção Internacional dos direitos da criança**. 1989. Disponível em:

http://www.unicef.ca/portal/Secure/Community/502/WCM/HELP/take_action/Advocacy/Best%20Interests%20of%20the%20Child%20Discussion%20Paper.pdf. Acesso em: 07 set. 2011.

Os Estados Partes respeitarão o direito da criança que esteja separada de um ou de ambos os pais de manter regularmente relações pessoais e contato direto com ambos, a menos que isso seja contrário ao interesse maior da criança.²⁹

De acordo com Tânia Pereira³⁰, “o melhor interesse da criança” possui suas origens em um instituto britânico, *Parens Patriae*, que permitia ao Rei proteger aqueles que não tinham condições de proteger a si próprios, ou seja, as pessoas incapazes, e dentre elas figuravam as crianças. Em casos relativos à guarda dos infantes, havendo conflito de interesses entre adulto e criança, o bem-estar infantil é alçado à condição primária de referência do julgado à vista do seu melhor interesse.

Nos Estados Unidos, em questões de guarda, o “*The best interest of the child*”, de igual forma, tomou seu espaço. A partir de 1813, presumiu-se a preferência materna da guarda na separação do casal devido à necessidade do cuidado materno-infantil, a denominada *Tender Years Doctrine*. Contudo, logo após, foi superada pela teoria *Tie Breaker* a qual observava o interesse da criança em primeiro lugar. Nessa, todos os fatores seriam levados em consideração quando da chancela da guarda, sem qualquer preferência ou presunção inicial por qualquer dos genitores.

E, no Brasil, esse princípio, como já se verificou, emergente da Doutrina da Proteção Integral de gênese internacional, concretizou-se na ordem infraconstitucional com o Estatuto da Criança e do Adolescente, pela Lei nº 8.069/90, documento fundamental e indispensável à materialização dos pressupostos constitucionais no que tange às garantias e prerrogativas da criança e do adolescente tupiniquins.

Nessa esteira de atendimento ao que rege a Doutrina da Proteção Integral em todas as temáticas referentes à infância e à adolescência, o “melhor interesse da criança” está determinado expressivamente nesse Estatuto revolucionário cuja implementação alterou desde o conteúdo ao método e à gestão bem como o nível de comprometimento e participação do Estado, órgãos, atores e sociedade civil. Isso somente foi possível, como afirma Costa³¹ a partir da luta

²⁹ ONU. **Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança**. 1989. Disponível em: http://www.onu-brasil.org.br/doc_crianca.php. Acesso em: 12 mai. 2010.

³⁰ PEREIRA, Tânia da Silva. **O melhor interesse da criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 1999, p. 1.

³¹ COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A mutação social. In: **Brasil Criança Urgente**: a lei. Instituto Brasileiro de Pedagogia Social. Columbus Cultural Editora: São Paulo, 1990, p. 39.

social que alterou o enfoque doutrinário por meio da superação do paradigma anterior:

A mudança de enfoque doutrinário da “situação irregular” para a “proteção integral” implica enormes mudanças na essência da política, que passa a abranger: (a) as políticas sociais básicas, como saúde, educação, habitação, trabalho, lazer, profissionalização e outras consideradas direito de todos e dever do Estado; (b) políticas assistenciais voltadas para o atendimento compensatório a todos que delas necessitem; (c) as ações de assistência médica, psicossocial e jurídica às crianças vitimizadas; (d) a defesa jurídico social de crianças e adolescentes envolvidos em situações com implicações de natureza legal. Como se vê, os destinatários da nova legislação não são mais apenas “os menores em situação irregular”, mas todas as crianças e adolescentes do Brasil, para os quais o Estatuto tem o valor e o sentido de uma verdadeira Constituição da Infância e da Juventude.

Como se avalia, a alteração do paradigma doutrinário-principiológico proporcionou a todas as crianças e adolescentes do Brasil desde 1988 e 1990 uma melhor qualidade de vida a partir de um movimento de alcance jurídico de origem popular da sociedade civil. Toda essa trajetória doutrinário-histórica e principiológica até aqui apontada serve de supedâneo para a avaliação da construção da identidade do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil.

É factível perceber que a história de construção dessa identidade se deu por meio de rupturas e assunção de novos valores doutrinários, principiológicos e legais. Contudo, é possível destacar que a passagem da primeira fase de evolução do Direito da Criança e do Adolescente, a Doutrina do Direito do Menor para a segunda fase, a Doutrina Situação Irregular foi menos impactante do que a passagem da segunda para a terceira, a Doutrina da Proteção Integral.

O que houve no primeiro momento foi justamente a evolução de um Direito, ainda que se diga de exceção, por meio de uma ruptura, contudo não tão impactante, pois sua base de apoio ainda continuava a mesma. Ou seja, preservou-se o alicerce, angariando-se novas

características para a identidade que se pretendia forjar, não uma nova identidade, mas uma identidade renovada. Portanto, apesar da diferenciação doutrinária-histórica, a Doutrina da Situação Irregular pode ser apontada, de fato como sucessora legítima da Doutrina do Direito do Menor, por possuírem o mesmo tronco familiar.

Por sua vez, ao segundo momento de transição, da Doutrina da Situação Irregular para a Doutrina da Proteção Integral, não se pode apontar essa característica, uma vez que a ruptura não foi meio para manutenção daquilo que se pretendia conservar como prioritário e basilar no tratamento da infância e adolescência no Brasil. A ruptura, nesse segundo momento, representa uma conversão doutrinário-paradigmática. Abandonando-se o que havia se construído, tomou-se parte, por decisão, de outro caminho a ser percorrido, agregando-se nova concepção de valores, práticas que construíram e ainda constroem uma nova identidade, nesse caso, totalmente transformada do Direito da Criança e do Adolescente. Por isso, é possível afirmar que a Doutrina da Proteção Integral foi tão-somente sucessora temporal da Doutrina da Situação Irregular no Brasil, pois em nada conservou em comum.

Portanto, enquanto uma utilizou-se do Direito no sentido de Direito adaptativo à visão e realidade que pretendiam perpetuar em relação à criança e ao adolescente; a outra, apossou-se do Direito como meio de mutação da realidade e da visão que possuíam até então com o objetivo de adaptar a realidade ao Direito a fim de transformá-la.

Interessa destacar que a ruptura perpetrada pela Doutrina da Proteção Integral não foi nem mesmo está sendo algo estanque, mas sim um processo que perdura, hodiernamente, há mais de duas décadas e possui como alvo importante sua construção identitária, além de impedir a perpetuação do ranço da doutrina e ideologia antigas.

Há, em toda área do Direito, a necessidade de criação e de apropriação de princípios e regras próprias que visem à formação de uma identidade especializada. Esse movimento pode ser denominado de movimento de especialização e busca justamente a sua diferenciação dos demais ramos do conhecimento da área.

Imbricada é essa dinâmica ao processo de autonomia jurídica identitária que conduz à identificação do Direito da Criança e do Adolescente como um sistema jurídico, da forma referida por Tânia Pereira³²: “É na dimensão de microssistema que identificamos o Direito

³² PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 2008, p. 7.

da Criança, [...] área de especialização [...] orientada por princípios constitucionais e entremeada de regras públicas e privadas.”

Sendo assim, o sistema do Direito da Criança e do Adolescente, como outros, a exemplo do Direito do Consumidor e do Direito Ambiental possui caráter interdisciplinar uma vez que não é monotemático, mas sim pluritemático. Trata de questões cuja complexidade fática, científica e hermenêutica, como os direitos da criança e do adolescente à saúde, liberdade, convivência familiar, educação, dentre outros; não permite a compartimentação de saberes, senão a reunião interdisciplinar tanto dentro da própria Ciência Jurídica, quanto com as Ciências Sociais, consoante Tânia Pereira³³:

Consubstanciada a sua autonomia legislativa e científica, com sólida base jurídica reconhecida internacionalmente, é efetiva sua autonomia didática, desta vez sem o preciosismo de restringi-la aos cursos de Ciências Jurídicas. Inúmeras universidades brasileiras já a integram como “cadeira eletiva” no Curso de Direito, ou integrada a outros Cursos com matérias conexas, a exemplo do Serviço Social, da Psicologia, da Pedagogia e das demais Ciências Sociais.

Além de buscar elementos de identidade nas várias áreas das Ciências Jurídicas, a exemplo do Direito Civil, do Processo Civil, do Direito do Trabalho, do Administrativo e do Constitucional, este ramo do Direito busca também subsídios em outras ciências, sobretudo sociais, numa proposta maior de interdisciplinaridade.

Cabe averiguar que a relação entre o Direito ora estudado com as demais áreas da Ciência jurídica acabam por consumir uma interferência recíproca precisamente por envolver direta ou indiretamente a questão da criança e do adolescente. Nesse sentido, o critério hermenêutico relacional a ser avaliado em relação a conflitos ou ausência de normas de outra seara do Direito que não o da Criança e do Adolescente a fim de prevalecer a Doutrina da Proteção Integral que está prevista na Constituição da República de 1988.

³³ PEREIRA, 2008, p. 35 e 36.

Portanto, é com o fundamento de prevalência dos interesses da população infanto-adolescente ou o do seu melhor interesse, que tanto a prática executiva e jurisdicional quanto a produção e hermenêutica legislativa passam a ser guiadas pelo imperativo ético-legal constitucional e internacional de direitos humanos conquistados, que colocou a criança e o adolescente como sujeitos de direitos especiais frente ao Estado, responsável por ofertar de forma positiva o seu “melhor interesse”.

Daí se infere que, não se trata de análise interpretativa somente sobre o corpo legislativo referente ao Direito da Criança e do Adolescente, mas à hermenêutica constitucional e internacional que deve ser aplicada a toda e qualquer seara do Direito no que alude aos adultos que direta ou indiretamente envolva a questão da infância e adolescência; pois, se até 1988 os direitos dos adultos prevaleciam sobre os das crianças e adolescentes, objetos de tutela, agora, os direitos dos adultos são exercidos como dever em face dos infantes, sujeitos de direitos especiais.

Por isso, a questão da interdisciplinaridade dentro da própria Ciência Jurídica é tão importante para o Direito da Criança e do Adolescente que não fica restrito à esfera de análise dos direitos da infância e da adolescência esculpidos no Estatuto da Criança e do Adolescente.

Atenta-se, então, a reconhecer em esferas jurídicas outras, a exemplo, no Direito do Trabalho, os direitos da população em tela para além dela mesma. Ou seja, toda vez que uma regulação jurídica ou um fato a ser regulado interferir e/ou influenciar direta ou indiretamente no desenvolvimento infantil, ainda que tal regulação esteja destinada primariamente a um adulto, deve-se aplicar o critério da hermenêutica constitucional e dos direitos humanos internacionais que prioriza o melhor interesse da criança.

Por conseguinte, não é o lócus legislativo apartado do ordinário que impedirá ou ludibriará a atenção e o foco à proteção da criança e do adolescente e à efetivação de seus direitos. Ao contrário, enquanto que em um primeiro momento o Direito da Criança e do Adolescente passava por um movimento de especialização a fim diferenciar-se das demais áreas do Direito no sentido de procura e consolidação da sua autonomia identitária, nos últimos tempos, carece-se de efetivação que pode ser dada por um movimento de generalização.

Esse movimento de generalização é sobretudo um movimento pela expansão, potencialização e efetivação do Direito da Criança e do Adolescente e sua Doutrina hodierna. Portanto, uma estratégia de

passagem da especialização para a generalização é a criação de vasos comunicantes por dentro das próprias searas do Direito.

E para isso, mister é o reconhecimento e a aplicação do Direito Infante-Adolescente pelas outras áreas na órbita jurídica, não no que tange somente à sua autonomia ou cientificidade, mas no que se refere ao compromisso hermenêutico e legislativo de fazer prevalecer o norte constitucional doutrinário e dos direitos humanos internacionais em toda e qualquer temática que lhe toque, ainda que se trate de regulação destinada a adulto cujo interferência seja sobre o desenvolvimento infantil.

Há que se esmerar por um processo de difusão por dentro do Direito a fim de potencializar o Direito da população infante-adolescente que verá seus louros por meio da assunção da Doutrina da Proteção Integral por toda ordem jurídico-legal no Brasil. Destarte, o Direito da Criança e do Adolescente que se iniciou no sentido de consolidar a sua identidade, avançaria pela dinâmica da generalização, pelo processo de alianças de expansão dentro da própria seara jurídica. Com isso, a Doutrina da Proteção Integral poderia passar a ser um agente orientador do sistema legal e por consequência, das políticas públicas em esfera internacional, nacional, estadual e municipal e também das normas no âmbito privado.

O propósito da Proteção Integral da criança e do adolescente não se satisfaz somente pela proteção desses sujeitos de direitos individualizados ou isolados. Por isso, o Direito Infante-Juvenil perpassando todas as áreas do ordenamento, em especial a área trabalhista no caso desta pesquisa, teria o condão de orientar as normas e as práticas institucionais sejam públicas ou privadas, ainda que suas atividades não estivessem diretamente voltadas à criança ou adolescente, mas que de forma indireta, por delas participarem pessoas implicadas diretamente no seu desenvolvimento, ou seja, sua família, em especial, seus pais, esses teriam seus direitos efetivados e alargados tendo em vista o melhor interesse da criança.

Nesse sentido, a família³⁴ é o contexto elementar para efetivação da Doutrina da Proteção Integral e é por meio dos seus processos, dinâmicas e relações, em especial, a se tratar das relações pais-filhos,

³⁴ Interessa salientar o conceito jurídico de família descrito no Estatuto da Criança e do Adolescente, no art. 25: “Entende-se por família natural a comunidade formada pelos pais ou qualquer deles e seus descendentes.” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.)

que nela se promove primariamente o desenvolvimento infantil. O amparo dessas relações na entidade familiar é um caminho obrigatório a ser percorrido a fim de proteger a criança e o adolescente.

1.2 FAMÍLIA: O CONTEXTO DAS RELAÇÕES E DO DESENVOLVIMENTO HUMANO A PARTIR DA PERSPECTIVA FAMILIAR-SISTÊMICA DE MINUCHIN E FISHMAN E DO MODELO BIOECOLÓGICO DE BRONFENBRENNER

Como estrutura humana de sobrevivência, tendo em vista o depender do homem em relação ao seu semelhante em todos os níveis da existência, a família confunde-se com a própria idéia da criação humana: “Depois o SENHOR disse: Não é bom que o homem viva sozinho. Vou fazer para ele alguém que o ajude como se fosse a sua outra metade.”³⁵

De acordo com a trajetória bíblica, para a formação da primeira família da terra, colocou o SENHOR Deus a Adão em um sono profundo, tomou uma de suas costelas e dela fez uma mulher: “O homem dá vida à mulher; e a mulher dá vida ao mundo”³⁶. Nesse sentido, Lubich³⁷ ressalta que “a família está inscrita no homem [ser], pertence à sua própria natureza”, sendo por ela suprida o mister relacional inato do ser humano.

Subsistindo ao longo da história, dada a sua capacidade de sobrevivência por meio de sua adaptabilidade de forma polifacetada ao redor do planeta, leciona Prado³⁸ que a família é um fenômeno encontrado em todas as sociedades. Para Minuchin³⁹, essa “é uma unidade social que enfrenta uma série de tarefas de desenvolvimento. Estas diferem junto com parâmetros de diferenças culturais, mas possuem raízes universais.”

Possível é conceituá-la como a unidade básica vital de desenvolvimento do indivíduo e de suas relações, sendo vista como um sistema “em constante transformação, ou seja, um organismo complexo

³⁵ BÍBLIA, V.T. Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**: Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH). Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil, 2005, cap 2, vers.18.

³⁶ BÍBLIA. VT. Gênesis. Português. **Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal**: Versão Almeida Revista e Corrigida. CPAD, 2007, Comentários, cap 21, vers.23.

³⁷ LUBICH, Chiara. **A família é o futuro**: a espiritualidade da unidade na família. São Paulo: Cidade Nova, 2002, p. 81

³⁸ PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985, p. 8.

³⁹ MINUCHIN, Salvador. **Famílias**: funcionamento e tratamento. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982, p. 25.

que se altera com o passar do tempo para assegurar a continuidade e o crescimento psicossocial de seus membros componentes.”⁴⁰

Apresenta-se ainda, mais aprofundadamente, como um sistema de alto grau de complexidade composto por subsistemas que interagem entre si de forma integrada e interdependente, além de estabelecer uma relação bidirecional de mútua influência com o contexto sócio-histórico-cultural ao qual pertence.⁴¹

1.2.1 A família e seus subsistemas na perspectiva familiar-sistêmica de Minuchin e Fishman

Todo ser humano se vê como uma unidade, um todo, interagindo com outras unidades. Sabe que influi sobre o comportamento de outros indivíduos e que eles influenciam o seu. E quando interage dentro de sua família, experiencia o mapeamento do mundo da família. [...]

A família como um todo se assemelha a uma colônia animal- esta entidade composta por forma de vida diferente, cada parte cumprindo o seu papel, porém, o todo formando um organismo multicelular que em si mesmo é uma forma de vida.⁴²

Dentro da complexa estrutura do sistema familiar desenvolvem-se padrões de comunicação, relação, interação, interdependência e influência entre as partes que a compõem. Minuchin e Fishman⁴³ designam individualmente os subsistemas da entidade familiar como um *holon*⁴⁴, tal seja, parte ou partícula. Valioso destacar que cada *holon* é um subsistema diferenciado e constitui o *holon* maior, a família.

⁴⁰ ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Claudio; MENGHI, Paolo; NICOLÒ-CORIGLIANO, Anna Maria. **Por trás da máscara familiar**: um novo enfoque em terapia da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984, p. 18.

⁴¹ DESSEN, M. A. A família como contexto de desenvolvimento. In: FLEITH, Denise de Souza (Org.). **A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação**, volume 3: o aluno e a família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007, p. 15.

⁴² MINUCHIN, S; FISHMAN, C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1990, p. 28.

⁴³ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 21 e 22.

⁴⁴ Minuchin e Fishman adotaram essa designação, *holon*, por conta do conceito introduzido pelo autor Arthur Koestler que cunhou o termo: *holos* (todo) com o sufixo *on*, significando parte ou partícula.

Por sua vez, o complexo familiar constitui-se um subsistema próprio cuja dinâmica supera a tão somente soma das outras partes (*holon*) ou subsistemas menores e é parte da constituição de subsistemas maiores como a família extensa, a vizinhança, a comunidade, a sociedade. Então “cada todo contém a parte e cada parte contém também o ‘programa’ que o todo impõe. Parte e todo contém um ao outro num processo contínuo, atual e corrente de comunicação e inter-relação.”⁴⁵

Sendo assim, os autores supracitados distinguem quatro subsistemas singulares à perspectiva intrafamiliar relacional, sobre os quais efetuam análise: o *holon* individual, o conjugal, o parental e o fraternal.

Categoricamente é assinalado o indivíduo como um *holon*, esteja ele só ou dentro de uma família. Em que pese a condição cultural popular e normativa cujo parecer inclui o indivíduo adulto que vive sozinho como integrante da categoria não- família, os pesquisadores levam em consideração o caso de pessoas em fase de formação de família ou de idosos ainda autônomos como *holons* individuais ao estabelecerem ambas relações com um contexto social.⁴⁶

Transações específicas com outras pessoas trazem à tona e reforçam aqueles aspectos da personalidade individual que são apropriados para o contexto. O indivíduo, por sua vez, afeta outra pessoa que interage com ele de certos modos porque suas respostas eliciaram e reforçaram as respostas deles. Há um processo contínuo e circular de influxo e reforços recíprocos, que tendem a manter um padrão fixo. Ao mesmo tempo, ambos, indivíduos e contexto têm a capacidade para flexibilidade e mudança.⁴⁷

Secundariamente elencado, o *holon* conjugal principia com a formação da entidade familiar, no momento em que dois indivíduos adultos, um homem e uma mulher unem-se com esse propósito. De acordo com Minuchin e Fishman⁴⁸, o processo transacional bidirecional que implica valores, crenças e práticas constituirá esse subsistema, consolidando uma estrutura básica.

⁴⁵ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 23.

⁴⁶ Ibid., p. 23 e 24.

⁴⁷ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 24.

⁴⁸ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 26.

Não obstante esse fato, apropriado assinalar que o padrão de interação e relação com outros subsistemas, a exemplo do subsistema da família extensa de cada um dos membros do contexto matrimonial como também do subsistema dos amigos de cada um dos companheiros sofrerão ajustes e transformações. Cabe ressaltar de antemão que a distinção dos subsistemas sejam esses ou outros, maiores ou menores, será delimitada pela criação de fronteiras⁴⁹, ou seja, do estabelecimento de limites entre eles. Em alguns casos, a existência de fronteiras é determinante para a viabilização da estrutura familiar em formação, a exemplo das fronteiras que devem existir entre o subsistema conjugal e o da família extensa.

Ratificam Minuchin e Fishman,⁵⁰ que além dos subsistemas citados acima, o *holon* conjugal ainda interfere diretamente sobre outros subsistemas familiares, demonstrando-se a interatividade e interdependência sistemática própria do complexo familiar.

O subsistema conjugal é vital para o crescimento dos filhos. Constitui seu modelo para relações íntimas, como se expressam nas interações cotidianas. No subsistema conjugal a criança vê meios de expressar afeto, de se relacionar com um parceiro em dificuldades e de lidar com o conflito com iguais. O que ela vê se tornará parte dos seus valores e expectativas, quando entrar em contato com o mundo exterior. Se há qualquer disfunção maior dentro do subsistema conjugal, repercute em toda a família.

Seguidamente à análise do segundo *holon*, o terceiro, denominado parental, passa a se consolidar como subsistema familiar com o primeiro filho. As maiores tarefas relacionadas a ele dizem respeito às relações e ao exercício das funções que proporcionarão o desenvolvimento infantil por meio da proteção, cuidado, educação, socialização. Pertinentes a esse subsistema são as transações dos estilos parentais familiares de ambos os pais a serem negociados e exercidos. Assim, esse *holon* também terá influência sobre o aprendizado do filho, em várias dimensões, como revelam Minuchin e Fishman⁵¹:

⁴⁹ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 26.

⁵⁰ Ibid., p. 27.

⁵¹ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 27 e 28.

[...] o que esperar de pessoas que têm maiores recursos e força. Aprende a considerar a autoridade como arbitrária ou racional. Aprenderá se suas necessidades são apoiadas, assim como o modo mais efetivo em comunicar o que deseja dentro do seu próprio estilo familiar. Segundo as respostas de seus progenitores e de acordo que essas respostas sejam adequadas à sua idade, a criança modelará seu senso de adequação. Aprende quais são os comportamentos que são recompensados e quais são desencorajados. Finalmente dentro do subsistema parental, a criança experencia o estilo da sua família de lidar com o conflito e a negociação.

Igualmente possível é visualizar a relação de comunicação, interação e influência entre os subsistemas quando o subsistema conjugal é afetado pela parentalidade.

Com a chegada do novo membro da família, haverá um período de transição que ocasionará transformações e exigirá dos pais uma reorganização para se adequarem a essa nova etapa do ciclo vital⁵², não se olvidando de conciliar a parentalidade com a conjugalidade. Percebidas também poderão ser modificações a partir de uma relação diversa, agora, com o subsistema da família extensa dada a assunção de novos papéis: avós, tios, primos, etc.

Por último, o *holon* fraterno faz alusão ao subsistema dos irmãos, da criança e de seus primeiros companheiros. Sabido é que em famílias numerosas, criam-se novos subsistemas dentro desse *holon* consoante a idade e estágio de desenvolvimento. Negociação, cooperação e competição compõem os processos transacionais desse subsistema de forma a repercutir inclusive em outros subsistemas extrafamiliares. Minuchin e Fishman⁵³ referem o aprendizado angariado aos pertencentes a esse *holon*:

Aprendem como fazer amigos e lidar com os inimigos, como aprender de outros e como obter

⁵² Carter e MacGoldrick definem seis estágios do ciclo de vida familiar: 1. Saindo de casa: jovens solteiros, 2. A união de famílias no casamento: O novo casal, 3. Família com filhos pequenos, 4. Famílias com adolescentes, 5. Lançando os filhos e seguindo em frente, e 6. Famílias no estágio tardio da vida. (CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.)

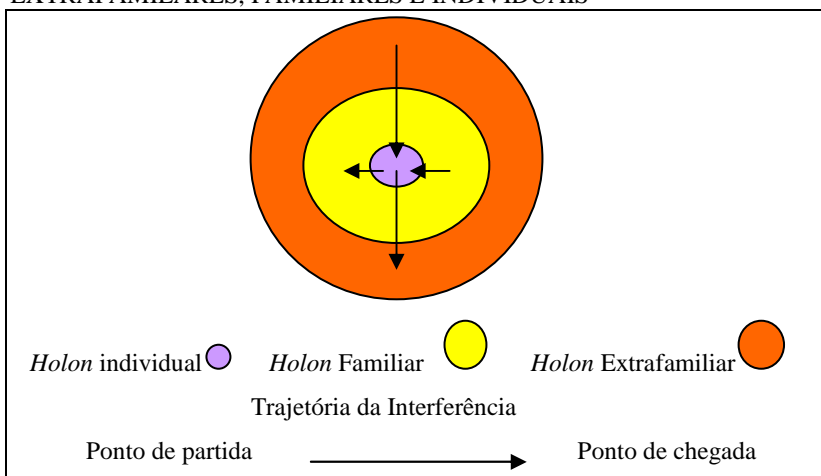
⁵³ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 29.

reconhecimento. Geralmente tomam posições diferentes no constante dar e receber, e o processo promove o seu senso de pertinência a um grupo e o seu senso de escolhas individuais e alternativas dentro de um sistema. Estes padrões serão significativos quando ingressarem nos grupos de companheiros extrafamiliares, no sistema de classe escolar e mais tarde no mundo do trabalho.

Outrossim, analisando-se, por derradeiro, a abordagem da família pela perspectiva sistêmica adotada por Minuchin e Fishman, tem-se como premissa que a família, como *holon*, nela mesma, com os *holons* intrafamiliares, e para além dela própria em suas relações com exterior, com os *holons* extrafamiliares, funciona como um sistema vivo, aberto e dinâmico, em constante troca de informações e energia, de forma a influenciar como também a ser influenciada. Ainda se ressalta:

Ao contrário de outros modelos, este não se limita ao indivíduo e seu contexto. Lida com holons, postulando que mudanças de desenvolvimento no individual afetam a família e que mudanças nos holons familiares e extrafamiliares afetam os holons individuais.⁵⁴

FIGURA 1- TRAJETÓRIA DA INTERFERÊNCIA NOS *HOLONS* EXTRAfamiliares, Familiares e Individuais



⁵⁴ MINUCHIN; FISHMAN, 1990, p. 32.

1.2.2 A família como contexto do desenvolvimento humano a partir do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner

Derivada da Teoria Sistêmica, o Modelo Bioecológico do desenvolvimento humano representa a segunda fase das pesquisas realizadas por seu expoente-criador, o estudioso russo erradicado nos Estados Unidos, Uire Bronfenbrenner. Foi precedido por seus próprios trabalhos iniciados na década de 70, que em sua primeira fase forjaram o Modelo Ecológico do desenvolvimento humano.

A ecologia do desenvolvimento humano envolve o estudo científico da acomodação progressiva, mútua, entre um ser humano ativo, em desenvolvimento, e as propriedades mutantes dos ambientes imediatos em que a pessoa em desenvolvimento vive conforme esse processo é afetado pelas relações ente esses ambientes, e pelos contextos mais amplos em que os ambientes estão inseridos.⁵⁵

O ponto principal de análise do autor é a família e a sua dinâmica funcional bem como os fatores extrafamiliares que influenciam aquela dinâmica e o desenvolvimento humano⁵⁶. Representou e ainda representa um trabalho de crítica ao modelo tradicional de estudos na área do desenvolvimento que vigorava ainda após a metade do século XX⁵⁷, nos quais muito pouco eram observados e analisados os contextos de vida do sujeito, ambientes ecológicos e suas interações, sendo uma “[...] acentuada assimetria, uma hipertrofia da teoria e pesquisa focando as propriedades da pessoa, e somente a mais rudimentar concepção e caracterização do meio ambiente em que a pessoa é encontrada.”⁵⁸

Enquanto que nos anos 70, sua obra destacava de forma mais veemente o impacto do ambiente sobre o desenvolvimento humano e secundariamente o papel dos processos individuais, uma vez que o

⁵⁵ BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano**: experimentos naturais e planejados. Porto Alegre: Artmed, 1996, p.18.

⁵⁶ BRONFENBRENNER, U. Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. **Developmental Psychology**, 22, nº 6, p. 723-742, 1986.

⁵⁷ SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. **Desenvolvimento humano**: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722007000400003&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 07 fev. 2011.

⁵⁸ BRONFENBRENNER, 1996, p. 14.

déficit científico nessa seara era bastante acentuado; com início na década de 90, os processos individuais são trazidos como centrais ao processo de desenvolvimento. Coube ainda o acréscimo de novos conceitos ao paradigma ecológico anterior, formulando o Modelo Bioecológico.⁵⁹

Como supedâneo teórico-metodológico, esse modelo⁶⁰ concebe quatro núcleos dinâmicos e interdependentes, cada um deles representando um recurso a ser utilizado como base para investigar o desenvolvimento humano: o Processo, a Pessoa, o Contexto e o Tempo, o também denominado modelo PPCT. Refere o autor fornecer o quadro PPCT uma taxonomia para identificar as propriedades definidoras de um determinado sistema teórico e seu modelo operacional.⁶¹

Analisando-se o quadro acima apontado, o primeiro núcleo, Processo, desponta sendo o mecanismo central do desenvolvimento, definido como uma troca de energia entre o ser humano em desenvolvimento e o ambiente externo imediato: pessoas, objetos e símbolos.⁶² Por sua vez, o segundo núcleo, Pessoa, faz-se menção àqueles que influenciam o Processo e constituem esse, de acordo com suas características cognitivas, emocionais, motivacionais. Já, o terceiro núcleo, Contexto, alude aos contextos de vida pessoa, o ambiente ou sistema ecológico em que ela se insere. Por último, quanto ao núcleo Tempo, não se faz alusão à idade cronológica, mas ao curso de vida que passa ao longo do tempo histórico, com mudanças que afetam tanto as pessoas como os ambientes.⁶³

De forma superficial, abordaram-se os quatro elementos inerentes ao Modelo Bioecológico elaborado por Bronfenbrenner, dos quais três serão no item seguinte oportunamente aprofundados: o Processo, a Pessoa e o Tempo. Contudo, para análise da família como contexto do desenvolvimento humano, mister o estudo do Contexto de forma mais detalhada a fim de localizar a entidade familiar.

⁵⁹ BRONFENBRENNER, U; CECI, S.J. Nature- nurture reconceptualized in development perspective: A biological model. **Psychological Review**, 101, nº 4, p. 568-586, 1994.

⁶⁰ BRONFENBRENNER, U; EVANS, G. W. **Developmental Science in the 21st Century**: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. *Social Development*, 9, nº 1, p. 115-125, 2000.

⁶¹ BRONFENBRENNER, U. **Growing Chaos in the Lives of Children Youth and Families: How Can We Turn It Around?** 1999. Disponível em: <http://parenthood.library.wisc.edu/Bronfenbrenner/Bronfenbrenner>. Acesso em: 09 fev. 2011.

⁶² BRONFENBRENNER; EVANS, 2000.

⁶³ BRONFENBRENNER; CECI, 1994. BRONFENBRENNER; EVANS, 2000.

O Contexto, portanto, traz à baila a concepção de ambiente ecológico, ou seja, o sistema ecológico organizado de apoio ao desenvolvimento do homem.

Conceitua Bronfenbrenner⁶⁴:

Ambiente ecológico é concebido como uma série de estruturas encaixadas, uma dentro da outra, como um conjunto de bonecas russas.[...]

O meio ambiente ecológico é concebido topologicamente como uma organização de encaixe de estruturas concêntricas, cada uma contida na seguinte. Essas estruturas são chamadas de micro-, meso-, exo- e macrossistema, [...]

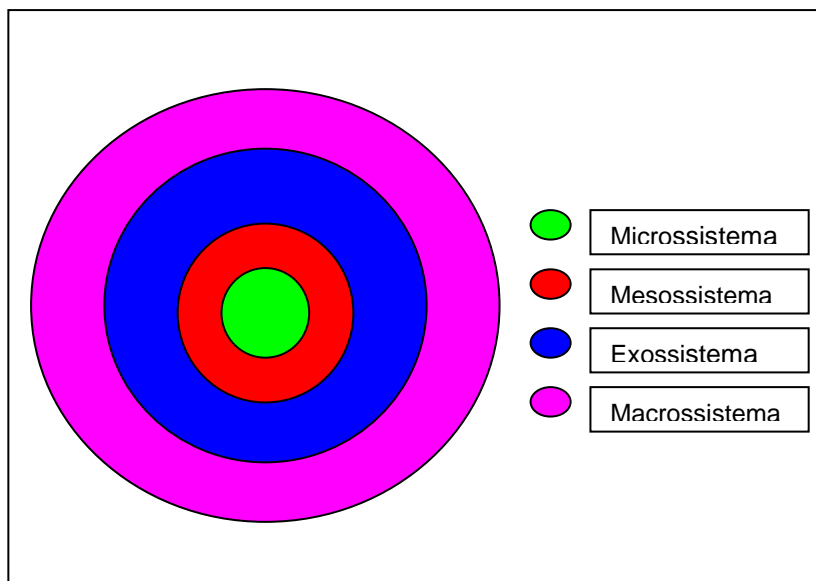
Corroborando o pesquisador, Wendt⁶⁵ leciona:

Este sistema [ecológico] é organizado socialmente por uma série de subsistemas sobrepostos que ajudam a amparar e guiar o crescimento humano. Tais subsistemas, por seu turno, iniciam com o microsistema, seguido, por sua vez, pelo mesossistema, exossistema e macrossistema.

⁶⁴ BRONFENBRENNER, 1996, p. 5 e 18.

⁶⁵ WENDT, N. **Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para parentalidade**. 2006. Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 12.

FIGURA 2- TOPOLOGIA DOS SISTEMAS



Por microsistema, deve-se compreender, o contexto mais imediato de vida daquele que se desenvolve, dentro do qual ocorrerão as interações face a face, com características físicas, sociais, simbólicas que tanto podem estimular ou inibir o engajamento nas interações humanas⁶⁶, ou, de mesmo modo, consoante a lição de Bronfenbrenner⁶⁷, “um padrão de atividades, papéis e relações interpessoais experienciados pela pessoa em desenvolvimento num dado ambiente com características físicas e materiais específicas.”

Logo, esse é o ambiente propício em que opera o Processo, anteriormente descrito como o mecanismo central do desenvolvimento, sendo a troca de energia entre o ser humano em desenvolvimento e o ambiente externo imediato: pessoas, objetos e símbolos⁶⁸. E, como exemplo de microsistema, destaca-se a família, como o contexto primário do desenvolvimento. Nela, estabelecer-se-ão padrões de

⁶⁶ WENDT, 2006, p. 13.

⁶⁷ BRONFENBRENNER, 1996, p. 18.

⁶⁸ BRONFENBRENNER; EVANS, 2000.

interação com o desempenho de atividades específicas a partir de papéis⁶⁹ determinados.

Englobando o microssistema, na Figura 2, está o mesossistema⁷⁰, concebido como um sistema de microssistemas, por compreender as inter-relações entre dois ou mais ambientes em que o sujeito em desenvolvimento participa de forma ativa e freqüente. Um exemplo bastante comum seriam as relações entre família e escola quando do momento em que a criança começa a frequentá-la. Portanto, verifica-se ser a família um microssistema e a escola, outro.

Por sua vez, o exossistema⁷¹, refere-se a um ou mais ambientes nos quais a pessoa em desenvolvimento não está envolvida como um participante ativo, contudo, naquele(s) ambiente(s) ocorre(m) eventos que influenciam ou são influenciados por aquilo que acontece no ambiente vivente daquele que está em desenvolvimento. Nesta pesquisa, falar-se-á do mundo do trabalho dos pais como o exossistema que interfere no microssistema familiar e por consequência, na vida da criança.

O macrossistema⁷², por fim, agasalha todos os outros sistemas: micro, meso e o exo, Figura 2. Alude ao sistema e aos modelos institucionais de cultura e subcultura, valores, crenças, ideologias, sistema sócio-econômico, sistema jurídico, suas normas e princípios, etc. As questões dos estilos parentais transmitidos e vivenciados pela cultura comum do seio social em relação à estrutura da entidade familiar como algo temporário ou mais estável, com uniões informais ou formais, a própria valorização e função dos papéis parentais para determinada sociedade; podem ser mencionados como exemplificações desse último subsistema como também é possível citar as normas que abrem espaço o exercício da função parental no ordenamento jurídico, a exemplo das normas trabalhistas.

Como visto, os contextos de desenvolvimento foram analisados sob a ótica de um modelo que prioriza a interconexão entre eles bem como a influência de contextos maiores, mais amplos e externos ao ambiente imediato do sujeito em desenvolvimento. Isso pode facilmente ser percebido quando se considera a interdependência dos contextos no que tange ao desenvolvimento humano.

⁶⁹ “comportamentos e expectativas associados a uma posição na sociedade”. (BRONFENBRENNER, 1996, p. 18). Exemplo: pai, filho.

⁷⁰ BRONFENBRENNER, 1986.

⁷¹ BRONFENBRENNER, 1996.

⁷² BRONFENBRENNER, 1986.

Bronfenbrenner⁷³, como exemplo clássico do acima referido, relata que os eventos que sobrevêm na família podem afetar o progresso da criança na escola e vice-versa. Outrossim, a capacidade de a criança ler nas séries iniciais depende tanto da forma como é ensinada como dos laços entre família e escola (mesossistema).

Ante o exposto, possível foi localizar a família, sob a perspectiva do Modelo Bioecológico de Uíre Bronfenbrenner como um microssistema, contexto do desenvolvimento humano, que possui relações de interdependência e influência com outros sistemas, micro, meso, exo e macro.

Não se deve olvidar, portanto, que ao mesmo tempo em que a entidade familiar, como um microssistema, pode influenciar os outros sistemas; esses, de igual forma são capazes de alterar as práticas, dinâmicas, interações, valores, crenças da família, promovendo ou inibindo o engajamento nas interações que nela ocorrem, a exemplo das relações pais-filhos.

Nesse sentido, Silva e Dessen⁷⁴ ratificam a significância do microssistema familiar para o desenvolvimento da criança, relatando que “as interações desenvolvidas no microssistema familiar, são, provavelmente as que trazem implicações mais profundas para o desenvolvimento infantil.”

1.3 O DESENVOLVIMENTO INFANTIL NO CONTEXTO FAMILIAR: O MODELO PPCT DE UÍRE BRONFENBRENNER

Primariamente, mister enfatizar que o desenvolvimento infantil está imbricado ao processo de desenvolvimento familiar. Relata-se que o primeiro se desdobra no contexto do segundo, contudo, o processo ativo de transformação e crescimento não pertence somente a um ou a outro, mas a ambos de forma bidirecional e recíproca. Destarte, com esteio no Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, analisar-se-á o desenvolvimento do infante, dentro do microssistema familiar, contexto primário e imediato do desenvolvimento infantil, estabelecendo-se como norte as seguintes premissas:

⁷³ BRONFENBRENNER, 1986 e BRONFENBRENNER, 1996, p. 5.

⁷⁴ SILVA, N. L. P.; DESSEN, M. A. **Deficiência Mental e Família: implicações para o desenvolvimento da criança.** 2001. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722001000200005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 15 fev. 2011.

Primeiro, a pessoa em desenvolvimento não é considerada meramente como uma tábula rasa sobre a qual o meio ambiente provoca o seu impacto, mas como uma entidade em crescimento, dinâmica, que progressivamente penetra no meio ambiente em que reside e o reestrutura. Segundo, uma vez que o meio ambiente também exerce sua influência exigindo um processo de acomodação mútua, a interação entre a pessoa e o meio ambiente é considerada como bidirecional, isto é, caracterizada pela reciprocidade.⁷⁵

Firmando-se nos termos concordantes supracitados, à análise do Modelo PPCT, trabalhar-se-á, inicialmente, o primeiro núcleo desse Modelo: o Processo, elemento sobre o qual o pesquisador russo confere valor indispensável ao desenvolvimento infantil.

1.3.1 Processo Proximal

De constante ocorrência no ambiente familiar, os processos proximais são reconhecidos na interação pai-bebê, mãe-bebê tanto em atividades referentes ao cuidado: alimentação, troca de fraldas, banho, massagem, conforto e ninar do bebê, como em atividades lúdicas, em jogos e brincadeiras realizados pelos pais e também entre as próprias crianças, a exemplo da prática de esportes; não se olvidando das atividades cognitivas/intelectuais alusivas ao aprendizado, estudo, leitura, escrita, entre outras. Assim se conceituam:

A fim de desenvolver- intelectualmente, emocionalmente, socialmente e moralmente um ser humano, seja criança ou adulto, requer-se a mesma coisa: participação ativa em interação progressivamente mais complexa, recíproca com pessoas, objetos e símbolos no ambiente imediato do indivíduo. Para ser efetiva, a interação deve acontecer em uma base bastante regular durante longos períodos de tempo. Tais formas duradouras de interação no ambiente imediato são denominadas processos proximais. Processos

⁷⁵ BRONFENBRENNER, 1996, p. 18.

proximais são referidos como os motores primários do desenvolvimento.⁷⁶

Exemplos de padrões duradouros desses processos são encontrados nas atividades pais-filho e criança-criança, em jogos/brincadeiras em grupo ou sozinhos, na leitura, aprendizado de novas habilidades, resolução de problemas, na execução de tarefas complexas e adquirindo novos conhecimento e know-how.⁷⁷

Sendo assim, de acordo com o conceito adotado, os processos proximais se realizam em atividades solitárias, de interação da pessoa em desenvolvimento com um objeto ou símbolo do meio, cite-se a criança interagindo solitariamente com um livro de histórias; ou em atividades do sujeito em desenvolvimento com outras pessoas. Para esse último caso, tem-se a formação do sistema diádico (dois sujeitos: pai-filho, mãe-filho), do sistema triádico (três pessoas em interação: pai-mãe-filho) e, por último, poliádico (quatro ou mais sujeitos: pai-mãe-irmão-filho).

As díades, no contexto familiar, em especial, pais-filhos, são de fundamental significância ao desenvolvimento infantil, visto que, por si só, na lição de Bronfenbrenner⁷⁸, são contextos críticos para o desenvolvimento da criança, servindo como blocos construtores no microsistema familiar, a partir dos quais se constituirão outras estruturas interpessoais mais complexas, como as tríades e as tétrades à inclusão dos demais membros. Por conseguinte, suscitam um potencial de crescimento psicológico com a assunção de três formas funcionais diferentes⁷⁹:

⁷⁶ “In order to develop --- intellectually, emotionally, socially, and morally --- a human being, whether child or adult, requires the same thing: active participation in progressively more complex, reciprocal interaction with persons, objects, and symbols in the individual's immediate environment. To be effective, the interaction must occur on a fairly regular basis over extended periods of time. Such enduring forms of interaction in the immediate environment are referred to as proximal processes. Proximal processes are posited as the primary engines of development.” (BRONFENBRENNER, 1999, p. 4, tradução nossa)

⁷⁹ “Exemples of enduring patterns of theses processes are found in parent-child and child-child activities, group or solitary play, reading, learning new skills, problem solving, performing complex tasks, and acquiring new knowledge and know-how.” (BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 572, tradução nossa)

⁷⁸ BRONFENBRENNER, 1996, p. 46.

⁷⁹ Adotou-se classificação de BRONFENBRENNER, 1996, p. 46 a 48.

- Díade observacional: efetua-se quando um membro dela presta atenção cuidadosa e continuada à atividade do outro, sendo que esse outro reconhece o interesse demonstrado. Menciona-se como o exemplo o caso de uma criança observando atentamente sua mãe se maquiar, sendo que essa reconhece a atenção da filha e a ela tece comentários.
- Díade de atividade conjunta: ocorre quando os dois membros da díade se percebem realizando uma atividade em conjunto, ainda que não façam a mesma coisa. No caso, poder-se-ia citar uma pescaria entre pai e filho ou filha, em que a criança segura a vara da pescaria enquanto seu pai coloca a isca no anzol.
- Díade primária: essa continua a existir mesmo quando os membros da díade não estão juntos. Cada membro aparece no pensamento um do outro, também influenciando o comportamento do outro, tudo em função do vínculo emocional entre eles. Faz-se referência ao caso de pai e filho ou mãe e filho que pensam um no outro quando estão longe e imaginam o que o outro está fazendo.

Precípua revelar que as díades não são mutuamente exclusivas, destarte, suas incidências podem ser simultâneas bem como possível é a evolução de uma para outra. Portanto, verossímil uma díade observacional evoluir para uma díade de atividade conjunta, e, de igual sorte, essas se sucederem em uma díade primária.⁸⁰ Dentre as três apresentadas, a díade primária denota maior valor no que tange à esfera do desenvolvimento do infante:

Considera-se que estas díades exercem uma poderosa influência na motivação para a aprendizagem e na orientação do curso do desenvolvimento, tanto na presença, quanto na ausência da outra pessoa. Assim, é mais provável que uma criança adquira habilidades, conhecimentos e valores de uma pessoa com a qual estabeleceu uma díade primária do que de uma outra pessoa que só existe quando para a criança quando ambas estão concretamente presentes no mesmo ambiente.⁸¹

⁸⁰ BRONFENBRENNER, 1996, p. 48.

⁸¹ BRONFENBRENNER, 1996, p. 48.

A partir desse entendimento, o pesquisador enfatiza que o poder desenvolvimental das díades, em especial dessa última, está atrelado a três propriedades marcantes: reciprocidade, equilíbrio de poder e relação afetiva⁸².

A primeira delas, o grau de reciprocidade, advém quando de uma díade, a exemplo de atividade conjunta entre pai-filho ou mãe-filho, em que os membros devem coordenar suas atividades um com o outro para a consecução da atividade proposta. Em se tratando de desenvolvimento infantil, a criança adquire habilidades interativas e cognitivas tendo o aprendizado do conceito de interdependência que se forma com tal estímulo. O grau de reciprocidade juntamente com o *feedback* geram padrões de interações/engajamentos mais complexos e, por isso, também aumentam o padrão de complexidade dos processos de aprendizagem.

Por sua vez, o equilíbrio de poder refere a diferença de influência entre os membros da díade e a própria extensão do domínio que um exerce sobre o outro, independentemente do grau de reciprocidade existente. Nesse sentido, o equilíbrio de poder proporciona à criança a aprender, conceitualizar e lidar com relações de poder, atingindo seu desenvolvimento cognitivo e social. De outra banda, à medida que há transferência de poder, normalmente espontânea, qualifica-se como situação ótima para aprendizagem e desenvolvimento, suscitando maior autonomia.⁸³

Em último, tem-se a relação afetiva, que acaba sendo resultado dos sentimentos que são desenvolvidos com a persistência das díades, dada a criação de um vínculo emocional. A relação afetiva que se forma tende a se pronunciar e a se diferenciar mais durante atividade em conjunto, proporcionando-se a composição de uma díade primária. Cumpre destacar que quanto mais positivos e recíprocos forem os sentimentos ali gerados, o compromisso com o bem-estar da criança, maior será a oportunidade de ocorrência de processos desenvolvimentais agregadores aos infantes. O contrário também se demonstra verdadeiro, pois sentimentos negativos, e descompromisso perturbam a formação e manutenção da díade e sua evolução, interferindo prejudicialmente na aprendizagem do infante.

⁸² Ibid., p. 47 e 48.

⁸³ WENDT, 2006, p. 8.

Na cadência do poder dessas propriedades, revela Bronfenbrenner⁸⁴ as condições ótimas de aprendizagem e desenvolvimento para a criança em uma relação diádica:

A aprendizagem e o desenvolvimento são facilitados pela participação da pessoa em desenvolvimento em padrões progressivamente mais complexos de atividade recíproca com alguém a quem a pessoa desenvolveu um apego emocional sólido e duradouro, e quando o equilíbrio do poder gradualmente se altera em favor da pessoa em desenvolvimento.

Soma manifestar que “se um membro de uma díade sofre uma mudança desenvolvimental, é provável que o outro também mude”⁸⁵, ou seja, a díade representa um contexto não tão-só de interações recíprocas, mas de desenvolvimento recíproco. Na medida em que a díade evolui para um relacionamento primário, essa constitui um “sistema desenvolvimental”. Não há negar-se, portanto, que a experiência desenvolvimental dos genitores com o seu bebê desde o seu nascimento ou de um pai e/ou mãe adotante (s) com seu filho desde a sua chegada seja uma experiência menos profunda ou consequencial do que aquela que vive o próprio rebento.⁸⁶

Outrossim, a díade em si sofre influências externas com a presença e participação de outras pessoas, a exemplo do cônjuge, de irmãos. Essa participação indireta de um terceiro na díade é denominada efeito de segunda ordem. Nesse sistema há alteração na complexidade dos processos proximais. Por exemplo, a presença ou ausência da mãe no contexto da díade pai-filho altera a sua dinâmica bem como a presença do pai ou sua ausência de igual forma possui influência na conjuntura da amamentação da díade mãe-bebê.⁸⁷

Paralela ao terreno das díades, está a esfera dos resultados dos processos proximais para as crianças. Competência e disfunção são os frutos por eles gerados. Com o primeiro resultado, competência, há aquisição de conhecimentos, aprendizagem, habilidade no que tange ao direcionamento do próprio comportamento do sujeito em desenvolvimento nos mais variados domínios do ser (intelectual, físico,

⁸⁴ BRONFENBRENNER, 1996, p. 49.

⁸⁵ Ibid., p. 53.

⁸⁶ BRONFENBRENNER, 1996.

⁸⁷ BRONFENBRENNER, 1996, p. 55.

motivacional, socioemocional, artístico, cada um individualmente ou em combinação).⁸⁸ Ainda, quanto maior a sua magnitude, há o desenvolvimento da percepção e resposta diferenciadas, do controle do próprio comportamento, do enfrentamento bem-sucedido do estresse, da aquisição de conhecimentos e habilidades para manutenção de relações mutuamente gratificantes, além da construção e modificação de um próprio ambiente físico, social e simbólico.⁸⁹

Por outro lado, a disfunção é referida como manifestação recorrente de dificuldades do sujeito em manter o controle e integração do comportamento por meio de situações em diferentes domínios do desenvolvimento.⁹⁰ E no que alude à magnitude dos processos proximais oriundos de uma relação negligente, abusiva ou de dominação, a exemplo de pais em detrimento dos filhos, assim doutrina Bronfenbrenner e Ceci⁹¹:

Note-se que tais padrões de comportamento como a negligência, abuso ou dominação implicam, necessariamente, baixos níveis de processo proximal, pois reduzem as possibilidades de cada vez haver uma mais complexa interação recíproca. Na verdade, nós sugerimos que os padrões de comportamento que são predominantemente insensíveis à características e ações de outra pessoa podem ser os principais mecanismos para a efetivação dos potenciais genéticos para respostas de desenvolvimento desajustadas e destrutivas para o ambiente e para si mesmo.

Trazendo o resultado competência e disfunção à baila, tratar-se-á do que é avocado como exposição, elemento que se refere à extensão do contato mantido entre a pessoa em desenvolvimento, a criança, e o processo proximal no qual a pessoa está engajada. Essa exposição varia

⁸⁸ BRONFENBRENNER; EVANS, 2000, p. 118.

⁸⁹ BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 572.

⁹⁰ BRONFENBRENNER; EVANS, 2000, p. 118.

⁹¹ “Note that such patterns of behavior as neglect, abuse, or domination necessarily imply low levels of proximal process because they reduce possibilities for progressively more complex reciprocal interaction. Indeed, we suggest that patterns of behavior that are predominantly unresponsive to the characteristics and actions of another person may be the principal mechanisms for actualizing genetic potentials for developmentally maladaptive and destructive responses toward both the environment and the self.” (BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 572, tradução nossa)

em dimensões e o grau determina sua contribuição para a competência ou para a disfunção no que se acena ao desenvolvimento infantil.⁹²

A primeira dimensão é a duração. Leva-se em conta a média que dura o período da exposição. Ou seja, consoante o conceito adotado de processo proximal, para suscitar competência, deve ocorrer “em uma base bastante regular durante longos períodos de tempo.”⁹³ Cite-se: quanto tempo o pai e a mãe, juntos ou separados, dispõem para estar em contato com seu bebê recém-nascido durante as atividades de cuidado: banho, alimentação, troca de fraldas ou mesmo, quando com crianças maiores, para ler um livro de histórias?

A frequência, por sua vez, é a segunda dimensão. A partir dela, questiona-se com que frequência ocorre a exposição através do tempo: de hora em hora, diariamente, semanalmente, mensalmente. A exemplo: de quanto em quanto tempo o pai e a mãe, juntos ou separados, engajam-se em uma atividade de cuidado com o bebê: colocá-lo para dormir, ninar, alimentá-lo, fazer massagem, brincar, ou, em atividades pertinentes a filhos maiores, como leitura, alguma brincadeira, passeio, auxílio nos estudos?

Figurando em terceiro está a interrupção, a qual deve ser avaliada tendo em vista a frequência de interrupções em cada interação, tal seja, se a interação é realizada em bases previsíveis ou é constantemente interrompida. Menciona-se o caso de uma mãe ou pai que nunca consegue terminar ou dar continuidade a algo que esteja fazendo com seu filho, por conta de trabalho ou outras atividades/afazeres.

A quarta dimensão é o *timing* da interação. Consoante o autor⁹⁴, essa dimensão é bastante crítica. No caso da criança, a resposta dos pais deve ser breve o suficiente para o atendimento das demandas do bebê (choro por conta de fome, sono, cólica), pois isso o ajuda a conectá-lo psicologicamente com o seu estado momentâneo. Essa resposta, com o crescimento da criança, pode ser adiada; contudo, narra que a demora daquela pode prejudicar o desenvolvimento de comportamento de autorregulação do próprio do infante.

Por último, desponta a intensidade como quinta dimensão. Diz respeito ao vigor da exposição. Quando a exposição ao processo proximal é breve, acontece sem frequência e não possui bases regulares, é mais provável que haja resultados desenvolvimentais disruptivos.

⁹² Adotou-se o conceito e as cinco dimensões relatadas em BRONFENBRENNER; EVANS, 2000, p. 118.

⁹³ BRONFENBRENNER, 1999, p. 4.

⁹⁴ BRONFENBRENNER; EVANS, 2000, p. 118.

No contexto de exposição ao processo proximal como de contribuição para o resultado competência ou disfunção, existem ainda outros elementos que podem sugerir acréscimo ou prejuízo à qualidade do processo proximal estabelecido entre pais e filhos.

Permite-se, à qualidade do processo proximal efetuado, a realização de potenciais genéticos das crianças, uma vez que, na lição de Bronfenbrenner e Ceci⁹⁵, por intermédio dos processos proximais, os genótipos são ativados no funcionamento psicológico do infante em desenvolvimento.

Contudo, de acordo com os pesquisadores, “nem todas as possibilidades genéticas que uma criança possui encontra realização na forma fenotípica”.⁹⁶ Isso se deve ao fato de que a predisposição individual necessita da existência de estruturas de oportunidades. Ou seja, o desenvolvimento das habilidades infantis, estejam elas em qualquer domínio das múltiplas inteligências⁹⁷, depende das características das pessoas, objetos e símbolos presentes em seu ambiente imediato. A ver, uma criança para aprender um instrumento musical, deve estar em contato com ele e também com alguém que possa ensinar ou aperfeiçoar o que já foi aprendido de forma autodidata.

Sendo assim, apresenta-se o primeiro elemento de influência nos processos proximais, os recursos. Os pais, nessa conjuntura, possuem importância ímpar a fim de detectar as pistas e iniciativas infantis, respondendo-as a fim de engajar a criança em novas atividades com objetos, brinquedos, símbolos, pessoas, expondo-as a novos processos proximais de desenvolvimento. Entretanto, isso requer tanto recursos cognitivos dos pais como também materiais, que são importados do mundo exterior. Sendo assim, em famílias desfavorecidas, o mesmo processo proximal pode não render o mesmo retorno do que em famílias mais abastadas seja intelectual ou materialmente, a exemplo do ensino de matemática por pais que não possuem o conhecimento necessário para tal.⁹⁸

Outro elemento de influência à qualidade dos processos proximais, que os operam de forma eficaz, contribuindo para o resultado

⁹⁵ BRONFENBRENNER; CECI, 1994.

⁹⁶ “Not all of the genotypic possibilities that a given child possesses find realization in phenotypic form.” (BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 575, tradução nossa)

⁹⁷ Teoria das Múltiplas Inteligências de Howard Gardner: linguística, musical, interpessoal, intrapessoal, lógico-matemático, espacial, naturalista e existencial. (Ver: GARDNER, Howard. **Estruturas da Mente**: A Teoria das Inteligências Múltiplas. Porto Alegre. Artes Médicas, 1994 e GARDNER, Howard, **Inteligências Múltiplas**: A Teoria na Prática. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.)

⁹⁸ BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 576.

competência é o grau de estabilidade do ambiente imediato. Nesse caso, inclui-se o grau de estabilidade da família (microsistema), ambiente imediato da criança, como fator de influência nos processos proximais, agregando para o seu proceder, em especial nas relações pais-filhos.

No seio familiar, alguns fatores geram instabilidade e estresse, em especial mudanças em sua estrutura, a exemplo das ocasionadas por separação ou divórcio e recasamentos, o que resulta em prejuízo ao desenvolvimento infantil⁹⁹, como bem explana Emma Adam em pesquisa:

A pesquisa recente sugere que existem associações entre o grau de instabilidade ambiental e as dificuldades de adaptação, de tal forma que as crianças expostas a altos níveis de instabilidade familiar (por exemplo, separações mais freqüentes de figuras parentais e mais freqüentes trocas de residência) mostram um pior ajuste/adaptação em uma variedade de domínios desenvolvimentais.

[...]

Como e por quê podem as separações das figuras parentais terem esses efeitos? Teóricos do apego têm sustentado que os sentimentos das crianças sobre segurança estão fortemente determinados pelas suas percepções internalizadas da disponibilidade de seus cuidadores primários. Apesar de ameaças à disponibilidade de cuidadores terem seus efeitos mais visíveis em lactentes, essas ameaças provocam profundos sentimentos de ansiedade, raiva e desespero por toda a infância e adolescência, e, portanto, têm implicações para a saúde emocional (Kobak, 1999). Kochansk (2003) também forneceu evidências de que a história internalizada de emoção positiva e confiança mútua entre pai e filho ("mutua orientação reponsiva") é uma base importante para a consciência.

[...]

A violação da confiança envolvida na perda repetida dos cuidadores tem implicações não

⁹⁹ Sobre isso, vale ressaltar que nem todas as separações ou divórcios são tão prejudiciais à criança, uma vez que em certos contextos de conjugalidade disfuncional e deletéria há um prejuízo enorme para o desenvolvimento infantil.

apenas para a percepção de outras pessoas, mas também para a percepção de si mesmo.¹⁰⁰

No contexto familiar, ainda, outros elementos geram instabilidade, estresse, sendo, por conseguinte, deletérios à criança. Logo, as crises conjugais entram nesse rol juntamente com a harmonia versus desarmonia da relação conjugal influenciando no desenvolvimento dos filhos. Segundo Dessen e Braz¹⁰¹, há uma interação entre esses dois subsistemas, sabido que:

A relação marital tem um papel fundamental tanto para as relações estabelecidas entre os genitores e seus filhos quanto para o desenvolvimento de suas crianças, em geral. Relações conjugais satisfatórias, são fontes de apoio para maridos e esposas, favorecendo relações parentais de boa qualidade. Isto é, casamentos bons estão ligados positivamente à sensibilidade parental e casamentos ruins, à insensibilidade dos genitores e, conseqüentemente, a um desenvolvimento infantil bem ou mal-ajustado, respectivamente.

Bronfenbrenner e Ceci corroboram tal entendimento, acrescentando:

¹⁰⁰“Recent research suggests that there are associations between the degree of environmental instability and difficulties in adjustment, such that children exposed to higher levels of family instability (e.g. more frequent separations from parent figures and more frequent residential moves) show worse adjustment across a variety of developmental domains. [...] How and why might separations from parent figures have these effects? Attachment theorists have long argued that children’s feelings of security are strongly determined by their internalized perceptions of the availability of their primary caregivers. Although threats to the availability of caregivers have their most visible effect in infants, such threats provoke profound feelings of anxiety, anger, and despair throughout childhood and adolescence, and therefore have implications for emotional health (Kobak, 1999). Kochansk (2003) also provided evidence that the internalized history of mutual positive emotion and trust between a parent and child (‘mutually responsive orientation’) is an important basis for conscience. [...] The violation of trust involved in the repeated loss of caregivers has implications not only for perception of other people, but also for perceptions of the self.” (ADAM, Emma K. Beyond quality: Parental and residential stability and children’s adjustment. **Current Directions in Psychological Science**, 13 (5), p. 210-211, 2004, tradução nossa)

¹⁰¹ DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. In: DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIOR, A. L. (Org.). **A ciência do desenvolvimento humano**: tendências atuais e perspectivas futuras. Porto Alegre: Artmed, 2005, p. 142 e 143.

[...] o estresse e a inconsistência no seio da família têm efeitos disruptivos no desenvolvimento da criança, tanto para os resultados de disfunção no desenvolvimento e competência cognitiva. Por exemplo, o grau de conflito versus harmonia no casamento influencia os padrões de interação entre pais e filhos (Belsky & Rovine, 1990), que por sua vez afeta o desempenho das crianças na escola e o comportamento social em sala de aula (Cowan, Cowan, Schulz & Heming, 1994). Ao mesmo tempo, a qualidade do relacionamento conjugal tem se demonstrado ser fortemente afetada por fatores extra-familiares, como as condições de trabalho.¹⁰²

De mesma sorte que afeta o relacionamento conjugal diretamente, o mundo do trabalho também opera de forma a prejudicar a efetividade dos processos proximais entre pais e filhos no ambiente familiar no momento em que aquele se torna instável e estressor atingindo diretamente a relação marital, ecoando seus efeitos sobre a relação pai-filho. Nesse sentido, vê-se a influência do exossistema, mundo do trabalho sobre o microsistema da vida infantil:

Outra forma que o estresse pode ser introduzido a partir do local de trabalho do pai na vida de uma criança é através do seu impacto na relação conjugal. Estudos de relatório diário têm demonstrado uma ligação no mesmo dia entre estressores no trabalho e a retirada social bem como a tensão nas interações conjugais (Bolger, DeLogis, Kessler, & Wethington, 1989; Repetti, 1989; Schulz, Cowan, Cowan, & Brennan, 2004; Story & Repetti, 2006). Estudos sobre os caminhos do estresse e fluxo da emoção sugerem que a tensão na relação conjugal influencia a interação dos pais com seus filhos (Almeida,

¹⁰² “Subsequent research has provided more specific evidence that stress and inconsistency within the family have disruptive effects on children’s development, both for outcomes of developmental dysfunction and cognitive competence. For example, the degree of conflict versus harmony in the marriage influences patterns of parent-child interaction (Belsky & Rovine, 1990), which in turn affects children’s school achievement and social behavior in the classroom (Cowan, Cowan, Schulz, & Heming, 1994). At the same time, the quality of the marital relationship has itself been shown to be powerfully affected by extra-familial factors such as conditions at work.” (BRONFENBRENNER; CECI, 1994, p. 576, tradução nossa)

Wethington, & Chandler, 1999). Portanto, qualquer impacto que os estressores de trabalho têm sobre a díade conjugal também pode ser ecoado na díade pai-criança.¹⁰³

Outrossim, influência direta do trabalho, em termos de instabilidade e estresse, sobre as interações parentais é evidenciada:

Kanter (1977) introduziu o conceito de "absorção do trabalho" para descrever a extensão que o trabalho faz de exigências sobre sua energia física e mental. No mesmo ano, Heath (1977) estudou os efeitos desse fenômeno e informou que havia um "efeito de estreitamento" nos homens, que tinham pouco tempo para atividades não relacionadas ao trabalho, incluindo o tempo gasto com os filhos. Absorção do trabalho tende a gerar culpa e aumento da irritabilidade e impaciência no trato com a criança. Dois estudos foram mais um passo para demonstrar a interação entre o trabalho e a família como um sistema de duas vias, em ambos os sentidos, das tensões, satisfação, e os modos de interação (Crouter, 1984; Piotrkowski, 1979)¹⁰⁴

¹⁰³ “Another way that stress can be introduced from the parent’s workplace into a child’s life is through its impact on the marital relationship. Daily report studies have demonstrated a same-day linkage between stressors at work and both social withdrawal and tension in marital interactions (Bolger, DeLogis, Kessler, & Wethington, 1989; Repetti, 1989; Schulz, Cowan, Cowan, & Brennan, 2004; Story & Repetti, 2006). Studies on paths of stress and emotion flow suggest that tension in the marital relationship influences parents’ interactions with their children (Almeida, Wethington, & Chandler, 1999). Therefore, any impact that work stressors have on the marital dyad may also be echoed in the parent- child dyad.” (REPETTI, R.L.; WANG, S. Parent employment and chaos in the family. In: EVANS, G.W; WACHS, T.D. (Eds.), **Chaos and its influence on children's development**: An ecological perspective, Washington, D.C.: American Psychological Association, 2009, p. 193, tradução nossa).

¹⁰⁴ “Kanter (1977) introduced the concept of “work absorption” to describe the extent to which work made demands on one’s physical and mental energy. In the same year, Heath (1977) studied the effects of this phenomenon and reported that it had a “narrowing effect” on men who had little time for nonwork activities, including spending time with their children. Work absorption tended to generate guilt and increased irritability and impatience in dealing with the child. Two studies have gone a step further to demonstrate the interaction between work and family as a two- way system, with “spillover”, in both directions, of tensions, satisfactions, and modes of interaction (Crouter, 1984; Piotrkowski, 1979).” (BRONFENBRENNER, 1986, p. 729, tradução nossa.)

Pesquisa recente de Repetti e Shu-wen Wang sustenta essa linha de raciocínio:

A sobrecarga de trabalho ocorre quando as demandas pesadas são colocadas para os trabalhadores, ou seja, quando o número de tarefas e responsabilidades e o ritmo em que devem ser completa são elevados. A pesquisa sugere que a sobrecarga de trabalho pode ter um impacto sobre a família através de sua influência sobre a energia, humor e comportamento empregados pelo cuidador. Um padrão de resultados sugere que uma grande demanda de atenção e energia dos recursos paternos drenados no local de trabalho prejudica o acompanhamento e supervisão das crianças.¹⁰⁵

Como abordado, o grau de estabilidade do próprio microssistema familiar, incluindo-se também a interferência do exossistema do trabalho, no caso desta pesquisa, atuam no microssistema da vida infantil tanto direta quanto indiretamente.

Logo, ante todo o exposto, resta cristalino que os processos proximais realizados na família, em especial, entre pais e filhos, podem contribuir efetivamente à promoção das competências da criança, incluindo inclusive as de mais tenra idade, desde que ocorram com pessoas engajadas, por longos períodos de tempo, tenham uma base regular de frequência, aumento de complexidade das atividades; existindo reciprocidade, equilíbrio de poder, vínculo emocional.

Ainda se acrescenta o mister do grau de estabilidade familiar no que tange ao contexto para o desenvolvimento do infante, bem como dos recursos a fim de satisfazer as necessidades e promover as habilidades infantis. Se assim for, podem os processos proximais

¹⁰⁵ “Work overload occurs when heavy demands are placed on workers, that is, when the number of tasks and responsibilities, and the pace at which they must be completed are elevated. Research suggests that work overload can have an impact on the family via its influence on and employed parent’s energy, mood and behavior. One pattern of findings suggests that heavy demands for attention and energy in the workplace drain parent’s resources and detract from their monitoring and supervision of children.”(REPETTI, R.L., & WANG, S. Parent employment and chaos in the family. In: EVANS, G.W.; WACHS, T.D., (Eds.), **Chaos and its influence on children's development**: An ecological perspective, Washington, D.C.: American Psychological Association, 2009, p. 192, tradução nossa.)

funcionar como fatores de proteção¹⁰⁶ para as crianças, ao reduzir os “efeitos negativos das adversidades que vivenciam, possibilitando-lhes responder positivamente às demandas de cada uma dessas etapas [do seu próprio desenvolvimento]”.¹⁰⁷

1.3.2 Pessoa

Como segundo núcleo do Modelo PPCT, estão as características pessoais de ambos os envolvidos no processo de desenvolvimento: no contexto familiar, citem-se pais-filhos, adultos- crianças. Essas características sejam socioemocionais, motivacionais ou cognitivas, consoante o discurso de Bronfenbrenner e Morris,¹⁰⁸ podem direcionar o curso dos processos proximais, dada a capacidade de afetar o sentido (direção) e o poder deles, sendo que, ao mesmo tempo tais características podem ser concebidas como produtos da própria dinâmica desenvolvimental.

Influenciando no processo de desenvolvimento infantil, há três domínios referentes às características pessoais nos termos acima: disposições, recursos e demandas¹⁰⁹, os quais possuem o condão de ativar ou retardar a ocorrência dos processos proximais.

Nessa esteira, ao se falar em disposição, o primeiro domínio, mencionam-se tanto as características desenvolvimentais generativas como as características desenvolvimentais disruptivas. A primeira diz respeito às disposições que comprometem de forma positiva os processos proximais. Citam-se: curiosidade, iniciativa, engajamento em atividades individuais ou coletivas, responsividade à iniciativa de outros, prontidão para adiar gratificação imediata para perseguir metas a longo prazo. De outra banda, as características desenvolvimentais disruptivas acabam por dificultar os processos proximais e dentre elas,

¹⁰⁶ Ao contrário dos fatores de risco, os fatores de proteção são recursos que ajudam a reduzir ou neutralizar os efeitos negativos do ambiente, diminuindo a possibilidade de a pessoa apresentar problemas físicos, sociais ou emocionais, ou mesmo reduzindo a gravidade desses problemas. (WENDT, 2006, p. 2 e POLETO, M; KOLLER, S. H. Contextos ecológicos: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. *Estudos de Psicologia*, julho-setembro, Campinas, p. 405 a 416, 2008.)

¹⁰⁷ SILVA, M. R. S. *A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança*: o papel da sensibilidade materna e do suporte social. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Enfermagem, Saúde e Sociedade) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003. p. 41.

¹⁰⁸ BRONFENBRENNER, U; MORRIS, P.A. The Bioecological Model of Human Development. In: DAMON, W; LEMER, R. M. (Eds). *Handbook of child psychology*: theoretical models of human development. 6ª ed. v 1, p. 795- 812, 2006.

¹⁰⁹ BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006.

encontram-se: impulsividade, explosividade, desatenção, inabilidade de adiar a gratificação, dificuldade de manter o controle sobre as emoções e o comportamento, tendência à agressão e violência; apatia, insegurança, timidez, tendência a evitar ou se retirar de uma atividade, falta de interesse das coisas ao redor, indiferença.¹¹⁰

Por sua vez, os recursos, o segundo domínio, de acordo com os autores; trazem à baila elementos para o funcionamento efetivo do processo proximal nos estágios de desenvolvimento. Constituem-se em: deficiências e habilidades psicológicas. As primeiras aludem à limitação da capacidade do organismo de se engajar nos processos proximais. Reporta-se a defeitos genéticos, danos cerebrais, baixo peso ao nascer, deficiências físicas, doenças severas e persistentes. Logo, as segundas, apontam a aptidões, competências, experiências, conhecimentos que foram desenvolvidos durante a vida; habilidades que facilitam a efetividade dos processos proximais, corroborando para o aumento da complexidade deles.

Por último, têm-se as demandas pessoais. Trata-se de características que versam sobre a capacidade de encorajar ou desencorajar reações do meio ambiente social que podem prejudicar ou favorecer os processos proximais e o crescimento psicológico. Cabem nesse espectro a personalidade e a aparência. A exemplo, como referem Bronfenbrenner e Morris¹¹¹, de bebês alegres, que chamam mais atenção e tal personalidade propicia a interação, do que bebês irritados, não tão atrativos à interação.

Não se olvide que outras características como idade, gênero, etnia, influenciam nos processos proximais e em seus resultados e que todos os três domínios das características pessoais são pertinentes a ambos os que figuram no processo desenvolvimental.

1.3.3 Contexto

No item 1.2.2, denominado “A família como contexto do desenvolvimento humano a partir do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner”, foi tratada a temática dos sistemas ecológicos organizados no âmbito do Contexto do modelo PPCT: o microsistema, o mesossistema, o exossistema e o macrosistema; estruturas concêntricas encaixadas. A família, nessa conjuntura, portanto,

¹¹⁰ BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006.

¹¹¹ BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006.

encontra-se no âmbito do microsistema, ambiente primário onde ocorre o desenvolvimento infantil.

Contudo, neste item, com supedâneo nos conceitos alhures estudados, far-se-á uma avaliação das atuais condições da estrutura familiar brasileira em face do que Bronfenbrenner constata como uma “desordem crescente na família” com repercussão negativa no desenvolvimento das crianças tanto em termos de competências como de caráter, perpassando às próximas gerações.¹¹²

Suscita o autor que reflexos das mudanças na família ocorridas nas últimas décadas impactaram o desenvolvimento infantil. Em que pese tratar o pesquisador russo da realidade da família americana, os pontos a serem abordados são fenômenos evidenciado também na realidade brasileira¹¹³, como se demonstrará a seguir.

O primeiro ponto diz respeito ao aumento significativo de famílias monoparentais, desde as últimas décadas do século XX, sejam elas fruto de divórcio ou mesmo de relacionamento de um genitor sem que esse nunca tivesse convivido maritalmente com o outro genitor de seu filho.

Esse aumento iniciou na década de 60 nos Estados Unidos e em países europeus como a França, Suíça na década de 70, e disseminou-se mundialmente, atingindo também o Brasil. Dentre os fatores secundários históricos associados a esse aumento estão: a aceitação das uniões “informais” e novos arranjos familiares, bem como entrada das mulheres no mercado de trabalho. Mas, como fator primário e determinante de ampla repercussão social e legislativa para o aumento das famílias monoparentais, foi a legalização do divórcio em 1977.¹¹⁴

Na tabela a seguir, é possível visualizar o aumento das famílias monoparentais no país. Enquanto que até 1980 essas famílias constituíam o terceiro grupo dos arranjos familiares no Brasil, a partir de 1981, deslocaram-se para o segundo grupo.

¹¹² BRONFENBRENNER, U. Growing chaos in the lives of children and families. How can we turn it around? In: WESTMAN, J.C. (Ed). **Parenthood in America**. Madison: University of Wisconsin Press. p. 115- 125, 2001.

¹¹³ No Brasil, bastante comum é o fenômeno de circulação de crianças, “como estrutura básica da organização de parentesco em grupos brasileiros de baixa renda [...]” (FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995, p. 15.)

¹¹⁴ SANTOS, J. B. dos; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para assuntos jurídicos. V. 10. n. 92. out/2008 a jan 2009. Disponível em: www.presidencia.gov.br/revistajuridica. Acesso em: 18 mai. 2011.

TABELA 1- CRESCIMENTO (%) DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO O TIPO DE ARRANJO INTERNO, FAMÍLIA E NÃO-FAMÍLIA, 1970- 1989.¹¹⁵

Tabela 1								
CRESCIMENTO (%) DOS DOMICÍLIOS PARTICULARES SEGUNDO O TIPO DE ARRANJO INTERNO, FAMÍLIA E NÃO-FAMÍLIA BRASIL, 1970-1989								
TIPOS DE UNIDADES DOMÉSTICAS	DISTRIBUIÇÃO				CRESCIMENTO MÉDIO ANUAL		CONTRIBUIÇÃO PARA O TOTAL DO CRESCIMENTO	
	1970	1980	1981	1989	1970-80	1981-89	1970-80	1981-89
I. FAMÍLIAS	94.2	93.5	93.8	92.6	3.67	3.40	91.9	89.1
I.1 Casal com filhos	67.8	65.0	65.0	61.0	3.31	2.80	60.4	48.7
I.2 Casal sem filhos	12.5	12.9	12.0	12.5	4.08	4.10	14.2	14.3
I.3 Mãe ou pai com filhos	10.8	12.3	13.5	15.2	5.11	5.50	16.6	22.2
I.4 Outras	3.1	3.3	3.3	3.4	4.40	4.00	5.0	3.9
II. NÃO-FAMÍLIAS	5.8	6.5	6.2	7.4	4.94	5.90	8.1	10.9
II.1 Pessoas sozinhas	5.0	5.8	5.6	6.8	5.30	4.70	7.8	10.5
II.2 Grupo de 2 ou + pessoas sem parentesco	0.8	0.7	0.6	0.5	2.37	1.20	0.5	0.4
TOTAL*	100.0	100.0	100.0	100.0	3.75	3.60	100.0	100.0
- Nº de domicílios particulares	18.48	26.7	27.69	36.66	8.22	8.966		
- Nº de pessoas nos domicílios Particulares	89.9	117.9	119.2	143.2	28.00	24.035		

Fonte: Censos Demográficos 1970 e 1980, PNAD 1981 e 1989.

- (1) Os dados do período 1981-89 não incluem a população da área rural da Região Norte.
- (2) Na classificação dos domicílios não se incluem agregados, pensionistas, empregados domésticos e seus parentes.
- (3) As famílias residem ou não com parentes, aliás, em 1989 tão-só 11.8% total das famílias residiam com parentes.
- (*) Valores absolutos em milhares.

¹¹⁵ Tabela retirada da pesquisa: GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesq. São Paulo**, p. 07-22, n. 91, nov, 1994, p. 15. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n91/n91a01.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

Observa-se que o aumento do número de famílias monoparentais e a sua colocação galgada incluiu a chefia desse arranjo familiar por mulheres:

TABELA 2- PROPORÇÃO DE FAMÍLIA COM CHEFES MULHERES¹¹⁶

Tabela 4						
PROPORÇÃO* DE FAMÍLIAS COM CHEFES MULHERES E TAMANHO MÉDIO DAS FAMÍLIAS SEGUNDO A RESIDÊNCIA						
BRASIL	1950	1960	1970	1980	1986	1989
Total	12.1	10.7	13.0	15.6	18.4	20.2
Urbano	—	14.0	15.7	18.0	20.6	22.4

SITUAÇÃO DE RESIDÊNCIA	1970	1980	1981	1989
Total de domicílios (1)	4.8	4.4	4.3	3.9
Urbana	4.6	4.2	4.1	4.8
Rural	5.1	4.8	4.8	4.4
Total de famílias (2)	5.0	4.6	4.5	4.1
Urbana	4.7	4.4	4.3	4.0
Rural	5.3	5.0	5.1	4.6

Fonte: IBGE, Censos Demográficos e Perfil Estatístico de Crianças e Mães no Brasil, 1981 e Tabulações Especiais, 1989.

* A população rural da Região Norte não foi incluída nas PNADs.

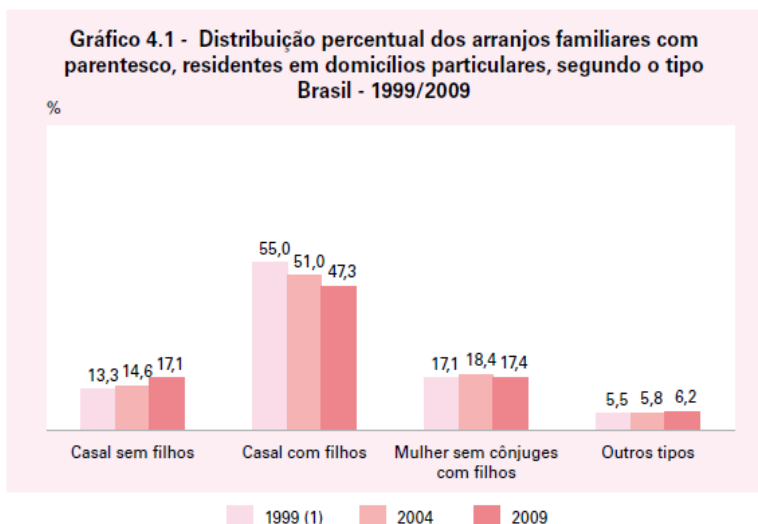
(1) Unidade doméstica inclui todas as pessoas residentes nos domicílios particulares, com ou sem laços de parentesco.

(2) Famílias inclui somente as pessoas, residentes em domicílios particulares, com laços de parentesco (de sangue, adoção ou casamento).

¹¹⁶ Tabela retirada da pesquisa: GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. *Cad. Pesq. São Paulo*, p. 07-22, n. 91, nov, 1994, p. 15. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n91/n91a01.pdf>. Acesso em: 07 set. 2011.

E como resultado desses fenômenos, de 1999 a 2009, as famílias monoparentais lideradas por mulheres compõem o segundo maior arranjo familiar.

FIGURA 3- DISTRIBUIÇÃO PERCENTUAL DOS ARRANJOS FAMILIARES COM PARENTESCO, SEGUNDO O TIPO- 1999/2009¹¹⁷



Sendo assim, suscita-se o ponto crítico em relação ao desenvolvimento infantil no que se refere à criação dos filhos no contexto de uma família monoparental. Bronfenbrenner¹¹⁸ questiona algo fundamental: há uma figura, um segundo cuidador presente em uma base regular, que não apenas possui o condão de se engajar em atividades com a criança, mas oferecer apoio tanto material quanto emocional para a mãe chefe dessa família?

¹¹⁷ Retirada da obra: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2011.

¹¹⁸ BRONFENBRENNER, 2001.

Como é sabido, no caso das famílias monoparentais, a maioria chefiada por mulheres, acaba sendo ela o único genitor responsável, na maior parte das vezes pela provisão das crianças, seja no sentido material bem como emocional. E, quando o único cuidador sai para trabalhar, a quantidade de adultos presentes e efetivamente engajados para suprir as necessidades de cuidado das crianças: no sentido dos afazeres, do estímulo à educação, acompanhamento escolar e emocional, da transmissão de valores, limites; apresenta-se em falta.

Outrossim, a família monoparental não é, geralmente, formada por opção da mulher; ao contrário, apresenta-se como fruto de uniões que não lograram êxito, enfim, por separações, divórcios, ou mesmo por abandono de lar. Dessa forma, essas crianças possivelmente já sofreram ou ainda sofrem pelo afastamento de uma das figuras parentais bem como pela própria separação e/ou divórcio e todas as consequências emocionais, familiares e financeiras que tal condição ofertou.

Devido a todos os fatores supracitados, questiona-se sobre a quantidade e qualidade dos processos proximais desenvolvidos e o limite da atuação e a própria existência de uma rede de apoio efetiva. Até que ponto a família extensa, a vizinhança, a comunidade, a escola, as instituições governamentais, o ordenamento jurídico por meio de suas normas e o próprio ambiente de trabalho estão conseguindo ofertar o apoio necessário e suficiente a esse genitor e a essa criança.

De mesma sorte, por fim, indaga-se sobre quais modelos parentais estar-se-ão exercendo e transmitindo, tendo em vista a falta de apoio para tal; quais valores são absorvidos pelas crianças?

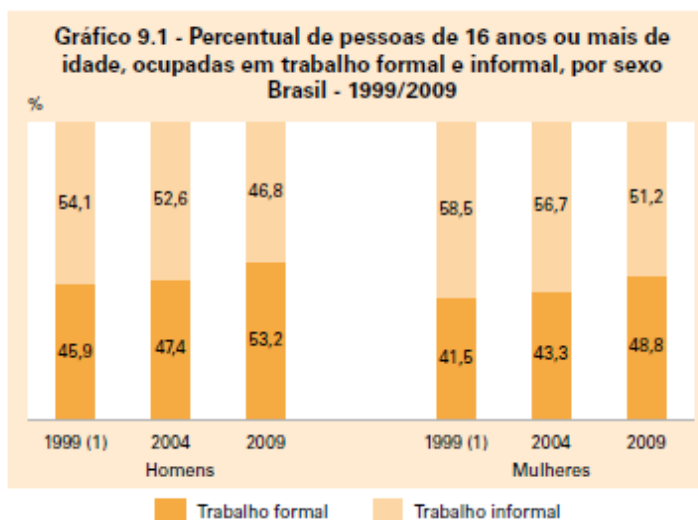
Enfim, o grau de estabilidade que essa conjuntura familiar propõe à criança, visto que é fonte de influência sobre a qualidade dos processos proximais (vide item 1.3.1) juntamente com os recursos para provisão das necessidades e habilidades dos filhos, não se apresentam como fatores de proteção à qualidade dos processos proximais e por consequência, ao desenvolvimento infantil.

O segundo ponto suscitado por Bronfenbrenner,¹¹⁹ na conjuntura das alterações atuais do contexto familiar no que tange aos efeitos deletérios ao desenvolvimento infantil, alude ao fato de que os pais estão trabalhando cada vez mais e isso, por sua vez, tem gerado um declínio na participação deles como membros ativos e como mentores das atividades com seus filhos. Relata que há um conflito crescente entre as exigências do trabalho e da família. Esse ponto agasalha tanto as famílias biparentais como as monoparentais.

¹¹⁹ BRONFENBRENNER, 2001.

Demonstra o IBGE, conforme gráfico abaixo, um aumento considerável da participação do trabalho formal para ambos os sexos de 1999 a 2009. Isso se deve justamente a esse período de crescimento econômico e criação de novos postos de trabalho no Brasil. E, em relação à participação feminina no mercado de trabalho formal, houve um aumento: em 1999 era de 24,2% e, em 2009 passou para 30,3%.

FIGURA 4- PERCENTUAL DE PESSOAS DE 16 ANOS OU MAIS OCUPADAS EM TRABALHO FORMAL E INFORMAL POR SEXO. 1999/2009¹²⁰



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios 2009.

Notas: 1. Para classificação dos trabalhos formais ou informais, foi utilizada a definição da Organização Internacional do Trabalho - OIT (PERFIL..., 2009).

2. Inclui empregado com carteira de trabalho assinada, trabalhador doméstico com carteira de trabalho assinada, militar, funcionário público estatutário, conta própria e empregador que contribuíam para a previdência social.

(1) Exclusiva a população rural de Rondônia, Acre, Amazonas, Roraima, Pará e Amapá.

Tais dados mencionados podem conduzir a fatos sociais importantes. Se por um lado busca-se satisfazer as necessidades

¹²⁰ Retirada da obra: IBGE. **Síntese de indicadores sociais**: uma análise das condições de vida da população brasileira. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2011.

financeiras familiares, fazendo que tanto o pai quanto a mãe, membros de famílias biparentais ou monoparentais engajem-se cada vez mais no ideário do trabalho como esteio de sua sobrevivência, por outro lado; a criação dos filhos é prejudicada. Bronfenbrenner¹²¹ refere ser isso um conflito entre as duas maiores atividades humanas:

Nós criamos um conflito entre as duas maiores atividades humanas em que as pessoas estão engajadas. Uma é o trabalho e a outra é a criação da nova geração. Nós opusemos os dois, um contra o outro, quando deveriam ser complementares.¹²²

Hodiernamente, o mundo do trabalho precário e flexibilizado acaba por sacrificar a vida do trabalhador e o seu contexto familiar, o que interfere diretamente na criação, acompanhamento e desenvolvimento das habilidades dos filhos.

A participação qualitativa dos pais nos processos proximais, como mentores de atividades conjuntas, de formação de díades primárias, tem entrado em declínio. Por conseguinte, o investimento parental no desenvolvimento infantil, comprometido com a formação da próxima geração no que se refere a valores, caráter, comportamento, sociabilidade, cognição, desempenho acadêmico, não tem estado em primeiro plano, inclusive devido à ausência. E nessa perspectiva, suscita-se o seguinte questionamento: quem cuida das crianças enquanto os pais estão ausentes, trabalhando, e que valores são a elas transmitidos?

Esse é justamente o terceiro ponto trazido à baila pelo pesquisador russo, o qual merece aqui ser transcrito, como última referência à parte do Contexto:

Ao mesmo tempo [em que não há participação dos pais], modelos adolescentes e adultos amplamente assistidos por crianças e jovens na mídia (TV,

¹²¹ BRONFENBRENNER, U. **On Families and Schools**: a conversation with Uire Bronfenbrenner. Abril. 1979. Disponível em: http://www.ascd.org/ASCD/pdf/journals/ed_lead/el_197904_brandt.pdf. Acesso em: 01 jun. 2011.

¹²² “We have created a conflict between the two most human activities people engage in. One is working, and the other is raising the next generation. We’ve pitted those two against one another when they should be complementary.” (BRONFENBRENNER, 1979, tradução nossa)

filmes, video games, CDs e Internet) continuam a enfatizar o mercantilismo, a sexualidade, abuso de substâncias entorpecentes e violência. O resultado final é a falta de modelos adultos positivos para internalizar as normas de comportamento e objetivos de longo prazo para realização e, assim, há um número crescente de grupos de pares autônomos desprovidos de orientação de adultos.¹²³

É sabido que as crianças, pelo menos, das duas últimas décadas no Brasil, nasceram e se criaram a partir da influência da mídia na sua vida cotidiana.¹²⁴ O impacto psicológico e social midiático provocado ao desenvolvimento infantil encontra-se em todas as vertentes do humano que vão desde a construção psicológica de sua própria imagem como criança e de seu mundo até os valores e práticas comunitárias hodiernas a serem referências de comportamento.

Nessa esteira, analisa-se que a presença da tecnologia midiática no seio familiar sem o referencial parental de modelos de comportamentos e sistema de crenças a servirem de critério de discernimento são meios de propagação das mais diversas violações à criança e ao adolescente: imposição de cultura e valores negativos voltados ao consumismo, banalização de valores éticos, apelo à violência, sexualidade precoce, efemeridade dos relacionamentos; enfim, de toda ordem de disseminação de referenciais deletérios.

1.3.4 Tempo

O Tempo, no que tange à perspectiva do modelo PPCT, constitui-se em um quinto subsistema.¹²⁵ Logo, além do micro, meso, exo e macrosistema, conceitos já abordados no item 1.2.2 “A família como contexto do desenvolvimento humano a partir do Modelo Bioecológico de BRONFENBRENNER”, aponta-se por fim, ao cronossistema.

¹²³ “At the same time, the teen-age and adult models widely watched by children and youth on the media (TV, films, video games, CDs, and the internet) continue to emphasize commercialism, sexuality, substance abuse, and violence. The end result is a lack of positive adult models for internalizing standards of behavior and longer-term goals of achievement, and thereby an increasing number of autonomous peer groups bereft of adult guidance.” (BRONFENBRENNER, 1999, tradução nossa)

¹²⁴ CARLSON, Ulda; FEILITZEN, Cecília Von. (Org). **A criança e a mídia: imagem, educação, participação**. Edições UNESCO Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

¹²⁵ BRONFENBRENNER, 1986.

A partir desse subsistema é possível verificar a influência no desenvolvimento infantil das mudanças que ocorrem ao longo do ciclo de vida tanto individual como familiar. Ademais, na medida em que agasalha a relação do tempo com a Pessoa, no caso, a criança e seu ciclo de vida, também é avaliado a relação do tempo com o Contexto, seja ele a família, com suas mudanças estruturais, seja, de igual forma, ele com os demais subsistemas do Contexto.

Há, na classificação de Bronfenbrenner¹²⁶, três níveis de análise do tempo. O primeiro é denominado microtempo, caracterizado pelas continuidades ou descontinuidades na conjuntura dos episódios dos processos proximais. A exemplo, cite-se o tempo de duração das interações pai- filho e mãe-filho e pai-mãe-filho. O mesotempo, por sua vez, aprecia a periodicidade ou frequência e regularidade dos processos proximais em meio a intervalo de tempos maiores: dias, semanas. Por último, o macrotempo alude aos eventos mutantes dentro da sociedade, ou mesmo dentre a geração da criança que está em desenvolvimento, bem como dos eventos ocorridos através de gerações.

Na lição de Poletto e Koller¹²⁷, a análise do tempo deve focalizar o sujeito em relação aos acontecimentos de sua vida, desde os mais próximos até os mais remotos, como os grandes acontecimentos históricos. Ainda referem que as alterações que ocorrem nas quatro propriedades do modelo bioecológico PPCT ao longo do tempo produzem mudança histórica.

A partir dessa concepção, é possível afirmar que o desenvolvimento infantil no contexto familiar está implicado à dinâmica temporal da contemporaneidade, fazendo essa parte do macrotempo. Por isso, importa ainda neste item, analisar as condições da conjuntura hodierna temporal e sua interferência sobre o contexto familiar e sobre o desenvolvimento infantil.

1.3.4.1 A Modernidade Líquida

A partir do final do século XX, um novo tempo (macrotempo) foi estabelecido tendo como premissa a ruptura com o passado e mutações tanto na esfera pública como privada, percorrendo desde a economia à política, da ciência à moral, do mundo do trabalho à família. Essa nova era, a Modernidade Líquida, de acordo com Bauman¹²⁸, traz consigo o

¹²⁶ BRONFENBRENNER; MORRIS, 2006 e WENDT, 2006, p. 14.

¹²⁷ POLETTTO; KOLLER, 2008, p. 408.

¹²⁸ BAUMAN, Zygmunt. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

desapego a valores, referência e crenças, dantes coroados socialmente e que hoje não se sustentam mais.

O tempo presente traça a supressão de uma velha ordem dominada pelo que Zygmunt Bauman¹²⁹ denomina de sólidos pré-modernos, os quais, em estado de derretimento e desintegração são substituídos por uma nova ordem que se contrapõe à idéia de solidez. Do que se pode conceber como características de estabilidade, referência, resistência dos sólidos, consolidam-se antagonicamente as características de mobilidade, inconstância, fluidez dos líquidos.

A supracitada metáfora diz respeito à atual condição da modernidade. A velha ordem de solidez faz alusão às estruturas organizacionais da sociedade: Estado, Igreja, Família, Trabalho as quais determinavam padrões de comportamentos exigíveis por significar esteios duradouros, coesos e estáveis de referência para o seio social, e que perdem seu espaço nessa nova era líquida, acabando por se fragilizar, enfraquecer cada vez mais em um mundo de caráter provisório, a curto prazo, fragmentado e veloz.

Os líquidos, diferentemente dos sólidos, não mantêm sua forma com facilidade [...] Enquanto os sólidos têm dimensões especiais claras, mas neutralizam o impacto e, portanto, diminuem a significação do tempo (resistem efetivamente a seu fluxo ou tornam irrelevante), os fluidos não se atêm muito a qualquer forma e estão constantemente prontos (e propensos) a mudá-la.

¹³⁰

As relações sociais, nessa conjuntura se tornam flexíveis e cada vez mais flexibilizáveis. Responsabilidades humanas mútuas, lealdades primárias, deveres para com a família e com os filhos, obrigações éticas, enfim, toda a ordem, como refere o sociólogo polonês, de “obrigações ‘irrelevantes’”¹³¹ passam a ser eliminadas.

Nessa nova ordem, não se faz mais possível competir com os valores de mercado nem mesmo resistir às suas imposições, uma vez que a derrocada dos valores éticos e morais implica a contínua e intermitente dilaceração dos laços sociais.

¹²⁹ BAUMAN, 2001.

¹³⁰ BAUMAN, 2001, p.8.

¹³¹ BAUMAN, 2001.

O poder do mercado opera na perspectiva da fragmentação dos laços humanos sob a égide do consumo e “altera as relações humanas [...] no domínio público assim como nos mais íntimos domínios privados”¹³². A vida consumista exige uma contínua novidade, devido à leveza e velocidade que ela favorece, na qual os relacionamentos humanos são equiparados ao nível da mercadoria e tudo é visto sob a óptica do consumo instantâneo e fugaz: de um lado o consumidor e de outro o objeto de consumo, papéis reversíveis, que ao mesmo tempo também se interligam e se fundem.

Dessa forma, o ser humano em suas relações tornou-se mercadoria, objeto descartável de outro ser humano. Os laços e parcerias tornam-se voláteis, efêmeros, incertos e frágeis, pois cabe à satisfação instantânea enquanto não houver outro desejo a ser satisfeito pelo consumidor ou quando o produto tornar-se inferior ou ultrapassado às possibilidades do mercado.

Por conseguinte, dentre as modalidades de relacionamentos da vida líquida, destaca-se o relacionamento de bolso, que se pode dispor quando necessário e logo após guardar¹³³. Na lição de Bauman, ele é a “encarnação da instantaneidade e da disponibilidade”¹³⁴ e não sustenta qualquer espécie de engajamento a longo prazo ou compromisso duradouro, já que isso representa opressão; afinal de contas “é o tráfego que sustenta todo o prazer”¹³⁵.

Os inúmeros reinícios a que sucumbem as relações liquefeitas na vida pós-moderna fazem alusão a uma incerteza e inconstância permanentes e a uma narrativa de sucessivos fins que são velozmente olvidados e substituídos por um desafio novo. A facilidade do desengajamento e do rompimento acompanham o ritmo da modernização, do progresso e do consumo. A única constância passa a ser a solidão, insegurança, incerteza e a ansiedade do vácuo deixado pelo fluxo contínuo e intermitente do desejo insaciável do consumidor.

Essa efemeridade e instantaneidade das relações sociais no contexto atual são incompatíveis com vínculos humanos prolíferos, no entanto, são estimuladas pelos caprichos do mercado que “inspira e promove a divisão e não a unidade.”¹³⁶ Sabido é que as escolhas nos relacionamentos passam a ser feitas no sentido de buscar “a gratificação

¹³² BAUMAN, Zigmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed. 2007, p. 116.

¹³³ BAUMAN, Zygmunt. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

¹³⁴ BAUMAN, 2004. p. 36.

¹³⁵ *Ibid.*, p. 37.

¹³⁶ BAUMAN, Zygmunt. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007, p. 9.

evitando as conseqüências e particularmente as responsabilidades que essas conseqüências podem implicar.”¹³⁷

Não é por acaso que as relações desenvolvidas no âmbito da família passam por crises cada vez maiores, uma vez que laços de amizade, conjugalidade, parentalidade, carreira e relacionamentos profissionais que clamam por decisões, valores, convívios e experiências duradouros, constantes são impossíveis de se constituir sob o supedâneo da racionalidade líquida.

E, como lócus bastante representativo, a família está debaixo da pressão e do solapar de seus elos, estruturas e valores nesses tempos líquidos. Beck ressalta que “[...] mesmo a maternidade e a paternidade, o núcleo da vida familiar está começando a se desintegrar nas condições impostas pelo divórcio.”¹³⁸

O que outrora parecia ser uma exceção, hoje, transforma-se em regra, tal qual conectar e desconectar-se de uma relação virtual. Sem qualquer espécie de responsabilidade sobre as conseqüências de separações e divórcios para os frutos das relações conjugais: os filhos, as parcerias pessoais entre adultos são cada dia mais frouxas, vulneráveis e revogáveis ao bel prazer unilateral.

Engajamento, esforço, compromisso, atitudes próprias de relações familiares com vínculo amoroso, em que há uma ética de cuidado com o outro sustentada pela paciência, alteridade, construção do afeto, sacrifício, renúncia, adiamento do resultado, da satisfação em prol daquele a quem se ama são referenciais ou pontos de orientação que entram em choque com a realidade dessa nova era e não mais conduzem o comportamento humano.

Nessa perspectiva, Bauman faz alusão à diferenciação entre o amor cujo padrão de valorização está se perdendo no contexto familiar e o desejo que orienta essa nova conjuntura da interação entre pessoas:

O amor, por outro lado, é a vontade de cuidar, e de preservar o objeto cuidado. Um impulso centrífugo, ao contrário do centrípeto desejo. [...] Amar diz respeito à própria auto-sobrevivência através da alteridade. E assim o amor significa um estímulo a proteger, alimentar, abrigar [...] Amar significa estar a serviço, colocar-se à disposição,

¹³⁷ BAUMAN, 2001. p. 148.

¹³⁸ BECK, Ulrich; BECK- GERNSEIM, Elizabeth. *Zombie Categories: Interview with Ulrich Beck. In: Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences.* Londres: Sage, 2002, p. 204.

aguardar a ordem. Mas também pode significar expropriar e assumir a responsabilidade. [...] Enquanto a realização do desejo coincide com a aniquilação de seu objeto, o amor cresce com a aquisição deste e se realiza na sua durabilidade. Se o desejo se autodestrói, o amor se perpetua. [...] Desejo e amor encontram-se em campos opostos. O amor é uma rede lançada sobre a eternidade, o desejo é um estratagema para livrar-se da faina de tecer redes.¹³⁹

Cumprе salientar que as relações conjugais tem se implicado nesse padrão superficial e efêmero, e de forma mais nefasta, as relações parentais, como consequência, não deixam de imergir ao talante do desejo da era líquido-moderna. O sociólogo polonês nomeia os filhos, na contemporaneidade, como objetos de consumo emocional, quando não, para muitos, uma “uma ameaça, uma maldição ou ambas.”¹⁴⁰

Contrariamente ao período presente, como analisado pelo estudioso; os filhos já foram apreciados com uma bênção divina que promete bem-aventuranças ao homem que constitui uma família com muitos descendentes, tal como o relato bíblico:

Os filhos são um presente do SENHOR; uma grande recompensa dada por ELE. Os filhos que um homem tem durante a sua mocidade são como flechas de um soldado valente, afiadas e prontas para defesa. Feliz o homem que tem muitos filhos- uma caixa cheia de flechas. Ele terá ajuda quando tiver algum problema com seus inimigos e precisar ir ao tribunal.¹⁴¹

Com efeito, os filhos, também, uma vez já tiveram o condão de caracterizar e consolidar a perpetuação da família através dos tempos e construir uma ponte à imortalidade sobre a mortalidade do ser humano. Contudo, à vista da fragilidade dos laços familiares dos tempos novéis, a questão da perpetuação da família parece não fazer mais sentido porquanto a própria entidade familiar possui vida mais curta do que a

¹³⁹ BAUMAN, 2004, p. 24 e 25.

¹⁴⁰ Ibid., p. 58.

¹⁴¹ BÍBLIA, V.T. Salmos. Português. **Bíblia Sagrada**: A Bíblia Viva. São Paulo: Mundo Cristão (Ed), 2002, SI 127, vers.3-5.

dos seus próprios membros. Bauman¹⁴² ainda questiona: “Pontes que levam a lugar nenhum, ou a nenhum lugar em particular: [...] Quem perderia seu tempo e seu bom dinheiro para planejá-las e construí-las?”

Os próprios laços de parentesco passam a ser escolhidos e voluntários, sobretudo porque são tantos os arranjos combinatórios oriundos de separações, divórcios, casamentos e recasamentos que se torna a linhagem familiar algo emaranhado e indeterminável sem qualquer perspectiva de permanência e firmeza à construção de identidades familiares e sociais sólidas.

Nessa conjuntura, as exigências e o custo-benefício de uma descendência e todo o investimento sobre o outro com vistas à construção de pontes firmes e determináveis, a princípio, em uma sociedade que se alimenta do consumo e da instantaneidade e não do adiamento da satisfação e da construção de um legado através das gerações, sugerem um sacrifício que se pode não estar disposto a fazer:

Ter filhos significa avaliar o bem-estar de outro ser, mais fraco e dependente, em relação ao nosso próprio conforto. A autonomia de nossas preferências tende a ser comprometida, e continuamente: ano após ano, dia após dia. A pessoa pode tornar-se horror dos horrores-“dependente”. Ter filhos pode significar a necessidade de diminuir as ambições pessoais, “sacrificar uma carreira”, como pessoas submetidas à avaliação de seu desempenho profissional olham de soslaio em busca de algum sinal de lealdade dividida. Mais dolorosamente, ter filhos significa aceitar essa dependência divisora da lealdade por um tempo indefinido, aceitando o compromisso amplo e irrevogável, sem uma cláusula adicional “até a segunda ordem”- o tipo de obrigação que se choca com a essência da política de vida do líquido mundo moderno e que a maioria das pessoas evita, quase sempre com fervor, em outras manifestações da sua existência.¹⁴³

Sabido é que a solidariedade humana sempre foi o eixo básico de formação da própria família, o elo construtor dos laços fundamentais

¹⁴² BAUMAN, 2004, p. 59.

¹⁴³ BAUMAN, 2004, p. 60 e 61.

das interações humanas. Esse eixo de interdependência mútua estabeleceu a confiança necessária para a interação nas relações pessoais. Contudo, a sabotagem desse eixo na Modernidade Líquida suprimiu a confiança das relações sejam conjugais, parentais, fazendo com que o eixo fosse transferido para o “eu” na medida em que as relações passaram a ser incertas e provisórias, geradoras de medo, ansiedade, solidão e falta de esperança nas interações pretendidas.

Essa ameaça recorrente de uma ruptura abrupta nas relações familiares coloca o sujeito em uma posição defensiva e inibe sentimentos despendidos à sustentação da família, que não deve ser vista como um arranjo de união provisório descartável com prazo de validade ou sujeito a condições de mercado, mas como o lócus onde o indivíduo é reconhecido como ser humano, objeto digno de amor e não como objeto de consumo.

Logo, o reconhecimento do sujeito como objeto digno de amor exige o amor oferecido pelo outro e se torna condição de “sobrevivência da humanidade no humano”, como bem refere o pesquisador polonês; pois é a partir da construção do amor- próprio nas relações familiares que o sujeito aprende a valorizar e a amar ao outro.¹⁴⁴

Nesse sentido, a diluição de valores socialmente consolidados em uma ordem anterior mais sólida que sustentava e almejava de alguma forma o fortalecimento dos laços e vínculos humanos, tais sejam a solidariedade, a fraternidade, a confiança, o amor ao próximo, a estabilidade e o valor da família através dos tempos como um legado às próximas gerações marca a perspectiva de um macrossistema hoje em transformação.

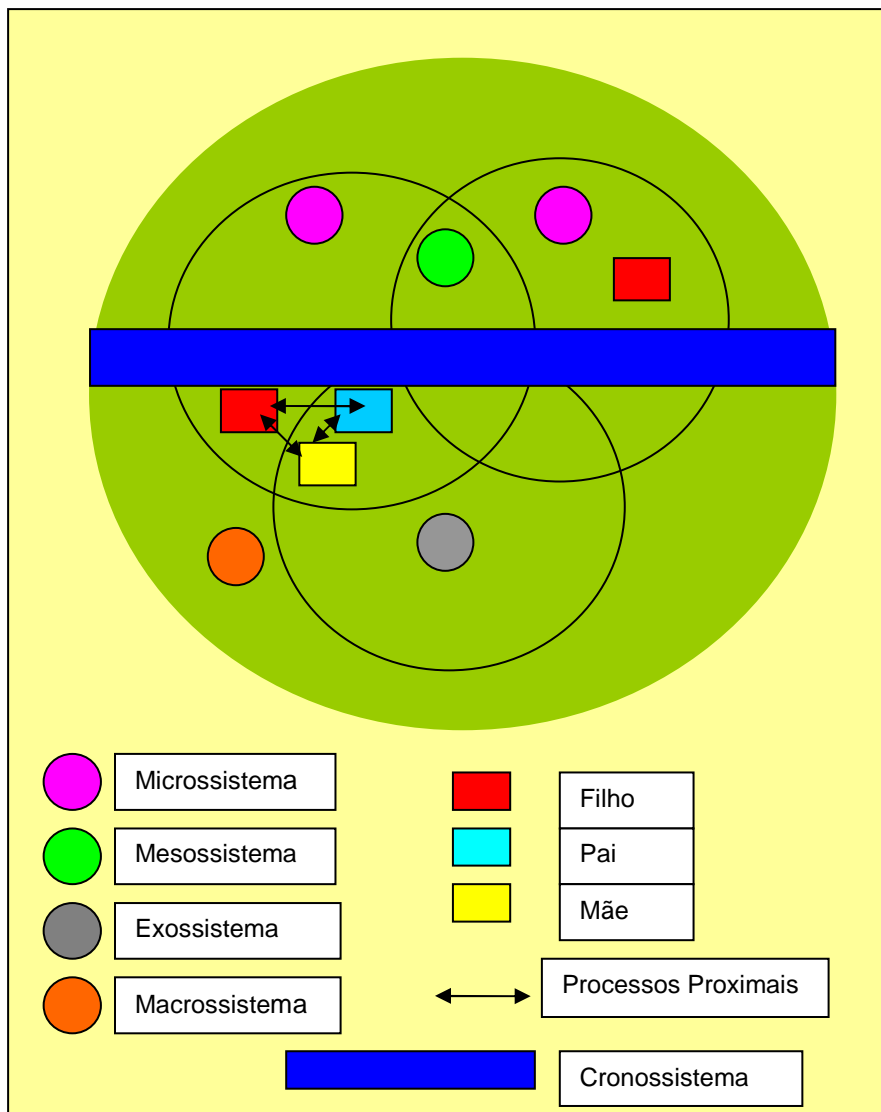
Por isso, importa salientar que a cultura da Modernidade Líquida, fluida, incerta, provisória, efêmera, superficial, descomprometida com os vínculos humanos estáveis influencia toda a concepção e prática de relacionamentos tanto conjugais quanto parentais, interferindo e flexibilizando, de acordo com a sua proposta, o engajamento e o investimento na família e de forma especial no desenvolvimento infantil, porquanto a prática adotada nas relações hodiernas é inversamente proporcional ao grau de estabilidade necessário para a efetuação com qualidade dos processos proximais.

Em síntese, a análise aqui realizada do Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner vinculado ao desenvolvimento infantil no contexto familiar, o denominado PPCT, foi composta dos quatro núcleos de abordagem do autor: o Processo Proximal, a Pessoa, o Contexto e o

¹⁴⁴ BAUMAN, 2004, p. 98.

último aqui referido, o Tempo. No interesse de visualizar a concepção da totalidade do Modelo aqui apreciado, elaborou-se o esquema a seguir:

FIGURA 5 - O MODELO PPCT



Ante todo o exposto neste capítulo, verossímil foi, a partir da abordagem Sistêmica e do modelo Bioecológico analisado, perceber que o desenvolvimento infantil é um processo relacional complexo que obriga a compreensão da criança como parte de um contexto também relacional cujas especificidades possuem interferência direta sobre o infante e todo o curso do seu desenvolvimento.

Logo, nesse cenário em que não é possível se olvidar do contexto familiar como condição *sine qua non* do desenvolvimento infantil, a Doutrina da Proteção Integral, pressuposto ideológico deste trabalho, cuja prioridade é garantir o melhor interesse da criança e do adolescente, deve emergir no sentido de expandir a sua estratégia paradigmática protetiva em um processo de generalização e alianças que aponta à efetivação de direitos e garantias.

A aliança com a família, em especial, o compromisso com as relações pais- filhos possuem o fito de possibilitar a efetivação não apenas do direito individual da criança, mas, como se verificou neste capítulo, ao desenvolvimento saudável de uma geração que é impactada por inúmeros fatores que interferem em sua realidade, inclusive por perpassarem a família e as relações pais-filhos, como o são as condições do exossistema do trabalho dos pais da criança, a serem analisadas a seguir.

Portanto, prosseguindo no estudo, no próximo capítulo, analisar-se-ão o mundo hodierno do trabalho, os processos de precarização e flexibilização a ele pertinente e seus impactos sobre a saúde e o caráter do trabalhador.

2 MUNDO DO TRABALHO E PRECARIZAÇÃO: O IMPACTO DAS RELAÇÕES DE LABOR SOBRE A SAÚDE E O CARÁTER¹⁴⁵ DO TRABALHADOR

2.1 AS RELAÇÕES DE TRABALHO NA MODERNIDADE LÍQUIDA: O PROCESSO DE PRECARIZAÇÃO E FLEXIBILIZAÇÃO DO LABOR

Uma inédita fluidez, fragilidade e transitoriedade em construção (a famosa flexibilidade) marcam todas as espécies de vínculos sociais que, uma década atrás, combinaram-se para constituir um arcabouço duradouro e fidedigno dentro do qual se pôde tecer com segurança uma rede de interações humanas. Elas afetam particularmente, e talvez de modo mais seminal, o emprego e as relações profissionais.¹⁴⁶

Diretamente vinculado ao paradigma econômico neoliberal em voga cujo propósito da soberania do mercado tem gerado um intenso processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho está o cenário apresentado por Zygmunt Bauman de uma Modernidade Líquida, que possui como características a instabilidade, incerteza, provisoriedade, ausência de compromisso permeando todas as esferas da vida e do ser.

Essas mudanças sociais se refletem no contexto familiar e nas relações nele desenvolvido, como visto no Capítulo 1, em uma constante e diuturna precarização dos relacionamentos e interações humanas.

Nota-se que as alterações oriundas desse cenário, consoante a perspectiva de abordagem do paradigma Sistêmico e do Bioecológico e da própria concepção da Doutrina da Proteção Integral propostas tanto atingem diretamente a criança quanto indiretamente, na medida em que a família e os pais são impactados pelas questões hodiernas na esfera do trabalho e tais questões perpassam a relação pais-filhos. Ou seja, o exossistema do mundo do trabalho alcança os pais, a família e a criança.

¹⁴⁵ Este termo foi utilizado tendo em vista a própria nomenclatura referida pelo marco teórico, o autor Richard Sennett, em seu livro que se denomina: A corrosão do **caráter**.

¹⁴⁶ BAUMAN, 2004. p. 112 e 113.

2.1.1 As formas de organização do trabalho¹⁴⁷: o Taylorismo, o Fordismo e o Toyotismo

A crise do capitalismo e do Estado de Bem-Estar Social nos anos 70 suscitou, nas duas últimas décadas do século XX, transformações promotoras de uma reestruturação do processo de gestão e organização do trabalho em escala global, produzindo uma série de consequências nefastas na vida dos trabalhadores. Ao alcançarem as formas de ser, agir e se relacionar do operário, fizeram do seu trabalho e da sua vida um processo de precarização permanente, que, de acordo com Kalleberg¹⁴⁸, continuam a engajar implicações de longo alcance, que atravessam a área individual, do trabalhador: sua saúde, identidade e se locomovem para a área social: a família, a comunidade.

Esse capitalismo contemporâneo neoliberal que opera sob o regime de acumulação flexível é oriundo de uma reestruturação produtiva em resposta à crise estrutural do sistema iniciada em 1973, que também agasalhou a crise do petróleo e a queda tendencial da taxa de lucro. Sabido é que o alavancar desse regime se deu pela proposição e implantação de novas formas de gestão e controle do trabalho cujo propósito estava na retomada dos níveis de acumulação anteriores. Com isso, houve o aumento da mais valia relativa, ou seja, o aumento da inovação tecnológica como também da mais valia absoluta, ampliação do ritmo de trabalho.¹⁴⁹

¹⁴⁷ “O trabalho, ao longo de sua história, sempre teve uma conotação de sofrimento e submissão. Ao analisarmos a etimologia do vocábulo trabalho, encontramos sua raiz no latim “tripalium”, um instrumento de tortura constituído de uma vara de três pontas, a princípio utilizado na agricultura destinado à sujeição animal e posteriormente à sujeição de trabalhadores escravos. Alguns historiadores consideram que o ‘tripalium’ representa a primeira escola formal de preparação para o trabalho. Justificou, talvez, no decorrer do tempo e na história da humanidade a conotação escrava, a prepotência do vencedor sobre o vencido, do forte sobre o fraco e do senhor sobre o escravo. Ao transformar o sentido do trabalho como algo que humilha, degrada e desclassifica o home, caracterizou o trabalhador como ser inferior na escola social. Esta significação do trabalho cõo sinônimo de castigo pode ser observado, inclusive no âmbito da concepção religiosa, quando Adão e Eva cometeram o pecado original e como pena foram obrigados a trabalhar.” (VASCONCELOS, Antonio Fernando. **Aplicação das Normas Regulamentadores do Ministério do Trabalho e Emprego na Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho dos Servidores Públicos Federais lotados no HU da UFSC**: uma ampliação de direitos. Artigo Técnico. Curso de Pós- Graduação-Especialização em Gestão Hospitalar. UFSC, 2007, p. 4.)

¹⁴⁸ KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brasileira de Ciências Sociais**. vol. 24. nº 69. São Paulo Fev. 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 25 jul. 2011.

¹⁴⁹ ABRAMIDES, Maria B. Costa; CABRAL, Maria do Socorro. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo Perspectiva**. vol.17, nº.1. São Paulo Jan./Mar. 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 25 jul. 2011.

Importa destacar que essa reestruturação produtiva flexível e neoliberal combinou também elementos de modelos tradicionais de organização do trabalho, como o Taylorismo e o Fordismo, cujos padrões foram adotados ao longo século XX.

Com a Segunda Revolução Industrial (1856 a 1915), emergiu o modelo Taylorista, o qual apresentou como objetivo a racionalização da produção a fim de aumentar a produtividade no trabalho, pretendendo-se ser uma “administração científica do trabalho”¹⁵⁰. Foi a partir do aperfeiçoamento da divisão social do trabalho, com o advento do sistema de fabricação, que se instituíram práticas de controle do tempo e movimento: “novas formas, otimizantes da força, movimento, tempo, qualidade, e do rendimento destas.”¹⁵¹

Interessa saber que à época, houve um extremo processo de simplificação e parcelização do trabalho, no qual o obreiro realizava tarefas fragmentadas, únicas e rotineiras de ciclos repetitivos,¹⁵² mantendo-se alheio ao produto de seu labor.

Buscava-se com isso, em especial, com os estudos tayloristas sobre fisiologia e movimento, que o trabalhador operasse o seu labor em menor tempo, utilizando o máximo de sua resistência física e mental. Ignorava-se, desse modo, as consequências de um trabalho penoso como fonte de “fadiga crônica, desgaste, empobrecimento cognitivo, emocional, socioemocional e de inadequação em relação a outras características humanas.”¹⁵³

Nessa cadência, mister se faz salientar que o modelo Taylorista opôs-se diametralmente ao modelo vigente dos séculos anteriores ao século XX, o qual apontava o “ofício” e o “artesão” como peças centrais. Assinale-se que o vínculo do trabalhador com o seu “ofício” permanecia em todas as atividades do processo na consecução do bem final a ser produzido bem como na identificação com o próprio trabalho,

¹⁵⁰ São quatros os princípios fundamentais da administração científica: 1. Substituição do critério individual do operário por uma verdadeira ciência; 2. Seleção científica do trabalhador; 3. Instrução e treinamento científico do trabalhador; 4. Cooperação íntima e cordial entre a direção e os trabalhadores. (TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 1953. p. 100-114)

¹⁵¹ PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra. Da Organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. In: MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. 2ª Ed. v. 1. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003. p. 814.

¹⁵² CIMBALISTA, Silmara Nery. **Adversidades no trabalho**: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria automobilística Brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

¹⁵³ PARAGUAY, 2003. p. 814.

em termos de autoria, elaboração do projeto e finalização da obra do labor.¹⁵⁴ O trabalho era percebido como aperfeiçoamento de um produto e comungava de conceitos como virtude e dom, não se olvidando da questão da produtividade; entretanto, essa ocupava lugar secundário à relação do trabalhador com o seu ofício.

A partir dos estudos de Paraguay¹⁵⁵, é possível conferir tal distância do modelo anterior, na medida em que a autora aponta as características do modelo Taylorista, no que tange aos princípios centrais e ele pertinente, sejam eles a identificação, catalogação e controle dos tempos e movimentos pela análise científica do trabalho, a seleção e treinamento do trabalhador com o objetivo de treiná-lo com as habilidades certas (mencionadas como as necessárias) para cada função e o planejamento e controle do trabalho pela gerência:

- o estabelecimento, treinamento e avaliação pautados por um modo operatório ótimo a ser padronizado pela gerência;
- o abandono do estudo do trabalho concreto pelo projeto de trabalho simplificado;
- a intensificação do trabalho pelo aumento do ritmo do mesmo e para aumentar a produção;
- a busca o ensino exclusivos de habilidades específicas, privilegiando as do tipo sensório-motor, para atender às exigências formais (detectadas de forma planejada e mediante prévio “estudo científico” do trabalho e sua decomposição em atividades ou melhor, em movimentos elementares, mais simples);
- a exigência de que o trabalhador atenda a todas as instruções da gerência- que saberia então a melhor forma para se executar o trabalho;
- o trabalho de cada operário seria “*completamente planejado pela gerência [...]*”¹⁵⁶;
- haveria especialistas responsáveis para cada setor da empresa e a conseqüente criação da estrutura administrativa [...]

¹⁵⁴ PARAGUAY, 2003.

¹⁵⁵ PARAGUAY, 2003, p. 814.

¹⁵⁶ Taylor assim refere: “O trabalho de cada operário é completamente planejado pela direção, pelo menos, com um dia de antecedência, e cada homem recebe, na maioria dos casos, instruções escritas completas que minudenciam a tarefa de que é encarregado e também os meios usados para realizá-la.” (TAYLOR, 1953, p. 40)

Por sua vez, o Fordismo, como modo de organização do trabalho, despontou em 1914, com a fundação da *Ford Motor Company* do empresário Henry Ford, nos Estados Unidos da América. As linhas de montagem automatizadas e a produção em série envergaram uma novel perspectiva dentro da indústria automobilística, em especial, a partir do período pós-guerra até 1973.

Como proposta, empregou o modelo Taylorista, adaptando as suas técnicas para a linha de montagem com a racionalização e parcelamento das tarefas naquelas linhas por um rígido controle de tempo. O trabalho firmou-se de forma ainda mais rotineira e regrada, até mesmo pela intenção de produzir em massa peças homogêneas para montagem de automóveis.

Sabido é que o capitalismo pós Segunda Guerra, nas décadas de 1950 e 1960, beneficiou-se de forma expressiva por esse sistema de organização do trabalho, cujo ápice desse período obteve a denominação de a “Era de ouro” ou os “Anos Dourados”.

A bem da verdade é que esse sistema instituído por Ford esquadrinhou inúmeras formas de conservar a estratégia de redução de custos com maior produtividade. Em vista disso, o empresário dobrou os salários dos trabalhadores, o famoso “five dollars day” com o fito de que os obreiros se mantivessem por mais tempo na empresa, trabalhando com mais propriedade, eficiência e eficácia na sua função, reduzindo o tempo de cada movimento, adaptando-se cada vez melhor ao ritmo da máquina, às rotinas de trabalho. E, com a diminuição da rotatividade, era possível economizar e/ou reduzir os gastos com treinamento.¹⁵⁷ Nessa esteira, é possível afirmar que o desempenho dos trabalhadores “aparece, nas propostas e práticas de determinada gestão da produção, como servindo exclusivamente aos resultados da produção e à rentabilidade dos investimentos.”¹⁵⁸

Sob a ótica de Bauman¹⁵⁹, o fordismo ainda comunga alguns preceitos: “meticulosa separação entre projeto e execução, iniciativa e atendimento a comandos, liberdade e obediência, [...] com estreito entrelaçamento dos opostos dentro de cada uma das oposições binárias.”

Além desses modelos inerentes à fase da modernidade sólida ou também do denominado capitalismo pesado, surgiram outros, tal como o

¹⁵⁷ FRAGA, Alexandre Barbosa. Da Rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. **Revista Habitus**, v. 3, nº 1. 2005. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrj.br/pdf/3fraga.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

¹⁵⁸ PARAGUAY, 2003, p. 814.

¹⁵⁹ BAUMAN, 2001, p. 68.

neofordismo¹⁶⁰, o neotaylorismo e pós-fordismo. Contudo, para o regime de acumulação flexível, inerente ao capitalismo leve e à Modernidade líquida, foram adotadas novas técnicas de produção flexível e desregulamentada, com destaque para o Toyotismo ou modelo japonês.¹⁶¹

A partir da Terceira Revolução Industrial, com o acirramento da concorrência mundial, o emprego de novas tecnologias pelos países centrais e as transformações econômicas ocorridas após a década de 1970, emerge o modelo japonês. Hodiernamente, o Toyotismo se sobressai, pois “penetra, mescla ou mesmo substitui o padrão fordista dominante, em várias partes do capitalismo globalizado.”¹⁶² Portanto, em que pese o galgar desse modelo, ele não exclui e ainda pode agregar ou mesmo conviver com características das formas mais tradicionais de organização do trabalho como o taylorismo/fordismo, a exemplo do mencionado por Paraguay¹⁶³: o trabalho repetitivo e monótono, a discriminação de gênero, etc.

Sua ênfase não está tão somente na reconfiguração do processo produtivo, na interação capital-trabalho, mas também no plano ideológico, que converge ao culto ao subjetivismo, ao individualismo exacerbado, opondo-se às formas de solidariedade e de atuação coletiva social, como bem leciona Antunes.¹⁶⁴

O Toyotismo, como forma de organização do trabalho já expandida mundialmente, própria da era de acumulação flexível,¹⁶⁵ do neoliberalismo, do capitalismo em fase de maturação e universalização, agrega como principais características: desconcentração industrial, empresas “enxutas”, terceirização da produção, produção muito vinculada à demanda, princípio do *just in time* (aproveitamento ao

¹⁶⁰ No neofordismo e no neotaylorismo, o modelo fordista absorve as novas tecnologias dos emergentes processos de trabalho como o toyotismo.

¹⁶¹ Existem outros modelos de acumulação flexível como os desenvolvidos nas seguintes regiões: no norte da Itália (Terceira Itália), na região de Kalmar na Suécia (Kalmarianismo), no Vale do Sicília, na Califórnia-EUA.

¹⁶² ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011, p. 24.

¹⁶³ PARAGUAY, 2003, p. 821.

¹⁶⁴ ANTUNES, Ricardo. **O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. 2002. p. 2. Disponível em: <http://www.afoiceomartelo.com.br/posfsa/Autores/Antunes,%20Ricardo/Toyotismo%20%20Ricardo%20Antunes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

¹⁶⁵ Termo utilizado por David Harvey que significa “[...] um confronto direto com a rigidez do fordismo. Ela se apóia na flexibilidade dos processos do trabalho, dos mercados de trabalho, dos produtos e padrões de consumo.” (HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992, p. 140).

máximo do tempo de produção), sistema de *kanban* (placas utilizadas para a reposição das peças), “qualidade total” (Círculos de Controle de Qualidade (CCQ)), mão-de-obra qualificada, trabalho em equipe com multivariabilidade de funções e sindicalismo de empresa.¹⁶⁶

Oportuno analisar, na perspectiva de Antunes¹⁶⁷, o modelo Toyotista e seus pressupostos sob o viés de sua diferenciação dos padrões de organização do trabalho anteriores já estudados:

- 1) é uma produção muito vinculada à demanda, visando atender às exigências mais individualizadas do mercado consumidor, diferenciando-se da produção em série e de massa do taylorismo/fordismo. Por isso sua produção é variada e bastante heterogênea, ao contrário da homogeneidade fordista;
- 2) fundamenta-se no trabalho operário em equipe, com multivariabilidade de funções, rompendo com o caráter parcelar típico do fordismo;
- 3) a produção se estrutura num processo produtivo flexível, que possibilita ao operário operar simultaneamente várias máquinas (na Toyota, em média, até 5 máquinas), alterando-se a relação homem/máquina na qual se baseava o taylorismo/fordismo;
- 4) tem como princípio o *just in time*, o melhor aproveitamento possível do tempo de produção;
- 5) funciona segundo o sistema de *kanban*, placas ou senhas de comando para reposição de peças e de estoque. No toyotismo, os estoques são mínimos quando comparados ao fordismo;
- 6) as empresas do complexo produtivo toyotista, incluindo as terceirizadas, têm uma estrutura horizontalizada, ao contrário da verticalidade fordista. Enquanto na fábrica fordista aproximadamente 75% da produção era realizada no seu interior, a fábrica toyotista é responsável por somente 25%, tendência que vem se intensificando ainda mais. Esta última prioriza o que é central em sua especialidade no processo produtivo (a chamada “teoria do foco”) e transfere a “terceiros” grande parte do que anteriormente

¹⁶⁶ ANTUNES, Ricardo. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 8ª Ed., 2006, p. 54.

¹⁶⁷ ANTUNES, 2002, p. 8, 9 e 10.

era produzido dentro de seu espaço produtivo. Essa horizontalização estende-se às subcontratadas, às firmas "terceirizadas", acarretando a expansão dos métodos e procedimentos para toda a rede de fornecedores. Desse modo, flexibilização, terceirização, subcontratação, CCQ, controle de qualidade total, *kanban*, *just in time*, *kaizen*, *team work*, eliminação do desperdício, "gerência participativa", sindicalismo de empresa, entre tantos outros pontos, são levados para um espaço ampliado do processo produtivo;

7) organiza os Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), constituindo grupos de trabalhadores que são instigados pelo capital a discutir seu trabalho e desempenho, com vistas a melhorar a produtividade das empresas, convertendo-se num importante instrumento para o capital apropriar-se do *savoir faire* intelectual e cognitivo do trabalho, que o fordismo desprezava [...]

A partir dessa conjuntura da organização produtiva toyotista,¹⁶⁸ criou-se:

[...] de um lado, em escala minoritária, o trabalhador "polivalente e multifuncional" da era informacional, capaz de operar com máquinas com controle numérico e de, por vezes, exercitar com mais intensidade sua dimensão mais intelectual. E, de outro lado, há uma massa de trabalhadores precarizados, sem qualificação, que hoje está presenciando as formas de part-time, emprego temporário, parcial, ou então vivenciando o desemprego estrutural.

Em verdade, observa-se, de uma banda, uma redução do proletariado industrial, fabril, tradicional, manual, estável e especializado, herdeiro da era da indústria tipo taylorista e fordista e, de outra banda, o aumento do novo proletariado fabril e de serviços, em escala mundial, presente nas diversas modalidades de trabalho

¹⁶⁸ ANTUNES, Ricardo. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. In: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (Org.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001, p. 43.

precarizado. A par disso, Ricardo Antunes sintetiza as sete grandes consequências dessa forma flexibilizada de acumulação capitalista, baseada no modelo de reengenharia de empresa enxuta própria do Toyotismo:

- 1) há uma crescente redução do proletariado fabril estável, que se desenvolveu na vigência do binômio taylorismo/fordismo e que vem diminuindo com a reestruturação, flexibilização e desconcentração do espaço físico produtivo, típico da fase do toyotismo;
- 2) há um enorme incremento do novo proletariado, do subproletariado fabril e de serviços, o que tem sido denominado mundialmente de trabalho precarizado; São os “terceirizados”, subcontratados, “part-time”, entre tantas outras formas assemelhadas, que se expandem em inúmeras partes do mundo. Inicialmente, estes postos de trabalho foram preenchidos pelos imigrantes, como os gastarbeiters na Alemanha, o lavoro nero na Itália, os chicanos nos EUA, os dekaseguis no Japão etc. Mas hoje, sua expansão atinge também os trabalhadores especializados e remanescentes da era taylorista-fordista;
- 3) vivencia-se um aumento significativo do trabalho feminino, que atinge mais de 40% da força de trabalho nos países avançados, e que tem sido preferencialmente absorvido pelo capital no universo do trabalho precarizado e desregulamentado;
- 4) há um incremento dos assalariados médios e de serviços, o que possibilitou um significativo incremento no sindicalismo destes setores, ainda que o setor de serviços já presencie também níveis de desemprego acentuado;
- 5) há exclusão dos jovens e dos idosos do mercado de trabalho dos países centrais: os primeiros acabam muitas vezes engrossando as fileiras de movimentos neonazistas e aqueles com cerca de 40 anos ou mais, quando desempregados e excluídos do trabalho, dificilmente conseguem o reingresso no mercado de trabalho;

6) há uma inclusão precoce e criminoso de crianças no mercado de trabalho, particularmente nos países de industrialização intermediária e subordinada, como nos países asiáticos, latino-americanos etc.

7) há uma expansão do que Marx chamou de trabalho social combinado (Marx, 1978), onde trabalhadores de diversas partes do mundo participam do processo de produção e de serviços. O que, é evidente, não caminha no sentido da eliminação da classe trabalhadora, mas da sua precarização e utilização de maneira ainda mais intensificada. Em outras palavras: aumentam os níveis de exploração do trabalho.¹⁶⁹

Em face dessa última consequência do modelo Toyotista apontada, cumpre revelar ainda o processo de racionalização aplicado na *Toyota Motor Company* que obrigava o trabalhador para além do limite da resistência humana, pelo depoimento fornecido por Satochi Kamata, operário que trabalhou na linha de montagem da fábrica da Toyota na década de 70, em turnos de 12 a 16 horas de trabalho, seis vezes na semana, mencionado por Ricardo Antunes¹⁷⁰:

não é tanto para economizar trabalho mas, mais diretamente, para eliminar trabalhadores. Por exemplo, se 33% de 'movimentos desperdiçados' são eliminados em três trabalhadores, um deles torna-se desnecessário. A história da racionalização da Toyota é a história da redução de trabalhadores e esse é o segredo de como a Toyota mostra que sem aumentar trabalhadores, alcança surpreendente aumento na sua produção. Todo tempo livre durante as horas de trabalho tem sido retirado dos trabalhadores da linha de montagem, sendo considerado como desperdício. Todo seu tempo, até o último segundo, é dedicado à produção.

Com efeito, verifica-se que com o processo de produção Toyotista, há o aumento intensificado da exploração do trabalho, tanto por meio do *team work* ou trabalho em equipe, quanto pelo fato de o

¹⁶⁹ ANTUNES, 2001, p. 42 e 43.

¹⁷⁰ ANTUNES, 2002, p. 10 e 11.

trabalhador operar diversas máquinas ao mesmo tempo, por meio do ritmo e da velocidade dada pelo sistema de luzes, o qual direciona através da mudança das cores a aceleração ou a redução à normalidade do ritmo do trabalho. Diante desse fato, há a combinação das formas relativa e absoluta da extração da mais valia porquanto o processo está atrelado ao avanço tecnológico e à intensificação do ritmo do trabalho.

Tenha-se presente que a intensificação do ritmo do trabalho e o processo de exploração estão diretamente voltados ao universo gigantesco de trabalhadores sem qualificação que se expõem a todo e qualquer trabalho tendo em vista a sua sobrevivência e a de sua família, os quais se contrapõem a outros tipos de trabalhadores, multifuncionais, qualificados, em menor número; restando aos primeiros o sistema *part-time*, a terceirização, o aumento das horas extras, trabalho temporário e todas as outras formas também conhecidas por trabalho precário.¹⁷¹

Ainda em relação às consequências da forma flexibilizada do capitalismo, no livro, “O Caracol e sua Concha”, de 2005, o sociólogo do trabalho incluiu:

8) [...] a expansão do trabalho em domicílio, propiciada pela desconcentração do processo produtivo, pela expansão de pequenas e médias unidades produtivas [...] com a introdução da telemática [tele-informática], com a expansão das formas de flexibilização (e precarização) do trabalho, com o avanço da horizontalidade do capital produtivo e com a necessidade de atender a um mercado mais “individualizado” [...].¹⁷²

9) [...] Com a reconfiguração, tanto do espaço quanto do tempo da produção, dada pelo sistema global do capital, há um processo de re-territorialização e também de des-territorialização. Novas regiões industriais emergem e muitas desaparecem [...].¹⁷³

¹⁷¹ ANTUNES, 2002, p. 11 e 12.

¹⁷² ANTUNES. Ricardo. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 30.

¹⁷³ Ibid., p. 31.

Como exemplo de re-territorialização no Brasil, Antunes cita: “várias fábricas de calçados, por exemplo, transferiram-se da região de Franca, no interior do Estado de São Paulo, ou da região do Vale dos Sinos, no Estado do Rio Grande do Sul, para estados do Nordeste, como Ceará e Bahia, e hoje começam a pensar em transferir parcela de sua produção para o solo chinês.” (ANTUNES, Ricardo. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. In: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 15.)

Como já apontado, o Toyotismo está diretamente articulado com o avanço tecnológico que ocorreu na Europa, nos EUA e no Japão de setores de caráter tecno-científico (áreas de programação de *software*, automação, robótica, microeletrônica, biotecnologia, etc). Entretanto, esse modelo Toyotista, que vem ocorrendo com maior intensidade nos países centrais, só pode promover a fragmentação do trabalho e a descentralização produtiva por meio de um processo de produção combinado e desigual com os países da América Latina, Ásia e África.

A impossibilidade de universalização dos avanços tecnológicos e da própria superação total do Fordismo, permite com que ocorra um intenso movimento de “industrialização recolonizadora”¹⁷⁴ nos países do Sul, o que gera uma precarização e superexploração do trabalho, incentivada e financiada por aqueles próprios países do capitalismo central. Um dado importante para se medir a dimensão desse processo neoliberal é que dois terços da força de trabalho do mundo está no terceiro mundo.¹⁷⁵ Portanto, a realidade hoje é de uma combinação de processos produtivos que articula, em esfera global, de forma combinada e desigual, processos produtivos tradicionais fordistas com processos mais flexíveis, como o Toyotismo.

No entanto, a tendência nas empresas do mundo é o aumento da forma particular de técnica e gestão organizacional do processo de trabalho Toyotista, que se insere nas empresas como um receituário de caráter positivo, inovador. Há, nessa receita de aparência o discurso de que o Toyotismo elimina a separação entre trabalho manual (execução, produção) e intelectual (elaboração, concepção). É só “aparência porque a concepção efetiva dos produtos, a decisão do que e de como produzir permanece alheio aos trabalhadores”¹⁷⁶ e, além disso, o próprio

¹⁷⁴ Segundo Darcy Ribeiro, a industrialização recolonizadora “acentua a dependência externa ao invés de reduzi-la; em lugar de melhorar a distribuição interna das rendas, a concentra, agravando as desigualdades sociais, setoriais e regionais; utilizando uma tecnologia avançada, com o propósito de poupar mão-de-obra, desequilibra os investimentos e as oportunidades de trabalho que eles deveriam gerar, contribuindo para aumentar a marginalização de grandes contingentes humanos pelo subemprego ou o desemprego; ao introduzir padrões de consumo conspícuo correspondentes às economias prósperas desvia recursos da industrialização de base para indústrias suntuárias.” (RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 120)

¹⁷⁵ “O que se evidencia ainda mais quando se constata que dois terços da força de trabalho é parte constitutiva dos países do chamado Terceiro Mundo (eufemisticamente chamados de emergentes) [...]” (ANTUNES, Ricardo. *Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. Crítica Marxista*. p. 94. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica7parte5.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.)

¹⁷⁶ ANTUNES, 2011, p. 40.

resultado do processo de trabalho permanece estranho aquele que produziu.

Antunes denomina esse processo de estranhamento (*Entfremdung*) do trabalho que se encontra preservado na era da acumulação flexível e do regime Toyotista, ainda que minimizado pela redução dos níveis hierárquicos no interior das empresas e pela redução da separação entre a elaboração e a execução do trabalho. Um exemplo disso é a “participação” dos trabalhadores nos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), que, na verdade, não se conceitua como uma ação voluntária, mas como um pressuposto obrigatório necessário à manutenção do próprio trabalho. Não se olvide o fato de que a subjetividade é manipulada a fim de conduzir o trabalhador não a uma subjetividade autêntica, mas padronizada e flexível aos parâmetros determinados pela empresa, pois, caso não “participarem”, caso “não demonstrarem estas ‘aptidões’, (‘vontade’, ‘disposição’ e ‘desejo’), são substituídos por outros [...] que demonstrem ‘perfil’ e ‘atributos’ para aceitar estes ‘novos desafios’”.¹⁷⁷

Convém notar que o resultado das discussões dos trabalhos em equipe, dos Círculos de Controle de Qualidade (CCQs), as sugestões oriundas do chão de fábrica são apenas formas de se apropriar da dimensão intelectual e da capacidade cognitiva do trabalhador com o objetivo de que esses sirvam aos interesses da empresa, em busca do envolvimento cada vez maior de sua subjetividade.

Além desse fato, essas idéias muitas vezes são apropriadas a fim de viabilizá-las às máquinas informatizadas, exigindo uma maior interação da subjetividade do trabalhador com a máquina, provocando um processo mais agudo de reificação, estranhamento e de uma subjetividade inautêntica, superficial. Presencia-se um processo de desintegração do trabalhador, particularmente, dos que constituem a parcela dos menos qualificados, dos estratos precarizados, como denomina o sociólogo do trabalho.¹⁷⁸

Por último, ainda, não se pode negar a existência de um processo de intelectualização do trabalho manual, com o trabalhador polivalente e multifuncional do Toyotismo. Contudo, esse processo não é unidirecional, pois compõe um movimento contraditório e complementar, que realiza, por outro lado “uma desqualificação e

¹⁷⁷ ANTUNES, 2002, p. 16.

¹⁷⁸ ANTUNES, 2002, p. 17, 18, 19 e 20.

mesmo subproletarização intensificadas, presentes no trabalho precário, informal, temporário, parcial, subcontratado etc.”¹⁷⁹

Como visto, o Toyotismo e suas combinações trazem, na verdade, em sua maior parte consequências imediatas extremamente negativas para a “classe-que-vive-do-trabalho”¹⁸⁰, como a sua “heterogeneização, complexificação e fragmentação” e, principalmente, a precarização e intensificação do trabalho. É possível verificar que “reduz o operariado industrial e fabril, [...] aumenta o subproletariado, o trabalho precário e o assalariamento no setor de serviços. Incorpora o trabalho feminino e exclui os mais jovens e o mais velhos”.¹⁸¹

2.1.2 O processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho

O processo de precarização do trabalho pode ser definido, de acordo com Thébaud-Mony e Druck:

como processo social constituído pela amplificação e institucionalização da instabilidade e da insegurança, expressa nas novas formas de organização do trabalho – onde a terceirização/subcontratação ocupa um lugar central – e no recuo do papel do Estado como regulador do mercado de trabalho e da proteção social através de inovações da legislação do trabalho e previdenciária. Um processo que atinge todos os trabalhadores, independentemente de seu estatuto e que tem levado a crescente degradação

¹⁷⁹ ANTUNES, 2011, p. 99.

¹⁸⁰ Para Ricardo Antunes, “uma noção ampliada, abrangente e contemporânea de classe trabalhadora, hoje, a classe-que-vive-do-trabalho deve incorporar também aqueles e aquelas que vendem a sua força de trabalho em troca de salários, como o enorme leque de trabalhadores precarizados, terceirizados, fabris e de serviços, *part-time*, que se caracterizam pelo vínculo de trabalho temporário, pelo trabalho precarizado, em expansão na totalidade do mundo produtivo. Deve incluir também o proletariado rural, os chamados bóias-frias das regiões agroindustriais, além de, naturalmente, da totalidade dos trabalhadores desempregados que se constituem nesse monumental exército industrial de reserva”. Para Antunes, estão excluídos desse conceito de classe-que-vive-do-trabalho, os gestores do capital e os pequenos empresários urbanos e rurais. (ANTUNES, 2005, p. 52.)

¹⁸¹ ANTUNES, 2011, p. 47.

das condições de trabalho, da saúde e da vida dos trabalhadores e da vitalidade da ação sindical.¹⁸²

Corroborando esse entendimento, Kalleberg¹⁸³ assim conceitua:

Por trabalho “precário” quero dizer trabalho incerto, imprevisível, e no qual os riscos empregatícios são assumidos principalmente pelo trabalhador, e não pelos seus empregados ou pelo governo. Exemplos de trabalho precário incluem atividades no setor informal e empregos temporários no setor formal. O trabalho precário não é novidade e existe desde o início do trabalho assalariado. No entanto, forças sociais, econômicas e políticas que tem operado durante várias décadas, tornaram o trabalho mais precário no mundo inteiro.

Ainda consoante Kalleberg¹⁸⁴, refere esse que a Organização Internacional do Trabalho (OIT) indicou sete dimensões do trabalho precarizado para a consolidação de um índice de segurança econômica (ILO, 2004), conforme assim elenca o autor:

- (1) Insegurança do mercado de trabalho (falta de oportunidades de emprego).
- (2) Insegurança do trabalho (proteção inadequada contra a perda de emprego ou despedida arbitrária).
- (3) Insegurança de emprego (inabilidade de continuar em uma ocupação particular devido à falta de delimitações de ofício e qualificações de trabalho).
- (4) Insegurança de segurança e saúde (condições precárias de segurança ocupacional e saúde).
- (5) Insegurança de reprodução e experiência (falta de acesso à educação básica e treinamento vocacional).
- (6) Insegurança de renda (nível inadequado de renda; nenhuma garantia de recebimento ou

¹⁸² THÉBAUD-MONY, Annie ; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. In: DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho: terceirização e precarização**. São Paulo: Boitempo, 2007, p. 31.

¹⁸³ KALLEBERG, 2009, p. 2.

¹⁸⁴ KALLEBERG, 2009, p. 5 e 6.

expectativa de um nível adequado de renda atual e futura). Insegurança de renda indica se as rendas são adequadas e se existem auxílio de renda quando necessários.

(7) Insegurança de representação (falta de direitos individuais em leis e de direitos coletivos para negociar). Esse tipo de insegurança pode ser visto como uma causa dos outros tipos, no sentido em que, se trabalhadores são capazes de exercer representação individual e coletiva, eles são menos propensos a ficarem inseguros em outras dimensões.

Na economia formal, é possível, de igual forma, apreciar indicadores de crescimento do trabalho precário, tais sejam: declínio no período de tempo em que a pessoa permanece com um único empregador; crescimento no desemprego de longo prazo; aumento de acordos de trabalho não normatizados: trabalhadores de caráter temporário com contratos de termos fixos ou obreiros contratados por agências de auxílio temporário e empresas de contratação; deslocamento dos riscos dos empregadores para empregados “como substituição da pensão de contribuição definida e dos planos de saúde e a diminuição de planos de benefícios definidos”.¹⁸⁵

Especificamente sobre as principais características do trabalho precarizado no mundo contemporâneo, pode-se elencar: a terceirização do setor fabril e de serviços, a contratação *part time* (em tempo parcial) ou temporária, o subcontratado, o trabalho em domicílio, eventual (diarista e bóias-frias), a informalização do trabalho, a desregulamentação dos direitos trabalhistas e securitários, o falso trabalho “voluntário”, o falso cooperativismo, o empreendedorismo como “pejotização” (criação pelo trabalhador de falsas empresas-pessoas jurídicas), o trabalho escravo e infantil, o desemprego e a destruição da natureza em escala mundial.¹⁸⁶

Entre os exemplos concretos mais freqüentes de precarização do trabalho, citem-se: os trabalhadores de telemarketing e de call center, os motoboys, os empregados de fast-food e hipermercados, os

¹⁸⁵ KALLEBERG, 2009, p. 6.

¹⁸⁶ Segundo Ricardo Antunes, mais de um bilhão de homens e mulheres padecem as vicissitudes do trabalho precarizado, instável, temporário, terceirizado, quase virtual, dos quais centenas de milhões tem seu cotidiano moldado pelo desemprego estrutural. Se contabilizados, ainda, os danos da Índia e China, a conta se avoluma ainda mais. (ANTUNES, 2007, p.13.)

subempregos temporários do agronegócio, trabalhadores do ramo da limpeza, segurança, entre outros.

Concomitante a e inserida nessa precarização, ocorre uma intensificação do trabalho, com uma superexploração pelo aumento da jornada de trabalho (que atinge profundamente mulheres e crianças), uma vez que o ponto de partida básico do Toyotismo é o número reduzido de trabalhadores e a realização de horas extras. Diante desses fatos, Antunes verifica um movimento pendular que caracteriza os trabalhadores do século XXI:

Há, então, um movimento pendular que caracteriza a classe trabalhadora: por um lado, cada vez menos homens e mulheres trabalham muito, em ritmo e intensidade que se assemelham à fase pretérita do capitalismo, na gênese da Revolução Industrial, configurando uma redução do trabalho estável, herança da fase industrial que conformou o capitalismo do século XX. Como, entretanto, os capitais não podem eliminar completamente o trabalhador vivo, consegue reduzi-lo em várias áreas e ampliá-lo em outras, como se vê pela crescente apropriação da dimensão cognitiva do trabalho. Aqui encontramos, então, o traço de perenidade do trabalho.

No outro lado do pêndulo, cada vez mais homens e mulheres trabalhadores encontram menos trabalho, esparramando-se pelo mundo em busca de qualquer labor, configurando uma crescente tendência de precarização do trabalho em escala global, que vai dos EUA ao Japão, da Alemanha ao México, da Inglaterra ao Brasil, sendo que a ampliação do desemprego estrutural é a sua manifestação mais virulenta.¹⁸⁷

No Brasil, essa flexibilização e precarização do trabalho da lógica do Toyotismo flexibilizado foi introduzido a partir do início dos anos 90 com o aumento da privatização e da desregulação oriunda da pauta neoliberal, em especial a partir do governo do Fernando Collor e Fernando Henrique Cardoso. Nessa década, inicia o processo de desconcentração das unidades produtivas: as empresas se transferem em

¹⁸⁷ ANTUNES, 2007, p.13 e 14.

busca de isenções fiscais, o rebaixamento da remuneração, a inexperiência sindical, formas de trabalho desregulamentado, empresas de terceirização e locação de mão-de-obra, inclusive sem carteira assinada, crescendo o nível de informalidade de forma expressiva.

Dentro do conceito mais amplo de precarização do labor, cabível conceituar o processo de flexibilização, em linhas gerais, no laço do ensinamento de Thébaud-Mony e Druck¹⁸⁸:

Compreendida como processo que tem condicionantes macroeconômicos e sociais derivados de uma fase de mundialização do sistema capitalista, hegemonizado pela esfera financeira, cuja fluidez e volatilidade típicas dos mercados financeiros contaminam não só a economia, mas a sociedade em seu conjunto, e, desta forma, generaliza a flexibilização para todos os espaços, especialmente no campo do trabalho. Nesta fase, a liberalização e liberdade do mercado atingem nível inédito de desenvolvimento. Esse processo mais geral determina e articula a flexibilização dos processos de trabalho, do mercado de trabalho, das leis trabalhistas e dos sindicatos, definindo o caráter da reestruturação produtiva mais recente, especialmente no que se refere à estratégia das empresas na adoção dos novos padrões de gestão do trabalho (toyotismo, produção enxuta, etc.)

Ocorrem, desse modo, além da flexibilização da organização do trabalho, outras formas de flexibilização. Na verdade, entre as distintas formas de flexibilização, que nada mais são do que espécies de precarização, destacam-se a organizativa, salarial, funcional, contratual, de horário, emprego e, especificamente, dos direitos sociais. Segundo Antunes¹⁸⁹:

A flexibilização pode ser entendida como “liberdade da empresa” para desempregar trabalhadores; sem penalidades, quando a produção e as vendas diminuem; liberdade,

¹⁸⁸ THÉBAUD- MONY; DRUCK, 2007, p. 29.

¹⁸⁹ SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. ANTUNES, Ricardo. **Século XXI**: Nova era da Precarização Estrutural do Trabalho?

sempre para a empresa, para reduzir o horário de trabalho ou de recorrer a mais horas de trabalho; possibilidade de pagar salários reais mais baixos do que a paridade de trabalho exige; possibilidade de subdividir a jornada de trabalho em dia e semana segundo as conveniências das empresas, mudando os horários e as características do trabalho (por turno, por escala, em tempo parcial, horário flexível etc.), dentre tantas outras formas de precarização da força de trabalho.

Os exemplos mais explícitos de flexibilização do trabalho no Brasil encontram-se:

nas jornadas móveis de trabalho (a exemplo do banco de horas e outros), na remuneração através dos salários flexíveis (parte fixa e parte variável que chega a representar 60% do total e depende das metas/objetivos cumpridos, dos prêmios de produtividade, assiduidade, criatividade...), nas formas de gestão e organização inspiradas no toyotismo (onde a lógica do *jus-in-time*: hora certa, tempo certo, quantidade certa e, portanto, erro zero implica um controle rigoroso sobre o trabalho, caracterizando a administração do estresse. Os efeitos da flexibilização demonstrados nas pesquisas implicam o processo de intensificação do trabalho para os que permanecem empregados, expondo-os a maiores riscos de acidentes e adoecimento.¹⁹⁰

Um dos principais instrumentos para realizar esse processo de precarização do trabalho é a flexibilização e desregulamentação da legislação social protetora, o que tem gerado a paulatina destruição dos direitos sociais conquistados historicamente pelos trabalhadores.

Os argumentos utilizados para tal trazem à baila a necessidade de adaptação do país aos padrões da concorrência internacional em um mundo de capitalismo fluido e veloz bem como a rigidez da legislação trabalhista. Essa supostamente inibe a produtividade, a concorrência porquanto representaria a intervenção exacerbada do Estado sobre as

¹⁹⁰ THÉBAUD-MONY Annie; DRUCK, Graça, 2007, p. 30.

relações de trabalho, inviabilizando as práticas empreendedoras e comerciais.

E, como bem revela Siqueira Neto¹⁹¹:

A solução frequentemente oferecida para superar essa imaginada rigidez do direito e do mercado de trabalho é a redução dos direitos trabalhistas, combinada com o incentivo das negociações coletivas de trabalho exclusivamente por empresas, voltadas para o estabelecimento da “flexibilização” de direitos ou simplesmente a desconstituição de direitos indisponíveis.

A síntese da proposição é a seguinte: diminuição dos direitos legais dos trabalhadores combinada com a ampla regulamentação do direito do trabalho através da negociação coletiva por empresa, sendo estas desenvolvidas com algumas restrições à ação coletiva dos trabalhadores [...].

Ainda para esse autor, a flexibilização do direito do trabalho é “o conjunto de medidas destinadas a afrouxar, adaptar ou eliminar direitos trabalhistas de acordo com a realidade econômica e produtiva.”¹⁹² No que tange aos seus fins, a flexibilização normativa pode ser de proteção, com o fito de garantir mais benefícios ao trabalhador; de adaptação, quando se procura adaptar as normas legais a novas circunstâncias por meio de negociação coletiva, valorando o que seria mais conveniente ao trabalhador e; de desregulamentação, que se refere à derrogação de benefícios trabalhistas.

Por seu turno, consoante a tese de Siqueira Neto¹⁹³, no que alude ao objeto, a flexibilidade pode ser interna, quando altera aspectos de uma relação já existente e que subsiste, a exemplo do horário, jornada, condições de trabalho, remuneração, etc e também pode ser externa quando diz respeito ao ingresso e à saída do mercado de trabalho. E, quanto à forma, aquela pode ser imposta, uma vez sendo ato unilateral da empresa/empregador ou do Estado como também negociada com o trabalhador.

¹⁹¹ SIQUEIRA NETO, José Francisco. Direito do Trabalho e flexibilização no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 11.p. 33-41, nº 1, 1997. p. 33.

¹⁹² SIQUEIRA NETO, 1997, p. 36.

¹⁹³ SIQUEIRA NETO, 1997.

Para Siqueira Neto¹⁹⁴, a “desregulamentação constitui-se no conjunto de instrumentos destinados à flexibilização na entrada e na saída do mercado de trabalho, de caráter interno e externo à empresa.” Nesse sentido, oportuno assinalar que a desregulamentação está sujeita em sua maior parte às iniciativas legislativas para a sua alteração, mas também não se deve perder de vista as Súmulas Jurisprudenciais, as Instruções Normativas do Executivo que também possuem força em si mesmas. Ratifica-se ainda que quanto ao ingresso e ao término da relação de trabalho, ou seja, à flexibilidade do tipo externa, essa traz a baila o aumento do poder do empregador em detrimento do operário. E, quanto à flexibilidade interna, tal, na maioria das vezes, é vinculada ao processo de negociação coletiva, no que tange à flexibilidade de proteção e de adaptação.

Sendo assim, ainda sob os conceitos desenvolvidos por Siqueira Neto, no que tange à entrada do mercado de trabalho, têm-se as medidas legislativas incentivadoras da erosão dos contratos de trabalho. Portanto, citem-se o trabalho *part-time*, a redução da tutela para certas categorias, o trabalho temporário, dentre outras medidas. E à saída do mercado, emergem as legislações pertinentes “à limitação do campo de aplicação e o rigor da tutela contra a despedida individual e por nova legitimação das reduções de pessoal.”¹⁹⁵ Registra-se, de igual forma, que pode haver ainda a flexibilidade desregulamentadora do tipo interna em relação ao objeto, ou seja, referente às condições de trabalho cotidianas, sem vínculo com temas atinentes à entrada e saída do mercado de trabalho, a exemplo de direitos estabelecidos em lei sobre as condições de trabalho.

Mister se faz ressaltar que uma das principais vias de flexibilização do trabalho e desregulamentação da legislação social é a terceirização ou subcontratação. No Brasil, a terceirização foi ratificada pelo Tribunal Superior do Trabalho na Súmula 331, legitimando a prática que se tornou padrão das empresas, pois permite, com ampla liberdade (fluidez e volatilidade), a transferência de responsabilidade de gestão, dos custos e dos encargos trabalhistas para um terceiro.¹⁹⁶

¹⁹⁴ SIQUEIRA NETO, 1997, p. 37.

¹⁹⁵ SIQUEIRA NETO, 1997, p. 37.

¹⁹⁶ “O aumento da competição internacional como processo de crescente globalização da economia está impondo um freio à política de verticalização das empresas e um acentuado recurso à terceirização, ao repasse de certos segmentos dos processos de trabalho para empresas subcontratadas. Vai-se constatando que a crescente a terceirização é um processo que tem aumentado também a informalização das relações de trabalho e estimulado a precarização do trabalho.” (BUSNELLO, Ronaldo. **Processo de Produção e Regulação Social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005, p. 336)

Além do enunciado do TST, outros três instrumentos legais, ampararam a intensificação da regulamentação da terceirização (e desregulamentação da legislação social): a Portaria MTE 550/2010 que redefine a Lei do trabalho temporário de 1974; a Lei 8.949/1994, que legaliza as cooperativas “terceirizadas” e, por último, destaca-se o aumento expressivo da aplicação pela administração pública federal da permissão de terceirização no serviço público prevista no Decreto-Lei 200/1967 e Lei 8.666/1993.

Alexandre Luiz Ramos¹⁹⁷ afirma que:

os processos de terceirização, flexibilização, cooperativização, informalização, entre outros, revelam a tendência de desregulamentação do Direito do Trabalho [...] e essa desregulamentação do Direito do Trabalho decorre da alteração do modo de acumulação capitalista [...] pois enquanto a acumulação se dava em bases rígidas, a regulamentação observou tal parâmetro. Agora que a acumulação do capital é flexível, tal condição impõe a flexibilidade da exploração da força de trabalho e, por consequência, a flexibilidade da legislação, num primeiro momento, e a desregulamentação, num segundo.

Como visto, o caráter flexível da gestão Toyotista exige a flexibilização das relações de trabalho e, dentro desta, destaca-se a terceirização como forma mais explícita de precarização do labor.

Entre as inovações de flexibilização na legislação brasileira, cabe, ainda, destacar:

[...] o novo Contrato de Trabalho por Tempo Determinado (1998); o novo Contrato de Trabalho em Tempo Parcial (1998); o novo Contrato de Aprendizagem (2000); a ampliação do uso do trabalho Temporário (1974), que generalizou a sua utilização através de portaria (1996)¹⁹⁸; [...] e a lei que possibilita às empresas a contratação de cooperativas profissionais ou de prestação de

¹⁹⁷ RAMOS, Alexandre Luiz. Acumulação flexível, Toyotismo e Desregulamentação do Direito do Trabalho *In*: ARRUDA JR. Edmundo Lima de. RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização, Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho**. Curitiba: IBEJ, p. 253 a 255, 1998.

¹⁹⁸ A portaria MTE 550/2010 substituiu a Portaria 02/96.

serviços (1994) – constituídas por trabalhadores associados e não-assalariados, portanto, sem direitos cobertos pela legislação – sem caracterização de vínculo empregatício. [...] Acrescentam-se a essas modalidades de contrato duas outras alterações que aprofundam a flexibilização: a quebra de estabilidade do funcionalismo público (que agora pode ser demitido por “excesso de pessoal”) e a denúncia da Convenção 158 da OIT, que elimina os mecanismos de inibição de demissão imotivada e reafirma a demissão sem justa causa.¹⁹⁹

Sobremais, outras modificações normativas podem ser citadas: Lei 9601/1998 (MP 2164-41/2001), que instituiu o Banco de Horas, um sistema de compensação de horas extras até o prazo de um ano, por meio de Acordo Coletivo de Trabalho e Convenção Coletiva de Trabalho, abrindo-se mão do seu devido pagamento; Lei 9032/1995, a qual representou um retrocesso na legislação protetora previdenciária, tendo em vista que o art. 28 da lei substituiu o salário contribuição pelo salário benefício e o art. 86 diminuiu em 50% o valor do auxílio-acidente; a Lei 11.788/2008 do trabalho- estágio, que é a utilização e exploração de mão-de-obra sem a contrapartida de direitos trabalhistas; dentre outras.

Ante o exposto, a precarização no mundo do trabalho contemporâneo acarreta inúmeras conseqüências na vida dos trabalhadores, tendo em vista as condições de trabalho na Modernidade Líquida. Essas condições hodiernas laborais precárias, sem uma proteção legislativa adequada de represa, além de gerar no trabalhador uma ausência de sentido do trabalho, de forma trágica, prejudicam a sua saúde e corroem o seu caráter.

2.2 O IMPACTO DO MUNDO DO TRABALHO SOBRE A SAÚDE E O CARÁTER DO TRABALHADOR

A reestruturação produtiva delineada sob o modelo japonês Toyotista anteriormente analisado, no contexto da Modernidade Líquida, conduz as relações entre trabalho e saúde do trabalhador em uma perspectiva eminentemente fragmentada.

¹⁹⁹ THÉBAUD-MONY; DRUCK, 2007, p. 41.

Com isso, quer-se dizer que essas relações se apresentam na forma de um mosaico, no qual é possível coexistirem múltiplas situações e condições de trabalho, diferentes estágios de incorporação tecnológica e também diversas formas de organização e gestão do trabalho. Nesse sentido, cada uma deles possui um impacto direto e veemente sobre o “viver, o adoecer e o morrer dos trabalhadores.”²⁰⁰

Como consequência [da reestruturação produtiva], surge um novo perfil epidemiológico, caracterizado pela mistura de padrões de adoecimento e morte heterogêneos, onde os velhos problemas de saúde-doença se superpõe aos novos [...].²⁰¹

A bem da verdade é que esse processo de reestruturação perpetrado na conjuntura do regime de acumulação flexível hodierno, no caso do Brasil, iniciado a partir da década de 90, ocasionou e continua a ocasionar impactos ainda pouco conhecidos sobre a saúde do trabalhador, em especial, pela adoção de novas tecnologias, novéis métodos gerenciais e pela conseqüente precarização das relações de trabalho.

De forma específica, a precarização tem exposto o trabalhador a um contexto de vulnerabilidade e de submissão a riscos. As práticas de intensificação do trabalho e/ou excesso ou maior intensidade da jornada de trabalho, o acúmulo de funções, o desrespeito ao interstício, menos folgas ou descanso semanal ou férias, rotatividade e toda ordem de descumprimento dos regulamentos de proteção à saúde e segurança laboral, extremamente comum e constante nessa relação de precariedade, expõem o trabalhador a maiores fatores de risco, deteriorando as suas condições de saúde e qualidade de vida.²⁰²

Cabe salientar que pela condição de fragilidade desse tipo de relação de trabalho, a submissão aos riscos também se encontra quando

²⁰⁰ DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da OPAS/OMS. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001, p. 19.

²⁰¹ DIAS, Elizabeth Costa. A organização da atenção à saúde do trabalhador. In: FERREIRA FILHO, Mário. **Saúde no trabalho**: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. Belo Horizonte: Roca editora, 2000. O capítulo 1, da autora, foi retirado do site disponível em: www.medicina.ufmg.br/dmps/atencao_saude_no_trabalho.rtf. Acesso em: 10 out. 2011.

²⁰² SILVA, Selma Cristina; FRANCO, Tânia. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. In: DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

da falta de informação suficiente e treinamento inadequado quanto aos riscos no local de trabalho, ainda mais quando não são oferecidos os equipamentos de proteção individual (EPIs) bem como o treinamento para sua utilização e a fiscalização por parte da empresa sobre o uso adequado daqueles. No âmbito coletivo, a participação e o acompanhamento dos representantes dos trabalhadores por meio da Cipa (Comissão Interna de Prevenção de Acidentes) do PCMSO (Programa de Controle Médico de Saúde Ocupacional) e do PPRA (Programa de Prevenção de Riscos Ambientais) são também bastante precários.²⁰³

Além disso, em caso de acidentes e/ou adoecimentos do trabalho, o tratamento e a assistência aos trabalhadores em condições precárias são diferenciados no que tange ao atendimento, ao acompanhamento bem como ao controle dos problemas de saúde. Outrossim, não se olvide de se referir à questão da prevenção da saúde e da segurança no ambiente de trabalho, a qual, não raramente é impedida pela política de gestão empresarial que costuma realizar acepção de certos grupos de trabalhadores.

Vide, a exemplo, o caso dos terceirizados que não fazem parte do núcleo estável de uma empresa. Uma vez que a terceirização, na visão de Silva e Franco²⁰⁴, “instituiu diferentes estatutos de trabalhadores e, em decorrência, diferenças salariais como estratégia de controle e dominação no trabalho”, abriram-se as portas para uma exposição a riscos muito maiores à saúde²⁰⁵ em virtude da dificuldade de sindicalização e organização coletiva para a luta de melhores condições de trabalho e trabalho em condições salubres e dignas, tendo em vista o alto grau de rotatividade desse grupo terceirizado. Nessa lógica, o patronato faz uso da demissão como forma de intimidar e neutralizar as reivindicações sindicais e por consequência, o processo de resistência contra a deterioração da saúde e qualidade de vida do trabalhador.

²⁰³ SILVA; FRANCO, 2007, p. 128.

²⁰⁴ SILVA e FRANCO, 2007, p. 132.

²⁰⁵ Em pesquisa realizada por Silva e Franco no complexo industrial RMS/Bahia foram analisadas as condições de trabalho em 44 empresas contratantes e em 35 empresas subcontratadas ou terceirizadas. Iniciou-se o diagnóstico entre 1993 e 1995 e nova pesquisa para avaliação das modificações no ano de 2004 a 2006. Sendo assim: “Os problemas gerais de saúde mais frequentes dos empregados do núcleo estável e dos trabalhadores terceirizados, referidos pelas empresas na pesquisa de 2004-06, no período dos últimos três anos foram: 1) doenças do aparelho respiratório; 2) distúrbios e lesões osteomusculares; 3) distúrbios do aparelho digestivos; 4) distúrbios cardiovasculares. Em relação aos terceirizados especificamente, vale ressaltar a importância dos traumatismos e queimaduras; das lesões dermatológicas, que além dos problemas respiratórios, indicam maior exposição aos riscos e condições inseguras de trabalho.” (SIL VA; FRANCO, 2007, p. 131)

Como não poderia deixar de ser, de igual sorte, as inovações tecnológicas são uma incógnita no que tange ao processo de adoecimento. Ao passo que muitos riscos ocupacionais são diminuídos pela própria tecnologia, em determinados ramos extremamente insalubres e perigosos; existem searas em que outros riscos são gerados pelas inovações científicas, a exemplo da área da química fina, da indústria nuclear, nas empresas de biotecnologia. Esses riscos são pouco conhecidos, e, sendo assim, pouco controláveis, gerando um problema de meio ambiente e saúde pública. Ainda acrescenta Elizabeth Dias²⁰⁶:

As inovações tecnológicas se, indiscutivelmente têm ensejado a redução ou eliminação de alguns fatores de risco ocupacional, tornando o trabalho em alguns ramos e setores da atividade econômica mais leve, menos perigoso, menos sujo, têm introduzido outros traduzidas na crescente carga psíquica e sofrimento mental.

Outro ponto a ser observado diz respeito aos avanços da biologia molecular e as questões éticas relacionadas ao processo de seleção de trabalhadores através da identificação de indivíduos suscetíveis a diferentes doenças, questões essas que provavelmente serão tratadas nas próximas décadas.²⁰⁷

Nessa esteira, o processo de reestruturação produtiva pertinente à Terceira Revolução Industrial provoca impactos tão novos, intensos e radicais ao homem e ao planeta, referindo-se aí à escala global de alcance dessas novas tecnologias, formas de gestão do trabalho, quanto o que aconteceu na Revolução Industrial do século XVIII.²⁰⁸

Tenha-se presente que nas Revoluções Industriais antecessoras, o advento da maquinaria, fez com que a máquina tomasse o papel ativo do trabalho. O trabalhador, então, passa a ser o elemento passivo no processo de produção, destacando-se o conceito de estranhamento (*Entfremdung*) já ressaltado anteriormente a partir da exteriorização do trabalho, que nada mais é do que a relação do produto da atividade humana como algo independente do seu criador, ou seja, o produto passa a pertencer a outro. Com isso, a falta de controle sobre o ritmo do trabalho por parte do trabalhador, como se verificou na análise da administração científica do trabalho taylorista/fordista contribuiu e

²⁰⁶ DIAS, 2000, p. 2.

²⁰⁷ DIAS, 2001, p. 19.

²⁰⁸ DIAS, 2000.

muito para o desenvolvimento de doenças relacionadas ao trabalho nesse primeiro momento.²⁰⁹

Por sua vez, a Terceira Revolução Industrial não só ainda exige a sujeição do ser humano ao processo produtivo, em termos de desempenho físico e mental, mas o que salienta Lourenço²¹⁰ é que nessa modernidade as imposições de ritmos, intensidades do trabalho não se concretizam sem a ideologia de “participação” e envolvimento do trabalhador, de corpo, alma e espírito, com a captura da sua subjetividade. Por isso, substancialmente, observa-se modificado o perfil do trabalho, dos próprios trabalhadores, da organização e das práticas de saúde e segurança do trabalho, dos determinantes saúde-doença, do quadro a morbi-mortalidade relacionado ao trabalho.²¹¹

Além do mais, é importante destacar que, na conjuntura atual de precarização/flexibilização, não se olvidando do presente derretimento de valores “sólidos”, a questão da saúde do trabalhador ainda se faz matéria de ocultação, manipulação e desinformação. Para Santos, a saúde do trabalhador na esfera laboral possui uma variável ideológica, sempre mascarada sob o despudor da “ética” empresarial.²¹²

É de ser revelado que a política de gestão corporativa favorece a omissão e ineficiência no fornecimento de informações, o apagamento dos vestígios de adoecimento e/ou acidentes de trabalho por práticas constantes de recompensa e motivação por meio de “prêmios” ao trabalhador: promoções, bonificações, apoiando-se na situação de fragilidade e vulnerabilidade dessa classe, de sua organização sindical e a crescente individualização provocada pelo regime atual de acumulação flexível.

Ao propósito, não se deve excluir a gestão realizada pelo medo, como bem salienta Dejourns²¹³, uma vez que a política salarial muitas vezes passa a ser individualizada, há ameaças em relação à desestabilização dos núcleos estáveis da empresa e à política de *downsizing* ou enxugamento de pessoal, tudo para tentar mascarar toda nefasta condição de saúde e segurança dos trabalhadores nas empresas.

²⁰⁹ LOURENÇO, Edvânia Ângela de Sousa. O mundo do trabalho adoeece. Estudos do Trabalho. Ano II, nº 3. **Revista da RET- Rede de Estudos do Trabalho**. 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/ArtigoEdvaniaAngela.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

²¹⁰ LOURENÇO, 2008, p. 17.

²¹¹ DIAS, 1999.

²¹² SANTOS, Rosângela Verônica dos. Trabalho social: pressupostos para uma discussão das implicações à saúde do trabalhador. **Revista Cipa**. p. 92-99. 1998. Disponível em: www.cipanet.com.br. Acesso em: 10 out. 2011.

²¹³ DEJOURS, Christoph. O medo e a precarização do trabalho. Entrevista concedida à revista **IHU On-Line**, n. 181 de 22 de mai. 2006.

Contudo, não há de se olvidar que, apesar da prática empresarial considerar as doenças relacionadas ao trabalho e os acidentes de trabalho como eventos aleatórios e individuais, essas problemáticas, em verdade, são uma condição de coletividade com repercussões sociais marcantes, por fazer parte do processo social em que se vive na Modernidade Líquida.²¹⁴

Tanto assim o é que os dados da OIT (Organização Internacional do Trabalho) demonstram:

O trabalho mata mais pessoas do que as guerras. Cerca de 5000 pessoas por dia, ou uma pessoa cada 15 segundos, morrem em consequência de acidentes no trabalho e doenças profissionais. A cada ano são registrados quase 270 milhões de acidentes, dos quais 350 000 com consequências fatais.²¹⁵

Todos os dias morrem em média 6.000 pessoas devido a acidentes ou doenças profissionais, totalizando mais de 2,2 milhões de mortes relacionadas com o trabalho e mais de 1,7 milhões são devidas a doenças profissionais.²¹⁶

E no Brasil, a situação não é diferente. Os dados de 2009 sobre acidentes e doenças ocupacionais registrados pela Previdência Social²¹⁷, marcam o número de 723.452, sendo que nele não estão incluídos os trabalhadores autônomos e as empregadas domésticas. Ainda entre os registros, contabilizou-se o número de 17. 693 doenças relacionadas ao trabalho, com o afastamento de 623.026 por incapacidade temporária e 13.047 por incapacidade permanente e óbitos de 2.496 trabalhadores. Os dados da Previdência Social corroboram outros aspectos:

²¹⁴ LAURELL, Ana Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**. São Paulo: Huritec, 1989.

²¹⁵ OIT. **Convenção nº 81 sobre a inspeção no trabalho e Convenção 129 sobre a inspeção do no trabalho na agricultura**. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/c81.pdf>. Acesso em: 11 out. 2011.

²¹⁶ OIT- LISBOA. **Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho**. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_dia_seguranca_04_.pt.htm. Acesso em: 11 out. 2011.

²¹⁷ MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (BR). **Segurança e Saúde Ocupacional**. 2009. Disponível em: <http://mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Acesso em: 12 out. 2011.

[...] no Brasil, em 2009, ocorreu cerca de 1 morte a cada 3,5 horas, motivada pelo risco decorrente dos fatores ambientais do trabalho e ainda cerca de 83 acidentes e doenças do trabalho reconhecidos a cada 1 hora na jornada diária. Em 2009 observamos uma média de 43 trabalhadores/dia que não mais retornaram ao trabalho devido a invalidez ou morte.²¹⁸

A conjuntura se evidencia cada vez mais funesta em termos de saúde e segurança do trabalhador na medida em que as estatísticas oficiais não representam toda a realidade dos empregos informais, de empresas não registradas, sem contabilizar as sub-notificações e o sub-registros. E mesmo assim, o Brasil ocupa o quarto lugar em números de mortes, de acordo com Organização Internacional do Trabalho (OIT)²¹⁹, estando atrás de países como China, Estados Unidos e Rússia, com população de duas a sete vezes maiores. Relatado está que os acidentes de trabalho por ano possuem como causas mais comuns o descumprimento de normas básicas de proteção do trabalhador e condições laborais e de processos de trabalho insalubres e perigosos.

Como se não fosse o suficiente, o contexto legal não se apresenta tão apazível, ou *pro misero*, no sentido de propiciar ou agasalhar as melhores condições ao trabalhador no que tange à questão da saúde-doença em uma perspectiva que alcance a veracidade e a complexidade desse fenômeno social. Tenha-se por declarado que a legislação previdenciária, tendo como exemplo, a Lei de nº 8.213/91, de ênfase eminentemente cartesiana quando não impede, acaba por dificultar um real reconhecimento da proporção do adoecimento no âmbito laboral e a própria prevenção, intervenção, tratamento e minimização dos danos:

Capítulo II

DAS PRESTAÇÕES EM GERAL

Seção I

Das Espécies de Prestações

²¹⁸ MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (BR). **Segurança e Saúde Ocupacional**. 2009. Disponível em: <http://mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Acesso em: 12 out. 2011.

²¹⁹ OIT. **Dia Mundial da Segurança e Saúde no Trabalho**. 2011. Disponível em: <http://www.oitbrasil.org.br>. Acesso em: 12 out. 2011.

Art. 19. Acidente do trabalho é o que ocorre pelo exercício do trabalho a serviço da empresa ou pelo exercício do trabalho dos segurados referidos no inciso VII do art. 11 desta Lei, provocando lesão corporal ou perturbação funcional que cause a morte ou a perda ou redução, permanente ou temporária, da capacidade para o trabalho.

Art. 20. Consideram-se acidente do trabalho, nos termos do artigo anterior, as seguintes entidades mórbidas:

I - doença profissional, assim entendida a produzida ou desencadeada pelo exercício do trabalho peculiar a determinada atividade e constante da respectiva relação elaborada pelo Ministério do Trabalho e da Previdência Social;

II - doença do trabalho, assim entendida a adquirida ou desencadeada em função de condições especiais em que o trabalho é realizado e com ele se relacione diretamente, constante da relação mencionada no inciso I.

§ 1º Não são consideradas como doença do trabalho:

- a) a doença degenerativa;
- b) a inerente a grupo etário;
- c) a que não produza incapacidade laborativa;
- d) a doença endêmica adquirida por segurado habitante de região em que ela se desenvolva, salvo comprovação de que é resultante de exposição ou contato direto determinado pela natureza do trabalho.

Art. 21. Equiparam-se também ao acidente do trabalho, para efeitos desta Lei:

I - o acidente ligado ao trabalho que, embora não tenha sido a causa única, haja contribuído diretamente para a morte do segurado, para redução ou perda da sua capacidade para o trabalho, ou produzido lesão que exija atenção médica para a sua recuperação;

II - o acidente sofrido pelo segurado no local e no horário do trabalho, em consequência de:

- a) ato de agressão, sabotagem ou terrorismo praticado por terceiro ou companheiro de trabalho;

b) ofensa física intencional, inclusive de terceiro, por motivo de disputa relacionada ao trabalho;

c) ato de imprudência, de negligência ou de imperícia de terceiro ou de companheiro de trabalho;

d) ato de pessoa privada do uso da razão;

e) desabamento, inundação, incêndio e outros casos fortuitos ou decorrentes de força maior;

III - a doença proveniente de contaminação acidental do empregado no exercício de sua atividade;

IV - o acidente sofrido pelo segurado ainda que fora do local e horário de trabalho:

a) na execução de ordem ou na realização de serviço sob a autoridade da empresa;

b) na prestação espontânea de qualquer serviço à empresa para lhe evitar prejuízo ou proporcionar proveito;

c) em viagem a serviço da empresa, inclusive para estudo quando financiada por esta dentro de seus planos para melhor capacitação da mão-de-obra, independentemente do meio de locomoção utilizado, inclusive veículo de propriedade do segurado;

d) no percurso da residência para o local de trabalho ou deste para aquela, qualquer que seja o meio de locomoção, inclusive veículo de propriedade do segurado.

§ 1º Nos períodos destinados a refeição ou descanso, ou por ocasião da satisfação de outras necessidades fisiológicas, no local do trabalho ou durante este, o empregado é considerado no exercício do trabalho.

§ 2º Não é considerada agravação ou complicação de acidente do trabalho a lesão que, resultante de acidente de outra origem, se associe ou se superponha às consequências do anterior.²²⁰

Em que pese os avanços jurídicos brasileiros, a estrutura normativa previdenciária, quando trata das afecções vinculadas ao labor

²²⁰ BRASIL. **Lei 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre o plano de benefício da Previdência Social. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em: 28 out. 2011.

acaba por ignorar o processo social complexo que envolve a questão da precarização do trabalho e seus efeitos sobre a saúde do trabalhador, em mutação e muitos deles desconhecidos. O enquadramento demonstra-se bastante restrito e excludente do que seriam ou não acidente de trabalho e doenças ocupacionais, em especial, a exemplo das psicopatologias relacionadas ao trabalho, dando azo à sustentação do próprio sistema de acumulação flexível que busca, inclusive, no viés das instituições, a precarização do tratamento de saúde bem como do seguro social.

Nesse sentido, valoroso assinalar que o trabalho, em uma visão integral pode ser caracterizado, hodiernamente, como uma atividade complexa, fortemente ligada às evoluções sócio-tecnológicas, influenciada diretamente por um grande número de fatores de natureza social, econômica e organizacional e individual.²²¹ E a saúde do trabalhador, por conseguinte, é condicionada também por fatores sociais, econômicos, tecnológicos e organizacionais relacionados ao perfil de produção e consumo próprios ao processo de reestruturação produtiva, ao modelo Toyotista; além de fatores de risco de natureza físicos, químicos, biológicos, mecânicos e ergonômicos presentes nos processos de trabalho particulares.²²²

2.2.1 O estresse ocupacional

De acordo com a Organização Mundial de Saúde (OMS)²²³, a “reação que o indivíduo pode ter ante as exigências e pressões laborais que não se ajustam a seus conhecimentos e capacidades e que põem à prova a sua capacidade de enfrentar a situação” é denominada de estresse ocupacional.

A OMS refere existir, conceitualmente, diferença entre a pressão e o estresse no que tange à perspectiva laboral. Própria é a pressão ao trabalho, como atividade a ser desenvolvida. Em assim

²²¹ CRUZ, Roberto Moraes. Saúde, Trabalho e Psicopatologias. In: AUED, Bernardete Wrublevski. (Org.). **Traços do Trabalho Coletivo**. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005, p. 203.

²²² MINISTÉRIO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE (BR). **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. Brasília, novembro de 2004. Disponível em:

http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos_portaria_interministerial_800.pdf.

Acesso em: 11 out. 2011.

²²³ “El estrés laboral es la reacción que puede tener el individuo ante exigencias y presiones laborales que no se ajustan a sus conocimientos y capacidades y que ponen a prueba su capacidad para afrontar la situación.” (WHO. **La organización del trabajo y el estrés**. Serie protección de la salud de los trabajadores. n° 3, 2004, p. 3, tradução nossa. Disponível em: http://www.who.int/occupational_health/publications/pwh3sp.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.)

sendo, um nível de pressão que o trabalhador considere adequada, pode inclusive mantê-lo alerta, disposto e motivado ao trabalho e ao aprendizado; isso, obviamente, dependendo dos seus recursos e características pessoais para o manejo da situação de pressão. Por sua vez, o estresse aparece quando a pressão se faz excessiva ou difícil de controlar.

Com efeito, o estresse é resultado do desequilíbrio entre as exigências e pressões que o indivíduo sofre e a sua capacidade e conhecimentos para o enfrentamento, inclusive por meio de estratégias (*coping*). Tal ocorre na medida em que as exigências estão além da capacidade do trabalhador, demandando-se muito mais do que é possível oferecer segundo a capacidade do trabalhador tanto física quanto mental, e também nos casos que as habilidades não são utilizadas de forma suficiente, ou estão aquém do que pode ser ofertado pelo trabalhador segundo o seu potencial, ou seja, há a subutilização da capacidade individual.²²⁴

Assemelhando-se ao conceito desenvolvido pela Organização Mundial de Saúde, na literatura acadêmica pertinente à área temática do stress, tem-se que ao que é caracterizado como pressão satisfatória para o trabalho e aprendizado, denomina-se de eu-estresse ou estresse bom e sadio. Sobre isso, leciona Tamayo²²⁵:

O estresse pode ser considerado um mecanismo utilizado pelas pessoas para se adaptarem a exigências do meio externo, ou para responderem a metas que elas próprias fixam. A sobrevivência do indivíduo depende, em grande medida, deste mecanismo, assim como o seu desempenho nas mais diversas esferas da existência. Este estresse é saio e necessário na vida.

[...]

Em termos gerais, o eu-estresse é equivalente aos desafios da vida e do trabalho. Portanto, ele é positivo, sadio e geralmente, maximiza a performance e o desempenho das pessoas e leva a resultados construtivos.

Logo, o trabalhador, no estado de eu-estresse, apresenta tendências comportamentais de “ânimo, vitalidade, otimismo, vigor

²²⁴ WHO, 2004.

²²⁵ TAMAYO, Álvaro & Cols. **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004, p.79.

físico e lucidez mental, com reflexo positivo em seus relacionamentos e na sua performance em atividades rotineiras.”²²⁶

Nessa esteira, o estresse só passa a ser negativo ou não-saudável, com conseqüências prejudiciais ao obreiro quando:

O que é negativo e nocivo para a saúde do trabalhador é a sua exposição excessiva e sem controle ao estresse. Neste caso, o estresse é negativo, não-saudável e, geralmente, leva a resultados ou conseqüências destrutivas. [...] Assim, o que diferencia basicamente o estresse sadio do estresse negativo é a intensidade, a frequência e a duração da exposição e, particularmente, a falta de controle sobre a situação estressante.²²⁷

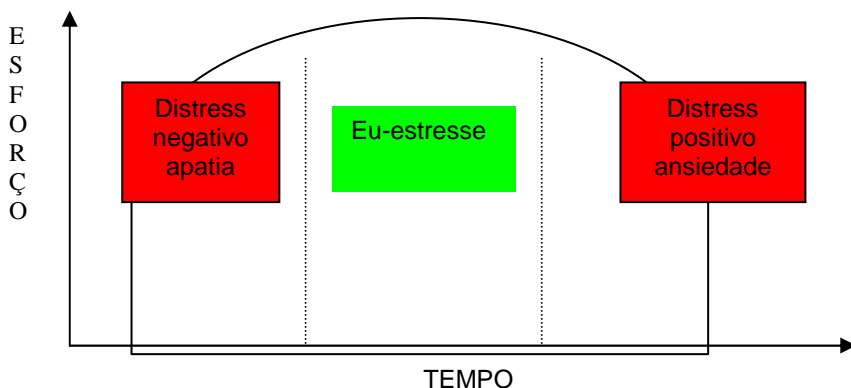
O fenômeno supracitado pode ser nomeado de distress positivo, quando há uma alta estimulação (ansiedade). É o que se apresenta em ambientes laborais que possuem características de qualidade inadequada, o que acarreta um padrão superior de exigência no desenvolvimento de esquemas mentais, solicitando o trabalhador para além das suas capacidades, caracterizando um estado de sobrecarga. De igual forma, o fenômeno denominado distress negativo, característico de baixa estimulação (apatia), é observado em ambientes de característica de qualidade inadequada, monótono, gerando um padrão também superior de exigência no desenvolvimento de esquemas mentais, uma vez que solicita o indivíduo além de seu potencial, subutilizando o seu processo mental em relação a estímulos, mas não necessariamente, às necessidades internas do sujeito, causando, dessa sorte, também sobrecarga.²²⁸

²²⁶ PACHECO, Waldemar *et al.* A era da tecnologia da informação e comunicação e a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. Belo Horizonte, vol. 3, nº2, p. 114-122, ago-dez, 2005.

²²⁷ TAMAYO, 2004, p. 79.

²²⁸ PACHECO *et al.*, 2005.

FIGURA 6- CURVA DO ESTRESSE



Oportuno salientar, nesse momento, que a carga referente a um trabalho assim se classifica na lição de Roberto Cruz²²⁹:

- a) A carga física compreende a atividade muscular (gestos), postura corporal e deslocamento na atividade, além dos impactos das variáveis ambientais, tais como os níveis de ruído, vibração, temperatura, iluminação;
- b) A carga cognitiva refere-se ao uso das funções cognitivas e mentais, tais como a percepção e a atenção consciente, a concentração, a memória, o processo de tomada de decisão;
- c) A carga psíquica sinaliza o grau de sofrimento vivenciado pelos trabalhadores na forma de um vazio existencial, de perda de significado da ação, de interesse e de aumento no nível de frustração. Invariavelmente configuram problemas de ordem afetiva e relacional (insatisfação, monotonia, desprazer) e se acentuam em atividades que primam pela competição entre os pares e pela realização do trabalho sob pressão (de tempo ou de quantidade).

²²⁹ CRUZ, 2005, p. 218.

Seja em qualquer das cargas de trabalho acima citadas, o distress tanto negativo quanto positivo provocam a sobrecarga para o trabalhador. Ao propósito, esse distress quando prolongado acarreta conseqüências na saúde do sujeito, gerando danos de ordem psíquica e/ou orgânica bem como os acidentes de trabalho, lesões temporárias, permanentes e óbitos. Outrossim, cabe revelar que, no que diz respeito ao processo de adoecimento vinculado ao distress, percorrem-se algumas etapas.

Selye, médico erradicado no Canadá, desenvolveu sua doutrina sobre estresse a partir de investigações iniciadas na década de 30, e nela está o conceito da Síndrome Geral de Adaptação (SGA)²³⁰. Para o endocrinologista, essa síndrome é a forma como o organismo faz sua adaptação ao estresse ou à situação estressora. Apresenta-se em três fases.

A primeira delas, denominada fase de alarme, corresponde ao choque e contrachoque,²³¹ a percepção do indivíduo ao estímulo e a resposta do organismo com reações fisiológicas de fuga ou de enfrentamento. Caso o sujeito não consiga se reestabelecer frente ao choque em busca do equilíbrio inicial do organismo, passar-se-á à segunda fase, a de resistência. Nessa, há a adaptação ao agente estressor, mantendo-se o esforço e a resistência implicados em busca da homeostase. O organismo é obrigado a fornecer mais energia para cumprir essa demanda, esgotando invariavelmente a sua capacidade de resistência, tornando o indivíduo vulnerável a afecções em razão da queda do sistema imunológico. Por sua vez, a última fase, a de exaustão, alude às falhas nos mecanismos de defesa e às alterações neurofisiológicas. Delimita-se um novo padrão de resposta, na tentativa de ainda manter a homeostase, entretanto, o resultado final é o colapso sistêmico e a presença de doenças crônicas, como enfermidades cardíacas, úlceras, etc.²³²

2.2.1.1 Fatores psicossociais do estresse

Como visto neste capítulo, a forma de organização do trabalho, o modelo Toyotista, o processo de acumulação flexível, a precarização do

²³⁰ SELYE, H. **Estresse, a tensão da vida**. São Paulo: IBRASA, 1965.

²³¹ PACHECO *et all*, 2005, p. 118.

²³² MELO, Eugénia M. V. de. **Stress laboral**. ISLA- Instituto Superior de Línguas e Administração. Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho. Lisboa. 1993. Disponível em: http://www.cm-nisa.pt/site_biblioteca/historialocal/literatura/stresslaboral.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

labor, as condições de trabalho inadequadas quando não insalubres e perigosas; a flexibilização da ordem normativa, a gestão empresarial que submete os trabalhadores ao medo, à fragilização e à tensão contínua, sem qualquer espécie de oferta de apoio fazem com que os níveis de estresse dos obreiros hodiernos sejam muito maiores que os de outrora. O grau de exigência para além das forças humanas, tanto física quanto psíquica tem dificultado ao trabalhador o enfrentamento do estresse.

Nesse contexto, a Organização Mundial de Saúde (OMS) elencou alguns fatores estressores²³³, os fatores psicossociais, no complexo mundo do trabalho, os quais, não por acaso, possuem relação íntima com o regime de reestruturação produtiva vinculado à contemporaneidade da Modernidade Líquida:

- Fatores relacionados ao posto de trabalho: tarefas monótonas, triviais, desagradáveis, que ocasionam aversão; falta de variedade. Neste ponto, observa-se a presença das novas tecnologias, cujo impacto faz com que o trabalhador esteja limitado a apenas “apertar o botão” da máquina, no modelo toyotista, de várias máquinas ao mesmo tempo, em ritmos cada vez mais acelerados.
- Fatores relacionados ao volume e ritmo do trabalho: excesso ou escassez de trabalho ou trabalho com prazos restritos. Citem-se os trabalhos em equipe cujos prazos são extremamente exíguos, estando o trabalhador sobre pressão e sobrecarga para dar o resultado mais rápido à empresa tanto em termos qualitativos quanto quantitativos.
- Fatores relacionados ao horário de trabalho: horários de trabalho estritos e inflexíveis para os trabalhadores, jornadas de trabalho longas ou fora do horário normal, horários de trabalho imprevisíveis. Apontem-se, nesses casos, os trabalhos precários, em turnos, quando não são respeitados os interstícios havendo, muitas vezes, o acúmulo do débito de sono, fadiga do trabalhador; os trabalhos em tempo parcial, em que o obreiro é obrigado a procurar mais de um trabalho para seu sustento e de sua família, devido ao salário reduzido; a exploração do trabalhador nas horas extras de trabalho que ultrapassam o limite legal e não são convenientemente remuneradas ou tais são depositadas no banco de horas. Além disso, mencionam-se: o “vestir a camisa da empresa”, quando o trabalhador deve estar

²³³ WHO, 2004, p. 6 e 7.

sempre disponível à empresa, uma vez que é condição *sine qua non* para sua permanência e adequação ao perfil desejado; o trabalho em domicílio, no qual a jornada de trabalho não é formalmente contabilizada, contudo, o controle por parte da empresa é mais rígido.

- Fatores relacionados à participação e controle no trabalho: falta de participação na tomada das decisões, falta de controle sobre o método de trabalho, o ritmo laboral. No modelo toyotista, exigida é, como estudado, uma falsa participação do trabalhador nas decisões e sugestões à empresa, em que aquele é usurpado de sua subjetividade em prol da manutenção do trabalho cada vez mais acelerado cujo ritmo é pré-estabelecido pelo comando das máquinas e de seus superiores hierárquicos. Camelo e Angerami²³⁴ ratificam que a falta de autonomia e de controle do trabalhador na organização de sua atividade aumenta a possibilidade do estabelecimento de transtornos mentais.
- Fatores relacionados a perspectivas profissionais: insegurança no trabalho, falta de perspectiva de promoção ou de manutenção futura do emprego na mesma empresa, remuneração insuficiente, atividades pouco valorizadas socialmente, sistemas de avaliação de rendimentos injustos ou pouco claros. O processo de precarização do contexto laboral é o reflexo dessas condições de trabalho que impõem ao trabalhador e à sua família a precarização do presente e a incerteza do futuro.
- Fatores relacionados às relações interpessoais: supervisão inadequada, relações de trabalho ruins, intimidação, perseguição, violência, bullying, preconceitos (racial, sexo, etc), ausência de procedimentos adequados para resolver os problemas da empresa. Esse ponto é bastante característico, haja vista o fato de que o trabalho precário submete o obreiro a condições subumanas, sofrendo no ambiente laboral os mais diversos tipos de opressão, violência e preconceitos, inclusive de gênero. O assédio moral e sexual no ambiente de trabalho é certo em atingir a saúde do trabalhador e também da trabalhadora. A acolhida de sistemas de metas próprias do

²³⁴ CAMELO, Silvia H. H; ANGERAMI, Emília L. S. Riscos Psicossociais no trabalho que podem levar ao estresse: uma análise da literatura. **Cienc. Cuid. Saude**, Abr/Jun, 7(2), p. 232-240, 2008.

âmbito privado, invadindo o serviço público é reflexo do aumento do nível de estresse também no âmbito estatal. No que tange às relações desenvolvidas com colegas de trabalho, não demonstram nenhuma garantia, esteio ou apoio, porquanto tais se apresentam inseguras tendo em vista a competição e a superficialidade dos relacionamentos de grupo. De igual forma, os superiores não evidenciam interesse na resolução de problemas de seus inferiores, senão a evitação e exclusão da problemática com fins de maximizar o potencial de resultado sem ter que lidar com conflitos descartáveis.

- Fatores relacionados à cultura institucional: má comunicação, liderança inadequada, obscuridade quanto aos objetivos da e na estrutura empresarial. No contexto atual, de acordo com Tamayo²³⁵, o nível de exigência da liderança é altíssimo. Além disso, o trabalhador quando subordinado a um estilo de liderança autoritário, limitador da liberdade, que interfere no espaço do trabalho pertencente indivíduo, está sujeito ao estresse laboral.
- Fatores relacionados à conciliação entre vida familiar e vida laboral: exigências contrapostas entre a vida familiar e vida laboral, falta de apoio no trabalho no que diz respeito às questões familiares. O peso ocasionado pelo trabalho (tempo, sobrecarga) dificulta ou mesmo impede o relacionamento com a família e o próprio desenvolvimento saudável dos filhos, uma vez que o estresse e suas conseqüências perpassam a relação pais-filhos desembocando no desenvolvimento infantil de forma deletérea.

2.2.2 Os riscos ocupacionais e o impacto sobre a saúde física e mental do obreiro

A partir do que se pôde compreender a respeito do estresse e dos fatores psicossociais a ele relacionados, há de se mencionar, ainda, com o mesmo relevo, os riscos ocupacionais presentes no meio ambiente laboral e nas relações de trabalho. Esses riscos são elementos que possuem a probabilidade da consumação de um dano sobre a saúde e a integridade física e/ou mental do trabalhador, sob o ponto de vista do sofrimento vinculado às afecções e aos acidentes de trabalho.

²³⁵ TAMAYO, 2004, p. 91.

Na lição de Dias e Melo²³⁶, as condições de saúde dos trabalhadores são originadas de uma complexa rede de aspectos de natureza individual, tal como a herança genética, os fatores biológicos, condicionantes e também de aspectos sociais, como os econômicos, políticos, tecnológicos, socioculturais e organizacionais.

Essas condições fazem parte da expressão do estilo de vida dos indivíduos e dos grupos da sociedade, da incorporação tecnológica ao processo de trabalho, das circunstâncias de exposição aos fatores de risco ocupacionais tradicionais, sejam eles: físicos, biológicos, químicos, ergonômicos e mecânicos e de igual sorte, como se reparte o produto do trabalho e da renda em certa época e lugar. Ainda são originados das relações sociais, tendo como intermediário o Estado, nas regulamentações das relações e condições laborais e do provimento da promoção, da proteção e recuperação da saúde do trabalhador, refletindo, por si, o valor da organização do trabalho e dos obreiros em determinada sociedade.²³⁷

Em primeira análise, considerando os pressupostos acima orientados, é importante salientar que, no que tange à ótica relacionada aos riscos ocupacionais e à possibilidade da geração de doenças relacionadas ao trabalho e dos acidentes de trabalho, deve-se verificar a nocividade no processo laboral: da natureza do objeto de trabalho, dos meios de trabalho, da inter-relação entre o objeto, meios de trabalho, atividade laboral e da adequação da organização e da divisão do trabalho.

Sendo assim, respectivamente, de acordo com Mendes²³⁸, cumpre observar a nocividade no labor, analisando:

- os objetos de trabalho quando nocivos ou perigosos, a exemplo de matérias primas e produtos químicos de alta toxicidade (agrotóxicos, solventes, óleos minerais, graxas, tintas, substâncias carcinogênicas, sílica, gases, poeiras, vapores, etc). Tais riscos são próprios de atividades rurais e urbanas: agricultura, mineração, construção civil, indústrias químicas, têxteis, em que o trabalhador é sujeito à exposição a tais agentes químicos, os quais podem acarretar afecções:

²³⁶ DIAS, Elizabeth Costa; MELO, Elza Machado de. Políticas Públicas em Saúde e Segurança no Trabalho. In: MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. 2ª Ed. v. 2. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003, p. 1694.

²³⁷ DIAS, 2003, p. 1694.

²³⁸ MENDES, 2003, v.1 e v. 2.

intoxicações, dermatites, pneumoconiose, doenças respiratórias crônicas, neoplasias malignas, etc.

- os meios de trabalho quando impróprios, a serem citados: máquinas e equipamentos (sem manutenção, obsoletos ou utilizados sem proteção, treinamento e fiscalização), postos de trabalhos ergonomicamente inadequados. Potencialmente, tais condições são geradoras de acidentes de trabalho.
- os ambientes de trabalho quando nocivos ou perigosos. Mencionam-se ambientes com riscos físicos: ruído além do limite tolerado, temperaturas extremas de frio e/ou calor, umidade, pressões anormais, radiações ionizantes, radiações não-ionizantes. Esses agentes estão presentes em atividades laborais da construção civil, indústrias alimentícias, frigoríficos, indústria metal-mecânica, siderúrgicas, agricultura, de mergulho, de exposição a raio-X, infra-vermelho, ultra-violeta, comuns em hospitais. Em tais tipos de ambientes, doenças podem ser geradas: surdez ocupacional, irritabilidade, cefaléia, agravamento de hipertensão arterial e de distúrbios gástricos, dermatites, desidratação, fadiga, astenia, hipotensão arterial, doenças respiratórias, alérgicas, neoplasias malignas, embolia pulmonar, necrose óssea, etc.

Além disso, apontem-se os riscos biológicos: vírus, bactérias, fungos, parasitas, protozoários, bacilos, etc; presentes nas atividades laborais hospitalares, de limpeza urbana, de laboratórios de pesquisa, agropecuárias. Podem ocasionar afecções: tuberculose, meningite, AIDS, hepatites, brucelose, dermatites, verminoses, protozooses, tétano, sarampo, varicela, etc.

- as condições laborais, sobre a dimensão sociotécnica e organizacional do processo de produção, de igual forma, na medida em que nociva ao trabalhador. Faz-se, neste ponto, referência às características pertinentes ao processo de produção Toyotista já estudado e suas práticas sobre a organização do trabalho, o conteúdo do trabalho, a duração e a configuração do tempo de trabalho, os sistemas de remuneração, a ergonomia, o modo de gestão da força de trabalho, os sistemas e níveis de autoridade hierárquica, o estilo de gestão, o sistema de incorporação e desenvolvimento das pessoas, e o auxílio dos serviços de apoio assistenciais da empresa: médico, psicológico, assistência social e a

organização sindical. Toda conjuntura de pressão, insegurança, tecnologia incorporada, estilo de gestão exploradora de todo capital físico, mental, emocional do trabalhador, falta de apoio de colegas e dos superiores, desempenhos exigidos, fragilização da organização sindical, a precarização das condições de trabalho também no que se refere à segurança e saúde, a remuneração insatisfatória, as jornadas extenuantes e os ritmos acelerados, a violência no ambiente laboral, o processo de estranhamento do trabalho, dentre outros elementos, são constantes no contexto do mundo do trabalho na Modernidade Líquida. Destarte, comuns são, entre os trabalhadores, LER/DORT (lesões por esforços repetitivos/ distúrbios ósteomusculares relacionados ao trabalho), estresse ocupacional, esgotamento físico e mental, fadiga crônica, distúrbios psicossomáticos em geral, depressão, embotamento afetivo, ansiedade, neuroses, Síndrome de *Burn out*²³⁹, Síndrome de Karoshi²⁴⁰, dependência química (drogas lícitas e ilícitas); em casos graves, suicídio.

Em remate, acrescenta-se que todos os elementos acima citados, além de poderem causar as já citadas afecções relacionadas ao trabalho, são geradores em potencial de acidentes de trabalho, os quais podem ocasionar lesões temporárias ou permanentes e até mesmo óbitos, em especial, nas condições atuais do trabalho precário que remete à exploração desumana do obreiro, sem qualquer consideração sobre a sua saúde ou segurança no ambiente de labor.

Exemplificadamente, faz-se alusão ao trabalho precário dos cortadores de cana²⁴¹, que são estimulados pelos usineiros ao uso do

²³⁹ A Síndrome de *Burn out* (burn- queimar, out- exterior), também chamada de Síndrome do Esgotamento Profissional, é um distúrbio psíquico, com esgotamento físico, mental e emocional do indivíduo relacionado ao estresse ocupacional, bastante comum em professores e profissionais na área da saúde.

²⁴⁰ A Síndrome de Karoshi (Karo- excesso de trabalho, shi- morte) é denominada de morte por excesso de trabalho, são também os casos de “morte súbita” que ocorrem, a exemplo, entre os cortadores de cana.

²⁴¹ Radio Agência NP. **Cortadores de cana usam crack para suportar jornada de 14 horas.** 21/09/2011. Disponível em: <http://www.radioagencianp.com.br/10177-cortadores-de-cana-usam-crack-para-suportar-jornada-de-14-horas>. Acesso em: 27 out. 2011. Sobre esse assunto, ver: SILVA, V. R.; Magajewski, F. R. L. **Desafios da Internacionalização do Setor Sucro-Energético Brasileiro:** da erradicação do trabalho escravo contemporâneo à promoção da saúde do trabalhador canavieiro. Oullins - França: Sucre Ethique, 2010. Disponível em: http://www.sucre-ethique.org/IMG/pdf/promocalo_da_saude_do_trabalhador.pdf. Acesso em: 30 out. 2011.

crack a fim de produzirem mais e suportarem a jornada de 14 horas diárias de trabalho, muitas vezes, sem interrupção; aos profissionais de saúde, os quais também estão submetidos ao processo de precarização, sejam eles de entidades públicas ou privadas e sofrem com a sobrecarga de trabalho, alto nível de estresse, jornadas exaustivas e ritmos acelerados, baixos rendimentos e pouco controle do seu trabalho, estando expostos a transtornos mentais e ao uso abusivo de psicotrópicos²⁴², dentre outras atividades, como à atividade docente.

2.2.3 O impacto das relações de trabalho sobre o caráter do trabalhador

Como não bastassem todos os impactos de ordem física e mental, o estresse ocupacional, as doenças relacionadas ao trabalho, os acidentes de trabalho, os óbitos, cabem ainda as consequências nefastas, como bem ressalta Bordieu²⁴³, de um modo de dominação, a denominada *flexploração*, que se estabelece a partir de um estado generalizado de insegurança para os trabalhadores, obrigando-os a se submeterem a qualquer espécie de exploração e os riscos dela oriundo.

Caracteriza-se essa estratégia pela gestão da insegurança que introduz a manipulação a fim de impor a obediência e a submissão dos trabalhadores a toda e qualquer operação determinada pelo sistema. Dentre algumas dessas operações realizadas, citem-se: a perda de garantias jurídicas, aceitação de baixos salários, de condições insalubres e nocivas de trabalho, colocando em risco a vida, a saúde do trabalhador, fragilização sindical, trabalho em condições análogas a de escravo, enfim, toda a ordem de condição indigna, incluindo-se aí a imposição da corrosão do seu próprio caráter.

Nessa conjuntura de dominação, os trabalhadores visualizam a si mesmo como uma peça facilmente substituível, estando a um passo do

²⁴² SOBRINHO, Carlito Lopes Nascimento *et al.* Condições de trabalho e saúde mental dos médicos de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.22 no.1 Rio de Janeiro., p. 131-140, jan, 2006. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100014. Acesso em: 27 out. 2011. e FIDALGO, Thiago Marques; SILVEIRA, Dartiu Xavier da. Uso indevido de drogas entre médicos: problema ainda negligenciado. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 57(4):267-269, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n4/a07v57n4.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

²⁴³ BOURDIEU, Pierre. **La précarité est aujourd'hui partout**. Contre-feux, Ed. Liber Raisons d'agir, Grenoble. 1997. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_161352.pdf. Acesso em: 22 set. 2011.

abismo dos desempregados, sendo o seu labor um privilégio temporário, de frágil existência e em ameaça de extinção, para cuja manutenção é capaz de se submeter a qualquer circunstância ainda que subumana. O estudioso francês ratifica: “[...] trabalho se torna uma doença rara, desejável a qualquer preço, [...]”²⁴⁴, fazendo com que os obreiros se exponham e se sujeitem às arbitrariedades e ao abuso de poder. Revela-se que o trabalhador interessa à empresa na medida de seu trabalho produzido e não pela sua condição e dignidade humanas.

Interessa salientar que essa insegurança gerada pelo medo constante da perda do trabalho, sabido da dificuldade da inserção em outros empregos bem como do tamanho do exército de reserva existente e do baixo nível de competência e de habilidades técnicas que possui, acarreta ao trabalhador uma angústia e uma ansiedade que lhe causam sofrimento, tendo em vista a perspectiva de um futuro incerto.²⁴⁵

Bordieu²⁴⁶ ressalta que quando se é tolhido da capacidade de projetar o futuro, tolhe-se também a condição de todo comportamento humano chamado racional. Não se garantindo o mínimo de fé e esperança no futuro, faz-se com que exista um processo de degradação da própria existência e da relação do sujeito com o tempo e com o mundo.

Valioso destacar, de acordo com o filósofo que esse contexto objetivo e subjetivo afeta tanto o trabalhador diretamente implicado na questão de seu trabalho quanto aqueles que não estão diretamente envolvidos. Cite-se a família como também parte desse sofrimento condicionado pela circunstância imposta.

Sem qualquer projeção para o futuro, a segurança, em meio às circunstâncias de risco, sobre a qual se possa se sustentar é um mito. A questão da sobrevivência no mar revolto do mercado fala mais alto e forja o trabalhador a ter uma posição e comportamento flexíveis, adaptáveis e fluidos, tomando eles a forma do mercado que lhe impõe toda uma estrutura de degradação. Em outras palavras, o obreiro passa a assumir uma atitude, em relação à conjuntura na qual se encontra, vinculada estritamente à satisfação imediata de seus próprios interesses, circunstância essa negativa em relação ao coletivo, contudo, perfeitamente adequada em termos de comportamento reflexo ou reação de proteção às atuais condições do mundo do trabalho.

²⁴⁴ “[...] le travail devient une chose rare, désirable à n'importe quel prix, [...]” (BORDIEU, 1997, tradução nossa)

²⁴⁵ *Ibid.*

²⁴⁶ BORDIEU, 1997.

Já não é mais possível confiar nas instituições sejam públicas ou privadas, da mesma forma também que não é mais possível confiar no outro, pois o outro se tornou um concorrente em potencial. Piérre Bordieu²⁴⁷ confere à competição e concorrência entre os trabalhadores a característica de ser a luta de todos contra todos, ou seja, uma chantagem empresarial imposta a fim de estimular a discórdia e o desencajamento entre os obreiros, colocando uns contra os outros, constringendo uns aos outros com o fito de destruir valores de solidariedade e humanidade.

Esse fato implica a manutenção de comportamentos desfavoráveis ao engajamento e interação humanas prolíferos, pois conduz ao cinismo, à hipocrisia, à traição, falta de cooperação, egoísmo, individualismo, baixa capacidade empática, falta de compromisso ou incapacidade de fazer sacrifícios pelo coletivo em prol da satisfação imediata individual; ao estabelecimento de relações de vínculo transitório baseado em interesses individualistas, etc. Como refere Sennett, “nessa cultura flexível, previsibilidade e confiabilidade são traços de caráter menos destacados; aqui não há base firme”.²⁴⁸ Comportamentos e traços de caráter aqui descritos são estimulados e encorajados pelas condições atuais e são bem recompensados.

Para Sennett²⁴⁹, a falta de confiança impede o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo. No mundo do trabalho, em que o exercício do poder instituiu a falta de confiança, constituíram-se relações em que não há laços fidedignos, ou seja, o elo que dá a segurança de compromisso mútuo e dependência mútua ao mesmo tempo em que torna o outro necessário para a relação (seja o trabalhador com o seu colega de trabalho ou o trabalhador com a instituição que o emprega) está em declínio.

“Quem precisa de mim?” é uma questão de caráter que sofre um desafio radical no capitalismo moderno. O sistema irradia indiferença. Faz isso em termos dos resultados do esforço humano, como nos mercados em que o vencedor leva tudo, onde há pouca relação entre risco e recompensa. Irradia indiferença na organização da falta de confiança, onde não há motivo para se ser

²⁴⁷ BORDIEU, 1997.

²⁴⁸ SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoais do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita. 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009, p. 129.

²⁴⁹ SENNETT, 2009.

necessário. E também na reengenharia das instituições, em que as pessoas são tratadas como descartáveis. Essas práticas óbvia e brutalmente reduzem o senso de que contamos como pessoa, de que somos necessários aos outros.²⁵⁰

Nesse contexto, não há nada a perder. A diluição da estima do obreiro, as relações superficiais baseadas apenas no consumo da força de trabalho por curto prazo convergem à falta de responsividade, “é uma reação lógica ao sentimento de que não somos necessários”²⁵¹. Ademais, essa conjuntura conduz à consolidação de “um eu maleável, [...] em incessante vir a ser, sempre aberto a novas experiências- essas são as condições adequadas à experiência de trabalho de curto prazo, a instituições flexíveis e ao constante correr riscos.”²⁵²

Ora, em um ambiente de risco não é possível criar relações estáveis e prolíferas baseadas no comprometimento do coletivo à frente dos interesses individuais. A cooperação é apenas uma máscara da peça a ser encenada. O comprometimento real, baseado em lealdade e confiança, lida com as diferenças e com o confronto e não cabe no contexto da manipulação flexível que promove habilidades sociais de cunho superficial em meio à adaptabilidade às novas circunstâncias, em que se exerce o poder flexível sem ser responsável.

Na realidade fluida, os laços e parcerias no trabalho, sejam em equipe ou em relações estabelecidas são transitórios e tendem a ser tratados como “coisas a serem consumidas, e não produzidas, estando sujeitas aos mesmos critérios de avaliação de todos os outros objetos de consumo.”²⁵³ Compromissos e lealdades profundas, em verdade, obstaculizam o aproveitamento das oportunidades, atrapalhando os movimentos velozes com que se deve movimentar para sobreviver.

O mesmo processo que ocorre na esfera da família, da união entre pessoas e dos relacionamentos de bolso como visto no primeiro capítulo deste trabalho, também se aplica ao mundo do trabalho visto que a relação de consumo que enveredou em todas as esferas do ser exige a superficialidade e a velocidade para o aproveitamento máximo e satisfação instantânea do desejo.

Logo, o trabalhador para se adaptar ao contexto de fragilidade do consumo, acaba por se remodelar como mercadoria, que é capaz de estar

²⁵⁰ SENNETT, 2009, p. 174.

²⁵¹ SENNETT, 2009, p. 175.

²⁵² SENNETT, 2009, p. 159.

²⁵³ BAUMAN, 2001, p. 187.

exposta à oferta e às demandas do mercado consumidor bem como de atrair fregueses dispostos a consumir a sua mão de obra e força de trabalho. Sendo assim, constantemente remodela o seu caráter, se readaptando aos valores do mercado.

Nesse passo, encontra-se no trabalhador um caráter fragmentado em diversos níveis e pouco comprometido com a figura do outro. A responsabilidade e as escolhas não são mais realizadas a partir do campo ético que se refere à preocupação moral pelo outro, mas, ao contrário, são realizadas com fundamento no eu, atendendo aos interesses e satisfações do desejo próprio, estabelecendo-se a égide de um caráter baseado na liberdade amoral e no egocentrismo. Cumpre observar que tal fragmentação do caráter e os comportamentos por ela esquadrihados perpassam os relacionamentos no âmbito familiar, inclusive com os filhos, prejudicando o desenvolvimento infantil.²⁵⁴

Por derradeiro, com o estudo do cenário do mundo do trabalho, da precarização/flexibilização das condições do exossistema do trabalho, dos impactos sobre a saúde e o caráter do trabalhador, será possível analisar, no próximo capítulo, as repercussões da conjuntura relacional “mundo do trabalho e contexto familiar” sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente.

²⁵⁴ BAUMAN, 2001, p. 119.

3 MUNDO DO TRABALHO E CONTEXTO FAMILIAR: AS REPERCUSSÕES SOBRE O DESENVOLVIMENTO INFANTIL

Preliminarmente, neste capítulo, cabe fazer uma revisão ou um rememorar dos conceitos delineados no primeiro capítulo, com o objetivo de se realizar um bom estudo sobre esse assunto.

Como alhures anotado, a família foi concebida dentro do Modelo teórico-prático Bioecológico de Bonfenbrenner (PPCT), como um microssistema, onde ocorrem relações e está inserida a criança em desenvolvimento. O microssistema familiar, por sua vez, está em contato com outros subsistemas, tais como o mesossistema, a exemplo da escola e o exossistema, que aqui nos interessa, o mundo do trabalho dos pais.

Agasalhando esses ambientes, está o macrossistema, que pode ser compreendido, da forma até aqui analisada, o complexo das relações e da ideologia do sistema sócio-econômico vigente; nele, o regime de acumulação flexível, o modelo Toyotista e suas determinantes das relações de trabalho e também todo o complexo da normativa jurídica; neste ponto, mencionam-se a Doutrina da Proteção Integral e as normas trabalhistas.

Além desses, e por último, está o Tempo ou o cronossistema que pode ser referido como um quinto subsistema, no qual se aloca a Modernidade Líquida, como denominada a pós-modernidade por Zygmunt Bauman. Esses sistemas apontados compõem o ambiente ecológico cujo condão é amparar e guiar o desenvolvimento humano, estando os subsistemas dele constituintes em constante interação, interdependência e mútua influência.

De feito, encara-se o processo de interação entre os subsistemas na perspectiva de interação entre holons, de acordo com a teoria sistêmica de Minuchin e Fishman. Para Minuchin e Fishman, a família é um holon maior composto de subsistemas ou holons menores, dentre esses, destacam-se o holon individual, a exemplo da criança; o holon conjugal, referente ao casal; o holon parental, que diz respeito à relação pais- filhos, e o holon fraterno, pertinente aos irmãos. Destarte, os holons intrafamiliares relacionam-se entre si e possuem interferência recíproca. Todavia, não deixam de interagir com outros subsistemas, ou holons extrafamiliares. Cite-se, a exemplo, o ambiente de trabalho dos pais como um holon extrafamiliar que interfere no holon familiar e, por consequência, no holon da criança.

A seguir, possível visualizar os dois modelos contextualizados:

FIGURA 7- MODELO PPCT CONTEXTUALIZADO

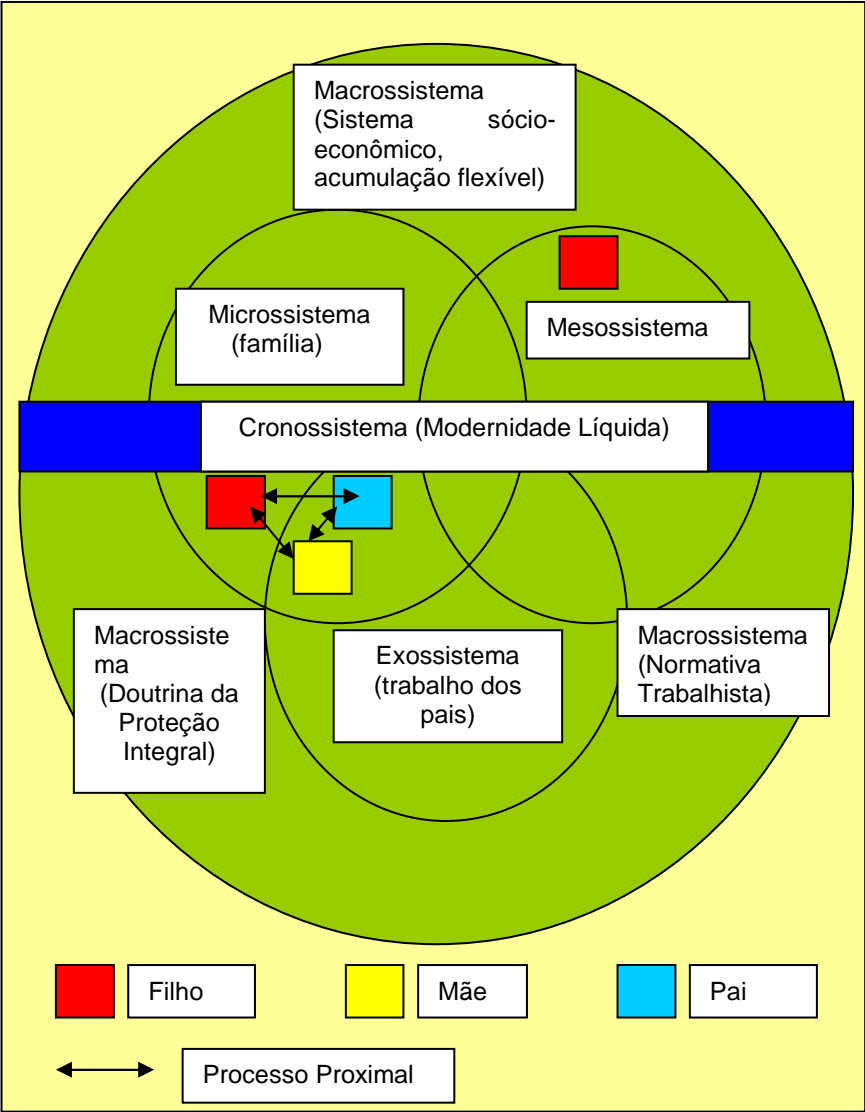
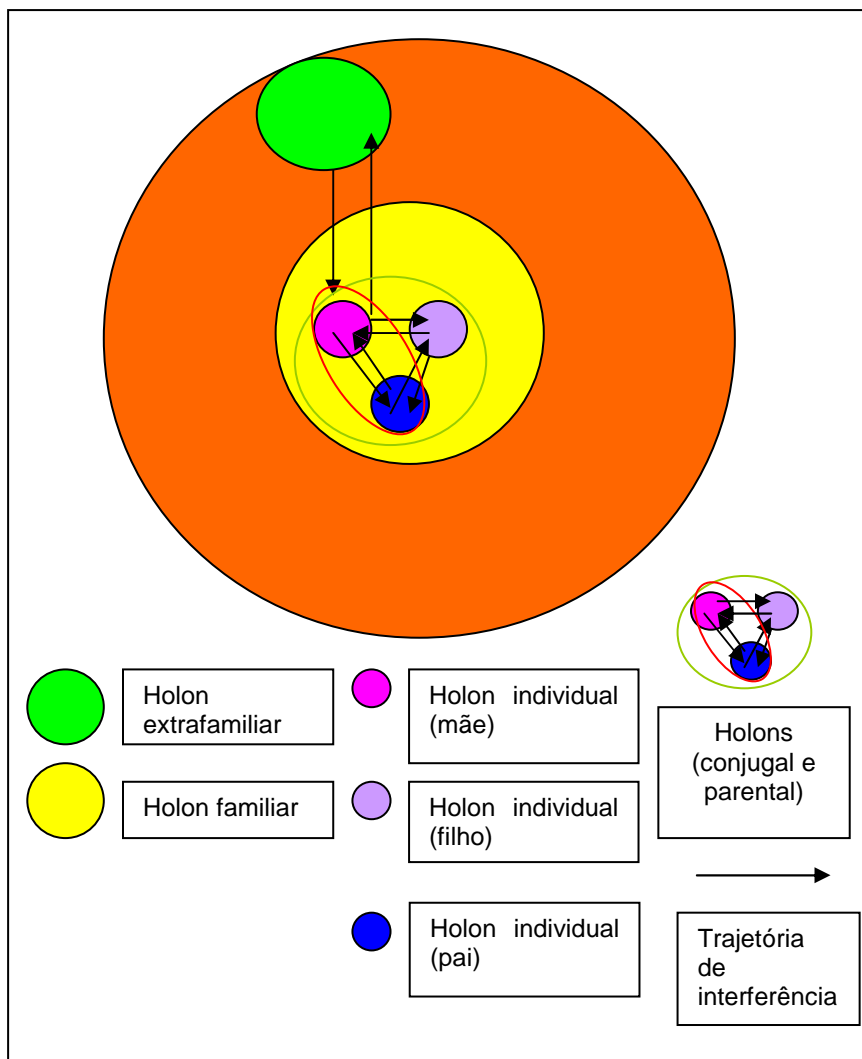


FIGURA 8- TRAJETÓRIA DE INTERFERÊNCIA ENTRE *HOLON* INDIVIDUAL, FAMILIAR, EXTRAFAMILIAR CONTEXTUALIZADA



Tendo os paradigmas supracitados como base, verifica-se que o exossistema do mundo do trabalho dos pais ou o denominado *holon* extrafamiliar do local de trabalho parental possui interferência sobre o microssistema da vida familiar ou também *holon* familiar, onde está

inserida a criança nas suas relações. Nesse sentido, importa contextualizar que o processo de precarização e flexibilização das relações de trabalho, tratado no segundo capítulo, é evidente no ambiente de trabalho dos pais (exossistema), nada mais sendo do que a materialização do macrosistema do complexo das relações e da organização do trabalho hodierno, próprio do tempo ou cronossistema em que se estabelecem essas relações, ou seja, a Modernidade Líquida.

Logo, o exossistema do trabalho, no qual se inserem os pais ou um dos genitores/adotantes da criança, rememorando-se os dois maiores arranjos familiares no Brasil de hoje, a família biparental e a monoparental; é permeado de condições de trabalho nas quais vive o trabalhador: a insegurança, o mal-estar, o medo da perda do emprego, a angústia, falta de qualificação, o estresse ocupacional, baixo salário, intensificação do tempo e ritmo do trabalho, jornadas longas, extenuantes, fora do horário e dia normais de trabalho, sobrecarga física e mental, estando ele exposto a inúmeros riscos ocupacionais deletérios à saúde, ao trabalho insalubre e perigoso, que apresentam potencial altíssimo de gerar doenças ocupacionais, sejam físicas ou mentais e causar acidentes de trabalho com lesões temporárias ou permanentes e até mesmo o óbito do trabalhador. Não se olvide de que não raro, não são cumpridas as normas de segurança e saúde no trabalho, aumentando o risco em potencial de dano.

Outrossim, o apoio por parte da hierarquia superior da empresa é deficiente, bem como o relacionamento com os colegas de trabalho, que se demonstram competidores e concorrentes, estando todos em uma relação de envolvimento manipulado, imposto pela gestão empresarial, ao mesmo tempo que controlando um ao outro, também recriminando e punindo a si mesmo quando do não alcance da “qualidade total”.²⁵⁵ O controle maior do trabalho por parte do empregador ocasiona o estranhamento e a ausência de sentido do trabalho, e em alguns casos, a ilusão de não-controle e de liberdade, a exemplo do trabalho em domicílio. Ademais, toda necessidade de adaptação e sobrevivência no mercado de trabalho impõe ao trabalhador a corrosão do seu caráter.

Ao propósito, o exossistema do trabalho [local de trabalho do(s) obreiro(s)] está envolto no contexto do macrosistema das normas jurídicas trabalhistas que se revelam em constante processo de flexibilização e desregulamentação, ocasionando, gradualmente, a perda de direitos e garantias sociais historicamente conquistados, aumentando

²⁵⁵ ANTUNES, 2005, p. 53.

o grau de incerteza, insegurança do trabalhador e a precarização das condições e relações de trabalho.

Em verdade, as condições do exossistema do trabalho do pai e/ou da mãe provocam impactos negativos no microsistema da vida familiar e da vida infantil. Estando à margem, muitas vezes, de análises, pesquisas, políticas públicas, produção legislativa, aplicação e hermenêutica jurisdicional, o compromisso da proteção da família e da criança se apresenta um tanto descontextualizado e apartado da realidade laboral. Isso acarreta uma desproteção da população infanto-adolescente, ainda que haja no nível do macrossistema a Doutrina da Proteção Integral cujo intento é garantir o curso do desenvolvimento de todo o universo potencial da criança e do adolescente.

Como analisado no primeiro capítulo, a criança e o adolescente como sujeitos de direitos especiais, com supedâneo da Doutrina adotada, são contemplados com salvaguardas comuns a todos os adultos, contudo, a ela é ofertada uma gama de direitos especiais devido a sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento. E essa condição para o exercício pleno dos direitos está estritamente vinculada à condição familiar em que se encontra, pois ainda que caiba ao Estado a proteção integral da criança, a família é o lócus primário do desenvolvimento humano, onde além de serem estabelecidas relações fundamentais ao desenvolvimento infantil, também é propiciado o seu desenvolvimento nas mais diversas esferas, seja física, social, espiritual, moral, cognitiva, dentre outras; de forma antecedente a qualquer instituição ou entidade. Por conseguinte, é a entidade familiar o primeiro lugar de efetivação dos direitos da criança e é dela de onde saem e por ela são ofertados fatores de proteção, de sorte primária, a fim de garantir vida digna à criança e ao adolescente.

Sobremais, tencionada está a condição familiar hodierna como garantidora dos direitos e cumpridora dos deveres em prol do desenvolvimento infanto-adolescente, tendo em vista a exploração vinculada ao labor dos pais (pai e/ou mãe), obreiros provedores, o que coloca em risco o desenvolvimento sadio dos rebentos em todos os níveis do ser.

Com efeito, apontar-se-ão os impactos negativos oriundos das condições do ambiente laboral (exossistema) dos pais (pai e/ou mãe trabalhadores) que interferem para o estabelecimento de uma condição familiar propícia, compreenda-se por isso, uma condição familiar provedora de fatores de proteção - das mais diversas ordens e do grau de estabilidade necessário (vide capítulo 1) - à criação dos filhos e ao atendimento básico às necessidades para o crescimento e

desenvolvimento. E para tanto, ter-se-á como supedâneo os direitos fundamentais da criança e do adolescente vinculados à Doutrina da Proteção Integral no contexto da normativa jurídica pertinente.

Sendo assim, os impactos deletérios ao contexto familiar e ao microsistema da vida infantil advindos das condições laborais pertinentes ao exossistema do local de trabalho dos pais da criança estão subdivididos em dois âmbitos não excludentes: os impactos que intervêm sobre fatores de proteção materiais e os impactos que intervêm sobre os fatores de proteção imateriais da família, atingindo a criança.

Parte-se do pressuposto que os primeiros impactos elencados, sobre os fatores materiais não eliminam a possibilidade de impactos sobre os fatores imateriais e vice e versa. A condição é de complementaridade e de existência em comum, uma vez sendo realidades que agem em conjunto. Contudo, em que pese tal complexidade dos impactos, faz-se necessária a divisão adotada, tendo em vista o caráter didático dessa classificação.

3.1 IMPACTOS NOS FATORES MATERIAIS DA FAMÍLIA QUE ATINGEM A CRIANÇA

No contexto das atuais condições do mundo do trabalho, da precarização, o obreiro e/ou a obreira invariavelmente se submetem a condições de trabalho com oferta de baixos salários. Concomitantemente, o processo de flexibilização institui os trabalhos em tempo parcial, os terceirizados, os por prazo determinado, os temporários, os eventuais, os informais, os de “falsos autônomos” (pejotização), os quais representam a materialização da perda das garantias sociais da classe que vive do trabalho. Observa-se que esses trabalhadores e suas famílias são atingidos diretamente em seu sustento, dificultando e /ou impedindo uma estabilidade financeira familiar que vise a fornecer recursos à sobrevivência e ao desenvolvimento infantil.

Os trabalhadores sob o regime de tempo parcial, por exemplo, são onerados proporcionalmente à quantidade de trabalho realizado; logo, por laborarem nessas condições, percebem consideravelmente abaixo do suficiente para o sustento familiar. De igual forma, os terceirizados, são impactados com rendimento insuficiente para provisão da família. Sabe-se que, apesar de, em determinadas instituições com empregados próprios, os terceirizados exercerem funções idênticas, auferem salários menores do que os dos seus colegas.

Por sua vez, os trabalhadores por prazo determinado e os temporários, a eles é imposto uma condição de instabilidade financeira

porquanto tais labores apresentam duração limitada, sem perspectiva de contrato e salário a longo prazo que venham a ofertar uma estabilidade financeira familiar. Como é notório, durante o período da busca por outro emprego, aos temporários, pelo fato do contrato, normalmente, não se estender por prazo maior que três meses, a eles, não lhes é concedido o seguro desemprego²⁵⁶. Esses são os casos dos obreiros no ramo da indústria, de serviços, de vendas, em relevo, nos períodos festivos. Para os denominados “falsos autônomos” (pejotização- item 2.1.2) e também para os trabalhadores informais, os eventuais, a situação não se apresenta diversa, pois, sequer possuem direitos trabalhistas mínimos como férias, décimo terceiro, e quando são demitidos, instala-se a instabilidade financeira na família, tendo em vista que não lhes são conferidos aviso prévio, indenização compensatória por dispensa sem justa causa ou qualquer outra garantia.

Situação análoga de impacto sobre os fatores materiais da família e da criança sobrevém com o adoecimento e/ou acidente de trabalho do trabalhador (pai ou mãe), em especial, quando o obreiro que adoece é o principal provedor do lar.²⁵⁷ Nessas circunstâncias, há um desequilíbrio econômico familiar cujas conseqüências alcançam todos os membros, cônjuge e filhos, no caso de famílias biparentais.

Tal se revela por inúmeros motivos. O primeiro deles alude ao fato de que, não raro, nem todos os trabalhadores são amparados por benefício da Previdência Social e quando o são, muitas vezes, não necessariamente pelo tempo devido para o tratamento e/ou cura de enfermidade. Prova disso, como já foi ressaltado no capítulo anterior, são as psicopatologias relacionadas ao trabalho, as quais, devido à legislação não estar preparada para a assunção desse compromisso, difícil demonstrar o nexo causal com o labor, o que impede a concessão do benefício. Sendo assim, o trabalhador passa a estar desamparado de qualquer rendimento a fim de sustentar sua família, ainda que, de fato, não possa trabalhar.

As circunstâncias relacionadas a acidentes de trabalho revelam-se, de igual sorte, críticas no que tange aos impactos sobre os fatores materiais familiares, revertidos às crianças. As lesões temporárias ou permanentes, os danos provocados por um acidente de trabalho modificam o rumo da vida do trabalhador, haja vista a possibilidade de

²⁵⁶ Segundo o art. 3º da Resolução CODEFAT 467/2005, que regula a Lei do Seguro Desemprego (Lei nº 7.998/90), este benefício somente será concedido ao trabalhador desempregado que tiver trabalhado por pelo menos seis meses.

²⁵⁷ SCAVONE, Lucila. **Amianto**: impactos das doenças profissionais na família. 1997. Disponível em: <http://www.cendotec.org.br/ffantigos/ff13s.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.

nunca mais vir a exercer a função em que dantes laborava. E, como é bastante comum, adentra-se no caminho do trabalho precarizado, já que o retorno a sua vida laboral o faz assumir função para a qual não é qualificado. Nesses casos, ainda, não há qualquer reabilitação por parte governamental, no que alude ao estímulo de políticas pertinentes à reinserção desse trabalhador, qualificando-o para novo labor a ser exercido.

Despesas relacionadas a tratamento médico, seja com medicamentos, consultas com especialistas, exames, internações, cirurgias, reabilitações, cursos de reinserção no mercado de trabalho nem sempre são possibilitadas pelo Sistema Único de Saúde nem mesmo por qualquer outra entidade governamental e geram à renda familiar uma grande carga que não é devidamente sustida pelo benefício da Previdência Social, quando ao trabalhador é garantido. Sobre isso, tenha-se sempre presente que no mundo do trabalho precário os subregistros, omissões e fraudes no que concerne a notificações sobre adoecimentos/acidentes de trabalho impedem o mínimo de amparo ao trabalhador com o benefício previdenciário.

Com tudo isso, a família passa a ter a necessidade de uma reacomodação financeira. Tal é realizado com a entrada, em se tratando de famílias biparentais, do companheiro, geralmente, da mulher, no mercado de trabalho; ou se esse(a) já faz parte dele, com a intensificação de seu trabalho. Entretanto, circunstâncias agravantes podem condicionar um caos financeiro familiar, como é possível analisar na pesquisa de Scavone²⁵⁸. Sobressalta o caso das neoplasias malignas oriundas do trabalho com o amianto ou asbesto as quais obrigam, devido ao triste prognóstico de trabalhadores que não obtém a cura, o(a) companheiro(a) a abandonar o trabalho para cuidar do enfermo em fase terminal até o seu óbito, ficando a família em situação de pobreza, sem ter como auferir renda, dependendo apenas da boa vontade de terceiros. E no momento da inevitável morte do trabalhador, à família, quando muito, é concedida uma pensão, insuficiente à provisão das necessidades básicas dos filhos.

Ante o exposto, factível apreender que os fatores materiais familiares são focalmente atingidos pela precarização e pelas suas conseqüências, os adoecimentos, os acidentes de trabalho a que estão expostos o(a) trabalhador(a) provedor(a); de forma específica, no contexto remuneratório de provisão dos recursos materiais familiares. O salário insuficiente, os períodos de rendimentos flutuantes entre

²⁵⁸ SCAVONE, 1997.

insuficiência e ausência de estabilidade financeira a longo prazo, despesas com tratamentos médicos e com os danos causados pelos acidentes de trabalho traduzem um complexo de fatores que se apresentam como um prejuízo ao desenvolvimento infantil, haja vista que nessas condições as necessidades básicas de sobrevivência e de desenvolvimento da criança e do adolescente não são atendidas apropriadamente.

Oportuno lembrar que, durante o capítulo 1 (item 1.3.1), estudou-se como os recursos da família, sejam materiais ou cognitivos-intelectuais interferem sobre a qualidade dos processos proximais, as molas propulsoras do desenvolvimento humano. A questão tratada sobre a contribuição no resultado competência ou disfunção para o crescimento da criança e do adolescente e também de ativação dos genótipos por meio dos processos proximais estão intimamente ligados aos fatores familiares materiais, que são importados do mundo exterior a fim de corroborar o desenvolvimento infantil. Logo, a insuficiência temporária ou permanente ou a própria ausência de recursos materiais intervêm negativamente no processo de desenvolvimento, já que colabora no sentido de criar disfunções, e de dificultar a potencialização e/ou impossibilitar o desenvolvimento do universo das habilidades da criança e do adolescente.

Por conseguinte, evidencia-se que a situação de precarização e seu impacto sobre a vida do trabalhador no que tange aos fatores materiais interferem negativamente sobre o suporte financeiro familiar e, conseqüentemente, se apresenta como um fator de risco ao desenvolvimento infantil. Essa conjuntura expõe a criança e o adolescente a um contexto de real violação e não atendimento dos direitos fundamentais básicos²⁵⁹ previstos, de forma mais, concreta, no Estatuto da Criança e do Adolescente. São esses direitos que serão vistos a seguir:

3.1.1 Direito à alimentação, à saúde e à vida

Tratam-se dos direitos fundamentais referentes à sobrevivência da criança e do adolescente que se revelam ameaçados pela condição do exossistema do trabalho dos pais que impõe uma realidade de recursos

²⁵⁹ Salienta-se, com a devida importância, que as causas de violação aos direitos fundamentais da criança são multifatoriais, não se limitando aos recursos materiais da família, ora objeto de análise.

financeiros aquém do necessário para a provisão da alimentação, da saúde e da vida da criança e do adolescente.

O primeiro ponto a ser elencado diz respeito ao não atendimento ou a não acessibilidade a uma dieta e/ou alimentação adequada ao crescimento e desenvolvimento saudável infantil em termos de segurança alimentar e nutricional. Assim pode ser definido o direito à alimentação adequada²⁶⁰:

O direito à alimentação adequada é um direito humano inerente a todas as pessoas de ter acesso regular, permanente e irrestrito, quer diretamente ou por meio de aquisições financeiras, a alimentos seguros e saudáveis, em quantidade e qualidade adequadas e suficientes, correspondentes às tradições culturais do seu povo e que garanta uma vida livre do medo, digna e plena nas dimensões física e mental, individual e coletiva.²⁶¹

Não obstante isso, o direito à alimentação adequada no que alude à segurança alimentar e nutricional precisa garantir o acesso regular e permanente a alimentos de qualidade e quantidade suficientes, de forma específica para cada faixa etária, devendo-se lembrar e incluir o direito à alimentação adequada para o feto por meio de sua mãe. Esse direito está estritamente vinculado à condição de cada criança e adolescente como pessoa em situação peculiar de desenvolvimento cujo atendimento às demandas bio-fisiológicas nutricionais variam de acordo com a fase de vida.

No caso presente, não é possível reconhecer o atendimento a essa demanda/direito fundamental quando, em verdade, impõe-se ao microsistema familiar, por conta do exossistema das condições laborais, uma conjuntura de não garantia de recursos financeiros para a acessibilidade a uma dieta nutricional de qualidade, colocando em risco a saúde e a vida da criança e do adolescente, violando prescrição de lei:

²⁶⁰ Sobre direito à alimentação, ver Pacto Internacional dos Direitos Econômicos, Sociais e Culturais de 1966 (art. 11), a Lei Orgânica de Segurança Alimentar e Nutricional (Lei 11.346) e a Lei sobre Alimentação Escolar (Nº 11.947/09).

²⁶¹ ZIEGLER, J. **Relatório do Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação**. (Comissão de Direitos Humanos, 23 de Janeiro de 2002, E/CN.4/2002/58/Add.1). Disponível em <http://www.righttofood.org/new/PDF/ECN4200258.pdf>. Acesso em 10 nov. 2011.

Art. 7º A criança e o adolescente têm direito a proteção à vida e à saúde, mediante a efetivação de políticas sociais públicas que permitam o nascimento e o desenvolvimento sadio e harmonioso, em condições dignas de existência.²⁶²

A violação sugerida se baseia no fato de que a fome e a desnutrição (escassez de alimentos e insuficiência no fornecimento) são as causas mais comuns de morbidade e de mortalidade infantis e estão intimamente ligadas às condições sócio-econômicas familiares. Segundo dados da Organização Mundial da Saúde (OMS)²⁶³, a desnutrição é a segunda causa de morte mais freqüente em crianças menores de 5 anos em países em desenvolvimento, a exemplo do Brasil. Ademais, outro problema encontrado é a denominada “fome oculta”,²⁶⁴ que é carência de micronutrientes, como ferro, vitamina A, iodo, zinco, ácido fólico, vitamina do complexo B, etc. Essa “fome escondida” compromete o sistema metabólico, imunológico trazendo efeitos deletérios ao desenvolvimento físico, mental, intelectual e psicomotor da criança e do adolescente, como retardo no crescimento, dificuldade na aprendizagem. Há o aumento do risco de infecções e outras enfermidades, levando a danos irreversíveis e até mesmo a óbitos e; na fase gestacional, má formação do feto e abortos.²⁶⁵

Como visto, inverossímil dissociar o direito à alimentação adequada do direito à saúde e à vida, já que imprescindível é para o crescimento, desenvolvimento físico, mental, intelectual; prevenção de doenças, de óbitos e para a manutenção da própria existência. Todavia, tais direitos fundamentais infanto-adolescentes não são proporcionados em condições dignas e suficientes, nem mesmo quando tratados de forma isolada.

Citando-se o direito à saúde como um direito eminentemente prejudicado, observa-se que as condições precárias do exossistema do

²⁶² BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.

²⁶³ WHO. **The world health report 1995:** Bridging the Gaps. Geneva: World Health Organization, 1995.

²⁶⁴ UNICEF. **Situação da infância brasileira.** 2006. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_040_051_Desnutricao.pdf. Acesso em: 09 nov. 2011.

²⁶⁵ Insta destacar que as famílias que padecem desse problema alimentar, também são acometidas de inúmeros outros problemas sociais, havendo carências múltiplas no seio familiar.

trabalho dos pais as quais impactam a estabilidade financeira do microssistema familiar dificultam tratamento médico tendo em vista as despesas com medicamentos e alimentação adequada com suplementação de micronutrientes de forma permanente. Outrossim, a gradual perda de benefícios trabalhistas, a exemplo dos planos de saúde para a família, também embaraçam o tratamento de enfermidades realizado por meio de consultas com especialistas, cirurgias, internações, exames especializados, etc.

3.1.2 Direito ao não- trabalho, à educação, à cultura, ao esporte e ao lazer

O cerne desses direitos fundamentais enfatiza a proteção ao desenvolvimento pessoal e social da criança e do adolescente, de suas habilidades e potencialidades, inclusive genotípicas. Entretanto, no regime de acumulação flexível, a exploração da mão-de-obra infantil apresenta-se uma realidade trágica indissociável do processo de precarização do trabalho e das condições do exossistema do trabalho dos pais. Diante da ausência dos requisitos mínimos de sobrevivência do microssistema familiar, a falar-se dos direitos da alínea “a”, a criança e o adolescente são instados a adentrar no mercado de trabalho cada vez mais cedo, de forma clandestina, exercendo atividades degradantes no abandono de sua infância.

Classifica-se o espaço da exploração do trabalho infantil como um mesossistema, local onde há a participação da criança de forma ativa. Esse interage com o microssistema da família, sendo agasalhado pelo macrossistema do regime de reestruturação produtiva do labor, o qual, consoante Ricardo Antunes²⁶⁶ (item 2.1.1) promove a entrada criminosa de crianças no mercado de trabalho como consequência de sua proposta ideológica de acumulação do capital. A criança e o adolescente assumem a posição de provedores²⁶⁷ subsidiários, e até mesmo, principais ao atendimento das necessidades básicas da família, invertendo a ordem da função parental. De igual forma, são transformados em mão-de-obra subsidiária ou exército industrial de

²⁶⁶ ANTUNES, 2001.

²⁶⁷ “A contribuição do trabalho das crianças e adolescentes para a renda da família aumenta conforme diminui o rendimento familiar, sendo mais importante nos extratos mais pobres da população.” (AZEVEDO, J. S. Gabrieli de; MENEZES, W. F.; FERNANDES, C. M. **Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho – ABET, 2000. p. 75)

reserva ao regime de acumulação flexível, sendo tratados como objetos de exploração desumana.

Nessa esteira, a reificação e violação da criança e do adolescente acarretam inúmeras consequências deletérias ao seu desenvolvimento. Na lição de Custódio e Veronese²⁶⁸:

O trabalho infantil acarreta consequências complexas que atuam sobre o desenvolvimento da criança e do adolescente e sobre todo o núcleo familiar. Ele ameaça o desenvolvimento físico, aqui compreendida a saúde como um todo-resistência física, visão, audição, coordenação motora; danifica o desenvolvimento cognitivo-desde a alfabetização, o aprendizado e a aquisição de conhecimentos; perturba o desenvolvimento emocional, no que se refere à constituição da auto-estima, da compreensão dos sentimentos de amor, aceitação, dos elos familiares; altera, ainda o desenvolvimento social e moral, no que diz respeito à identificação com determinado grupo, ao discernimento entre o que é certo e o que não é, à possibilidade concreta inter-relacional, à habilidade de cooperação.

Pelo exposto, essa realidade da exploração da mão-de-obra infantil obsta a promoção do direito ao não-trabalho²⁶⁹ que reza a proibição do trabalho de menores de catorze anos, a não ser na condição de aprendiz. O direito ao não-trabalho está intimamente vinculado à violação de outros direitos fundamentais. Na citação supra, cristalina é a violação do direito à saúde e ao desenvolvimento da criança e do adolescente bem como à sua integridade física, psíquica e moral, sendo esse último caracterizado como direito ao respeito, consoante o Estatuto da Criança e do Adolescente e à dignidade, como pessoa humana em processo de desenvolvimento.²⁷⁰

²⁶⁸ CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Trabalho Infantil**: negação do ser criança e adolescente no Brasil. Florianópolis: OAB/SC Ed, 2007, p. 105.

²⁶⁹ “Art. 60. É proibido qualquer trabalho a menores de quatorze anos de idade, salvo na condição de aprendiz.” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.)

²⁷⁰ “Art. 17. O direito ao respeito consiste na inviolabilidade da integridade física, psíquica e moral da criança e do adolescente, [...]”.

“Art. 15. A criança e o adolescente têm direito à liberdade, ao respeito e à dignidade como pessoas humanas em processo de desenvolvimento e como sujeitos de direitos civis, humanos e

O direito à educação²⁷¹ não fica incólume a violações devido à relação necessária entre trabalho infantil e evasão escolar. A presença da criança e do adolescente no mesossistema da escola e a própria relação entre família e escola, dois microssistemas básicos do desenvolvimento infantil, apresenta-se prejudicado ou ausente face ao contexto laboral do exossistema dos pais que dificulta e/ou não promove o desenvolvimento da criança naquele sistema, ou holon extrafamiliar escolar, uma vez que condiciona a criança para o mesossistema do trabalho infantil, local de isolamento, necessariamente afastado do contexto de aprendizado²⁷² e de socialização entre pares. Essa conjuntura de violação ao direito à educação fomenta, a curto e a longo prazo, um ciclo vicioso de inserção de trabalhadores não qualificados (outrora crianças exploradas) no mercado de trabalho que estarão expostos a todos os intempéries relacionados à precarização/flexibilização do labor já analisados nesta pesquisa.

Entrementes, o direito à cultura, lazer, prática de esportes prescritos no Estatuto da Criança e do Adolescente não são atendidos nesse cenário de exploração do trabalho infantil, mas especialmente, ainda que esse não exista como problemática familiar; a renda oriunda do labor dos pais não é suficiente para fornecer recursos para o suprir dessas demandas. No Brasil, podem ser considerados artigos de luxo devido ao pouco investimento governamental em obras públicas e espaços de lazer e do compartilhar de eventos culturais abertos e gratuitos para a população em geral.

Logo, a classe que vive do trabalho está restrita quanto ao fornecimento de recursos materiais: meios e espaços para o desenvolvimento das habilidades e potenciais de seus filhos, os quais contribuem para o desenvolvimento de competências (capítulo1); haja vista que o investimento financeiro para ofertar educação musical, acesso a esportes não populares, aprendizado de línguas estrangeiras,

sociais garantidos na Constituição e nas leis.” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.)

²⁷¹ “Art. 53. A criança e o adolescente têm direito à educação, visando ao pleno desenvolvimento de sua pessoa, preparo para o exercício da cidadania e qualificação para o trabalho,[...]”. (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.)

²⁷² “Diversos estudos sobre trabalho infantil demonstram que o exercício de atividades, remuneradas ou não, dentro ou fora do espaço doméstico dificulta, quando não impede, a frequência das crianças e adolescentes à escola.” (AZEVEDO; MENEZES; FERNANDES, 2000, p. 84).

passeios culturais, viagens, educação digital, etc, não estão ao alcance do rendimento/salário dessas famílias.

O cerceamento ao acesso aos direitos supracitados está vinculado ao cerceamento do lúdico, do brincar, do divertir-se, ou seja, do direito à liberdade da criança e do adolescente previsto no art. 16, IV do Estatuto²⁷³ cuja benesse está no desenvolvimento da criatividade, interação, inclusão, socialização, habilidades sociais, afetividade, iniciativa, curiosidade, autonomia, ousadia, inteligência cognitiva e corporal, habilidades psicomotoras; na promoção da saúde mental e física, a exemplo dos benefícios relacionados à prática de esportes:

A prática de esportes é fundamental para o desenvolvimento de meninas e meninos, pois aumenta a capacidade de aprendizagem e as chances para uma vida saudável. A atividade esportiva permite trabalhar, ao mesmo tempo, a afetividade, a expressão, o raciocínio e a criatividade. Quem pratica esportes tem mais controle do próprio corpo e melhor capacidade de brincar em grupo e fazer amigos. Sem contar que o esporte pode ser um aliado no ensino de outras disciplinas, como a matemática, e ainda fortalecer as relações de solidariedade.²⁷⁴

Deste modo, diante da realidade dos recursos materiais da família afetados pelo exossistema do trabalho precarizado dos pais; de um lado, observa-se o descumprimento do direito ao não-trabalho, transformado em um “dever” ao trabalho imposto à criança e ao adolescente; por outro, o não atendimento a direitos próprios da infância, de sua identidade e de seu universo, como a educação, a cultura, o lazer, o brincar, o divertir-se, a prática de esportes.

3.1.3 Direito à convivência familiar e comunitária, à liberdade, ao respeito e à dignidade

²⁷³ “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: [...] IV - brincar, praticar esportes e divertir-se;[...]” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.)

²⁷⁴ UNICEF. **Unidos pelo direito ao esporte**. Radio UNICEF. Julho. 2010. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/RPIJulho2010.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

Os direitos fundamentais supra-relacionados estão vinculados tanto ao desenvolvimento infantil na sua integralidade quanto à manutenção da integridade física, psíquica, moral da criança e do adolescente, e serão analisados a partir do contexto do exossistema do trabalho dos pais que não oferta condições ao suprimento das necessidades familiares básicas em termos de renda, podendo ser causa de violação de direitos da infância.

A priori, cumpre destacar os dados do IPEA²⁷⁵ que apontam, dentre os principais motivos de abrigamento de crianças e adolescentes, o fator de carência de recursos materiais:

Entre os principais motivos do abrigamento das crianças e dos adolescentes pesquisados estão a carência de recursos materiais da família (24,1%); o abandono pelos pais ou responsáveis (18,8%); a violência doméstica (11,6%); a dependência química de pais ou responsáveis (11,3%); a vivência de rua (7,0%); a orfandade (5,2%); a prisão dos pais ou responsáveis (3,5%) e o abuso sexual praticado pelos pais ou responsáveis (3,3%). Todos os demais motivos referidos apareceram como responsáveis pelo abrigamento de cerca de 15% das crianças e dos adolescentes nos abrigos da Rede SAC em todo o país.

Pesquisa realizada pela Universidade de São Paulo sobre a caracterização de crianças, famílias adotantes e biológicas, envolvidas em processos de adoção em Ribeirão Preto-SP, de 1991 a 2000, constata que os motivos para a entrega dos filhos para adoção, em 47%, o primeiro lugar deles referia a ausência de condições materiais para a manutenção da criança. O perfil da família biológica era de mães cuja atividade profissional constava como trabalhadora manual não qualificada (47,5%) e o estado civil, solteiras (45%).²⁷⁶

²⁷⁵ “IPEA/DISOC (2003). Levantamento Nacional dos Abrigos para Crianças e Adolescentes da Rede SAC.” SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O perfil das crianças e adolescentes nos abrigos pesquisados.** 2003. p. 55. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar/_capit2.pdf .Acesso em: 11 nov. 2011.

²⁷⁶ MARIANO, Fernanda Neisa; ROSSETTI- FERREIRA, Maria Clotilde. Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais?. **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.21, no.1, p.11-19, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a02v21n1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

Salta aos olhos, perante esses dados, a violação do direito à convivência familiar determinado no art. 19: “toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio de sua família [...]”.²⁷⁷ Em especial, na última pesquisa relatada, nota-se a influência das condições do exossistema do trabalho precarizado (trabalhadores não qualificadas), o qual não confere suporte financeiro à permanência dos filhos com suas mães, estando em situação de maior vulnerabilidade, portanto, as crianças de famílias monoparentais chefiadas por mulheres.

Registre-se ainda que a renda familiar aquém dos suprimentos das necessidades dos membros componentes do *holon* da família é um dos fatores intrinsecamente vinculado à exposição da criança e do adolescente à violência da rua. O tráfico de drogas, a problemática da drogadição infanto-adolescente, a inserção da criança e do adolescente no mundo do crime apontam à desigualdade promovida pelo sistema sócio-econômico, o macrossistema cujas condições se refletem no exossistema do trabalho dos pais e, por conseguinte, deságuam como um dos elementos que condicionam ao desrespeito aos direitos fundamentais.

No caso em tela, o direito à liberdade da criança e do adolescente é cerceado porquanto a opressão realizada pelo crime organizado os restringe muitas vezes de ir e vir em seu próprio espaço comunitário²⁷⁸. Não se olvide, com efeito, que o direito ao respeito à sua integridade física, psíquica e moral, de igual forma, é violado pela imposição de um modo de ser e viver do tráfico, da violência e da dependência química que conduz, a curto ou a longo prazo, à restrição do direito à vida.

A realidade da violência que explora a criança e o adolescente na rua ainda atinge a dignidade dessa população em outros aspectos. A exploração sexual infantil²⁷⁹ é uma triste tragédia no país e não se pode desvinculá-la de sua relação, além de outros fatores, com a pobreza e a renda familiar insuficiente ao atendimento de necessidades básicas. É o

²⁷⁷ BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.

²⁷⁸ “Art. 16. O direito à liberdade compreende os seguintes aspectos: I- ir, vir e estar nos logradouros públicos e espaços comunitários, ressalvadas as restrições legais; [...]” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011)

²⁷⁹ Dentre as piores formas de trabalho infantil- Lista TIP, está II- Trabalhos prejudiciais à moralidade: 4. com exposição a abusos físicos, psicológicos ou sexuais. (Decreto 6. 481, de 12 de junho de 2008.)

que demonstra pesquisa de Oliveira e Marcon²⁸⁰ ao relatarem o perfil das vítimas desse tipo de exploração:

Embora não existam estudos aprofundados sobre as características das vítimas desse tipo de violência, um levantamento realizado em 216 municípios do país concluiu que: 49% das vítimas do tráfico têm até a 4ª série do 1º grau; 44% concluíram a 8ª série; 52% têm cor de pele parda; 64% possuem renda familiar de até um salário mínimo, revelando então a perversa face da exclusão, da pobreza e das desigualdades sociais existentes no país.²⁸¹

A vulnerabilidade dessas crianças, de forma relevante, das meninas que são vítimas da exploração sexual, se apresenta em diversas formas, dentre elas, a vida que passa a ser vivenciada nas ruas, e o corpo que passa a ser meio de sobrevivência, como relata pesquisa de Vasconcelos²⁸², no Recife. A exclusão da família, da escola, da comunidade representam violações a direitos comezinhos do ser humano em situação peculiar de desenvolvimento: à convivência familiar e comunitária, à educação.

Além disso, a gravidez precoce, os abortos, o uso abusivo de drogas, as doenças sexualmente transmissíveis, dentre elas, a AIDS; doenças crônicas, aleijamento e lesões permanentes, transtornos mentais²⁸³ são consequências deletérias que comprometem o desenvolvimento físico, psicológico, espiritual, moral e social dessas crianças e representam uma das formas mais grave de violação do art. 18 do Estatuto: “É dever de todos velar pela dignidade da criança e do adolescente, pondo-os a salvo de qualquer tratamento desumano, violento, aterrorizante, vexatório ou constrangedor.”²⁸⁴

²⁸⁰ OLIVEIRA, Raquel Gusmão; MARCON, Sônia Silva. **Exploração sexual infanto juvenil:** causas, consequências e aspectos relevantes para o profissional de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS) Porto Alegre (RS), p. 345-357, 26(3), dez, 2005.

²⁸¹ MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (BR). **Diretrizes gerais:** Programa Sentinela: programa de combate ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Brasília (DF); 2001.

²⁸² VASCONCELOS, Ana. **A prostituição de meninas e adolescentes no Recife.** Tempo de Presença, Recife (PE), 1990.

²⁸³ OLIVEIRA; MARCON, 2005.

²⁸⁴ BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990.** Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.

Em remate, o impacto nos fatores materiais da família, por conta das condições do exossistema do trabalho dos pais da criança pode corroborar, em que pese não ser o único fator de causa, à gradual deterioração das condições de vida e desenvolvimento da população infanto-adolescente. Nesse sentido, a ausência de recursos materiais pode contribuir em primeiro lugar, prejudicialmente, ao desenvolvimento em todos os âmbitos do ser da criança e do adolescente e, em segundo lugar, ao não desenvolvimento das habilidades/potenciais individuais. As consequências dessa mazela se refletem, como abordado no capítulo 1, negativamente no estabelecimento e na qualidade dos processos proximais a se realizarem na família, na escola, no convívio comunitário.

3.2 IMPACTOS NOS FATORES IMATERIAIS DA FAMÍLIA QUE ATINGEM A CRIANÇA

Preliminarmente, mister assinalar que, no tempo presente, a busca pelo suprimento das condições materiais da família é a prioridade dos membros responsáveis por seu sustento. Dado o contexto precário das relações de trabalho e a dificuldade de inserção no mercado, a sobrevivência existencial dos componentes do *holon* familiar é a meta a ser perseguida. Com isso, os pais, pai e/ou mãe, se submetem a diversas condições de trabalho precário/flexível que podem acarretar sobrecarga física e mental, gerando doenças e/ou provocando acidentes de trabalho de repercussões abrangentes.

Como se não fosse suficiente o trabalhador arcar sobre si e em sua saúde os riscos e os efeitos colaterais do complexo mundo do trabalho precarizado, a tentativa de proporcionar melhores condições financeiras para os seus ou uma estabilidade de renda familiar tem a possibilidade de causar impactos negativos nos fatores imateriais da família a repercutirem sobre as crianças e os adolescentes para o estabelecimento e qualidade dos processos proximais, principais instrumentos para o desenvolvimento infanto-adolescente.

Em vista disso, há um conflito entre fatores materiais e imateriais: o suprimento de um pode acarretar a redução do outro, dimensões díspares impostas pelo macrossistema da acumulação flexível. Nessa realidade complexa, a oferta de um deles pode implicar no contexto de trabalho precarizado e da Modernidade Líquida, o não atendimento ou um atendimento deficitário do outro.

No momento em que a busca pela satisfação dos fatores materiais sobrecarrega a saúde física, mental, emocional, tolhe a qualidade de

vida, o tempo do trabalhador ou trabalhadora que possuem responsabilidades familiares de criação de filhos, os fatores imateriais indispensáveis ao estabelecimento e qualidade dos processos proximais são afetados por conta do estresse e das sobrecargas vinculadas à organização do trabalho e à precarização das relações no labor. Dentre elas, pode-se citar, a dupla jornada a ser realizada pelos obreiros com regime de trabalho parcial, os quais necessitam dobrar ou muitas vezes triplicar sua jornada para a manutenção das necessidades básicas da família; cite-se também os trabalhadores que realizam horas extras com frequência, os trabalhadores em turno, noturnos, os trabalhadores com contrato de trabalho com prazo indeterminado que são cooptados, ainda que contra a sua vontade, a demonstrar “serviço” e “vestir a camisa” e a suportar toda espécie de “solicitação” patronal, os trabalhadores a domicílio, enfim, todos os trabalhadores submetidos ao regime Toyotista ora em voga, que agrega entre muitos valores, a submissão do empregado ao aumento do ritmo do trabalho.

Sendo assim, todo empenho do obreiro em satisfazer as necessidades materiais da família pode, no regime de acumulação flexível ocasionar prejuízos aos fatores imateriais como o tempo para dedicar aos filhos, as condições psicológico-emocionais, os valores individuais sólidos que tem de ser adaptados para a permanência no mercado de trabalho, a estabilidade familiar, recursos a serem analisados neste item.

Perverso é o macrossistema do regime de acumulação flexível porquanto os trabalhadores se encontram em um impasse. De uma banda, dão a vida para suprir as necessidades básicas existenciais da família e dos filhos e tentam promover o mínimo de desenvolvimento do potencial infantil com alimentação, educação, inclusive, fazendo do seu trabalho um fator de proteção da criança para que essa não adentre ao mundo do trabalho infantil, ou seja, explorada por qualquer segmento do mundo da violência e tenha seu desenvolvimento prejudicado para estabelecer relações com outro e com o mundo. De outra banda, o seu tempo, as suas condições emocionais não estarão tão disponíveis e em melhores condições para efetuar interações de suma importância, ou de igual importância a dos fatores materiais para o desenvolvimento infanto-adolescente, como verificado no capítulo 1, os processos proximais.

De mesma sorte, se o objetivo for a manutenção de um relacionamento pai e/ou mãe-filho da melhor forma possível, com o despendar adequado de tempo, habilidades, disposições emocionais e físicas para o estabelecimento e manutenção dos processos proximais

cujo resultado possa ser o de maior competência possível; no contexto laboral precário, em que o salário não é capaz de satisfazer minimamente as necessidades básicas de alimentação, saúde, moradia, higiene, a consequência será o prejuízo da família e dos filhos em nível existencial de sobrevivência.

Face a esse impasse, o trabalho passa a estar em primeiro lugar na vida dos pais, haja vista a necessidade de sustento material e as exigências do exossistema do trabalho que consome a vida, o tempo e os recursos do trabalhador. Logo, a tendência hodierna é priorizar ou até mesmo somente valorizar os fatores materiais, dando azo ao papel de provedor como suficiente à criação de filhos, ainda que para tal, a ausência dos pais seja constante e o relacionamento pais-filhos na dinâmica do *holon* parental seja prejudicado.

É nesse ponto que a crítica de Bronfenbrenner²⁸⁵ é bastante veemente:

Bem, o principal problema da nossa sociedade é que as pessoas esperam criar as crianças em seu tempo livre. O trabalho vem em primeiro lugar. Nunca para a maior parte dos empregadores desperta que eles têm a obrigação de facilitar para que os empregados passem tempo com seus filhos. Em algumas sociedades- Suécia, por exemplo, eles estão começando a tomar uma posição diferente. Eles estão dizendo que o bem estar da criança é igualmente importante.

Por conseguinte, na senda do ensinamento do estudioso russo, o bem estar da criança está intimamente vinculado ao imperativo do relacionamento e das interações que podem existir entre pais e filhos e não apenas nos frutos materiais que o trabalho pode ofertar, os quais possuem a mesma importância para o desenvolvimento infanto-adolescente.

Não se pode deixar à margem o imprescindível, os fatores imateriais, ainda que esses não sejam tão visíveis (físicos) e diretos como os são os impactos nos recursos materiais, e nem mesmo se olvidar do impacto futuro sobre uma geração que não possui a

²⁸⁵ “Well, the main problem in our society is that people are expected to raise children in their spare time. Work comes first. It never dawns on most employers that they have an obligation to make it easier for employees to spend time with their kids. In some other societies- Sweden, for example, they are beginning to take a different stand. There they are saying that the welfare of children is equally important.” (BRONFENBRENNER, 1979.)

participação qualitativa dos pais como mentores, estando à deriva sob a influência de um Tempo/Cronossistema pós-moderno, a Modernidade Líquida, que sustenta valores deletérios ao desenvolvimento infantil.

Destarte, com o fito de solidificar uma perspectiva de efetivação dos direitos fundamentais das crianças, em especial, os prescritos no art. 3º, o qual refere que a elas devem ser ofertadas por lei ou por outros meios todas as “oportunidades e facilidades a fim de lhes facultar o desenvolvimento físico, mental, moral, espiritual e social, em condições de liberdade e dignidade”²⁸⁶, analisar-se-ão os impactos do exossistema do trabalho dos pais sobre os fatores imateriais da família que atingem a criança.

Tem-se como perspectiva orientadora a consolidação qualitativa dos processos proximais como elementos indispensáveis ao desenvolvimento humano salutar que, no caso das crianças e dos adolescentes são realizados de forma primária dentro da família, no *holon* parental, na relação pais- filhos.

3.2.1 Tempo

Neste item, refere-se ao tempo como sendo um dos elementos do núcleo do Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, o PPCT. Tendo em vista as condições laborais do exossistema, verificar-se-á o impacto sobre o micro e o meso tempo indispensáveis ao estabelecimento e à qualidade dos processos proximais.

Sendo assim, cumpre assinalar primariamente que com a flexibilização e superexploração do labor, os trabalhadores vêem cada vez mais seu tempo dentro e fora do mundo do trabalho ser reduzido. No entender de Antunes²⁸⁷, o “tempo livre” torna-se “tempo de consumo para o capital, em que o indivíduo é impelido a capacitar-se para melhor competir no mercado de trabalho, ou ainda a exaurir-se num consumo coisificado ou fetichizado, inteiramente desprovido de sentido.”

A repercussão dessa nova organização do trabalho atinge diretamente os trabalhadores, as trabalhadoras e suas próprias famílias e filhos no que tange ao tempo exíguo de dedicação à família e aos filhos (*holon* conjugal e parental). A imposição de jornadas prolongadas, exaustivas e estressantes ao trabalhador obriga a família e os filhos a conviverem com a ausência de um ou do único cuidador, em que pese o

²⁸⁶ BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 03 nov. 2011.

²⁸⁷ ANTUNES, 2011, p. 114.

fato de que esse possa estar fisicamente presente, mas não está acessível à família e aos filhos devido ao fato de que necessita compensar com sono o que foi despendido durante a jornada de trabalho ou necessita se qualificar fora de casa ou trabalhar dentro do próprio microsistema da família, inviabilizando o direito à convivência familiar da criança.

Mencione-se como exemplo, o trabalhador que faz jornadas extraordinárias “por conta própria”, levando trabalho para casa; as duplas e triplas jornadas acumuladas pelo trabalhador(a) com fins de complementação de renda para o sustento familiar; o caso dos trabalhadores em domicílio que tendem a ter dificuldade em separar o tempo para o trabalho e o tempo para a família, sendo constantemente subjugados ao rígido controle do seu tempo e da sua vida por parte da empresa. Esse último caso em específico, é a melhor representação, como bem revela Sennett, do denominado flexitempo:

As organizações flexíveis hoje estão fazendo experiências com vários horários do chamado "flexitempo". Em vez de turnos fixos, que não mudam de mês para mês, o dia de trabalho é um mosaico de pessoas trabalhando em horários diferentes, mais individualizados.²⁸⁸

O flexitempo é a recompensa do empregado, também o põe no domínio íntimo da instituição. Vejam o mais flexível dos flexitempos, o trabalho em casa. Esse prêmio causa grande ansiedade entre os empregadores; eles temem perder o controle sobre os trabalhadores ausentes, e desconfiam de que os que ficam em casa abusam dessa liberdade. Em consequência, criou-se um monte de controles para regular os processos de trabalho concreto dos ausentes do escritório. Exige-se que as pessoas telefonem regularmente para o escritório, ou usam-se controles de intranete para monitorar o trabalhador ausente; os e-mails são frequentemente abertos pelos supervisores.²⁸⁹

Não se olvide ainda dos trabalhadores que realizam jornada em turnos diferenciados, aqueles que trabalham no período noturno, os que

²⁸⁸ SENNETT, 2009, p. 66.

²⁸⁹ SENNETT, 2009, p. 68.

fazem turnos de revezamento nos setores públicos, no fornecimento de atividades essenciais: saúde, segurança pública, serviços de eletricidade, água; nem mesmo dos obreiros que por conta do exercício de sua própria atividade necessitam se afastar do ambiente familiar por muito tempo. Como exemplificações dessa categoria, citem-se os trabalhadores das plataformas marítimas de petróleo, os que laboram na área de transportes marítimos, terrestres e aéreos, etc.

Bastante prejudicada se demonstra a relação com o tempo livre de dedicação ao relacionamento com a família e com os filhos para os obreiros hodiernos já citados, em especial, os elencados no parágrafo acima. Tem-se para essa assertiva o ponto de partida do imperativo temporal dos processos proximais no contexto das díades, que exigem tempo livre e dedicado a esse intento relacional.

Para comprovar esse fato, cumpre rememorar as condições necessárias para o estabelecimento dos processos proximais no contexto das díades no que alude às competências que podem ser angariadas por esses processos de interação. A saber, de acordo com o capítulo 1, a exposição ao processo proximal é um elemento indispensável à qualidade dele, ou seja, a extensão do contato mantido entre a criança e o processo (criança com o adulto), é provedora de resultados na ordem da competência da criança e do adolescente.

Essa exposição varia em cinco dimensões e o grau dela determina a contribuição para competência ou para a disfunção. A primeira dimensão apontada, consoante o Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, é a duração, a média duradoura do período de exposição que enseja o estabelecimento de uma base bastante regular de tempo para o ocorrer do processo proximal.

Em cotejo com o apontado sobre a situação atual do trabalhador, o exercício da função parental por meio das díades para ocorrência dos processos proximais é dificultada senão impedida pelo aumento do tempo de trabalho e a diminuição do tempo livre.

Logo, o Tempo, nesse cenário, o denominado microtempo, relativo às continuidades e descontinuidades na conjuntura dos episódios dos processos proximais, tão necessário à viabilização das competências e habilidades infantis, torna-se apenas um momento, descontínuo, efêmero, fugaz devido ao conflito existente entre trabalho e família cujas consequências se apresentam nas disfunções relativas ao resultado dos processos proximais. Isso quer dizer que por conta das condições laborais, o trabalhador não consegue investir tempo com regularidade para estar em contato com o filho, interagindo em díades de atividades conjuntas a fim de conformar díades primárias que

proporcione à criança o desenvolvimento máximo de suas habilidades, aquisição de conhecimentos e valores. As longas jornadas de trabalho, a multiplicação delas, as jornadas imprevisíveis, o mosaico de horários de trabalhos flexíveis, o trabalho em domicílio, que coloca o obreiro 24 horas por dia à disposição do empregador impedem o estabelecimento de uma rotina de dedicação regular e constante às necessidades psicológico-emocionais, de aprendizado, de sociabilização da criança e do adolescente.

Nessa senda, oportuno assinalar que as condições do exossistema do trabalho em turnos diversos do comum, em especial, o noturno, dificultam a interação nas atividades em conjunto com a criança justamente pelo fato de que a rotina da sociedade é orientada de forma diversa dos períodos de trabalho e folga e também de trabalho e descanso. O desencontro com os filhos, a dificuldade de conciliar os seus horários com os deles e também a qualidade dessas interações são empecilhos ao estabelecimento dos processos proximais, como bem relatam Cia e Bahram:

O trabalho noturno traz maior isolamento social, repercutindo negativamente para a vida do trabalhador e para sua família. No que diz respeito à vida familiar, o trabalho noturno pode acarretar problemas para o funcionário participar nas atividades familiares de rotina (realizar refeições junto com a família, dividir tarefas domésticas, acompanhar o progresso acadêmico dos filhos e participar de reuniões escolares.²⁹⁰

Apesar da alta participação dos pais, em ambos os turnos, no relacionamento com os filhos, os pais que trabalhavam no turno noturno, quando comparados com os pais que trabalhavam no turno diurno, apresentaram menor frequência de participação em quase todos os aspectos que envolviam o relacionamento entre pai e filho, inclusive no tempo que passavam por dia fazendo alguma atividade com o filho (quase uma hora a menos, por dia). Esta diferença na qualidade do relacionamento entre pais e filhos, de acordo com o turno de trabalho do pai, pode ocorrer porque os

²⁹⁰ CIA, Fabiana; BARHAM, Elizabeth J. A relação entre o turno de trabalho do pai e o autoconceito do filho. *PSICO*, UFSCar, v. 36, n. 1, p. 29-35 jan./abr. 2005. p. 29-30.

pais que trabalham no turno diurno têm horários mais compatíveis com os familiares do que os pais que trabalham no turno noturno, tendo mais oportunidade de participar das atividades diárias dos filhos.²⁹¹

Nesta pesquisa em que participaram 58 pais e seus filhos da 5ª e 6ª séries, em um município do interior de São Paulo; ainda, foi revelado que as crianças cujos pais trabalhavam no turno noturno apresentaram menor autoconceito em leitura, matemática e autoconceito acadêmico quando comparadas com crianças cujos pais laboravam no período diurno. Em vista disso, comprova-se a correlação positiva entre frequência do envolvimento dos pais e o autoconceito das crianças. Portanto, confirmou-se que “o número de horas que os pais passavam realizando alguma atividade com o filho também estava positivamente correlacionado com o autoconceito dos filhos”²⁹², sendo o contrário também verdadeiro.

Por sua vez, a segunda dimensão da exposição refere-se à frequência à exposição aos processos proximais ao longo do tempo: de hora em hora, diariamente, mensalmente, o denominado mesotempo. Neste ponto, cabe lembrar novamente as condições do exossistema dos trabalhadores em turnos diferenciados ou de revezamento ou mesmo aqueles que podem ficar dias, até meses afastados do lar. O que se depreende desse tipo de conjuntura laboral é o prejuízo sobre a realização dos processos proximais, pois a frequência do encontro e da interação na díade em atividades conjuntas é irregular e bastante escassa, podendo dar azo a efeitos negativos no desenvolvimento infantil, como visto na pesquisa anterior, de forma mais agravada, bem como a não potencialização das habilidades da criança e do adolescente.

A terceira dimensão elencada assinala a interrupção dentro de cada interação, ou seja, avalia a previsibilidade ou imprevisibilidade da base de ocorrência dos processos proximais. Tem-se como parâmetro se há interrupções constantes nas atividades realizadas. Registre-se ainda a quarta dimensão que diz respeito ao *timing* da interação, do fato de o pai e/ou a mãe estar conectada à criança para o atendimento pontual e rápido de suas necessidades.

Sobre essas duas dimensões importa assinalar as condições do exossistema do trabalho, em especial, o já consignado trabalho em domicílio cujo propósito se inverte, ao invés de proporcionar maior

²⁹¹ CIA; BAHRAM, 2005, p. 33.

²⁹² CIA; BAHRAM, 2005, p. 33.

liberdade ao empregado, acaba por gerar o aprisionamento de seu tempo, colocando-o à disposição quase total da empresa. Desta forma, ainda estando o trabalhador em casa, junto aos filhos, as demandas do labor e do controle do labor podem gerar interrupções constantes na ocorrência dos processos proximais durante atividades de cuidado ou em conjunto, de mesma sorte é possível que, estando o obreiro concentrado em seu trabalho não atenda, com a devida prontidão e eficiência as demandas dos filhos.

Como última dimensão, analisa-se o vigor da exposição, o grau da intensidade inerente à interação, que está intimamente vinculada ao preenchimento das condições de base regular, previsível, freqüente à realização dos processos proximais durante longos períodos de tempo.

Ante o exposto nesse item, salta aos olhos que o macrossistema da acumulação flexível impõe condições ao exossistema do trabalho dos pais da criança incompatíveis ou de difícil compatibilidade com o Tempo (micro e mesotempos) que devem ser destinados à ocorrência, manutenção e qualidade dos processos proximais no propósito do estabelecimento de díades primárias na relação pais- filhos.

Ora, exposta fica a criança, ou melhor, uma geração, a efeitos desenvolvimentais disruptivos cujas conseqüências impactam negativamente a eles próprios e ao ambiente, estando constantemente a mercê do mundo que com freqüência, regularidade, previsibilidade com ela interage a fim de oferecer padrões de comportamento e valores deletérios à sua vida, liberdade e dignidade.

3.2.2 Condições psicológico-emocionais

Abordar-se-ão, neste item, os impactos das condições do exossistema do trabalho sobre as condições psicológico-emocionais dos pais e a interferência sobre a qualidade dos processos proximais para a criança e o adolescente. No que tange ao Modelo Bioecológico de Bronfenbrenner, essas condições estão alocadas no núcleo da Pessoa, nos domínios referentes às características pessoais para o engajamento nas atividades relacionadas ao processo proximal.

Cabe recordar sobre os fatores psicossociais do estresse, que a saúde do trabalhador é afetada por elementos que fazem parte da organização do trabalho do modelo Toyotista que impõe a precarização do labor e a degradação do quadro de saúde física e mental do obreiro, com atividades estressantes, insalubres e perigosas. Tal se revela pelo aumento do ritmo do trabalho, pelas tarefas monótonas, repetitivas, pela sobrecarga física, cognitiva, psíquica, pressão no trabalho, acúmulo de

tarefas/funções, imposição de expectativas inatingíveis, insegurança, medo, intimidação, perseguição, conjuntura de violência e assédio moral na empresa, limitação da liberdade e autonomia do trabalhador, falta de apoio e valorização no labor, relações horizontais e verticais baseadas na superficialidade e competição, lideranças autoritárias, incerteza, instabilidade laboral, horários flexíveis e imprevisíveis, não garantia de folga, ausência de descanso, de respeito aos interstícios, descumprimento de regulamentos de saúde e segurança do trabalhador, rotatividade, cooptação da subjetividade, processo de estranhamento, conjuntura de opressão e falta de perspectiva de futuro, ameaças de demissão, riscos gerados pelas inovações tecnológicas, sistemas de avaliação de rendimentos injustos, falta de auto-estima: o trabalhador na qualidade de peça descartável, falta de sentido e prazer no trabalho, ergonomia obsoleta e inadequada, exposição a agentes químicos, físicos, biológicos, etc.

Cabível tratar, inicialmente, que o estresse ocupacional, no sentido do distress positivo e negativo, possui interferência sobre as condições psicológico- emocionais do trabalhador que influenciará as emoções presentes no momento de interação com os filhos quando do estabelecimento dos processos proximais. A ansiedade, a irritabilidade ou até mesmo a apatia, desatenção são, de acordo com os estudos de Bronfenbrenner, no núcleo Pessoa (item 1.3.2), no primeiro domínio denominado disposição, características desenvolvimentais disruptivas, que tem o condão de dificultar os processos proximais.

Isso se revela nos estudos de Seligmann-Silva, quando analisa as repercussões das condições de trabalho sobre a vida familiar no caso dos obreiros que realizam turnos alternados. A irritabilidade, o nervosismo por conta do estresse ocupacional e da fadiga oriunda da sobrecarga de trabalho bem como o isolamento do trabalhador (cita-se a tendência a evitar atividades como uma característica desenvolvimental disruptiva) são estados emocionais que geram por parte do obreiros em suas relações com os filhos, o maltrato, a falta de paciência, a punição excessiva, reclamações, a evitação de lidar com os filhos, culpa. A médica psiquiatra acrescenta que esse estado emocional extrapola em casa, mas a sua origem é no ambiente de trabalho: “a exigência de autocontrole emocional durante a jornada de trabalho resulta com frequência no extravasamento doméstico da irritação acumulada.”²⁹³

²⁹³ SELIGMANN SILVA, Edith. Sociabilidade, trabalho e loucura: repercussões das condições de trabalho na vida familiar. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 39 supl. 2. p. 235-285, out, 1990.

Ainda salienta que tal estado emocional gerou medo nos filhos e consequências graves em seus comportamentos, como:

Uso prolongado da chupeta, inclusive em crianças com mais de sete anos de idade;

Uma prática freqüente nas noites em que o pai está trabalhando, dormir com a mãe na cama do casal;

Intensa contensão e reserva, com forte grau de inibição para contato interpessoal, grande timidez, puderam ser verificadas em diversas crianças.

Nos casos em que ocorreram crises mentais mais agudas [do trabalhador], muitas vezes as repercussões sobre os filhos foram mencionadas: [...]

“Essa menina de sete anos ficou com o sistema nervoso prejudicado, dava medo dela, acho que ficou com aqueles gritos na cabeça. E a outra, a pequena (três anos) sofre de bronquite, e piorou muito nessa crise que ele teve.”

A menina de sete anos diz para a entrevistadora:

“Quando o pai está trabalhando de noite, durmo na cama com mãe”. A mãe explica: “Ela tem medo do pai, que ele grite de novo (como na crise). Eu já levei ela na psicóloga do convênio”.
294

O distress ocasionado pela organização atual do trabalho, além de imbricar as emoções negativas nas relações familiares, pode causar doenças crônicas físicas, acidentes de trabalho e também transtornos mentais. Segundo dados da OMS²⁹⁵, a depressão será nos próximos 20 anos, a segunda maior causa de afastamento do trabalho no mundo. Esse dado demonstra que os transtornos mentais, as psicopatologias que estão relacionadas ao trabalho e ao estresse pertinente a toda a conjuntura laboral estão tomando proporções gigantescas, inclusive de forma a prejudicar o desenvolvimento infantil. Isso se deve ao fato de que as disfunções vinculadas às doenças psiquiátricas inibem o exercício das

²⁹⁴ Ibid., p. 26.

²⁹⁵ WHO. **Relatório Mundial da Saúde**. Saúde Mental: uma nova concepção, nova esperança. Lisboa: Direcção- Geral da Saúde da OMS, 2002. Disponível em: http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf. Acesso em: 15 nov. 2011.

atividades de vida diária, o exercício das funções sociais, a concentração e a persistência, como salienta Dias²⁹⁶:

Limitações em atividades da vida diária: que incluem atividades como autocuidado, higiene pessoal, comunicação, deambulação, viagens, repouso, sono, atividades sexuais e exercício de atividades sociais e recreacionais.

Exercício de funções sociais: refere-se à capacidade do indivíduo de interagir apropriadamente e comunicar-se eficientemente com outras pessoas. Inclui a capacidade de conviver com outros, tais como membros de sua família, amigos, vizinhos [...]

Concentração, persistência e ritmo: também denominados capacidade de completar ou levar a cabo tarefas. Estes indicadores ou parâmetros referem-se à capacidade de manter a atenção focalizada o tempo suficiente para permitir a realização cabal, em tempo adequado, de tarefas comumente encontradas no lar, na escola. [...]

São justamente certas características como a iniciativa, responsividade, concentração, persistência, prontidão, atenção, que são denominadas disposições, características desenvolvimentais generativas, as quais comprometem positivamente os processos proximais. E precisamente nos casos em que o pai e/ou mãe estão sofrendo desses tipos de transtornos, essas características não se encontram presentes, comprometendo o desenvolvimento de competências na criança e dando margem ao estabelecimento de efeitos disruptivos. Comumente, nos casos de transtorno mental, há embotamento afetivo, insensibilidade, irritabilidade, nervosismo, ansiedade, humor variável, cansaço constante, isolamento, indiferente afetiva, dores físicas, falta de controle emocional; características desenvolvimentais disruptivas, inibidoras dos processos proximais.

Oportuno registrar os transtornos mentais vinculados à dependência química (de drogas lícitas ou ilícitas), quando essa é considerada como doença relacionada ao trabalho. A organização do

²⁹⁶ DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da OPAS/OMS. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001, p. 163.

trabalho hodierno referida ao modelo Toyotista e ao regime de acumulação flexível é capaz de provocar consequências catastróficas sobre a vida do indivíduo, de sua família e em especial sobre os filhos, violando inúmeros direitos: ao desenvolvimento, saúde, dignidade, respeito e convivência familiar²⁹⁷:

Em relação ao desenvolvimento de problemas físico-emocionais, são predominantes: baixa auto-estima, dificuldade de relacionamento, ferimentos acidentais, abuso físico e sexual. Na maioria das vezes, os filhos sofrem com uma interação familiar negativa [...] ²⁹⁸

No que tange às consequências para os filhos, esse estudo pode dar uma noção em termos do impacto no desenvolvimento de crianças e adolescentes. Em crianças, pode-se observar que a maioria dos desenhos mostraram-se regredidos para a idade, a predominância de sentimentos de insegurança e inadequação associados à depressão, apatia e repressão. A existência de conflito também fez-se presente com presença de brigas, dificuldades no relacionamento familiar e agressividade. Pode ser observado um rebaixamento de auto-estima, alto índice de carência afetiva, com a utilização de defesas como a negação de problemas, evidenciando um empobrecimento na capacidade de solucionar problemas, isolamento e maturidade precoce. ²⁹⁹

Não tão diferente assim, as doenças físicas/acidentes de trabalho oriundas das condições do ambiente de trabalho, como a exposição a riscos a agentes deletérios à saúde e a ambientes onde não

²⁹⁷ “Art. 19. Toda criança ou adolescente tem direito a ser criado e educado no seio da sua família e, excepcionalmente, em família substituta, assegurada a convivência familiar e comunitária, em ambiente livre da presença de pessoas dependentes de substâncias entorpecentes.” (BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 03 nov. 2011.)

²⁹⁸ FIGLIE, Neliana; FONTES, Andrezza; MORAES, Edilaine; PAYÁ, Roberta. Filhos de dependentes químicos com fatores de risco bio-psicossociais: necessitam de um olhar especial? **Revista de psiquiatria clínica**. v. 31. nº 2, p. 53-62, 2004. Disponível em <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/>. Acesso em: 15 nov. 2011.

²⁹⁹ FIGLIE; FONTES; MORAES, 2004.

há respeito às normas de saúde e segurança do trabalho, não estabelece condições psicológica-emocionais propícias ao engajamento nos processos proximais. Verificando-se no núcleo Pessoa, certas afecções graves constituem-se em deficiência (devido à dificuldade do organismo no engajamento de atividades), na classificação do segundo domínio das características pessoais, os recursos. Ainda, cabe salientar que as doenças físicas graves relacionadas ao trabalho produzem efeitos sobre as condições psico-emocionais do trabalhador e interferem sobre os processos proximais e seus resultados. É o que se pode observar na pesquisa de Scavone uma vez já utilizado neste trabalho:

A desordem familiar provocada pela doença vem acompanhada das mudanças no comportamento do doente que de uma pessoa alegre e carinhosa se transformou numa pessoa triste, irritada com as crianças, desconfiada com os outros e sempre reclamando da dor forte que persistia. O desenvolvimento do tumor causou uma deformação física penosa de aceitar, fatores que contribuíram para uma exclusão do convívio social dando lugar a complexos e inseguranças projetadas na desconfiança daqueles que estão no mundo dos sãos.³⁰⁰

A doença atinge igualmente o/as filhos/as [...] seja através de um aumento da responsabilidade familiar, seja compartilhando o sofrimento do pai e a tristeza da mãe, ou ainda, coma confrontação da morte, este impacto pode ser verificado pelos resultados escolares, por desequilíbrios somáticos, dentre outros.³⁰¹

Com efeito, as condições psico-emocionais do obreiro podem ser atingidas mesmo nos casos de doenças profissionais físicas, acidentes de trabalho cujo dano seja físico, a exemplo de lesões temporárias ou permanentes ou doenças crônicas. Também é possível, dependendo do tempo de afastamento do trabalhador, do grau de relevância das afecções e/ou danos que venham a incapacitá-lo para o trabalho, o

³⁰⁰ SCAVONE, Lucila; GIANNASI, Fernanda; THÉBAUD-MONY, Annie. T. Cidadania e doenças profissionais: o caso do amianto. **Perspectiva**, São Paulo 22, p.115-128, p. 121. 1999. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/18ddoencas.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

³⁰¹ SCAVONE, 1997, p. 2.

acometimento dele por doenças mentais, potencializando resultado danoso ao desenvolvimento infantil.

3.2.3 Valores

Além do Tempo e das condições psicológico-emocionais do obreiro, outros recursos imateriais são impactados pelo exossistema do trabalho dos pais, influenciando os processos proximais entre pai e/ou mãe e filhos: os valores reproduzidos e perpetuados entre os ambientes laborais e familiares. Esses valores conformadores do comportamento familiar fazem parte da ideologia do macrossistema da estrutura sócio-econômica que, em busca de acumulação de lucros, reduz os valores sólidos que permeavam as relações humanas a valores flexíveis, pragmáticos, condicionados aos interesses egocêntricos e individualistas em detrimento do coletivo. Essa cultura de valores flexíveis e individualistas é identificada com o cronossistema da Modernidade Líquida (Macrotempo), momento histórico em que os valores sólidos estão se desintegrando, tornando-se líquidos, fluídos e inconstantes, como visto no capítulo 1.

Assim, as formas precarizadas de trabalho dos pais têm gerado inúmeras conseqüências negativas nos valores parentais e, conseqüentemente, nos valores que orbitam a vida das crianças. Os valores vinculados aos trabalhos precarizados: instabilidade (terceirizados, trabalho em tempo parcial), incerteza (desemprego estrutural), provisoriidade (trabalho temporário, à prazo certo) e ausência de compromisso (trabalho eventual, informal); atingem frontalmente o estabelecimento, a manutenção e a qualidade dos processos proximais, prejudicando o desenvolvimento de competências promotoras de um desenvolvimento infantil saudável.

No contexto laboral do exossistema dos pais, a forma de organização do trabalho toyotista inviabiliza, no desenvolvimento no indivíduo, virtudes estáveis como comprometimento, lealdade, confiança, como visto no item 2.2.3. O condão dessa organização tem efeito desorientador na vida do indivíduo, já que representa uma economia baseada no princípio da flexibilização, do não-comprometimento a longo prazo, afetando a personalidade e o caráter do trabalhador que sucumbe às “virtudes” do mercado.³⁰² Nesse ambiente, valores como estabilidade, referência, resistência, responsabilidade humana mútua, lealdade, solidariedade, deveres e obrigações éticas para

³⁰² SENNETT, 2009.

com a família e os filhos são rejeitados e desestimulados em função da predominância nas empresas de um clima de inconstância, desengajamento, descompromisso, incerteza quanto ao futuro, insegurança e medo constante decorrente de ameaça de perda do emprego.

O impacto dessa realidade atinge a convivência familiar e a transmissão de valores, dificultando o processo de desenvolvimento infantil e a formação de díades. Nesse sentido, a transmissão desses valores na família é feita pela observação, imitação, condicionamento e educação, representando as formas como se realizam a interação das díades (observacional, de atividade conjunta e primária).

Destaca-se, ainda, que as transmissões de valores coletivistas (solidariedade, lealdade, honestidade, etc) aos filhos são realizadas de forma vertical (intergeracional) pelos pais, sendo que diminuem com o aumento da idade, pois a similaridade pais-filhos é reduzida em face do crescimento exponencial da concorrência da transmissão horizontal de valores (esses, individualistas) dos agentes e ambientes novos que começam a entrar em contato com a criança e o adolescente.³⁰³ Cabe salientar a transmissão de valores individualistas pelos meios de comunicação de massa: televisão, internet, que cada vez mais possuem interferência sobre o comportamento infanto-adolescente. Isso se dá tanto por conta do tempo de exposição a eles como por seus atrativos que revelam um poder de substituição da mentoria dos pais em face da ausência desses últimos na participação qualitativa dos processos de desenvolvimento, educação, aquisição de habilidades e valores dos filhos.

Sendo assim, a criança e o adolescente deixam de estabelecer processos proximais qualitativos com os pais, para os estabelecerem com objetos, lembrando-se tal é possível (item 1.3.1). E os meios de comunicação de massa, por seus atrativos, condicionam a processos proximais intensos com a cultura dos valores da Modernidade Líquida (Cronossistema). Ou seja, a exposição por longas horas (duração), com frequência diária (frequência), sem interrupções (interrupção), com timing de interação (timing) e intensidade, com objetos como a televisão, internet faz com que se estabeleçam condições ótimas de aquisição de conhecimento e valores líquidos a serem absorvidos pelas crianças.

³⁰³ PORTO, Juliana Barreiro; TAMAYO, Alvaro. Influência dos valores laborais dos pais sobre os valores laborais dos filhos. *In.: Psicologia: Reflexão & Crítica*, 19 (1), p.151-158, 2006.

Portanto, infelizmente, os processos proximais exponencialmente quantitativos e qualitativos, que deveriam ocorrer entre pais e filhos, em díades de atividade conjunta e primária ocorrem entre criança e objeto de comunicação de massa.

Nesse sentido, a criança passa a estar exposta a um contexto de valores laborais transmitidos pelos pais, a ela deletérios, que condicionam ainda a ausência dos pais no estabelecimento qualitativo dos processos proximais, permitindo a assimilação de valores oriundos de objetos que acabam por fazer as vezes da função parental.

Ante essa conjuntura, verifica-se a grande (des)responsabilidade dos pais com uma geração inteira, visto que esta reproduz os valores e princípios impróprios e prejudiciais aos relacionamentos humanos. O impacto dos valores do exossistema do trabalho dos pais é violento sobre a criança. Convive ela com laços sociais fragmentados, fetichização de relacionamentos humanos, volatilidade de experiências, fragilidade de sentimentos, efemeridade e instantaneidade de contatos pessoais e desconfiança completa no ser humano. Nesse cenário, a criança sofre duplamente: de um lado, por ter que suportar os impactos instantâneos em seu desenvolvimento, com a ocorrência de disfunções no resultado dos processos proximais entre pais e filhos, e, por outro lado; por introjetar e reproduzir desde a sua infância uma série de valores negativos.

Com efeito, os valores culturais da Modernidade Líquida: fluidez, incerteza, provisoriedade, efemeridade, superficialidade, descomprometimento com os vínculos humanos estáveis contaminam toda a concepção e prática de relacionamentos tanto conjugais quanto parentais, interferindo e flexibilizando o engajamento e o investimento na família e no desenvolvimento infantil, haja vista que a prática adotada nas relações hodiernas destoa do caráter e da estabilidade necessários para promover as competências resultantes dos processos proximais entre pais e filhos.

Desse modo, as características sócio-emocionais, motivacionais e cognitivas das pessoas envolvidas no ambiente do microsistema familiar são afetadas pelos valores flexíveis do macrossistema do mundo do trabalho que se materializa nas condições e valores do exossistema do trabalho dos pais e dos valores líquidos do cronossistema. Uma vez prejudicadas essas características, a tendência é que o curso (direção e sentido) dos processos proximais também seja afetado negativamente. Oportuno referir que essas características são produto e causa da dinâmica familiar.

Na abordagem Bioecológica de Bronfenbrenner, no núcleo P, Pessoa, esses valores que conformam as características pessoais desenvolvimentais no ambiente familiar podem ser definidas como disposições, podendo ter aspectos negativos ou positivos. Como exemplos de disposições positivas (generativas) estão: curiosidade, iniciativa, engajamento em atividades individuais ou coletivas, responsividade à iniciativa de outros, prontidão para adiar gratificação imediata para perseguir metas a longo prazo.

De outro lado, citem-se como disposições negativas (disruptivas) que prejudicam os processos proximais: impulsividade, explosividade, desatenção, inabilidade de adiar a gratificação, dificuldade de manter o controle sobre as emoções e o comportamento, tendência à agressão e violência; apatia, insegurança, timidez, tendência a evitar ou se retirar de uma atividade, falta de interesse das coisas ao redor, indiferença. Não há dúvidas de que essas últimas disposições tornam-se cada vez mais frequentes nas interações, retratando os valores promovidos na cultura líquida e flexível. Essa cultura é reproduzida nas relações parentais quando há substituição do amor pelo desejo egoístico, da ética do cuidado com o próximo (com a criança) pela falta de ética do descaso.

A reprodução desses valores no ambiente familiar ainda tem como consequência a degradação das características que desenvolvem o caráter da criança e do adolescente, atingindo os direitos desses ao respeito, à dignidade e ao desenvolvimento de valores morais prolíferos. O ensinamento de valores como descompromisso com o outro, deslealdade e egoísmo privam a criança e do adolescente de desenvolver outros valores como respeito ao outro, solidariedade, honestidade, compromisso, fidelidade.

Por fim, visualiza-se a instituição de uma lógica de não obrigação ética dos pais trabalhadores em adiar gratificação imediata para perseguir metas a longo prazo. Com isso, há desinteresse no bem estar coletivo da família e na manutenção da estrutura e das relações que nela existem. Essa consequência é fator de influência negativa sobre o desenvolvimento infantil, como se estudará no próximo item.

3.2.4 Estabilidade do ambiente familiar

Ao afetar os valores das pessoas envolvidas no microsistema da família, o mundo do trabalho dos pais opera de forma também a prejudicar os fatores imateriais que envolvem a estabilidade do ambiente familiar, ecoando seus efeitos sobre os filhos. Fala-se aqui não da estabilidade financeira, já tratada no item dos fatores materiais, mas sim

da estabilidade psicológica, emocional, estrutural em especial nos relacionamentos conjugais, visto que esses afetam intensamente as relações parentais, entre pais e filhos. É o que expõem Dessen e Braz³⁰⁴ quando referem que o subsistema marital ou o *holon* conjugal influencia o desenvolvimento das crianças, sobretudo por meio das relações genitores- criança, ou seja, relações no *holon* parental, tendo um impacto direto no desenvolvimento infantil. Ainda acrescentam:

[...] o funcionamento parental é multideterminado, podendo ser influenciado direta ou indiretamente pelas fontes contextuais de estresse e suporte. A influência direta traz prejuízos ou benefícios diretos à relação genitor-criança, enquanto a influência indireta afeta o bem-estar psicológico do genitor e, conseqüentemente, seus comportamentos parentais.³⁰⁵

Por conseguinte, a instabilidade, o estresse, os conflitos e a falta de harmonia no relacionamento marital ecoam seus feitos na qualidade dos processos proximais entre pais e filhos. Nessa senda, o estresse pode ser introduzido a partir do local de trabalho dos pais na vida de uma criança através do seu impacto na relação conjugal. “Portanto, qualquer impacto que os estressores de trabalho têm sobre a díade conjugal também pode ser ecoado na díade pai-criança”.³⁰⁶ Logo, o grau de estabilidade do ambiente imediato da criança (microsistema familiar), em decorrência da interferência do exossistema do trabalho, atua nas interações duradouras da família, afetando o pleno desenvolvimento da vida infantil.

Em verdade, os conflitos decorrentes da precarização das relações laborais criam um impasse para a convivência do casal. De uma banda, a ausência de recursos econômicos leva a falta de perspectivas, irritabilidades e descontentamento, gerando discórdia no casamento com críticas e acusações recíprocas.³⁰⁷ De outra banda, a busca em complementar a renda familiar em jornada extraordinária, por exemplo,

³⁰⁴ DESSEN; BRAZ, 2005, p. 146.

³⁰⁵ Ibid., p. 139.

³⁰⁶ REPETTI; WANG, 2009, p. 193, tradução nossa.

³⁰⁷ SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. **Paternidade e desemprego:** características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), p. 61-67, julho-dezembro, 2008.

intensifica o estresse, o cansaço e a ausência do pai ou mãe da casa. Essas dificuldades de convivência entre os cônjuges desestabilizam o ambiente familiar, prejudicando o envolvimento afetivo dos pais com os filhos.

A pesquisa realizada por Benetti e Souza³⁰⁸ demonstrou que o pai, sem apoio emocional diante da incapacidade de prover de forma suficiente a família, tende a agir com mais irritabilidade, pessimismo e descontrole emocional, adotando comportamento negligente e, por vezes, punitivo e abusivo com os filhos. Diante dessa situação de risco e instabilidade, os filhos ficam mais propensos a estarem expostos a condições familiares negativas ao desenvolvimento emocional e relacional saudável.

Como analisado no capítulo 1, o *holon* conjugal é o pilar central da família e os elementos que venham a gerar estresse ou a desestruturá-lo acabam por atingir todo o complexo do microssistema familiar, os *holons* intrafamiliares. Sendo assim, quando a prática comportamental dos valores transmitidos pelos pais em suas relações conjugais às crianças, por intermédio do *holon* conjugal que apresenta altos níveis de instabilidade, pode dificultar a capacidade delas de adaptação em uma variedade de domínios desenvolvimentais e relacionais, inclusive com a perpetuação de relações imaturas, baseadas em interesses egoísticos.

Como visto no item anterior da parte dos fatores imateriais, esses valores são advindos de uma cultura flexível e fluida do macrossistema da acumulação flexível e do cronossistema da pós-modernidade, a denominada Modernidade Líquida.

De acordo com Bauman³⁰⁹:

O compromisso com outra pessoa ou com outras pessoas, em particular o compromisso incondicional e certamente aquele do tipo “até que a morte nos separe”, na alegria e na tristeza, na riqueza ou na pobreza, parece cada vez mais uma armadilha eu se deve evitar a todo custo. [...] parcerias frouxas e eminentemente revogáveis substituíram o modelo de união pessoa “até que a morte nos separe” [...]

Destarte, esses valores oriundos do macrossistema do mundo do trabalho são reproduzidos no exossistema do ambiente de trabalho de

³⁰⁸ SOUZA; BENETTI, 2008.

³⁰⁹ BAUMAN, 2004, p. 111 e 112.

trabalho dos pais da criança, onde as pessoas se relacionam de forma superficial, atendendo apenas a seus interesses individuais, denotando a dificuldade de criar um clima estável, harmonioso, duradouro e não concorrencial com seus colegas de trabalho. Com efeito, não é por acaso que Richard Sennett³¹⁰ assevera que “[...] as condições emocionais [...] no local de trabalho animam esse desejo: as incertezas da flexibilidade; a ausência de confiança e compromisso com raízes fundas [...]”³¹¹.

Em vista disso, ao reproduzir os comportamentos do ambiente de trabalho, os casais não conseguem resolver seus problemas domésticos, não são capazes de se colocar no lugar do outro (alteridade), pois vivem apenas relacionamentos superficiais. A não-solução desses conflitos provoca estresse no *holon* conjugal o qual respingará no *holon* parental, ocasionando instabilidade e disfuncionalidade para a criança, pois essa percebe a ameaça da desestrutura familiar em qualquer tempo.

Separação, divórcios e recasamentos são realidades que desestruturam a família. Com isso, acompanham as trocas de residência e uma nova linhagem familiar que advém das novas configurações dos mosaicos maritais tão comuns na Modernidade Líquida, período em que tudo que é sólido se desmancha facilmente. Como um dos principais efeitos deletérios dessa desestrutura familiar está a separação das figuras parentais, condição que sustenta um fator de risco altíssimo a problemas de comportamento na criança e no adolescente.³¹²

Outro valor negativo que exsurge do exossistema do trabalho dos pais, atingindo a estabilidade da família e da criança, é a eliminação da mútua confiança, lealdade, dependência e compromisso entre as pessoas. Richard Sennett revela³¹³:

[...] a vergonha da dependência tem uma consequência prática. Corrói a confiança e o compromisso mútuos, e a ausência desses laços ameaça o funcionamento de qualquer empreendimento coletivo. Os problemas de confiança assumem duas formas; numa, a

³¹⁰ SENNETT, 2009, p. 165.

³¹¹ Segundo Sennett, “As ficções de trabalho em equipe, pela própria superficialidade de seu conteúdo e seu foco no momento imediato, sua fuga à resistência e ao confronto, são assim úteis no exercício da dominação. Compromissos, lealdades e confiança partilhados mais profundos exigiram mais tempo— e por isso mesmo não seriam tão manipuláveis. Esse jogo de poder sem autoridade na verdade gera um novo tipo de caráter. [...] Uma visão irônica de si mesmo é a consequência lógica de viver no tempo flexível, sem padrões de autoridade e responsabilidade.” (SENNETT, 2009, p. 138).

³¹² ADAM, 2004.

³¹³ SENNETT, 2009. p. 169.

confiança simplesmente está ausente, na outra há uma desconfiança mais ativa dos outros.

Nesse contexto, a organização do trabalho toyotista causa uma falsa sensação de liberdade ao produzir relações de trabalho flexíveis, supostamente mais livres e negociáveis, mas que no fundo são superficiais e provisórias. Essas relações buscam eliminar a dependência, confiança e compromisso coletivo que se realizava no âmbito dos sindicatos.

Em substituição, as experiências e oportunidades laborais são individualizadas participantes de um clima de concorrência no qual se reduz a mútua dependência profissional e de rendimento entre os operários. Assim, em vez de lutar por aumento do piso salarial de toda a categoria profissional, os trabalhadores almejam aumentar seus salários “por fora”, “in natura”, na participação nos lucros e resultados da empresa. Essas atitudes estão vinculadas ao lucro e ao interesse individual em detrimento da cooperação e dependência mútuas. Na lição de Bauman³¹⁴:

[...] quando a utilização do trabalho se torna de curto prazo e precária, tendo sido ele despedido de perspectivas firmes (e muito menos garantidas) [...] há pouca chance de que a lealdade e o compromisso mútuo brotem e se enraízem. Se manter-se juntos era uma questão de acordo recíproco e de mútua dependência, o desengajamento é unilateral [...].

Desse modo, influenciado pelo ambiente e arranjos/relações laborais, o trabalhador reproduz na família os sentimentos e valores de desconfiança, descompromisso, deslealdade e (falsa) independência. Com essa prática, o *holon* conjugal é fragmentado e “liquidado” por essa fluidez de valores que minam as características sócio-emocionais, motivacionais e cognitivas sólidas que promoveriam os processos proximais da díade conjugal e das díades parentais. Inundados por esses valores, certos tipos de uniões reproduzem valores egoísticos e descompromissados, levando à insensibilidade dos pais genitores, atingindo o amor dedicado ao cônjuge e aos filhos.

Perante o exposto, observa-se que a qualidade do relacionamento conjugal e a própria estrutura familiar têm sido fortemente afetados por

³¹⁴ BAUMAN, 2001, p. 170 e 171.

fatores extra-familiares, como as condições do mundo e do ambiente de trabalho os quais atingem o fator imaterial da estabilidade do ambiente familiar (no Modelo Bioecológico, o Contexto) e, por consequência, podem condicionar ao resultado disfunção no que tange aos processos proximais pertinentes ao desenvolvimento da criança e do adolescente.

Por fim, ao cabo deste capítulo, é indispensável relatar que, com a atual condição das relações de trabalho, visível se torna a deterioração do ser do trabalhador, contudo, em especial, da trabalhadora. Essa degradação corresponde aos aspectos de saúde física, mental, emocional, cognitiva, relacional, intrapessoal, interpessoal, social e intergeracional. Toda essa gama de elementos converge a um déficit de formação das relações a serem constituídas, mantidas e ensinadas no microsistema da entidade familiar com os filhos; de forma enfática, na família monoparental chefiada por mulher, o segundo maior arranjo brasileiro dos tempos atuais.

A questão de gênero não pode ficar à margem dos impactos sobre os recursos materiais e imateriais da família que atingem a criança, uma vez que não se pode igualar a condição do homem e da mulher na sociedade capitalista. A mulher, no contexto familiar, exerce dupla jornada de trabalho, às vezes tripla. Além do seu próprio labor externo ao lar, a responsabilidade familiar no que tange à criação, educação dos filhos, cuidados com a casa e com o companheiro aponta a uma sobrecarga muito maior, expondo a mulher a um nível maior de estresse, doenças físicas mentais e acidentes de trabalho do que os homens.

Não se olvide, ainda, do fator da inserção do trabalho feminino no mercado de forma precária e desregulamentada (vide as sete consequências do Toyotismo, item 2.1.1), impondo a ela condições desumanas no local de trabalho, incluindo-se aí o constrangimento, preconceito e assédio moral e sexual agregado à questão de gênero em certos setores laborais tradicionalmente ocupados por homens, como indústrias, construção civil. A condição de vulnerabilidade da mulher no mercado de trabalho conduz ao exercício do labor penoso, monótono, repetitivo, sem regulamentação e garantias mínimas bem como ao retorno financeiro desigual em relação ao homem para o sustento da sua própria família.

Por isso, em situação mais delicada e vulnerável estão os filhos da família monoparental chefiada por mulher. Essa vulnerabilidade se apresenta tanto no provimento dos fatores materiais como no provimento dos fatores imateriais indispensáveis ao desenvolvimento

infantil e à garantia dos direitos fundamentais da criança e do adolescente.

Isso se comprova com a expressão bastante utilizada, “a feminização da pobreza”, vinculando as famílias chefiadas por mulheres como as mais expostas a condições de renda aquém do necessário ao sustento (renda material insuficiente) e atendimento de necessidades básicas, pelo contexto da precarização do trabalho e ausência de suporte financeiro advindo de outras fontes, seja o governo ou familiares.

Como se isso não fosse o suficiente, por haver apenas um cuidador, geralmente, sem apoio material ou emocional do outro genitor dos filhos, há uma sobrecarga e um estresse resultante não apenas das condições de trabalho que oprimem de forma mais veemente a mulher do que o homem e maculam a saúde física e mental, mas da própria dificuldade de ter que exercer mais de uma função parental, na falta do outro genitor.

Factível, então, verificar que as crianças oriundas desse contexto familiar específico podem estar expostas a efeitos disruptivos no desenvolvimento físico e também psicológico-emocional-cognitivo já que as mães, chefes de família, por trabalharem em jornadas longas, extenuantes e estressantes tendem a ter o Tempo comprometido não só com o trabalho, todavia, com as atividades domésticas bem como as condições psicológico-emocionais prejudicadas pela fadiga, pelo estresse e doenças físicas e mentais oriundas das condições da organização do trabalho. Não se olvide, de igual forma, a dificuldade de transmissão de valores edificantes por conta da ausência nos períodos de trabalho, e a provisão de um ambiente familiar estável no sentido da presença física, material e emocional de ambos os genitores. Depreende-se, por fim, que tanto os fatores materiais quanto os fatores imateriais desse arranjo familiar são frontalmente atingidos, prejudicando a qualidade dos processos proximais e o desenvolvimento infantil.

Ante o que foi tratado até aqui nesta pesquisa, torna-se cristalino o conflito existente entre família e trabalho e a opressão exercida pelo macrossistema da acumulação flexível que se reproduz nas condições do exossistema do trabalho dos pais, precário e flexível; impondo a esses e, de forma mais trágica, às crianças uma condição de vida e de desenvolvimento deficitária, na violação de seus direitos fundamentais, perante as exigências de sobrevivência e de comportamentos sugeridos pela cultura do cronossistema da Modernidade Líquida. Tudo isso a despeito da normativa da Doutrina da Proteção Integral em voga no macrossistema jurídico, a qual, em sua atual fase, não se faz sempre eficaz na proteção da população infanto-adolescente haja vista que seus

princípios não alcançam total aplicação no exossistema da criança, ou seja, o espaço de labor dos pais.

No próximo capítulo, analisar-se-ão elementos para a expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral a fim de alargar a efetividade desse paradigma. Sendo assim, falar-se-á da efetivação transversal da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho bem como dos fatores de proteção à criança e ao adolescente vinculados às medidas de conciliação trabalho-família no Direito Laboral.

4 TRABALHO E FAMÍLIA: ELEMENTOS PARA EXPANSÃO DA APLICAÇÃO DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL

Em face ao conflito existente entre trabalho e família cujas repercussões de maior monta atingem necessariamente os frutos das relações familiares: os filhos, que por conta de sua condição peculiar de pessoa em desenvolvimento estão em maior situação de vulnerabilidade frente aos impactos do exossistema do trabalho de seu pai e/ou mãe, cumpre elaborar proposta que tenha por objetivo a implementação de elementos e/ou medidas que sirvam para minimizar os danos a curto prazo e, a médio e longo prazo; servir de cultura (macrossistema) que permeie pensamentos, oriente comportamentos conjugais, parentais, familiares, sociais e práticas/políticas institucionais de entidades públicas e privadas a fim de dar azo à efetiva proteção da criança e ao adolescente no seio familiar.

Para tanto, há de se lançar mão, inicialmente, da doutrina mais promissora no cenário internacional e nacional hodierno no que tange ao alargamento e efetivação dos direitos da população infanto-adolescente de forma a expandir o âmbito de sua aplicação, a Doutrina da Proteção Integral, representante do atual Direito da Criança e do Adolescente.

4.1 A EFETIVAÇÃO TRANSVERSAL DA DOUTRINA DA PROTEÇÃO INTEGRAL NO DIREITO DO TRABALHO: UM ENFOQUE PRINCIPIOLÓGICO

É a partir do resgate e da contextualização da análise relacionada à Doutrina da Proteção Integral realizada no primeiro capítulo desta pesquisa (item 1.1.3) que se conduzirá este ponto do trabalho.

Como visto alhures, a Doutrina da Proteção Integral representou no cenário jurídico brasileiro uma conversão paradigmática antecedida de duas correntes doutrinárias: a Doutrina do Direito do Menor e a Doutrina da Situação Irregular, trazendo ao sistema jurídico e às crianças e adolescentes tupiniquins uma nova identidade, a condição de sujeito de direitos especiais. Aqueles “menores” que dantes (até 1988, com a Constituição da República Federativa do Brasil) eram vistos e tratados como objetos de tutela pelo sistema legal e pelos adultos, passam a ser reconhecidos identitariamente e juridicamente como sujeitos dignos de proteção integral e especial.

Essa revolução culmina com o estabelecimento de políticas sociais básicas voltados à criança e ao adolescente (saúde, educação,

lazer, profissionalização, etc), tendo o Estado como promotor ativo; e também com um novo aparato político, legal, doutrinário, hermenêutico, jurisdicional de promoção da qualidade de vida e dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente no Brasil.

Sendo assim, a ruptura com o passado, com os valores e práticas das Doutrinas Menoristas e a assunção de novos valores doutrinários, paulatinamente, foram estabelecendo alicerces sólidos para o novel ideário e fazendo frente ao ranço das doutrinas antecessoras.

Portanto, a partir da Carta de 1988 e com o Estatuto da Criança e do Adolescente em 1990, a Doutrina da Proteção Integral foi conformando uma identidade própria de “ser e de fazer”, incluindo-se, nessa perspectiva, tanto o seu arcabouço teórico-doutrinário quanto a sua prática legislativa e jurisdicional. Esse movimento, o qual foi denominado de movimento de especialização, construiu e ainda constrói a identidade do Direito da Criança e do Adolescente no Brasil que tem como marco a Doutrina da Proteção Integral, de origem internacional.

Tenha-se presente que o movimento de especialização esteve e está associado ao processo de autonomia jurídica, ou seja, ao processo de estabelecimento do Direito da Criança e do Adolescente como seara do Direito. Esse processo de especialização está vinculado, portanto, à consolidação do processo de autonomia que confirma a maturidade de um ramo jurídico, como leciona Godinho Delgado³¹⁵:

A conquista da autonomia confirma a maturidade alcançada pelo ramo jurídico, que se desgarra dos laços mais rígidos que o prendiam a ramo(s) próximo(s), sedimentando via própria de construção e desenvolvimento de seus componentes específicos. Nessa linha, pode-se afirmar que um determinado complexo de princípios, regras e institutos jurídicos assume caráter de ramo jurídico específico e próprio quando alcança autonomia perante os demais ramos do Direito que lhe sejam próximos ou contrapostos.

Na lição de Sussekind *et al.*³¹⁶, a autonomia é referida como:

³¹⁵ DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5ª Ed. LTR: São Paulo. 2006, p. 66.

³¹⁶ SUSSEKIND, Arnaldo *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. v. 1. 19ª Ed. São Paulo: LTR, 2000, p. 131.

O conceito de autonomia resulta, portanto, dos elementos característicos que permitem distinguir cada um dos ramos do tronco comum, que é o Direito. Pelos princípios e institutos próprios que possui cada um desses setores do Direito, ou, pelo menos, pelo desenvolvimento especial que dão a princípios e institutos do Direito em geral [...]

E esse é justamente o caso do Direito da Criança e do Adolescente, que possui “enfoques, princípios, regras, teorias e condutas metodológicas próprias de estruturação e dinâmica”³¹⁷, apartando-se dos demais campos do Direito, tal como o Direito Civil e o Direito Penal. Isso a caracteriza como ramo autônomo do Direito com autonomia científica, legislativa, doutrinária e didática.

Ao propósito, o Direito da Criança e do Adolescente, como seara jurídica autônoma, ainda possui caráter interdisciplinar, sem o qual se apresentaria, face à sua especificidade, como ramo dissociado da realidade; uma vez que para compreensão de suas variadas temáticas é essencial o estudo de áreas como da Saúde (Psicologia, Medicina, Biologia, etc), do Serviço social, da Sociologia, da Antropologia, da Pedagogia e de inúmeras outras ciências afins. Este trabalho comprova exatamente isso, a necessidade para o estudo e pesquisa das temáticas vinculadas ao Direito infanto-adolescente da pesquisa interdisciplinar que venha a dar a compreensão indispensável para análise, por exemplo, da violação de direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente que ocorre a partir do exossistema do trabalho dos pais. Sem o apoio das demais disciplinas utilizadas nesta pesquisa, impossível seria tal constatação.

Além da relação entre o Direito da Criança e do Adolescente e as ciências sociais, humanas, da saúde, ora citadas; imprescindível é a relação do Direito da Criança com as demais áreas da Ciência Jurídica. Do referido neste trabalho sobre a interferência recíproca de searas, salienta-se que não é apenas com o Direito de Família ou o Direito Civil que deve haver diálogo, sob a perspectiva de mútua influência, para priorizar o princípio do melhor interesse da criança. Esse princípio, de origem internacional é inerente à Doutrina da Proteção Integral, adotada no país pela Constituição da República de 1988. Por conseguinte, como princípio constitucional, deve permear e incidir em toda e qualquer área do ramo jurídico que possa ter envolvimento direto ou indireto com a

³¹⁷ DELGADO, 2006, p. 66.

questão dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente. E isso ocorre quando fatos/relações a serem regulados ou já regulados interferem sobre os direitos da população infanto-adolescente, ainda que não se enxergue explicitamente a criança naqueles ou estejam presentes apenas adultos.

Como demonstrado nesta pesquisa, é possível contemplar tal ocorrência na área do Direito do Trabalho, como aqui se revelou. Muito embora sejam os pais participantes das relações de trabalho e sejam eles os únicos presentes na relação mercado/instituição/empregador-empregado, os filhos são impactados em seus direitos e garantias constitucionais e infraconstitucionais por conta dessas relações de trabalho. Todavia, cabe ressaltar que o argumento da não presença da criança no contexto laboral dos pais não pode servir de pretexto para não aplicação na esfera do trabalho de princípios internacionais e constitucionais relacionados aos direitos humanos que também promovem a efetivação dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente.

Com isso, quer-se dizer que para a proteção da criança e do adolescente tupiniquins há o mister indispensável da confluência de searas que estejam firmadas no mesmo propósito, da garantia da promoção e efetivação dos direitos fundamentais da criança e do adolescente, que deve orientar toda e qualquer área do Direito. Esse compromisso hermenêutico deve estar além e acima da hermenêutica própria e especializada dos ramos jurídicos. Ademais, a autonomia de uma seara jurídica não é absoluta e não significa independência de outras, como bem ensinam Sussekind *et al.*:

O conceito de autonomia dos diversos ramos do Direito é relativo, porquanto os diferentes setores da ciência jurídica estão relacionados entre si, estabelecendo nexo de interdependência que, igualmente, configura-se no círculo maior das ciências sociais.

[...] a autonomia de cada um dos ramos da ciência jurídica é relativa; não significa independência, mas configuração de uma das partes do todo orgânico que é o Direito.³¹⁸

Logo, o Direito infanto-adolescente, representado pela Doutrina da Proteção Integral, a fim de expandir-se para efetivar os direitos e

³¹⁸ SUSSEKIND *et al.*, 2000, p. 131 e 134.

garantias fundamentais à população que serve, necessita da estratégia de criação de vasos comunicantes por dentro das áreas do Direito, e em especial, como declarado nesta pesquisa, do Direito do Trabalho. O processo de efetivação de tais direitos passa, por sua vez, por um movimento, agora, de generalização que compreende o relacionamento de trocas mútuas com o Direito do Trabalho.

Em verdade, hoje, ainda há um déficit de comunicação na relação entre essas duas searas. A troca existente passa pela discussão e regulação de um assunto primordial: a proteção do trabalho do “menor”, como ainda chamado pela Consolidação das Leis do Trabalho (CLT). Sobre ele, observa-se o diálogo entre as áreas para o combate ao trabalho infantil, no qual a criança está explicitamente presente na relação jurídica de trabalho.

Contudo, em relação à proteção da maternidade, o Direito do Trabalho traz para si a incumbência prioritária de regular tal assunto como proteção do trabalho da mulher, levando em consideração principalmente os direitos do adulto e não necessariamente o melhor interesse da criança. Em verdade, visualiza-se a proteção da mulher-mãe e da maternidade de forma individualizada, fora de um contexto familiar permeado de diversas outras relações e dinâmicas com outros membros, não concebendo a presença da criança como interesse de proteção prioritária e por isso, também destinatária da norma. Há uma inversão de prioridades, que coloca como fundamento da proteção apenas o adulto e não a criança, em dissonância com a prioridade hermenêutica constitucional e internacional.

Essa visão que orienta e justifica práticas é denominada de adultocêntrica. A sociedade brasileira, por questões históricas, como visto no capítulo 1, tem como centro o adulto, fazendo com que a chave hermenêutica para análise e regulação de fatos/relações se centre nele e não na criança. É o que ressalta Flávia Piovesan³¹⁹:

Ainda persiste no Brasil uma cultura adultocêntrica, que percebe o mundo e a vida a partir da lente dos adultos. Remanesce a cultura da “menorização”, em que crianças e adolescentes são vistos como seres inferiores e menores em direitos e dignidade.

³¹⁹ PIOVESAN, Flávia. **15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 19 jul. 2005. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2108. Acesso em: 19/11/2011.

É em combate a essa perspectiva que se sustenta a proposta de que a criança e o adolescente sejam o alvo para o qual devam convergir tanto o Direito da Criança, mas propriamente, como objetivo desta pesquisa, o Direito do Trabalho nas relações que envolvam direta ou indiretamente essa população. E para isso, há a necessidade de expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral e de seus princípios, em especial, do melhor interesse da criança a fim de ampliar o seu campo de atuação e dar azo à efetivação dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente.

Com efeito, é a partir do movimento de generalização que tornará possível o que se denomina de efetivação transversal da Doutrina da Proteção Integral, a qual se dará pela inserção de um novo princípio no Direito do Trabalho de origem internacional.

4.1.1 Categorias principiológicas do Direito do Trabalho

Preliminarmente, oportuno analisar o contexto dos princípios específicos inerentes ao Direito do Trabalho a fim de possibilitar o estudo pretendido.

O Direito Laboral, em sua estrutura normativa, constrói-se a partir da relação desigual existente entre os sujeitos que ocupam os pólos da relação de trabalho. Fala-se, portanto, de uma disparidade de posições que tenta ser reequilibrada pelo trato estatal jurídico que busca intervir e regular aquela relação desigual vivenciada na prática das relações de trabalho.³²⁰ Por isso, trata-se de normas cogentes de ordem pública necessárias à restrição da autonomia da vontade e da liberdade do mercado.

Sendo assim, os princípios do Direito do Trabalho, como orientadores da disciplina, estão imbuídos de uma perspectiva protetora do pólo mais fraco ou mais vulnerável da relação de trabalho: o obreiro.

Por conseguinte, o primeiro princípio a ser apontado é o princípio da proteção do trabalhador. O também denominado princípio tutelar influi em todos os segmentos do Direito do Trabalho, em especial, o Direito Individual, sendo consoante Delgado³²¹, o princípio cardenal que justifica histórica e cientificamente o próprio Direito do Trabalho. Possui característica retificadora das desigualdades fáticas no plano jurídico, implicando toda a estrutura e características dessa disciplina.

³²⁰ DELGADO, 2006, p. 195.

³²¹ DELGADO, 2006.

Sussekind *et al.*³²² lecionam que o princípio protetor gerou “filhos legítimos”, dentre os quais podem ser citados: a) o princípio *in dubio pro operário*, o qual aconselha a quem interpreta a norma, utilizar a interpretação mais favorável ao trabalhador; b) o princípio da norma mais favorável, que tem como condão a aplicação da norma mais favorável ao trabalhador, independentemente de hierarquia; c) o princípio da condição mais benéfica, o qual determina a prevalência das condições mais favoráveis ao trabalhador independente de norma que sobrevenha em prejuízo das condições já acordadas, a exemplo, em um contrato de trabalho; d) o princípio da primazia da realidade cujo objetivo é resgatar a objetividade fática da relação de trabalho ainda que esta seja formalmente manipulada; e) os princípios da integralidade e da intangibilidade do salário que protegem o salário de descontos abusivos, de impenhorabilidade bem como colocando-o em posição segura no caso de insolvência do empregador.

Além desses, mencionam-se ainda o princípio da indisponibilidade dos direitos trabalhistas, o da continuidade da relação de emprego, o da não discriminação, o da irredutibilidade do salário, sendo que os três últimos são de cunho constitucional.

A partir da síntese da conjuntura principiológica do Direito Laboral, assinala-se que os princípios, de forma geral, nada mais são do que “categorias ideológicas que denunciam o estágio de uma disciplina num momento histórico determinado, sendo, ou não, recebidos diretamente pelo direito positivo.”³²³ E, no caso do Direito do Trabalho não é diferente. O conjunto de princípios que fazem parte do seu atual ordenamento não estão necessariamente enclausurados sob a perspectiva da impossibilidade de ampliação e apropriação de outros que venham a responder a necessidades prementes relacionadas aos conflitos do mundo do labor, como é o caso das normas de Direito Internacional tão caras ao Direito do Trabalho:

As normas internacionais do trabalho representam o consenso global sobre a forma segundo a qual conflitos no trabalho podem ser abordados. Nascem da identificação de uma problemática ligada ao mundo do trabalho que requer uma intervenção reguladora no plano internacional. Representam, portanto, a codificação de

³²² SUSSEKIND *et al.*, 2000, p. 150.

³²³ GENRO, Tarso Fernando. **Direito Individual do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTR, 1994, p. 74.

princípios e valores aceitos universalmente, que permitem estabelecer patamares mínimos e, ao mesmo tempo, constituem referências sobre o que se pretende atingir em termo de qualidade do trabalho remunerado e qualidade de vida.³²⁴

Não se olvide ainda, o que refere o Ministro do TST, Lelio Bentes, sobre a ampliação dos horizontes na prática judicante dos operadores do Direito do Trabalho sob a perspectiva do alcance dos movimentos internacionais de universalização dos direitos humanos:

O operador de direito que tende a aplicar a lei como se fosse um extraterrestre, e não estivesse de nenhuma forma contaminado pelo contexto social, no meu modo de ver, fatalmente iria cometer erros incríveis. Porque o processo de construção de direito é um processo eminentemente social que não ocorre nos tribunais, ele ocorre nas ruas. O que os tribunais buscam fazer é interpretar esse sentimento e trazê-lo para suas decisões. Esse é o papel que eu vejo do julgador. É preciso ampliar os horizontes dos juízes do trabalho. Já se ampliou. Ele tinha um horizonte, anos atrás, que terminava na CLT. Hoje, o horizonte termina na Constituição, mas ainda está curto. Este horizonte precisa ser ampliado para alcançar as normas internacionais, para alcançar os grandes movimentos internacionais de universalização dos direitos humanos. Estas tendências que precisam ser consagradas numa sociedade que se quer justa e democrática.³²⁵

Nessa senda, retomando o que foi referido acerca do conceito de princípio, ratifica-se que a disciplina do Direito do Trabalho

³²⁴ OIT. **Trabalho e família:** rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília, 2009, p. 15. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/trabalho_e_familia_275.pdf. Acesso em: 21 nov. 2011.

³²⁵ BENTES, Lélío, Entrevista. In: ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José; GOMES, Ana Virgínia; MOURÃO ROMERO, Adriana; SPRANDEL, Marcia Anita e VILLAFANE UDRY, Tiago. **Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil.** Brasília: OIT / Programa IPEC. Sudamérica, 2003, p. 94.

representa determinado tempo e condição históricos que o possibilitaram agasalhar, no direito pátrio, os supra-elencados princípios. Todavia, aquele mesmo conceito abre a possibilidade de a disciplina abrigar outras categorias principiológicas que não tenham sido recebidas diretamente no ordenamento do Direito do Trabalho brasileiro.

Sendo assim, as normas internacionais podem trazer ao Direito do Trabalho, ainda que sejam instrumentos não necessariamente ratificados pelo Brasil, princípios indispensáveis, valiosos à minimização de danos advindos dos conflitos frutos do contexto laboral hodierno, como é o caso do princípio conciliação trabalho-família de origem internacional.

4.1.2 A conciliação trabalho-família na esfera internacional

Interessa saber que a abordagem sobre o tema conciliação trabalho- família no âmbito internacional, no espaço das tratativas internacionais, esteve majoritariamente e primeiramente direcionada à luta das mulheres em defesa da igualdade de gênero no mercado de trabalho. Inspirou-se, portanto, em um primeiro momento, em um viés teórico-prático protetivo da população feminina por conta da discriminação entre os sexos e, de igual forma, das condições prejudiciais em que se encontravam as mulheres em face à participação, inserção, promoção e/ou volta ao mercado do labor, levando-se em consideração o advento da maternidade. Ou seja, o objetivo da conciliação trabalho-família restringia-se à questão da discriminação da mulher no mercado de trabalho em face aos cuidados com os filhos.

Como exemplos dessa fase, cabem ser citadas a Convenção da OIT de nº 100, sobre a igualdade de remuneração, de 1951; a Convenção nº 103 da OIT, que trata a respeito do amparo materno, de 1952; a Convenção da OIT nº 111, que alude à discriminação em matéria de emprego e profissão, de 1958; Convenção nº 183 da OIT sobre a proteção à maternidade, de 2000, dentre outras. Registre-se que todas elas foram ratificadas pelo Brasil, com exceção da última.

Por sua vez, em um segundo momento, em especial, a partir da década de 80, introduziu-se, a par das tratativas orientadas à proteção do gênero feminino ainda presentes no cenário internacional, a noção de “igualdade de oportunidades e não discriminação”, enfatizando-se a igualdade real de oportunidades e tratamento igual em todas as relações laborais independentemente do sexo.

A Convenção 156 da OIT³²⁶ é a expressão dessa fase ao introduzir como sujeitos destinatários da norma internacional, “trabalhadores de ambos sexos com responsabilidades familiares”, aplicando-se, então, a “homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos e filhas dependentes”³²⁷, na tentativa de minimizar o conflito trabalho-família.

Esta convenção estabelece a obrigação dos Estados de incluir, entre os objetivos de sua política nacional, o de permitir que as pessoas com responsabilidades familiares possam exercer seu direito a estar em um emprego sem ser objeto de discriminação e, na medida do possível, sem conflito entre suas responsabilidades familiares e profissionais.³²⁸

Outrossim, a Recomendação 165 da OIT³²⁹, aprofundando os termos da Convenção 156, estabelece o mister da conciliação trabalho-família:

IV. Condições de Trabalho

[...]

17 Devem ser adotadas todas as medidas compatíveis com as condições e possibilidades nacionais e com os interesses legítimos dos demais trabalhadores para que as condições de trabalho e emprego sejam tais que permitam aos trabalhadores e trabalhadoras com responsabilidades familiares conciliar suas responsabilidades profissionais e familiares.³³⁰

³²⁶ Precursora desse ideário é a Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra a Mulher (CEDAW- ONU), de 1979, que “inclui a noção de responsabilidades familiares e assinala que se deve estimular a oferta de serviços sociais para permitir que pais e mães combinem suas obrigações familiares com as responsabilidades do trabalho e a participação na vida pública”. (OIT, 2009, p. 24.)

³²⁷ “A presente Convenção aplica-se a homens e mulheres com responsabilidades com relação a seus filhos e filhas dependentes, quando estas responsabilidades restringem a possibilidade de se prepararem para uma atividade econômica e nela ingressar, participar ou progredir.” (OIT. **Convenção 156 e Recomendação 165**. 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao_156_228.pdf. Acesso em: 21 nov. 2011.)

³²⁸ OIT, 2009, p. 21.

³²⁹ Antes da Recomendação 165, a OIT, em 1965 emitiu a Recomendação 123 sobre o emprego de mulheres com responsabilidades familiares.

³³⁰ OIT. **Convenção 156 e Recomendação 165**, 2009, p. 27.

Essa etapa de desenvolvimento marca uma novel abordagem da temática conciliação trabalho-família para além do gênero feminino, não se olvidando de englobá-lo e protegê-lo. Contudo, passa a destacar questões extremamente salutares: a importância e igualdade de ambas as funções parentais a serem exercidas pelo homem e pela mulher no contexto da família; a necessidade de compartilhamento das responsabilidades domésticas; além da igualdade de valor entre mulher e homem no trabalho e no contexto da entidade familiar para o cumprimento das responsabilidades perante os filhos dependentes.³³¹

Impende observar que o Brasil ainda não ratificou a Convenção da OIT de nº156, datada de 1981, em que pese o movimento de setores da sociedade civil, do próprio movimento feminista e a criação de uma Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidade e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, instituída no âmbito do MTE (Ministério do Trabalho e Emprego), por Decreto de 20 de agosto de 2004. Esse fato representa um déficit bastante considerável ao contexto familiar e à promoção da igualdade de gênero e das funções parentais (pai e mãe) de responsabilidade para com os filhos no âmbito doméstico:

A legislação trabalhista, a previdência social e as políticas de conciliação determinam a interação entre a vida no trabalho e familiar. Porém, os marcos legais que hoje existem na região [América Latina] apresentam algumas deficiências. Em primeiro lugar, implícita ou explicitamente, tendem a centrar-se em demandas conciliatórias muito específicas, relacionadas à gravidez e à maternidade, desconsiderando as responsabilidades familiares correspondentes a pais e mães.³³²

[...]

O alcance, tanto da igualdade entre homens e mulheres no mundo do trabalho como de um desenvolvimento humano sustentável, requer que ambos compartilhem o trabalho doméstico (não apenas o trabalho produtivo) e que se revalorize a importância de ambas as esferas para o bem-estar

³³¹ BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ARLENE Martinez Ricoldi. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. Cadernos de Pesquisa. **Revista de estudos e pesquisas em educação**. São Paulo. v. 39, n. 136, p.93-123, jan./abr, 2009.

³³² OIT, 2009, p. 11.

da sociedade. Uma nova forma de compartilhar os papéis trará benefícios para homens e mulheres, bem como para a sociedade como um todo.³³³

Não obstante o inenarrável valor das abordagens na temática conciliação trabalho-família demonstradas até aqui, as quais cumprem seu papel no plano da conquista de direitos humanos, oportuno propor o mister de um deslocamento nas perspectivas adotadas sobre esse tema, proposta dessa dissertação.

Com supedâneo na Doutrina da Proteção Integral cuja chave hermenêutica centra-se na criança, ousa-se asseverar que a luta por direitos de conciliação entre vida laboral e vida familiar deve ter como norte e fundamento o melhor interesse da criança, levando-se em consideração as especificidades do contexto familiar em que aquela vive. Logo, a proteção da relação entre trabalho e família não deve partir precipuamente do movimento de análise de que as responsabilidades familiares prejudicam o campo de trabalho das mulheres ou dos pais.

Não se quer com isso diminuir ou mesmo tornar ilegítimas as reivindicações do gênero feminino. Ressalta-se que mais do que justo, é imprescindível que haja um amparo normativo internacional e nacional que venha a equalizar um contexto fático de ampla discriminação e desigualdade da mulher, incluindo-se aí a necessária inclusão e participação do gênero masculino nas responsabilidades familiares e domésticas. No entanto, embora as abordagens analisadas sejam extremamente importantes, não se pode acobertar que nelas, não por conta da questão de gênero, há uma tendência infeliz de sugestão de que as responsabilidades parentais são encargos que geram prejuízos na inserção, participação e/ou promoção no mercado de trabalho da mulher e/ou do homem. Isso não é verdade.

Verdade seja que as condições do mercado de trabalho não podem determinar os fundamentos da proteção da relação trabalho-família. O mercado não é o critério e o problema não são as crianças; nem mesmo os deveres que se tem para com elas. É exatamente o oposto. Não se deve, então, arrefecer-se diante da lógica manipuladora do atual sistema de acumulação flexível que impõe a inversão de prioridades diante do conflito entre trabalho e família gerado pelo próprio sistema.

Por isso, o olhar da proteção deve se direcionar para os elementos esquecidos, para os que estão em maior situação de vulnerabilidade e

³³³ OIT, 2009, p. 13.

hipossuficiência diante desse contexto: a criança e o adolescente, pois são eles, como seres humanos em desenvolvimento, os principais prejudicados com os conflitos trabalho-família dos pais, em especial das mulheres. Sendo assim, factível é a passagem para um novo momento de abordagem, a partir da perspectiva da Doutrina da Proteção Integral e do princípio do melhor interesse da criança.

Cabe, então, exemplificar, a partir de um documento internacional central, da ONU, a orientação no sentido de comungar as abordagens analisadas, passando para a proposta aqui declarada, podendo corroborar a linha doutrinária e de ação da conciliação trabalho-família, sem o abandono da perspectiva de gênero (muito pelo contrário), mas incluindo e dando ênfase à criança dentro das especificidades do seu contexto familiar.

Oriundo da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento (ONU), realizada no Cairo, em 1994, o Programa de Ação da Conferência do Cairo, no capítulo V, que trata sobre a família, suas funções, direitos, composição e estrutura, aponta como objetivos:

- a) Elaborar políticas e leis que prestem maior apoio à família, contribuam com sua estabilidade e tenham em conta sua pluralidade de formas, em particular no que se refere ao crescimento das famílias monoparentais.
- b) Estabelecer medidas de benefícios sociais que abordem as causas sociais, culturais e econômicas do custo cada vez mais alto da criança e dos filhos
- c) Promover a igualdade de oportunidades dos membros da família, especialmente dos direitos das mulheres e dos filhos na família.³³⁴

Para tanto, adotar-se-iam as seguintes medidas de conciliação trabalho-família:

5.3 Os governos em cooperação com os empregadores deveriam facilitar e promover os meios necessários para que a participação na força laboral seja compatível com as obrigações familiares, especialmente nos casos de famílias com filhos pequenos. [...]

³³⁴ ONU. **Relatório sobre a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento**. 1994. Disponível em <http://www.un.org/popin/icpd2.htm>. Acesso em: 21 nov. 2011.

5.4 Ao formular políticas de desenvolvimento socioeconômico, dever-se-ia prestar especial atenção em aumentar a capacidade de obtenção de renda de todos os membros adultos das famílias economicamente desfavorecidas, inclusive os idosos e as mulheres que trabalham em casa, e fazer o necessário para que as crianças recebam uma educação no lugar de obrigá-los a trabalhar. Dever-se-ia prestar atenção particular às famílias monoparentais necessitadas, especialmente as que têm que manter totalmente ou em parte os filhos e outros familiares [...]

5.11 Os governos deveriam apoiar e desenvolver mecanismos adequados para prestar assistência às famílias no cuidado de seus filhos e de pessoas de idade ou com incapacidade que estejam sob sua dependência, inclusive as afetadas por HIV ou AIDS, encorajar que essas responsabilidades sejam compartilhadas por homens e mulheres e apoiar a viabilidade das famílias constituídas por várias gerações.

5.13 Os governos deveriam ajudar as famílias monoparentais e prestar especial atenção às necessidades das viúvas, dos órfãos. Deveria fazer todo o possível para ajudar a estabelecer vínculos de tipo familiar em circunstâncias especialmente difíceis, por exemplo, no caso dos meninos de rua.³³⁵

Em 1995, em consonância com as iniciativas da Conferência do Cairo de 1994, outros documentos foram elaborados, a exemplo Declaração de Beijing³³⁶, estabelecida na IV Conferência Mundial sobre

³³⁵ ONU, 1994.

³³⁶ Excerto da Plataforma de ação da Declaração de Beijing- objetivo estratégico F6:

a) adotar políticas para assegurar a proteção apropriada das leis trabalhistas e os benefícios da seguridade social aos trabalhadores que ocupam emprego em tempo parcial, temporário, sazonal ou baseado no lar; desenvolver perspectivas de carreira baseadas em condições de trabalho que permitam conciliar as responsabilidades do trabalho com as familiares; [...]

c) assegurar, mediante legislação, incentivos e estímulos, que se dêem oportunidades adequadas às mulheres e aos homens para que obtenham licença-maternidade ou licença-paternidade com proteção do emprego e os benefícios atribuídos aos pais; promover igualdade na distribuição de responsabilidades no seio da família para homens e mulheres, inclusive mediante leis, incentivos e estímulos apropriados. (ONU. **Plataforma de Ação de Beijing**. Objetivo estratégico F. 6. p. 214. Disponível em:

a Mulher (ONU) e posteriores atualizações³³⁷, em 2000, todas no sentido de propiciar a conciliação trabalho-família.

Convém notar, ainda, como parte de análise que, diante da atual conjuntura de crise do trabalho no contexto da precarização e flexibilização do mundo do labor, a temática conciliação trabalho-família, independentemente de sua abordagem, serve às estratégias de combate a tal crise. É por isso que desde 1999, com a Conferência Internacional do Trabalho, que a OIT vem tratando do tema trabalho decente, relacionando-o com a proposta de conciliação trabalho-família.

Dito de outra maneira, se antes a conciliação entre trabalho e vida familiar era um tema central para o trabalho decente, em um cenário de crise como o atual, cuja magnitude ainda se desconhece, torna-se ainda mais importante tratá-lo. Isso não apenas porque as tensões entre vida familiar e laboral podem se agudizar, mas também porque as estratégias para atender a estas tensões podem e devem ser, em si mesmas, parte das medidas para lidar com a crise e superá-la.³³⁸

<http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2011.)

³³⁷ Excerto de Iniciativas e Ações Futuras para implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim [ou Beijing] adotado na sessão especial da Assembléia Geral da ONU, em 2000. O item 82 refere como objetivos:

[...]

b) Promover programas que possibilitem às mulheres e aos homens conciliar as suas responsabilidades profissionais e familiares e que encorajem os homens a partilhar, em igualdade com as mulheres, as responsabilidades domésticas e o cuidado dos filhos;

c) Desenvolver ou reforçar políticas e programas de apoio aos múltiplos papéis desempenhados pelas mulheres, ao contribuírem para o bem-estar da família sob várias formas, que reconheçam o significado social da maternidade e da função materna, da paternidade, do papel dos pais e dos representantes legais na criação e educação dos filhos e nos cuidados prestados a outros membros da família. Tais políticas e programas deverão também promover a partilha das responsabilidades entre o pai e a mãe, mulheres e homens e a sociedade no seu todo;

d) Conceber, implementar e promover políticas e serviços que tenham em conta os interesses da família (family friendly), nomeadamente serviços de guarda de crianças e de outros dependentes, acessíveis e de qualidade, esquemas de licença parental ou outras, e campanhas para sensibilizar a opinião pública e outros agentes relevantes para a partilha igualitária das responsabilidades profissionais e familiares entre mulheres e homens.[...] (ONU. **Iniciativas e Ações Futuras para implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.**

2000. Item 82. p. 30. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/ress233e.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.)

³³⁸ OIT, 2009, p. 12.

Naquela Conferência foi estabelecido o seguinte conceito de trabalho decente: “oportunidades para mulheres e homens para obter trabalho decente e produtivo em condições de liberdade, equidade, segurança e dignidade humana.”³³⁹

Outrossim, conceito mais aprofundado a respeito interessa referir:

Trabalho decente é um trabalho produtivo e adequadamente remunerado, exercido em condições de liberdade, eqüidade e segurança, e que garanta uma vida digna a todas as pessoas que vivem do trabalho e a suas famílias. Permite satisfazer às necessidades pessoais e familiares de alimentação, educação, moradia, saúde e segurança. Também pode ser entendido como emprego de qualidade, seguro e saudável, que respeite os direitos fundamentais do trabalho, garanta proteção social quando não pode ser exercido (desemprego, doença, acidentes, entre outros) e assegure uma renda para a aposentadoria. Por seu caráter multidimensional, também engloba o direito à representação e à participação no diálogo social. Em todos os lugares, e para todas as pessoas, o trabalho decente diz respeito à dignidade humana. Este conceito está embasado em quatro pilares: a) respeito às normas internacionais do trabalho, em especial aos princípios e direitos fundamentais do trabalho (liberdade sindical e reconhecimento efetivo do direito de negociação coletiva; eliminação de todas as formas de trabalho forçado; abolição efetiva do trabalho infantil e eliminação de todas as formas de discriminação); b) promoção do emprego de qualidade; c) extensão da proteção social; e d) diálogo social.³⁴⁰

Nesse passo, em 2008, a partir de diretrizes fornecidas por uma Reunião Tripartite de Peritos especialistas em medição do trabalho decente, a OIT estabeleceu indicadores, agrupados sob a forma de dez

³³⁹ ILO. *Oficina de consulta tripartite sobre indicadores de trabalho decente para o Brasil*. Relatório de Oficina. Brasil/Genebra, 2009, p. 3.

³⁴⁰ CEPAL/PNUD/OIT. *Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente*. Brasília, 2008, p. 12.

“elementos fundamentais do trabalho decente”³⁴¹, interdependentes e de influência recíproca. Dentre eles, como quarto elemento, está a conciliação do trabalho e da vida familiar.

Diante do quadro apresentado, verifica-se que a temática conciliação trabalho-família vem permeando as discussões contemporâneas internacionais tanto no âmbito do Direito do Trabalho internacional, na OIT; quanto nos temas de maior abrangência discutidos pela ONU, que inclui explicitamente a proteção da criança na conjuntura conciliação trabalho-família.

Nesse contexto, despontam, então, elementos que permitem visualizar novo fundamento principiológico normativo no Direito do Trabalho, os quais sustentam a expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral pela efetivação transversal dessa no Direito do Trabalho, a partir da proposta de inserção do princípio da conciliação trabalho-família na seara laboral, tendo como linha de abordagem primária o melhor interesse da criança.

4.1.3 A emergência do princípio conciliação trabalho-família no Direito do Trabalho

As Convenções, Declarações, Pactos, Recomendações e Conferências na esfera das Organizações Internacionais têm desenvolvido novos elementos programáticos e principiológicos que fundamentam propostas de aperfeiçoamento normativo no âmbito interno dos Estados, com destaque para a esfera do Direito do Trabalho. Nessa seara, sobressaem-se os documentos paradigmáticos sobre conciliação entre trabalho e família, a exemplo dos analisados no item anterior.

Segundo a OIT³⁴²,

Além de ordenar a legislação, as convenções podem: i) oferecer orientação para a formulação de políticas no âmbito da conciliação entre vida laboral e familiar, como no caso da que se refere a

³⁴¹ “[...] dez elementos fundamentais de trabalho decente: (i) oportunidades de emprego; (ii) salários adequados e trabalho produtivo; (iii) horas decentes de trabalho; (iv) conciliação do trabalho e da vida familiar; (v) trabalho a ser abolido; (vi) estabilidade e segurança do trabalho; (vii) igualdade de oportunidades e de tratamento no emprego; (viii) entorno de trabalho seguro; (ix) seguridade social; (x) diálogo social e representação de trabalhadores.” (OIT. **Medición del trabajo decente**: documento de debate para la Reunión tripartita de expertos sobre la medición del trabajo decente, Ginebra, 2008, p. 22)

³⁴² OIT, 2009, p. 109.

trabalhadores/as com responsabilidades familiares; ii) servir como fonte de inspiração para boas relações de trabalho, e iii) como modelos para os acordos coletivos. Além disso, constituem um indicador do interesse dos Estados em buscar melhor qualidade de vida para a população.

Como é sabido, os princípios de gênese internacional surgem no mundo jurídico antes de serem adotados pelo Direito positivo de um país porquanto representam valores políticos, culturais, morais que ainda não foram recepcionados no ordenamento jurídico interno. Não raro, em especial, na área do Direito do Trabalho, o papel do Direito Internacional do Trabalho é fundamental, pois é a partir das normativas internacionais que se promovem diretrizes principiológicas a serem adotadas no ordenamento de cada nação.

Portanto, os princípios oriundos das normativas internacionais, mesmo que não ratificadas pelo Estado, são fontes materiais do Direito na medida em que se colocam como fatores que podem influenciar no processo de produção, hermenêutica e aplicação das normas jurídicas internas. É o que ensinam Custódio e Veronese a respeito das normas, em especial da OIT que passam a ter uma influência grande nos países: “[...] são muito difundidas através dos estudos dos doutrinadores e isso acaba por influenciar na elaboração de normas em vários países, atingindo, geralmente a composição de normas constitucionais.”³⁴³

No caso do Brasil, tratando-se da temática conciliação trabalho-família, é possível verificar que não há normativa interna específica que trate sobre o assunto no sentido de fomentar uma política de garantias de direitos fundamentais vinculados ao tema, como bem revela Claudio Nunes³⁴⁴:

A Constituição brasileira de 1988, em seu artigo 226, confere à família a condição de base da sociedade, devendo merecer pronta proteção do Estado. Trata-se de disposição genérica, mais parecendo conter um comando de norma programática. Porém, desse comando podemos retirar a base da interpretação de alguns dispositivos da Consolidação das Leis do

³⁴³ CUSTÓDIO; VERONESE, 2007, p. 185.

³⁴⁴ NUNES, Claudio Pedrosa. A Conciliação da Vida Laboral e Familiar no Contexto da Preservação da Dignidade Humana. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**. João Pessoa. v. 14, n. 1, p. 106-134, 2006.

Trabalho (CLT) no sentido de fomentar práticas do dia-a-dia do trabalhador, homem e mulher, para fins de conciliação da vida laboral e familiar. É certo que no Brasil nada há de normativo específico acerca da conciliação da vida laboral e familiar do trabalhador [...]

Outrossim, é o que expõe a Professora e Juíza do Trabalho, Candy Thome³⁴⁵:

Nem as normas jurídicas nem a doutrina brasileira abordam o tema dos direitos de conciliação entre vida laboral e vida familiar, não se utiliza esse termo e não há jurisprudência sobre o assunto. É necessária, portanto, a sensibilização da opinião pública e dos juristas brasileiros, em geral, para a importância desse tema no Brasil [...]

Em que pese essa ausência, é justamente nesse momento, diante da intensificação do conflito trabalho-família no mundo do labor brasileiro, em processo de precarização/flexibilização, que emerge a necessidade de apropriação de fundamentos principiológicos expressos nos documentos internacionais já especificados no item anterior: a Convenção 103 da OIT; a Convenção 111 da OIT; a Convenção 183 e a Recomendação 191 da OIT; a Convenção 156 e a Recomendação 165 da OIT; a Conferência Internacional do Trabalho de 1999 e a Reunião Tripartite de Peritos especialistas em medição do trabalho decente em 2008 da OIT; a Declaração de Beijing, estabelecida na IV Conferência Mundial sobre a Mulher em 1995 e sua atualização em 2000 (ONU); e o Programa de Ação da Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento de 1994 (ONU). É partindo desses documentos que se pode inferir a existência de um princípio: a conciliação trabalho-família, que muito pode agregar ao ordenamento jurídico brasileiro. Afinal de contas, consoante Delgado³⁴⁶, “à medida que o ramo juslaboral desenvolve-se, [...] novos princípios são inferidos do conjunto sistemático de sua cultura, regras e institutos peculiares.”

Esse princípio pode ser observado, de forma bastante incipiente, nos ordenamentos nacionais, em especial, no Brasil, por meio da licença-maternidade. Porém, ele compreende muito mais do que a

³⁴⁵ THOME, Candy Florêncio. **Direitos de conciliação entre trabalho e família: licença-maternidade licença-paternidade**. São Paulo: LTr, 2009, p. 15 e 16.

³⁴⁶ DELGADO, 2006, p. 196.

proteção da mulher e da maternidade, pois, de forma transdisciplinar apresenta uma dimensão complexa, a ser proposta, com três subprincípios: o do melhor interesse da criança, o da não-discriminação e igualdade parental e o da solidariedade intergeracional.

Sendo assim, a proposta da inserção desse princípio no Direito do Trabalho está sujeita à perspectiva do princípio protetivo-tutelar do Direito do Trabalho; contudo, por agasalhar a proteção precípua da criança e do adolescente, está necessariamente comprometida não somente com o bem-estar dos pais trabalhadores, mas com a família e todos os seus membros. É dessa forma que, a partir do elemento central, o melhor interesse da criança, é possibilitada a aplicação transversal da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho.

Diante do exposto, o princípio da conciliação trabalho-família assim pode ser entendido: em todas as relações de trabalho, deve ser garantido, igualmente e sem discriminação, a todos os trabalhadores e trabalhadoras, de acordo com a especificidade de seu contexto familiar, condições para conciliar o exercício das funções parentais/familiares com o exercício das funções laborais, sem prejuízo de nenhum dos membros da entidade familiar, dando-se prioridade aos deveres para com os filhos dependentes, no melhor interesse deles e da garantia de seus direitos, com a promoção da solidariedade intergeracional.

Do conceito do princípio conciliação trabalho-família ora apresentado, depreendem-se três subprincípios: o princípio do melhor interesse da criança, o princípio da não-discriminação e a igualdade parental e o princípio da solidariedade intergeracional, os quais serão analisados a seguir.

4.1.3.1 O melhor interesse da criança

Ao propósito das considerações realizadas no capítulo 1, item 1.1.3, o melhor interesse da criança é o princípio que representa mais expressivamente a Doutrina da Proteção Integral. Diante de toda conjuntura societária adultocêntrica, revela esse princípio a proteção prioritária da criança e do adolescente no seio familiar, social, comunitário e estatal, dada a situação de vulnerabilidade em que se encontra a criança perante o mundo, por ser uma pessoa em condição peculiar de desenvolvimento.

Por conseguinte, ante a um conflito, nesse caso, trabalho-família, os interesses da criança e do adolescente devem se sobrepor aos interesses de outras pessoas (empregadores) e de instituições, sejam públicas ou privadas. Dessa forma, a garantia de seus direitos e

salvaguardas fundamentais está à frente de qualquer exigência laboral que venha a impactar de forma negativa, por meio de seus pais (pai e/ou mãe), os fatores materiais e/ou imateriais indispensáveis ao seu desenvolvimento saudável, como visto no capítulo 3.

Conveniente ponderar que todo e qualquer trabalho realizado pelos pais deverá servir ao melhor interesse da criança, sendo que essa não pode ser vista, nem mesmo os seus deveres e responsabilidades para com ela, como um encargo ou fardo a ser carregado pelo trabalhador. As condições ofertadas pelo trabalho devem ser compatíveis com essa atividade primária de todo ser humano que possui filhos dependentes, no compromisso da criação de uma geração saudável em todos os âmbitos do ser.

Com efeito, a aplicação desse princípio deve ser feita a partir de cada contexto laboral e de cada contexto familiar, monoparental, biparental; considerando-se as peculiaridades. Todavia, o que deve ser unânime é o olhar para a criança como um fim em si mesmo, revendo a perspectiva de que as responsabilidades familiares afetam negativamente as oportunidades de trabalho do homem e da mulher.

Essa última análise tem como fim o próprio mercado de trabalho do adulto e não é competente o suficiente para promover a dignidade do trabalhador, se o coloca em condições a prejudicar a sua família e seus filhos, sendo esses últimos considerados elementos negativos à sobrevivência do trabalhador ou trabalhadora no mundo do labor. O olhar para a criança permite a visualização do bem-estar da entidade familiar e das condições de vida do trabalhador em consonância com as disposições do ambiente de trabalho adaptado ou não a essa função humana, que é a educação e criação dos filhos, o que pode impactar de forma positiva ou negativa o desenvolvimento deles. Isso possibilita que a criança seja o critério orientador de melhores práticas laborais que permitam a conciliação trabalho-família, tendo como aspecto agregador a relação bidirecional de benefício no trabalho por conta dessa mudança de olhar para o melhor interesse da criança.

4.1.3.2 A não-discriminação e a igualdade parental

De acordo com Candy Thome,³⁴⁷ “o direito de igualdade entre homens e mulheres é, em verdade, um direito de não discriminação.” A igualdade é um princípio complexo, de ordem internacional e constitucional, que está atrelado em duas vertentes: a negativa e a

³⁴⁷ THOME, 2009, p. 17.

positiva. A primeira diz respeito a um tratamento diferenciado por conta dos sexos, ou seja, a proibição da discriminação. E a segunda vertente, a positiva, alude às ações afirmativas no sentido de dar tratamento preferencial a um dos sexos a fim de equalizar a igualdade entre eles.

No que se refere ao mundo do trabalho, a discriminação das mulheres está atrelada a um componente histórico agregado à sua condição de gênero feminino, o cuidado quase exclusivo com a família e com os filhos, situação que pode ser transformada a partir de nova perspectiva relativa à promoção da igualdade parental e à importância do pai como cuidador:

Em geral, a normativa e as políticas relativas à maternidade e às responsabilidades familiares são inspiradas em um modelo que elege as mulheres como as únicas responsáveis pela tarefa de conciliar o trabalho produtivo com o reprodutivo. Desta forma, se reforça sua imagem como única cuidadora e seu papel como força de trabalho secundária, o que é fonte de discriminação e acentua as desvantagens que enfrentam no mercado de trabalho. É necessária uma mudança de perspectiva que incorpore o conceito de parentalidade. Este conceito se refere ao cuidado que ambos os membros do casal devem assumir com respeito a seus filhos e filhas [...]. Isso implica estender a ambos os cônjuges as medidas e benefícios que não estão ligados à função exclusivamente biológica das mulheres (gravidez, parto, recuperação e amamentação); e incorporar os homens nas funções de cuidado dos filhos/as [...].³⁴⁸

O componente histórico atrelado à mulher no cuidado com os filhos parte de uma conjuntura de “sacralização” da maternidade, em que o amor materno é alçado a um conceito de lei universal, enquanto o pai fica à sombra e entra progressivamente na obscuridade. Foi a partir do século XVIII que a expansão da mulher dentro do lar, fez com que a imagem do pai entrasse em declínio.³⁴⁹ Hurstel³⁵⁰ menciona a figura do

³⁴⁸ OIT, 2009, p. 110.

³⁴⁹ BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira. 1985.

³⁵⁰ HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas: Papirus, 1999, p. 119.

pai carente que se consolida no imaginário coletivo a partir do século XIX: “quando um homem se torna pai, ele veste um casaco cheio de buracos e de suspeitas, mais precisamente uma imagem cada vez mais desvalorizada.”

Contudo, hodiernamente, em especial a partir do final do século XX, a participação masculina no cuidado com os filhos tem sido pauta de grande importância tanto no meio acadêmico como social. A “comprovação” da capacidade do pai em cuidar de forma competente dos filhos da mesma forma que a mãe traz inúmeros benefícios, em especial, às crianças, mas também as mulheres no mercado de trabalho.

Uma das propostas de conciliação trabalho-família de forma a consolidar o princípio de não discriminação entre os sexos é justamente a corresponsabilidade familiar, entre pai e mãe (igualdade parental), no cuidado com os filhos e na divisão das tarefas domésticas, a partir de um novo olhar sobre a parentalidade e o significado do papel do pai na família:

Para abandonar a idéia de que apenas as mulheres devem se preocupar com a conciliação entre trabalho produtivo e responsabilidades familiares é também central a promoção de modelos alternativos de maternidade, paternidade e masculinidade como pré-requisito para o êxito das políticas de conciliação. Isso requer dar um novo significado ao papel dos pais na família, como pessoas afetivas, interessadas e capazes de assumir responsabilidades familiares como a criação dos filhos, [...] e as tarefas domésticas.

351

Ante o exposto, em relação a famílias biparentais, a proposta de conciliação trabalho-família passa por um processo de resignificado da maternidade e paternidade em consonância com o conceito de corresponsabilidade familiar. No entanto, no que tange às famílias monoparentais, a situação se apresenta bastante diversa.

Com a presença de apenas um dos cuidadores, a vulnerabilidade desse contexto familiar passa também para a esfera do trabalho, em que a mulher dificilmente consegue se estabelecer de forma a conciliar, em condições de igualdade a uma família biparental, o seu trabalho com o cuidado com os filhos e garantir-lhes fatores materiais e imateriais

³⁵¹ OIT, 2009, p. 107.

indispensáveis ao seu desenvolvimento. É por isso que, nesse caso, mais ainda imprescindíveis são ações afirmativas no sentido de proporcionar a essas mulheres a não discriminação nas relações de trabalho, tanto em termos de renda, quanto de rede de apoio para o cuidado com os filhos a fim de dar condições para conciliação trabalho-família. Nessa concepção de redes de apoio, revela o último subprincípio a ser apresentado, a solidariedade intergeracional como uma proposta.

4.1.3.3 A solidariedade intergeracional

A presença dos avós e outros familiares no auxílio à educação e criação de crianças é algo extremamente comum para as famílias brasileiras. Não foi à toa que a reforma do Estatuto da Criança e do Adolescente, realizada pela Lei 12. 010/2009 instituiu o conceito de família extensa ou ampliada no art. 25:

Parágrafo Único. Entende-se por família extensa ou ampliada aquela que se estende para além da unidade pais e filhos ou da unidade do casal, formada por parentes próximos com os quais a criança ou adolescente convive e mantém vínculos de afinidade e afetividade.³⁵²

Nesse sentido, a família extensa ou ampliada é fundamental à proposta de conciliação trabalho-família, de forma mais relevante ainda para as famílias monoparentais do que para as biparentais, tanto em termos de renda, uma vez que pode haver complementação com a renda da família extensa, muitas vezes conseguindo compensar de alguma forma, materialmente, o auxílio do outro genitor ausente; como em termos de cuidado, em face à ausência física e emocional, geralmente paterna.

Por isso, cada vez mais nos tempos coevos, há a necessidade da presença da família ampliada, em especial, dos avós:

Contudo, hoje em dia, está-se a verificar que a denominada “família nuclear” não pode sobreviver separada das famílias de origem, em completa autonomia. Existe, cada vez mais,

³⁵² BRASIL. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.

entreadajuda entre pais, filhos e avós, pois, muitas vezes, estes últimos são chamados a ocupar-se dos netos enquanto os pais trabalham e até a fornecerem apoio material. Daí assistir-se a um reforço das relações entre as gerações.³⁵³

De forma específica, os avós podem complementar o trabalho dos pais; muitas vezes têm mais paciência para dedicar tempo e ternura aos netos, estabelecendo relações profundas de amor; dão estabilidade e são a memória da família, ajudando a dar sentido à história da criança e da própria família, transmitindo valores e educando os netos.

Registre-se, então, que a solidariedade intergeracional é um subprincípio a ser promovido dentro do conceito da conciliação trabalho-família a fim de dar suporte aos trabalhadores e, relevantemente, às trabalhadoras com responsabilidades familiares, na criação e educação de seus filhos.

Ante o exposto, por fim, sobre a efetivação transversal da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho por meio da inserção do princípio da conciliação trabalho-família, impende assinalar que esse princípio tem caráter transdisciplinar, ou seja, em face às suas diversas dimensões, não representa a imposição de uma doutrina do Direito da Criança e do Adolescente sobre o Direito do Trabalho, mas sim, de uma abordagem que está além e acima das duas áreas, podendo ainda se alargar para outras.

O campo de aplicação desse princípio transdisciplinar alcança diversos ambientes e sujeitos interrelacionados, em especial, os sujeitos que estão no ambiente da família e do trabalho. Por isso, a proposta de aplicação transversal não significa a mera transposição irrefletida da Doutrina da Proteção Integral para a disciplina do Direito do Trabalho porquanto, faz-se necessário, diante da complexidade, o desenvolvimento de abordagens e medidas que venham a atender à especificidade da realidade do conflito trabalho-família.

4.2 FATORES DE PROTEÇÃO AO DESENVOLVIMENTO INFANTIL: UM ESTUDO COMPARADO DAS MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA ENTRE BRASIL E PORTUGAL

³⁵³ CUNHA, Rui. Políticas para a conciliação trabalho-família. In: GUERREIRO, Maria das Dores. **Trabalho, Família e Gerações**: conciliação e solidariedades. Lisboa: Celta Editora. 1998, p. 25.

A proposta ora aventada no item 4.1 tem como orientação a expansão da aplicação da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho a fim de atingir o exossistema do labor dos pais da criança com o princípio da conciliação trabalho-família, reduzindo e/ou eliminando os impactos deletérios ao desenvolvimento infantil.

Então, ao mesmo tempo em que se pretende proteger o melhor interesse da população infanto-adolescente, na garantia de seu desenvolvimento saudável e de seus direitos fundamentais com a proteção de fatores materiais e imateriais familiares competentes a essa proposta; de igual forma, procura-se prevenir mazelas individuais, familiares e sociais graves relacionadas aos impactos do exossistema do trabalho dos pais na criança e no adolescente: o trabalho infantil, a violência, a exploração sexual, afecções físicas, mentais-emocionais; falta de habilidades relacionais, comportamentos disfuncionais, etc.

Sendo assim, a Doutrina da Proteção Integral, como macrossistema, por meio de seu efeito transversal no Direito do Trabalho tem por objetivo realizar um movimento de represa face à exploração do macrossistema do regime de acumulação flexível e aos valores propagados pelo cronossistema da Modernidade Líquida, através do olhar voltado para o melhor interesse da criança.

Com efeito, a materialização do princípio conciliação trabalho-família se dá com a expansão da aplicação da Doutrina ora citada e do princípio do melhor interesse da criança a partir da inserção de medidas de conciliação trabalho-família no Direito Laboral.

Essas medidas de conciliação trabalho-família podem ser caracterizadas como fatores de proteção ao desenvolvimento infantil quando proporcionam recursos materiais, tempo, estratégias de coesão familiar na transição para a parentalidade, condições psicológico-emocionais favoráveis e a propagação de valores prolíferos vinculados ao bem-estar da criança, à importância da família, à igualdade parental, ao cumprimento dos deveres em relação aos filhos, à solidariedade intergeracional, etc.

Sendo assim, inicialmente, far-se-á o apontamento de medidas de conciliação trabalho-família básicas que estão atreladas à promoção e suprimentos dos fatores materiais e imateriais vinculados ao desenvolvimento infantil para que, posteriormente, seja possível realizar o cotejo entre Brasil e Portugal diante das medidas próprias de cada país, a partir das medidas relacionadas nesta classificação³⁵⁴.

³⁵⁴ Grande parte do rol exemplificativo foi retirada do documento da OIT: (OIT, 2009).

TABELA 3³⁵⁵ - MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA

MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO- FAMÍLIA	ROL EXEMPLIFICATIVO
LICENÇAS	<p>a) Licenças Parentais:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Licença parental inicial compartilhada. - Licença parental inicial exclusiva da mãe. - Licença parental inicial a gozar pelo pai por impossibilidade da mãe. - Licença parental exclusiva do pai. - Licença parental complementar em qualquer das modalidades. - Licença para família extensa, na perspectiva da solidariedade intergeracional. <p>b) Licença por adoção:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Licença exclusiva para mãe. - Licença exclusiva para o pai. - Outras licenças que dêem as mesmas garantias dos filhos biológicos aos filhos adotados. <p>c) Licença em situação de risco clínico durante a gravidez.</p> <p>d) Licença por interrupção de gravidez.</p> <p>e) Ampliação da licença nos casos de nascimento de múltiplos e de filhos com alguma deficiência</p> <p>f) Licença para assistência de filhos menores de X anos por conta de enfermidade.</p> <p>g) Licença para tratar de assuntos familiares, sem remuneração.</p>
ESTABILIDADE NO EMPREGO (PROTEÇÃO CONTRA DEMISSÃO)	<p>a) Estabilidade da mãe.</p> <p>b) Estabilidade do pai.</p> <p>c) Estabilidade dos adotantes.</p> <p>d) Estabilidade para trabalhadores com dependentes com enfermidades graves e portadores de deficiência.</p>

³⁵⁵ Tabela elaborada pela autora.

**SERVIÇOS PÚBLICOS
E PRIVADOS**

- a) Serviços de cuidado infantil:
- Creches para filhos de pai e/ou mãe trabalhadores.
 - Local de cuidado dos filhos menores de X anos no local de trabalho dos pais (pai e/ou mãe), independentemente do número de mulheres empregadas.
- b) Serviços de complementação e distribuição de renda:
- Piso salarial nacional e regional (estadual) para todas as categorias.
 - Auxílio renda.
 - Auxílio adoção.
 - Auxílio-dependente.
 - Auxílio-moradia.
 - Auxílio-vestuário.
 - Auxílio-creche.
 - Vantagens fiscais/ créditos de impostos.
- c) Serviços de educação:
- Auxílio-educação.
 - Convênios para aquisição de material escolar e bolsas de estudos.
 - Apoio aos/às trabalhadores/as para serviços de cuidado dos filhos durante período de férias escolares.
 - Centros para a realização de tarefas escolares dos filhos de trabalhadores/as.
- d) Serviços de saúde:
- Assistência à saúde.
 - Extensão de planos de saúde e a concessão de subsídios para despesas com medicamentos e alguns equipamentos corretivos – como óculos e próteses – aos dependentes dos trabalhadores.
 - Seguros de gastos médicos / seguro de vida.

**ADEQUAÇÃO DO
TEMPO E DAS
CONDIÇÕES DE
TRABALHO**

a) Intervalos, trabalho noturno, trabalho insalubre e perigoso:

- Intervalos para amamentação (Sala de amamentação).
- Dispensa de prestação de trabalho noturno, em turnos, insalubre ou perigoso.
- Adequação de função.

b) Dispensas:

- Dispensa da prestação de trabalho por parte de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante, por motivo de proteção da sua segurança e saúde.
- Dispensa para consulta pré-natal para pai e mãe.
- Dispensa para avaliação para adoção.
- Dispensa para amamentação.
- Dispensa para mãe e/ou pai acompanhar filho menor de X anos a consultas/procedimentos médicos.
- Dispensa para acompanhamento dos filhos por questões de educação.
- Dispensa/falta para assistência a neto por questões de saúde/educação.

b) Redução de jornada:

- Redução da jornada de trabalho para mulheres grávidas.
- Limitação da prorrogação do horário de trabalho de gestantes e de mães e/ou pais com filhos menores de X anos.
- Acompanhamento da esposa ou companheira gestante durante o tratamentocurso pré-natal.

c) Horário flexível:

- Aumento das opções de jornada de trabalho para os trabalhadores de ambos os sexos.
- 1 dia livre a cada 3 dias de trabalho - trabalho a tempo parcial.
- Trabalhar até mais tarde todos os dias para sair mais cedo nas sextas-feiras ou para ter uma sexta-feira livre ao mês.
- Antecipar o horário de entrada e saída.
- Alterar horário de almoço por início de jornada mais tarde ou por saída mais cedo.
- Estabelecer certa quantidade de horas mensais ou dias anuais para fins pessoais.

	<ul style="list-style-type: none"> - Programar com antecipação os sistemas de turno. - Combinação de jornadas na empresa e em casa: possibilidade de realizar parte da jornada de trabalho em casa ou em outro local que não seja o de trabalho (<i>sem prejuízo à criança ou a seus cuidados</i>). - Férias distribuídas ao longo do ano: flexibilidade no uso de dias de férias. - Férias adicionais às férias legais: estabelecer dias extras de férias como prêmio e incentivo.
<p style="text-align: center;">VALORES DE CONCILIAÇÃO TRABALHO- FAMÍLIA</p>	<p>a) Estado:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Constituir e fortalecer o papel das instâncias tripartites para que busquem critérios comuns de compatibilização entre o trabalho e a vida familiar e que acompanhem a ratificação dos Acordos e Convenções e a aplicação das políticas nacionais, bem como monitorem os aspectos pactuados e o tratamento de novos temas, em especial, levando-se em consideração o melhor interesse da criança. - Promover a capacitação técnica e a sensibilização do pessoal que atua na área executiva, administrativa e judicial nos temas relacionados à conciliação entre trabalho e família e sensibilizá-los não apenas sobre o conteúdo da lei, mas também sobre seus princípios, inclusive sobre o melhor interesse da criança. - O Estado deve favorecer o diálogo social tripartite e gerar espaços de debate e construção de consenso que culminem na adoção de uma política nacional integrada sobre conciliação entre vida laboral e vida familiar, na perspectiva de efetivação da Doutrina da Proteção Integral. <p>b) Sindicatos:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Capacitação dos trabalhadores e representantes dos sindicatos para elaborar propostas, inclusive em negociações coletivas, a partir de um enfoque de conciliação trabalho e família no melhor interesse da criança, por meio da sensibilização e capacitação. - Fortalecer o processo de negociação coletiva e equiparar a capacidade de negociação de trabalhadores e trabalhadoras (igualdade parental)

	<p>com responsabilidades familiares a partir do melhor interesse de seus filhos;</p> <p>c) Empresas:</p> <ul style="list-style-type: none"> - Criar grupos de discussão para identificar necessidades de conciliação trabalho-família e sugerir medidas para as empresas de acordo com as especificidades familiares dos trabalhadores que nela laboram. - Sensibilizar os empresários com o objetivo de corrigir imagens negativas e sem fundamento sobre a conciliação trabalho e família, por meio da difusão de informação sobre os benefícios das medidas conciliatórias, como o aumento da produtividade e da motivação dos trabalhadores. <p>d) Outros grupos da Sociedade Civil:</p> <ul style="list-style-type: none"> - O Estado e a sociedade civil (ex.: Universidade) devem realizar e promover pesquisas sobre aspectos relacionados à conciliação trabalho e família, para proporcionar informação que possa servir de base para a elaboração de políticas e medidas eficazes, em especial, agregando a perspectiva da população infanto-adolescente. - Promover nos meios de comunicação a percepção da conciliação entre trabalho e família como um tema de interesse prioritário para os trabalhadores e/ou trabalhadoras nas responsabilidades para com os seus filhos e não apenas como benefícios direcionados às mulheres.
--	--

Diante dessa classificação, cumpre salientar que as medidas de conciliação trabalho-família instituídas em ordenamentos jurídicos, em especial, no ordenamento brasileiro, estão exclusivamente atreladas à concepção das primeiras normas internacionais que vinculavam apenas a proteção da mulher, da maternidade, no viés da concepção de exclusividade feminina no cuidado com os filhos. Thome complementa: “as poucas medidas existentes estão centradas na licença-maternidade e

repetem o preconceito existente de que a mãe deve conciliar sua responsabilidade familiar com o emprego, mas o pai não o necessita.”³⁵⁶

Por sua vez, no âmbito da União Européia, há uma normatização profícua sobre a conciliação trabalho-família. Citem-se, nesse contexto, a Diretiva³⁵⁷ 92/85/CEE (Comunidade Econômica Européia) do Conselho da União Européia, de 1992, que trata sobre a licença maternidade e outras proteções da maternidade; a Diretiva 96/34/CEE do Conselho, de 1996, sobre a licença-parental; a Resolução 2000/C208/02 do Conselho e dos Ministros do Trabalho e Assuntos Sociais, de 2000, relativa à participação equilibrada de homens e mulheres na atividade profissional e na vida familiar; a Diretiva 2002/73/CE que trata sobre a igualdade de tratamento entre homens e mulheres no que se refere ao acesso ao emprego, formação e promoção profissionais e condições de trabalho e a Diretiva 2010/18/UE do Conselho, de 2010, que a revoga a Diretiva 96/34/CEE e vige a partir de 2012. Esses documentos interferiram de forma salutar nas medidas sobre conciliação trabalho-família em grande parte dos Estados-membros da União Européia (UE).

A concepção utilizada na UE avança para além da anterior (das primeiras normativas), sem abandoná-la; no caminho da não-discriminação e igualdade parental, da corresponsabilidade familiar (como visto na Convenção 156) e da solidariedade intergeracional. Foi esse o viés adotado por Portugal em sua legislação: o Código do Trabalho, com a alteração de 2009, pela Lei nº7/2009, de 12 de fevereiro e o Decreto-Lei nº 91/2009, de 9 de abril.

Em vista disso, escolheu-se Portugal, por esse ter uma das legislações mais completas, avançadas e atualizadas (aperfeiçoamento e inserção de medidas em 2009) no que tange às propostas e práticas das medidas de conciliação trabalho-família.³⁵⁸

³⁵⁶ THOME, 2009, p. 124.

³⁵⁷ “As directivas europeias fixam os objectivos a atingir pelos Estados-Membros, delegando nestes a escolha dos meios para o fazer. Podem ter como destinatários um ou vários Estados-Membros ou a totalidade destes. Para que os princípios estabelecidos nas directivas produzam efeitos ao nível do cidadão, o legislador nacional tem de adoptar um acto de transposição para o direito nacional dos objectivos definidos na directiva. As directivas prevêem uma data-limite para serem transpostas para o direito nacional: os Estados-Membros dispõem, para a transposição, de uma margem de manobra que lhes permite ter em consideração as especificidades nacionais. A transposição deve ser efectuada no prazo estabelecido na directiva.” (COMISSÃO EUROPÉIA. **Directivas-definições**. 2011. Disponível em: http://ec.europa.eu/eu_law/directives/directives_pt.htm. Acesso em: 23 nov. 2011.)

³⁵⁸ Faz-se menção ao importante papel de organização da sociedade civil em Portugal para regulamentação dos direitos e conciliação trabalho-família, de forma relevante, a iniciativa do GRAAL, Movimento Nacional de Mulheres Cristãs junto com outras entidades portuguesas

Por conseguinte, realizar-se-á o cotejo entre as medidas de conciliação trabalho-família de Brasil e Portugal, tendo como enfoque principal a legislação laboral de cada país; destacando-se as seguintes: licenças, estabilidade no emprego, serviços públicos e privados, adequação do tempo e das condições de trabalho e valores de conciliação trabalho-família.

4.2.1 Licenças

Eis as licenças concedidas a trabalhadores e trabalhadoras no Brasil e em Portugal. Menciona-se a importância delas para a criança, dado o tempo conferido aos seus pais para interações de díades (pai-filho, mãe-filho) e até mesmo tríades (pai-mãe-filho), qualidade dos processos proximais e cuidados indispensáveis às fases iniciais da vida infantil.

TABELA 4- MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA:
LICENÇAS

MEDIDAS	BRASIL	PORTUGAL
LICENÇAS	Licença por interrupção de gravidez (art. 395 da CLT), com repouso remunerado de duas semanas, retornando à mesma função.	<p>Licença por interrupção de gravidez ente 14 e 30 dias (art.38 do Código do Trabalho- CT).</p> <p>Licença em situação de risco clínico durante a gravidez (tanto para a mãe quanto para o feto), que variará de acordo com a prescrição médica (art. 37 do CT).</p> <p>Licença parental inicial de 120 ou 150 dias consecutivos, para mãe e pai (art. 40 do CT), no caso de nascimento de gêmeos, são acrescidos 30 dias para cada múltiplo.</p>

que criaram o projeto “Para uma Sociedade Activa” que tem como objetivo a igualdade parental no que concerne às responsabilidades familiares. (SANTOS, Margarida. Projecto “Para uma Sociedade Activa”: objectivos e metodologia. *In*: GUERREIRO, Maria das Dores (Coord.). **Trabalho, família e gerações**: conciliação e solidariedades. Lisboa: CIES/ISCTE, 1998.)

	<p>Licença maternidade - 120 dias, podendo ser alargada para 180 dias. (art. 392 da CLT, art. 7º, XVIII da Constituição da República de 1988 e Lei 1111.770/2008- Programa Empresa Cidadã- facultativo às empresas com renúncia fiscal.) Garantia de salário pago pela Previdência Social e retorno à função que ocupava (art. 393 da CLT).</p> <p>Licença-paternidade de cinco dias (art. 10, § 1º da ADTC, Constituição da República de 1988.)</p> <p>Licença-maternidade à mãe adotante ou que tem a guarda para fins de adoção (art. 392-A. da CLT)</p>	<p>Licença parental exclusiva da mãe de até 30 dias de licença inicial antes do parto (art. 41 do CT).</p> <p>Licença parental inicial a gozar por um progenitor em caso de impossibilidade do outro, em caso de morte ou de incapacidade física ou psíquica do progenitor (art. 42 do CT).</p> <p>Licença parental exclusiva do pai de 10 dias úteis a serem gozados nos 30 dias seguintes ao nascimento do filho (art. 43 do CT).</p> <p>Licença por adoção à criança menor que 15 anos, com direito à licença parental inicial para ambos os pais (art. 44 do CT). Caso a adoção seja múltipla, acrescentam-se 30 dias para cada filho. De igual forma, com direito à assistência a filho, e a filho com deficiência ou doença crônica e licença parental complementar, a ser vista abaixo.</p> <p>Licença parental complementar a pai e mãe com filho menor de 6 anos, a exemplo do caso de licença parental alargada por três meses (art. 51, a) do CT).</p> <p>Licença para assistência a filho- até o limite de dois</p>
--	---	---

		<p>anos, o período. (art. 52 do CT)</p> <p>Licença para assistência a filho com deficiência ou doença crônica com até seis meses de período concedido (art. 53 do CT)</p>
--	--	---

Como já dito, no Brasil, preponderam licenças vinculadas à proteção da maternidade, em detrimento da igualdade parental. A paternidade do homem não é considerada, em matéria trabalhista, aspecto relevante a ser tutelado de forma equânime a da mulher, de forma contrária a todo o sistema jurídico constitucional em voga. Diga-se, também, que o melhor interesse da criança sequer é considerado tendo em vista a violação de seu direito à convivência familiar com ambos os genitores. Ademais, nos casos de adoção, ainda há violação constitucional quanto à igualdade de filhos adotados e biológicos (art. 227, § 6º), por conta de não haver licença-paternidade para ambos, apenas para o filho biológico.

Não é por acaso que a OIT³⁵⁹ recomenda pra o Brasil:

- Recomenda-se incluir na legislação a noção de licença parental, remunerada e de duração adequada, que pode ser tirada após o término da licença maternidade, por ambos os cônjuges de modo sequencial e de forma compartilhada, sem a perda do emprego e conservando os direitos que dele derivam. Esse tipo de medida permitiria aos homens assumir maiores responsabilidades na criação dos/as filhos/as.
- Deve-se legislar sobre as licenças familiares remuneradas por motivos de responsabilidades familiares (por exemplo, em caso de enfermidade de filhos ou filhas ou outras pessoas dependentes), para que possam ser tiradas indistintamente pelo trabalhador ou trabalhadora. Estas licenças podem consistir também em reduções ou flexibilidade de horário para atende às diferentes situações.

³⁵⁹ OIT, 2009, p. 111.

Por outro lado, em Portugal, já se nota a teoria e prática do princípio da igualdade parental tendo em vista as licenças a serem gozadas por pais e mães, em grande maioria, subsidiadas de acordo com o previsto no Decreto-Lei nº 91/2009, pela Previdência Social daquele Estado. Como é sabido, as licenças voltada aos homens-pais têm uma importância “[..]prática, mas sua relevância simbólica é ainda maior, já que deixa claro que a conciliação entre a vida profissional e a vida familiar não é um problema somente da mulher.”³⁶⁰

4.2.2 Estabilidade no emprego (proteção contra demissão)

Em seguida, encontrar-se-ão medidas de conciliação trabalho-família que vinculam a estabilidade no emprego, o que atinge frontalmente a estabilidade financeira da família, a estabilidade do ambiente familiar e também as condições psicológico-emocionais, ecoando seus efeitos sobre os filhos.

TABELA 5- MEDIDA DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA:
ESTABILIDADE NO EMPREGO

MEDIDAS	BRASIL	PORTUGAL
ESTABILIDADE NO EMPREGO (PROTEÇÃO CONTRA DEMISSÃO)	Estabilidade da mulher gestante, puérpera e lactante- possui estabilidade desde a confirmação da gravidez até cinco meses após o parto. (art. 10, II, b) da ADCT- Constituição da República, 1988)	Estabilidade da gestante, puérpera ou lactante- no gozo da licença parental, deve haver parecer de entidade competente na área de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres para ocorrer a demissão (art. 63 do CT) Estabilidade do pai- no gozo da licença parental, só pode haver demissão com parecer entidade competente na área de igualdade de oportunidades entre homens e mulheres (art. 63 do CT).

³⁶⁰ THOME, 2009, p. 88.

Nesse caso, sobre a estabilidade no emprego, o cotejo demonstra uma diferenciação bastante interessante. No Brasil, a estabilidade no emprego da gestante é incondicionada até os cinco meses; mas em Portugal, essa estabilidade pode ser mitigada, tendo em vista a possibilidade de demissão com parecer de entidade competente. Contudo, em Portugal, essa estabilidade condicionada é concedida ao pai trabalhador no gozo da licença parental.

4.2.3 Serviços públicos e privados

Os serviços de cuidado às crianças, de complementação de renda, de assistência à saúde e educação são medidas conciliatórias trabalho-família que ofertam à família uma rede de apoio confiável, recursos materiais a fim de proporcionar um desenvolvimento infantil são, promovendo as habilidades e/ou potenciais individuais dos infantes. Outrossim, impedem que questões graves, tais como Trabalho Infantil, Exploração Sexual ou violência venham a atormentar as famílias e o desenvolvimento das crianças e dos adolescentes.

Oportuno salientar ainda que quando não há estruturas de acolhimento de crianças, pais e mães são obrigados, comumente, a entregar a guarda dos filhos mais novos aos mais velhos ou levá-los para o local de trabalho, condição que conduz ao abandono escolar e ao trabalho infantil.³⁶¹

TABELA 6- MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA: SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS

MEDIDAS	BRASIL	PORTUGAL
SERVIÇOS PÚBLICOS E PRIVADOS	Serviços de cuidado infantil: Creches- assistência gratuita a filhos e dependentes desde o nascimento até 5 anos de idade em creches e pré-escolas (art. 7º,	Serviços de cuidado infantil: Creches, amas licenciadas, mini-creches e creches familiares, estas

³⁶¹ “[...] os serviços de acolhimento de crianças: a) promovem a igualdade de gênero, melhorando as oportunidades de emprego, desenvolvimento pessoal e capacitação das mulheres; b) contribuem para prevenir a perpetuação das desigualdades sociais e a pobreza intergeracional, reforçam a segurança social e econômica das famílias e reduzem a sua vulnerabilidade ao risco; [...] d) oferecem melhores oportunidades de vida às crianças desfavorecidas, contribuindo para garantir o seu bem-estar físico e melhorar as suas competências cognitivas e linguísticas, bem como para promover o seu desenvolvimento social e emocional; [...] g) reduzem a despesa pública na proteção social e, a longo prazo, em programas de recuperação escolar e com a criminalidade.” (ILO. **Trabalho e Família**: partilhar é a melhor forma de cuidar. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2009, p. 8. Tradução de: Comissão para igualdade no trabalho e no emprego –Portugal.)

	<p>XXV- Constituição da República)</p> <p>Locais apropriados onde as empregadas possam com vigilância e assistência guardar seus filhos no período da amamentação. Estabelecimentos com mais de 30 mulheres maior que 16 anos de idade são obrigados a implementar esse serviço (art. 389 e 400 da CLT).</p> <p>O SESI, o SESC e outras entidades públicas destinadas à assistência à infância manterão ou subvencionarão, de acordo com suas possibilidades financeiras, escolas maternais e jardins de infância, distribuídos nas zonas de maior densidade de trabalhadores, destinados especialmente aos filhos das mulheres empregadas (art. 397 da CLT)</p> <p>Essas entidades também promovem assistência à saúde para os empregados, de forma privada.</p> <p>Serviço de complementação e distribuição de renda: Salário Família- benefício constitucional. Bolsa família e a Lei 10.835/84 da Renda Básica da Cidadania. Dedução do imposto de renda de despesas de educação, saúde de filhos dependentes.</p>	<p>últimas constituída por um conjunto de amas residentes na mesma e integradas institucionalmente pelo Ministério da Solidariedade ou por instituições particulares de solidariedade social e misericórdia; jardim de infância (3 a 6 anos), Centro de Atividades de Tempos livres (a partir de 6 anos).</p> <p>Lei 4/97- educação pré-escolar pública.</p> <p>Algumas empresas, denominadas em Portugal, de “Amigas da Família”, oferecem serviços de creche, seguros de previdência (vida, saúde), serviços de assistência social, tratamento médico para o trabalhador e seus familiares, apoio psicossocial.</p> <p>Serviço de complementação e distribuição de renda-benefícios da Previdência Social (Decreto-Lei 176/2003): Abono de família para crianças e jovens, complementação de renda familiar para crianças e adolescente que estejam estudando, em regra, até os 16 anos. Há uma majoração para famílias</p>
--	--	---

		<p>mais numerosas e para famílias monoparentais.</p> <p>Montante adicional do abono de família para crianças e jovens, para compensar as despesas com encargos escolares.</p> <p>Abono de família pré-Natal, para o auxílio de gestante carente, concedido por seis meses ou até o mês do nascimento. Há majoração de 20% no caso de gestante de família monoparental.</p>
--	--	--

Embora o Brasil tenha crescido muito na última década, as políticas de distribuição de renda, de educação e de saúde não têm se adequado às condições específicas das famílias compostas por pai e/ou mãe trabalhadores, ao contrário de Portugal. Nesse país, instituiu-se um regime de Previdência Social voltado às especificidades das condições e estruturas familiares, a exemplo de famílias monoparentais e a com muitos filhos, as quais recebem especial tratamento por parte do regime de previdência.

4.2.4 Adequação do tempo e das condições de trabalho

Essa medida de conciliação trabalho-família é indispensável ao atendimento das demandas infanto-adolescentes. O propósito de adequação do tempo e das condições de trabalho converge no sentido de os pais poderem, ainda que minimamente, suprir necessidades específicas dos filhos, como se verá a seguir, passando um tempo maior com eles para fins de cuidado. Essa adaptabilidade/compatibilidade também se apresenta em condições salubres de trabalho vinculadas à saúde e segurança da trabalhadora gestante e, em especial, do nascituro.

**TABELA 7- MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA:
ADEQUAÇÃO DO TEMPO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO**

MEDIDAS	BRASIL	PORTUGAL
ADEQUAÇÃO DO TEMPO E DAS CONDIÇÕES DE TRABALHO	Adequação de função da mulher gestante é garantida durante o período de gestação, quando as condições de saúde o exigirem (art. 392, § 4º, I da CLT).	Dispensa de algumas formas de organização do tempo de trabalho- a gestante tem direito a ser dispensada de prestar trabalho em horário de trabalho organizado de acordo com o regime de adaptabilidade, de banco de horas ou de trabalho concentrado (art. 58 do CT).
		Dispensa de prestação de trabalho suplementar- o trabalhador e trabalhadora com filho menor de 12 meses não está obrigado a prestar trabalho suplementar (art. 59 do CT)
		Dispensa de prestação de trabalho no período noturno- a trabalhadora tem direito a se dispensada de prestar trabalho entre as 20 horas de um dia e as 7 horas do dia seguinte, durante o período de 112 dias antes e depois do parto, durante o restante do período de gravidez, se for necessário para saúde dela e do nascituro ou durante todo o tempo que durar a amamentação, se for necessário para sua saúde ou a saúde do bebê. Nesses casos, a ela deve ser atribuído um horário de

		<p>trabalho diurno compatível, sempre que possível (art. 60 do CT)</p> <p>Proteção da segurança e saúde de trabalhadora grávida, puérpera ou lactante- essa tem direito a especiais condições de saúde e segurança nos locais de trabalho, sendo vedado o exercício laboral em condições de risco de exposição a agentes ou condições de trabalho que coloquem em perigo a segurança ou saúde da trabalhadora ou do nascituro (art. 62 do CT).</p>
	<p>Dispensa para consulta pré-natal: à mulher gestante é garantida dispensa no horário de trabalho para realização de no mínimo seis consultas médicas e demais exames complementares (art. 392, § 4º, II da CLT).</p>	<p>Dispensa para consulta pré-natal por tempo e número de vezes necessário para a mulher (art. 46 do CT).</p> <p>Dispensa para acompanhar companheira em consulta pré-natal, três dias (art. 46 do CT).</p>
	<p>Intervalo para amamentação- a mulher terá direito, para amamentar o filho até seis meses, a dois descansos especiais de meia hora cada um. (art. 396 da CLT)</p>	<p>Dispensa para amamentação durante o tempo que durar a amamentação (dois períodos, uma hora cada), no caso da mãe. No caso de múltiplos, são acrescidos trinta minutos. Com o desmame, pai ou mãe tem direito à dispensa para aleitamento até o filho perfazer um ano. (art. 47</p>

		<p>do CT)</p> <p>Dispensa para avaliação para adoção por três dias, ambos os sexos. (art. 45 do CT)</p> <p>Falta para assistência a filho- o trabalhador (a) têm direito a faltar no trabalho para prestar assistência inadiável e imprescindível a filho menor que 12 anos por até 30 dias por ano, e a filho com 12 anos ou mais, 15 dias (art. 49 do CT).</p> <p>Falta para assistência a neto- o trabalhador (a) pode faltar até 30 dias consecutivos no caso de nascimento de neto, que com ele viva. e que seja filho de adolescente com idade inferior a 16 anos. De igual forma, a para prestar assistência de saúde inadiável e imprescindível a neto (art. 50 do CT).</p> <p>Falta para deslocamento à escola do responsável pela educação da criança, até quatro horas por trimestre, por cada criança (art. 249 da CT).</p> <p>Redução do tempo de trabalho- os progenitores de criança com deficiência ou doenças crônica, de idade não superior a 1 ano têm direito à redução de cinco horas semanais do tempo de trabalho (art. 54</p>
--	--	---

		<p>do CT).</p> <p>Trabalho a tempo parcial- há a possibilidade de trabalho parcial no caso de trabalhador(a) com filho menor de 12 anos, ou independentemente da idade, filho com deficiência ou doença crônica que com ele viva (art. 55 do CT)</p> <p>Horário flexível- os trabalhadores com filhos menores de 12 anos ou, independentemente da idade, com doença crônica ou deficiência que viva com ele tem direito a flexibilizar o seu horário, podendo trabalhar até seis horas consecutivas em um dia ou até dez horas no dia, cumprindo o período de trabalho semanal (art. 56 do CT)</p>
--	--	--

Diante desse cotejo, visíveis são, na nação portuguesa, os princípios de igualdade parental no cuidado com os filhos, a exemplo do aleitamento do bebê que pode ser realizado pelo pai, como também de solidariedade intergeracional, quando se proporciona aos avós trabalhadores o contato com os netos diante da complexidade do fenômeno da gravidez na adolescência. Outro ponto interessante é a justa importância dada à inquestionável necessidade da presença dos pais no desenvolvimento da criança, e, em particular, em momentos de assistência a saúde dos filhos.

Em contraposição, no Brasil, as medidas de adequação de tempo e das condições de trabalho se demonstram bastante precárias. Inicialmente, factível abordar a inexistência de legislação quanto à proteção das condições de trabalho da gestante e da lactante no que tange à insalubridade e periculosidade. De igual forma, a igualdade

parental e a solidariedade intergeracional são princípios em patamar ainda não alcançado. Sobre a flexibilização e redução da jornada de trabalho, essas são caracterizadas como medidas de precarização do labor aplicadas no interesse exclusivo das empresas, e não no interesse da proposta conciliação trabalho-família, como ressalta Thomé³⁶²:

Em realidade, no Brasil, os sistemas de compensação de jornada de trabalho são previstos, mas não têm como fundamento os direitos de conciliação, mas a conveniência da empresa somente. Esse sistema de compensação está previsto em uma lei com vários problemas de constitucionalidade e não tem como objeto a proteção do trabalhador já que prevê um sistema de compensação de horas por um período demasiadamente prolongado, aumenta a jornada diária e a jornada semanal, gerando problemas de saúde aos trabalhadores e impossibilita o controle, por parte desses, das horas efetivamente trabalhadas.

A par disso, a crítica feita por Sorj e Machado é intrínseca à realidade brasileira:

[...] a legislação trabalhista é pouco efetiva para garantir a articulação entre trabalho e necessidades familiares ao longo de todas as etapas da vida familiar dos trabalhadores. Concentrando os benefícios apenas no momento inicial da procriação, a legislação não garante facilidades para que o trabalhador possa tratar das demandas familiares como um evento normal e regular da sua vida pessoal.³⁶³

4.2.5 Valores de conciliação trabalho-família

Essas medidas de conciliação trabalho-família vinculadas aos valores objetivam promover a sensibilização social, empresarial no sentido de proporcionar práticas que venham a valorizar as

³⁶² THOME, 2009, p. 76.

³⁶³ SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação Entre Família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa. Revista de estudos e pesquisas em educação**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007, p. 576.

responsabilidades parentais no cuidado com os filhos em compatibilidade com a vida laboral dos pais. Não se olvide, de mesma sorte, da inserção de uma nova cultura de perpetuação de valores “sólidos” contrapostos aos valores “líquidos” da Modernidade Líquida, a exemplo do comprometimento com o outro, responsabilidade a longo prazo, doação, investimento, engajamento, estabilidade, segurança, confiança, adiamento de gratificação, etc.

A inserção ou resgate desses valores tem como benesse a melhoria dos relacionamentos humanos dentro da família, em especial, entre pais e filhos, na conjuntura das díades e processos proximais, não se olvidando das características desenvolvimentais generativas. Com isso, abre-se espaço para que haja transmissão de valores coletivistas e profícuos às interações humanas, sendo os pais verdadeiros mentores da geração vindoura.

**TABELA 8- MEDIDAS DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA:
VALORES DE CONCILIAÇÃO TRABALHO-FAMÍLIA**

MEDIDAS	BRASIL	PORTUGAL
VALORES DE CONCILIAÇÃO TRABALHO- FAMÍLIA	Proteção à Maternidade e à infância- art. 6º, art. 201,II, art. 203 da Constituição da República.	Art. 68 da Constituição da República Portuguesa de 1976- “a maternidade e a paternidade constituem valores sociais eminentes.” Art. 69 da Constituição da República Portuguesa- “as crianças tem direito à proteção da sociedade e do Estado, com visa ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. Art. 67, 2, h) da Constituição Portuguesa

	<p>A proteção à Maternidade está na seção da V, no Cap. III- Da Proteção do Trabalho da Mulher, da CLT.</p> <p>Diplomas de boa conduta expedidos pelo MTE- conferido a empresas que se distinguam pela organização e manutenção de creches e de instituições de proteção às crianças em idade pré-escolar (art. 399 da CLT)</p> <p>Instituição de Comissão Tripartite de Igualdade de Oportunidades e de Tratamento de Gênero e Raça no Trabalho, instituído em 2004.</p> <p>A Confederação Nacional dos bancários, em 2001, iniciou os debates a respeito do tema conciliação trabalho-família, publicando cartilha: “Relações compartilhadas- um outro mundo é possível”, dando destaque para igualdade</p>	<p>de 1976- promoção, por meio de políticas setoriais, da conciliação da atividade profissional com a vida familiar.</p> <p>Parentalidade- “a maternidade e paternidade constituem valores sociais eminentes” (art. 33 do CT)</p> <p>Em Portugal, no que tange às iniciativas do Estado, está bastante consolidada a política de conciliação trabalho-família.</p> <p>Os sindicatos possuem um papel importante para informação educativa dos empregados em Portugal. Existem empresas que possuem o selo de “Amigas da Família” pelas boas práticas de conciliação trabalho-família. Já há a consolidação de práticas nesse sentido, no âmbito do Estado, dos sindicatos, das empresas e da sociedade civil.</p>
--	---	---

	<p>parental.</p> <p>Negociações coletivas da categoria dos bancários, comerciários, químicos, metalúrgicos e de empresas de processamento de dados tendem no sentido da igualdade de gênero, promovendo inclusive a estabilidade dos pais após 120 dias do nascimento do filho (2007-2009).³⁶⁴</p> <p>Em janeiro de 2010, houve manifestação a favor da ratificação da Convenção 156 da OIT por movimento de mulheres e feministas no Fórum Social Mundial, no Rio Grande do Sul.</p> <p>A CUT (Central Única de Trabalhadores), em 2010 lançou abaixo assinado pela ratificação da Convenção 156 em todos os estados da federação.</p>	
--	--	--

Depreende-se do que foi analisado, que o Brasil ainda não instituiu valores voltados, de fato, à conciliação trabalho-família. Entretanto, há encaminhamentos do Estado, da sociedade civil e dos sindicatos nesse sentido. Em Portugal, já se consolidou tal desiderato nas instâncias ora verificadas, em especial, pela ratificação de

³⁶⁴ OIT. **Notas da OIT:** Trabalho e família. Programa Regional de Gênero e Trabalho Descente. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/br_nota_7_701.pdf. Acesso em: 27 nov. 2011.

normativas internacionais dentro da proposta, política de igualdade de gênero e de solidariedade intergeracional, pesquisas na área acadêmica, capacitação técnica de pessoas que trabalham com tema, de líderes sindicais, de trabalhadores.

Ante o exposto, com a análise do cotejo entre Brasil e Portugal, possível foi verificar o desnível (descompasso) entre os dois países acerca da existência de medidas de conciliação trabalho-família. Enquanto que no Brasil a discussão do tema ainda é incipiente, percebeu-se que em Portugal já foi instituído um modelo paradigma sobre o tema, que inclui o tratamento dos princípios da igualdade parental e da solidariedade intergeracional, alçando as responsabilidades familiares dos pais ao patamar de política pública. Contudo, apesar dos avanços, a abordagem portuguesa não explicita em sua legislação o princípio do melhor interesse da criança. A proteção caminha em direção a esse princípio, porém, se fundamenta no viés da equiparação de gênero que conduz à equiparação parental. Portanto, mesmo sendo um modelo parâmetro para outros países, a regulação da conciliação trabalho-família em Portugal tem suas ressalvas. O objeto e o fim da legislação da conciliação trabalho-família continuam sendo os adultos na perspectiva de uma abordagem adultocêntrica. As crianças e os adolescentes são protegidos, todavia, não como prioridade absoluta³⁶⁵. As discussões sobre o tema ainda precisam avançar no sentido de que as responsabilidades da família, acima das responsabilidades do trabalho, devem ter como fim o melhor interesse da criança, ou seja, o melhor interesse da geração vindoura.

A criança e o seu melhor interesse como chave hermenêutica possibilita, no contexto de políticas e legislações de conciliação trabalho-família, o escalonamento dentre as várias medidas possíveis a serem aplicadas.³⁶⁶ Com isso, quer-se dizer que, a exemplo, entre colocar uma criança na creche e conceder ao pai ou mãe uma licença parental complementar, caberia, nesse caso, uma escolha baseada no melhor interesse da criança e não na melhor conveniência das responsabilidades laborais dos pais, direcionadas pelo patronato. Com

³⁶⁵ Portugal é signatário da Convenção Internacional sobre os Direitos da Criança, a qual é representante da Doutrina da Proteção Integral, desde 1990.

³⁶⁶ Cabe destacar que um dos princípios que orientam o Direito do Trabalho é o da norma mais favorável, o qual determina a aplicação, no caso de conflito de normas e independentemente da hierarquia destas, da norma mais favorável ao trabalhador. Nesse sentido, a partir da ampliação da Doutrina da Proteção Integral para o Direito do trabalho, é possível avançar na aplicação daquele princípio tendo como chave hermenêutica o melhor interesse da criança, no que tange as medidas de conciliação trabalho-família.

efeito, tal princípio como chave hermenêutica ainda poderia ser critério para o conflito entre responsabilidades familiares e responsabilidades laborais bem como entre os próprios subprincípios, o da igualdade parental e da solidariedade intergeracional.

De igual sorte, permitir-se-ia consolidar uma nova pauta de reivindicações nos países que ainda não incluíram essas medidas, fortalecendo-se os fundamentos político-sociais para a regulação jurídica das medidas de conciliação trabalho-família.

Outro ponto a ser analisado refere-se aos limites da aplicação do modelo de Portugal para o Brasil ou para qualquer outro país como mera transposição, sem considerar as particularidades de cada Estado. Não se olvide de que um dos fundamentos centrais para a implementação das políticas de conciliação trabalho-família em Portugal e no âmbito da União Européia é a diminuição da taxa de natalidade (além do efeito da imigração sobre os extratos da população), fazendo com que aquelas nações se preocupassem com a reprodução na família e, consequentemente, oferecessem estímulo por meio de tais políticas e legislações ao aumento da natalidade.

Diferentemente da Europa, a população do Brasil continua em crescimento, embora taxas menores de natalidade do que em anos anteriores, entretanto, a população ainda é em grande parte nacional. Ademais, tem que ser levado em consideração o definhamento do Estado de Bem-Estar Social brasileiro. Convém salientar ainda que, no Brasil, não há uma Organização Regional forte o suficiente em nível macro, consolidada, que forneça subsídio e suporte para essa política. Outrossim, no país, a forma de aplicação das medidas trabalho-família apresenta o perigo da manipulação da proposta, podendo gerar um efeito inverso ao interesse da criança, ou seja, em vez de as medidas servirem à família e aos cuidados com a criança e o adolescente, essas serviriam ao mercado e ao processo de precarização do labor, a exemplo das legislações sobre trabalho em tempo parcial e flexibilização de horários que foram implantada no Brasil, que intensificam o conflito da relação trabalho-família.

Em que pese essas considerações, o fortalecimento dos pressupostos principiológicos, em particular, da Doutrina da Proteção Integral por meio da expansão do seu âmbito de aplicação no Direito do Trabalho com o princípio de conciliação trabalho-família tende a servir como fundamento às propostas de medidas a serem implantadas no Brasil, na perspectiva de que tais se configuram como fatores de proteção ao desenvolvimento infantil que hodiernamente é impactado pelo mundo do trabalho dos países. Sendo assim, a partir dessa proposta

de expansão da Doutrina da Proteção Integral, possível é visualizar possibilidades de atendimento às demandas dos fatores materiais e imateriais no contexto familiar indispensáveis ao desenvolvimento infantil e à efetivação dos direitos e garantias fundamentais da criança e do adolescente.

CONCLUSÃO

Chegando ao fim dessa pesquisa, muito se acrescentou em nível pessoal e intelectual à autora. A possibilidade ofertada por esse trabalho ultrapassou as expectativas da mestranda. O estudo interdisciplinar agregou sobremaneira o arcabouço acadêmico e as perspectivas motivadoras de novos trabalhos nesse âmbito.

O processo de pesquisa não foi fácil, como nunca o é; contudo, com a finalização do trabalho e o fechamento de um ciclo de vida, muito se alegria a autora com o crescimento advindo desse processo. Os resultados alcançados foram para além, diga-se desde já, do objetivo do trabalho. Tendo a problemática sido respondida de acordo com o proposto na hipótese, muitas outras questões ainda se instalam como um estímulo e a esperança de se prosseguir no caminho acadêmico e contribuir para melhorar a qualidade de vida das crianças e dos adolescentes.

Essa é a oportunidade e o privilégio garantidos para quem escolhe a área do Direito da Criança e do Adolescente, pois há um infindável mundo a ser descoberto e novas propostas a serem sugeridas na proteção da criança e do adolescente tanto em nível nacional quanto internacional.

Porém, como foi aventado neste trabalho, há a necessidade da compreensão de fenômenos que estão além de uma observação superficial ou de uma perspectiva fragmentada do conhecimento do objeto de pesquisa, ainda que para analisá-lo seja necessário o recorte.

Por isso, o mister, em especial, para o atendimento à resposta à problemática sugerida para esta pesquisa, da teoria sistêmica, a qual teve por labor direcionar a compreensão do fenômeno do objeto desta pesquisa. De forma particular, sobressai-se o Modelo Bioecológico de Urie Bronfenbrenner que radicaliza a compreensão e a abordagem do fenômeno do desenvolvimento humano tanto na teoria quanto na prática. De igual forma, factível notar as considerações vanguardistas do pesquisador russo, desde a década de 70, com assertivas acerca da necessidade de se colocar o bem-estar da criança como responsabilidade prioritária da família e da sociedade.

Além dessa teoria de base, cabe destacar o valor da Doutrina da Proteção Integral como marco teórico que proporciona, como já se revelou no capítulo 1, abordagens de compreensão e aplicação diferentes do viés individualizado da criança como sujeito a ser protegido, o qual não a considera dentro de um contexto familiar que possui interferência

sobre o seu desenvolvimento e sobre a garantia de seus direitos e salvaguardas fundamentais.

Ademais, algo que já foi enfatizado durante o desenvolvimento do trabalho, mas cabe aqui, mais uma vez ser ratificado: a necessidade de interação interdisciplinar não somente entre áreas da ciência diversas, mas também, entre campos que pertencem à mesma área do conhecimento, como é o caso do Direito. A proposta aventada emerge no sentido de congregar valores entre o Direito da Criança e do Adolescente e o Direito do Trabalho, pois como se percebeu, uma das formas de expansão do paradigma da Doutrina da Proteção Integral é por meio de um movimento de generalização a partir da aliança que pode ser feita entre esses dois ramos da Ciência Jurídica.

Contudo, em análise às doutrinas de Direito do Trabalho para confecção desta pesquisa, notou-se a pouca inserção e vínculo com o Direito da Criança e do Adolescente e seus pressupostos doutrinários. O viés adotado pela maioria dos doutrinadores não alcança e não propõe uma abordagem em conjunto, quando muito o faz é em relação do denominado “Trabalho do Menor”. Explicita-se que muitos ainda não fazem menção ao viés constitucional dos sujeitos criança e adolescente, valendo-se ainda dessa infausta nomenclatura que rememora um passado, como visto, inglório não só para as crianças e adolescente, mas como para toda a sociedade e Estado brasileiro.

Sendo assim, nessa pesquisa, buscou-se integrar as áreas ora referidas a fim de compatibilizar e possibilitar um espaço de atuação na proteção dos interesses da criança e do adolescente, abrindo-se espaço para novos trabalhos que possam vir a atuar a partir da relação entre essas duas áreas, para além das intersecções comuns, embora de relevância indiscutível de estudo, como o trabalho infantil e a exploração sexual de crianças e adolescentes.

Em verdade, a dificuldade da pesquisa centrou-se justamente no fato de os estudos existentes relacionados à família e ao trabalho, em especial, na área jurídica, dão destaque à perspectiva adultocêntrica relacionada aos direitos dos pais e mães trabalhadores, obviamente, considerando a criança como parte da família, mas não como prioridade. As pesquisas existentes estão intrinsecamente vinculadas ao viés da igualdade de gênero que possibilitam inúmeras análises fecundas, muitas delas foram estudadas para a elaboração desse trabalho, entretanto, não podem ser consideradas, em sua totalidade, satisfatórias e competentes à proteção da criança e do adolescente e ao seu melhor interesse diante dos conflitos existentes entre trabalho e família.

Outro ponto bastante estudado em nível internacional que se relaciona eficazmente ao tema, contudo não é totalmente satisfatória à proteção integral da criança e do adolescente frente aos impactos do mundo do trabalho dos países, é a solidariedade intergeracional. Cabe aqui fazer menção à profundidade dos estudos existentes que possui esse viés alargado da própria concepção de criação de filhos para além do núcleo da família, incluindo-se aí a família extensa e em especial, o papel e a importância dos avós para seus netos e filhos, valorizando algo que principiou há pouco tempo no Brasil, a proteção especial dada aos idosos, cite-se o Estatuto do Idoso e a própria Emenda Constitucional que incluiu a figura do idoso.

Nos estudos realizados para o desenvolvimento dessa pesquisa, nas áreas de igualdade de gênero que sustenta a igualdade parental bem como as propostas de medidas vinculadas à solidariedade intergeracional, surpreendeu-se a autora com as normativas, em especial ao do Código do Trabalho de Portugal. A preocupação daquele país com a sensibilização e promoção de medidas de conciliação trabalho-família foi justamente o que fez a mestranda escolher tal nação para servir de cotejo com o Brasil e também de modelo de propostas interessantes a serem viabilizadas de acordo com as especificidades de cada Estado.

Esse destaque dado nesta dissertação a Portugal e às medidas vinculadas à conciliação trabalho-família que lá são aplicadas também é referido pelos documentos analíticos e propositivos da OIT que citam, com bastante relevância, as propostas e práticas advindas desse país que servem de modelo para a comunidade internacional.

Cumprе salientar que, além de Portugal, existem outros países que não pertencem à União Européia que já aplicam medidas de conciliação trabalho-família, ainda que não tenham a amplitude das práticas de Portugal. Todavia, valoroso registrar que possuem essas medidas grandes avanços, inclusive se comparadas com o Brasil. É o caso dos países pertencentes à América Latina, como Chile, Venezuela, Cuba.

No Brasil, como se sabe, a proposição teórica, prática, hermenêutica, jurisdicional e legislativa de medidas conciliação-trabalho família são bastante incipientes, sendo inclusive o termo conciliação trabalho-família praticamente desconhecido da órbita dos juristas, em especial, dos que operam o Direito do Trabalho.

Nessa esteira, assinala-se o papel dos sindicatos no Brasil como promotores dessas medidas na reivindicação de direitos referentes a essa temática por meio de Negociações Coletivas em prol da classe que vive do trabalho diante dos conflitos entre trabalho e família enfrentados

hodiernamente no contexto de precarização/flexibilização do mundo do labor. De igual sorte, o papel da OIT do Brasil nas recomendações que realiza diante do cenário brasileiro que ainda não despertou para a importância desse tema de forte impacto social que pode servir de represa à intensa precarização das relações de trabalho.

Por derradeiro, não se deixaria de se pronunciar acerca da proposta desta dissertação que converge no sentido da efetivação transversal da Doutrina da Proteção Integral no Direito do Trabalho, com a emergência do princípio conciliação trabalho-família, tendo como chave hermenêutica o melhor interesse da criança. Como já referido, nem a igualdade de gênero nem a solidariedade intergeracional são princípios que servem, de forma isolada, satisfatoriamente à proteção da criança e do adolescente contra os impactos do mundo do trabalho dos pais.

Sabe-se que a perversidade do mercado é capaz de mudar valores e de instituir práticas deletérias ao convívio familiar e comunitário. Nessa senda, as responsabilidades familiares no que alude ao cuidado com os filhos, são colocadas em último plano na vida do trabalhador como exigência para manutenção do meio de subsistência seu e de sua família. E nada mais coerente, salutar do que o princípio do melhor interesse da criança como critério hermenêutico a fim de determinar e dar fundamento às medidas de conciliação trabalho-família, trazendo novos valores e práticas que só tendem a beneficiar a família, a classe que vive do trabalho, a sociedade e o Estado.

Afinal de contas, o maior evento da história da humanidade foi vivido a partir da figura de uma criança. Foi uma pequena e dependente criança que trouxe a salvação ao mundo:

As botas barulhentas dos soldados e
todas as suas roupas sujas de sangue
serão completamente destruídas pelo fogo.

Pois já nasceu uma criança,

Deus nos mandou um menino,
que será o nosso rei.

Ele será chamado de

“Conselheiro Maravilhoso, “Deus Poderoso”,

“Pai Eterno, “Príncipe da Paz”.

Ele será descendente do rei Davi;

o seu poder como rei crescerá
e haverá paz em todo o seu reino.

Isaías 9: 5-7

REFERÊNCIAS

ABRAMIDES, Maria B. Costa; CABRAL, Maria do Socorro. Regime de acumulação flexível e saúde do trabalhador. **São Paulo Perspectiva**. vol.17, nº.1. São Paulo Jan./Mar. 2003. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 25 jul. 2011.

ADAM, Emma K. Beyond quality: Parental and residential stability and children's adjustment. **Current Directions in Psychological Science**, 13 (5), p. 210-211, 2004.

AMARAL e SILVA, Antonio Fernando do. A mutação judicial. *In*: **BRASIL criança urgente: a lei**. São Paulo: Columbus Cultural, 1990.

ANDOLFI, Maurizio; ANGELO, Claudio; MENGHI, Paolo; NICOLICORIGLIANO, Anna Maria. **Por trás da máscara familiar**: um novo enfoque em terapia da família. Porto Alegre: Artes Médicas, 1984.

ANTUNES, Ricardo. **Adeus ao Trabalho?** Ensaio sobre as Metamorfoses e a Centralidade do Mundo do Trabalho. São Paulo: Cortez, 2011, p. 24.

_____. Dimensões da precarização estrutural do trabalho. *In*: DRUCK, Graça; FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

_____. Lutas sociais e desenho societal socialista no Brasil dos anos 90. **Crítica Marxista**. p. 94. Disponível em: <http://www.unicamp.br/cemarx/criticamarxista/critica7parte5.pdf>. Acesso em: 25 jul. 2011.

_____. **O Toyotismo, as novas formas de acumulação de capital e as formas contemporâneas do estranhamento (alienação)**. 2002. p. 2. Disponível em: <http://www.afoiceemartelo.com.br/posfsa/Autores/Antunes,%20Ricardo/Toyotismo%20Ricardo%20Antunes.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

_____. **Os Sentidos do Trabalho**. São Paulo: Boitempo. 8ª Ed., 2006.

_____. Trabalho e Precarização numa ordem neoliberal. *In*: GENTILI, P; FRIGOTTO, G. (Org.) **A cidadania negada**: políticas de exclusão na educação e no trabalho. São Paulo: Cortez, Buenos Aires, Argentina: CLACSO, 2001.

_____. **O caracol e sua concha**: ensaios sobre a nova morfologia do trabalho. São Paulo: Boitempo, 2005, p. 30.

AZEVEDO, J. S. Gabrielli de; MENEZES, W. F.; FERNANDES, C. M. **Fora de lugar: crianças e adolescentes no mercado de trabalho**. São Paulo: Associação Brasileira dos Estudos do Trabalho – ABET, 2000.

BADINTER, Elizabeth. **Um amor conquistado**: o mito do amor materno. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1985.

BARREIRA, Wilson; BRAZIL, Paulo Roberto Grava. **O Direito do Menor na nova Constituição**. São Paulo: Atlas, 1989.

BAUMAN, Zigmunt. **Vida Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

_____. **Modernidade Líquida**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

_____. **Amor líquido**: sobre a fragilidade dos laços humanos. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2004.

_____. **Tempos líquidos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 2007.

BECK, Ulrich; BECK- GERNSEHEIM, Elizabeth. *Zombie Categories: Interview with Ulrich Beck. In: Individualization: institutionalized individualism and its social and political consequences*. Londres: Sage, 2002.

BENTES, Lélío, Entrevista. *In*: ANTÃO DE CARVALHO, Henrique José; GOMES, Ana Virgínia; MOURÃO ROMERO, Adriana; SPRANDEL, Marcia Anita e VILLAFANE UDRY, Tiago. **Análise e recomendações para a melhor regulamentação e cumprimento da normativa nacional e internacional sobre o trabalho de crianças e adolescentes no Brasil**. Brasília: OIT / Programa IPEC. Sudamérica, 2003.

BÍBLIA, V.T. Gênesis. Português. **Bíblia Sagrada**: Nova Tradução na Linguagem de Hoje (NTLH). Barueri (SP): Sociedade Bíblica do Brasil. 2005.

_____. Salmos. Português. **Bíblia Sagrada**: A Bíblia Viva. São Paulo: Mundo Cristão (Ed), 2002.

_____. VT. Gênesis. Português. **Bíblia de Estudo Aplicação Pessoal**: Versão Almeida Revista e Corrigida. CPAD, 2007.

BOURDIEU, Pierre. **La précarité est aujourd'hui partout**. Contre-feux, Ed. Liber Raisons d'agir, Grenoble. 1997. Disponível em: http://www.ilo.org/wcmsp5/groups/public/---ed_dialogue/---actrav/documents/meetingdocument/wcms_161352.pdf. Acesso em: 22 set. 2011.

BRASIL. **Consolidação das Leis do Trabalho (CLT)**. 1943. Disponível em <http://www.planalto.gov.br>. Acesso em: 27 nov. 2011.

_____. **Constituição da República Federativa do Brasil**. 1988. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constitui%C3%A7ao.htm. Acesso em: 06 dez. 2010.

_____. **Decreto nº 5.083, de 1º de dezembro de 1926**. Código de Menores. Disponível em: http://www.ciespi.org.br/base_legis/legislacao/DECRETO_17943.html#_Toc61843090. Acesso em: 23 abr. 2010.

_____. **Decreto nº 847, de 11 de outubro de 1890**. Código Penal dos Estados Unidos do Brasil. Disponível em: <http://www6.senado.gov.br/legislacao/ListaPublicacoes.action?id=66049>. Acesso em: 19 ago. 2010.

_____. **Lei 8.069 de 16 de julho de 1990**. Estatuto da Criança e do Adolescente. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8069.htm. Acesso em: 09 nov. 2011.

_____. **Lei 8.213 de 24 de julho de 1991**. Dispõe sobre o plano de benefício da Previdência Social. Disponível em:

http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/L8213compilado.htm. Acesso em: 28 out. 2011.

_____. **Lei de 16 de dezembro de 1830**. Código Criminal do Império do Brasil. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/LIM/LIM-16-12-1830.htm. Acesso em: 12 abr. 2010.

_____. **Lei nº 6.697, de 10 de outubro de 1979**. Código de Menores. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/1970-1979/l6697.htm. Acesso em: 17 set. 2010.

BRONFENBRENNER, U. **A ecologia do desenvolvimento humano: experimentos naturais e planejados**. Porto Alegre: Artmed, 1996.

_____. Ecology of the family as a context for human development: research perspectives. **Developmental Psychology**, 22, nº 6, p. 723-742, 1986.

_____. Growing chaos in the lives of children and families. How can we turn it around? In: WESTMAN, J.C. (Ed). **Parenthood in America**. Madison: University of Wisconsin Press. p. 115- 125, 2001.

_____. **Growing Chaos in the Lives of Children Youth and Families: How Can We Turn It Around?** 1999. Disponível em: <http://parenthood.library.wisc.edu/Bronfenbrenner/> Bronfenbrenner. Acesso em: 09 fev. 2011.

_____. **On Families and Schools: a conversation with Uire Bronfenbrenner**. Abril. 1979. Disponível em: http://www.ascd.org/ASCD/pdf/journals/ed_lead/el_197904_brandt.pdf. Acesso em: 01 jun. 2011.

BRONFENBRENNER, U; CECI, S.J. Nature- nurture reconceptualized in development perspective: A biological model. **Psychological Review**, 101, nº 4, p. 568-586, 1994.

BRONFENBRENNER, U; EVANS, G. W. Developmental Science in the 21st Century: emerging questions, theoretical models, research designs and empirical findings. **Social Development**, 9, nº 1, p. 115-125, 2000.

BRONFENBRENNER, U; MORRIS, P.A. The Bioecological Model of Human Development. *In*: DAMON, W; LEMER, R. M. (Eds). **Handbook of child psychology: theoretical models of human developmental**. 6ª ed. v 1, p. 795- 812, 2006.

BRUSCHINI, Maria Cristina A.; ARLENE Martínez Ricoldi. Família e trabalho: difícil conciliação para mães trabalhadoras de baixa renda. Cadernos de Pesquisa. **Revista de estudos e pesquisas em educação**. São Paulo. v. 39, n. 136, p.93-123, jan./abr, 2009.

BUSNELLO, Ronaldo. **Processo de Produção e Regulação Social**. Ijuí: Ed. Unijuí, 2005.

CAMELO, Silvia H. H; ANGERAMI, Emília L. S. Riscos Psicossociais no trabalho que podem levar ao estresse: uma análise da literatura. **Cienc. Cuid. Saude**, Abr/Jun, 7(2), p. 232-240, 2008.

CARLSON, Ulda; FEILITZEN, Cecília Von. (Org). **A criança e a mídia**: imagem, educação, participação. Edições UNESCO Brasil. São Paulo: Cortez Editora, 2002.

CARTER, B.; MCGOLDRICK, M. **As Mudanças no Ciclo de Vida Familiar**: uma estrutura para a terapia familiar. 2ª. ed. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

CEPAL/PNUD/OIT. **Emprego, desenvolvimento humano e trabalho decente: a experiência brasileira recente**. Brasília, 2008.

CIA, Fabiana; BARHAM, Elizabeth J. A relação entre o turno de trabalho do pai e o autoconceito do filho. **PSICO**, UFSCar, v. 36, n. 1, p. 29-35 jan./abr. 2005.

CIMBALISTA, Silmara Nery. **Adversidades no trabalho**: a condição de ser trabalhador no sistema de produção flexível na indústria automobilística Brasileira. 2006. Tese (Doutorado em Ciências Humanas). Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas do Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Universidade Federal de Santa Catarina. Florianópolis, 2006.

COMISSÃO EUROPEIA. **Directivas-definições**.2011. Disponível em: http://ec.europa.eu/eu_law/directives/directives_pt.htm. Acesso em: 23 nov. 2011.

COSTA, Antonio Carlos Gomes da. A mutação social. *In: Brasil Criança Urgente: a lei*. Instituto Brasileiro de Pedagogia Social. Columbus Cultural Editora: São Paulo, 1990.

CRUZ, Roberto Moraes. Saúde, Trabalho e Psicopatologias. *In: AUED, Bernardete Wrublevski. (Org.). Traços do Trabalho Coletivo*. São Paulo: Casa do Psicólogo, 2005.

CUNHA, Rui. Políticas para a conciliação trabalho-família. *In: GUERREIRO, Maria das Dores. Trabalho, Família e Gerações: conciliação e solidariedades*. Lisboa: Celta Editora. 1998.

CUSTÓDIO, André Viana; VERONESE, Josiane Rose Petry. **Crianças Esquecidas: o trabalho infantil doméstico no Brasil**. Curitiba: Multidéia, 2009.

_____. **Trabalho Infantil: negação do ser criança e adolescente no Brasil**. Florianópolis: OAB/SC Ed, 2007.

DEJOURS, Christoph. O medo e a precarização do trabalho. Entrevista concedida à revista **IHU On-Line**, n. 181 de 22 de mai. 2006.

DELGADO, Maurício Godinho. **Curso de Direito do Trabalho**. 5ª Ed. LTR: São Paulo. 2006.

DESSEN, M. A. A família como contexto de desenvolvimento. *In: FLEITH, Denise de Souza (Org.). A construção de práticas educacionais para alunos com altas habilidades/superdotação*, volume 3: o aluno e a família. Brasília: Ministério da Educação, Secretaria de Educação Especial, 2007.

DESSEN, M. A.; BRAZ, M. P. As relações maritais e sua influência nas relações parentais: implicações para o desenvolvimento da criança. *In: DESSEN, M. A.; COSTA JÚNIOR, A. L. (Org.). A ciência do desenvolvimento humano: tendências atuais e perspectivas futuras*. Porto Alegre: Artmed, 2005.

DIAS, Elizabeth Costa (Org.). **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da OPAS/OMS. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

_____. **Doenças relacionadas ao trabalho**: manual de procedimentos para os serviços de saúde. Ministério da Saúde do Brasil, Representação no Brasil da OPAS/OMS. Brasília: Ministério da Saúde do Brasil, 2001.

_____. A organização da atenção à saúde do trabalhador. *In*: FERREIRA FILHO, Mário. **Saúde no trabalho**: temas básicos para o profissional que cuida da saúde dos trabalhadores. Belo Horizonte: Roca editora, 2000.

DIAS, Elizabeth Costa; MELO, Elza Machado de. Políticas Públicas em Saúde e Segurança no Trabalho. *In*: MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. 2ª Ed. v. 2. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003, p. 1694.

EVANS, G.W; WACHS, T.D. (Eds.), **Chaos and its influence on children's development**: An ecological perspective, Washington, D.C.: American Psychological Association, 2009.

FIDALGO, Thiago Marques; SILVEIRA, Dartiu Xavier da. Uso indevido de drogas entre médicos: problema ainda negligenciado. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, 57(4):267-269, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/jbpsiq/v57n4/a07v57n4.pdf>. Acesso em: 27 out. 2011.

FIGLIE, Neliana; FONTES, Andrezza; MORAES, Edilaine; PAYÁ, Roberta. Filhos de dependentes químicos com fatores de risco biopsicossociais: necessitam de um olhar especial? **Revista de psiquiatria clínica**. v. 31. nº 2, p. 53-62, 2004. Disponível em <http://www.hcnet.usp.br/ipq/revista/>. Acesso em: 15 nov. 2011.

FONSECA, Claudia. **Caminhos da adoção**. São Paulo: Cortez, 1995.

FRAGA, Alexandre Barbosa. Da Rotina à flexibilidade: análise das características do Fordismo fora da indústria. **Revista Habitus**. V. 3, nº 1. 2005. Disponível em: <http://www.habitus.ifcs.ufrrj.br/pdf/3fraga.pdf>. Acesso em: 01 out. 2011.

GARDNER, Howard, **Inteligências Múltiplas: A Teoria na Prática**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1995.

_____. **Estruturas da Mente: A Teoria das Inteligências Múltiplas**. Porto Alegre. Artes Médicas, 1994.

GENRO, Tarso Fernando. **Direito Individual do Trabalho**. 2ª ed. São Paulo: LTR, 1994.

GOLDANI, A. M. As famílias brasileiras: mudanças e perspectivas. **Cad. Pesq. São Paulo**, n. 91, nov. 1994. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/cp/n91/n91a01.pdf>. Acesso em: 07. set. 2011.

HARVEY, David. **A Condição Pós-Moderna**. São Paulo: Loyola, 1992.

HURSTEL, F. **As novas fronteiras da paternidade**. Campinas: Papirus, 1999.

IBGE. **Síntese de indicadores sociais: uma análise das condições de vida da população brasileira**. 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 07 set. 2011.

ILO. **Oficina de consulta tripartite sobre indicadores de trabalho decente para o Brasil**. Relatório de Oficina. Brasil/Genebra, 2009.

_____. **Trabalho e Família: partilhar é a melhor forma de cuidar**. Genebra: Bureau Internacional do Trabalho, 2009. Tradução de: Comissão para a Igualdade no trabalho e no Emprego (Portugal).

KALLEBERG, Arne L. O crescimento do trabalho precário: um desafio global. **Revista Brás. Ci. Soc.** Vol. 24. nº 69. São Paulo Fev. 2009. Disponível em: www.scielo.br. Acesso em: 25 jul. 2011.

LAURELL, Ana Cristina; NORIEGA, Mariano. **Processo de produção e saúde**. São Paulo: Huritec, 1989.

LIGA DAS NAÇÕES. **Declaração de Genebra dos Direitos das Crianças**. 1924. Disponível em: http://www.foncaij.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaration_of_geneva.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

LOURENÇO, Edvânia Ângela de Sousa. O mundo do trabalho adocece. Estudos do Trabalho. Ano II, nº 3. **Revista da RET- Rede de Estudos do Trabalho**. 2008. Disponível em: <http://www.estudosdotrabalho.org/ArtigoEdvaniaAngela.pdf>. Acesso em: 10 out. 2011.

LUBICH, Chiara. **A família é o futuro**: a espiritualidade da unidade na família. São Paulo: Cidade Nova, 2002.

MACHADO, Martha de Toledo. **A Proteção Constitucional de crianças e adolescentes e os direitos humanos**. São Paulo: Manole, 2003.

MARIANO, Fernanda Neísa; ROSSETTI- FERREIRA, Maria Clotilde. Que perfil da família biológica e adotante, e da criança adotada revelam os processos judiciais? **Psicol. Reflex. Crit.**, vol.21, no.1, p.11-19, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/prc/v21n1/a02v21n1.pdf>. Acesso em: 11 nov. 2011.

MELO, Eugénia M. V. de. **Stress laboral**. ISLA- Instituto Superior de Línguas e Administração. Gestão de Recursos Humanos e Psicologia do Trabalho. Lisboa. 1993. Disponível em: http://www.cm-nisa.pt/site_biblioteca/historialocal/literatura/stresslaboral.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA E ASSISTÊNCIA SOCIAL (BR). **Diretrizes gerais**: Programa Sentinela: programa de combate ao abuso e à exploração de crianças e adolescentes. Brasília (DF); 2001.

MINISTÉRIO DA PREVIDÊNCIA SOCIAL (BR). **Segurança e Saúde Ocupacional**. 2009. Disponível em: <http://mpas.gov.br/conteudoDinamico.php?id=39>. Acesso em: 12 out. 2011.

MINISTÉRIO DO TRABALHO, DA PREVIDÊNCIA SOCIAL E DA SAÚDE (BR). **Política Nacional de Segurança e Saúde do Trabalhador**. Brasília, novembro de 2004. Disponível em: http://portal.saude.gov.br/portal/arquivos/pdf/insumos_portaria_interministerial_800.pdf. Acesso em: 11 out. 2011.

MINISTÉRIO PÚBLICO DO RIO GRANDE DO SUL. **O Conselho Tutelar no Estatuto da Criança e do Adolescente**. Repertório IOB de Jurisprudência. São Paulo: n. 7, Caderno 3, p. 140-145, abr, 2001. Disponível em: <http://www.mp.rs.gov.br/areas/infancia/arquivos/ctnoeca.pdf>

MINUCHIN, S; FISHMAN, C. **Técnicas de terapia familiar**. Porto Alegre: Artmed, 1990.

MINUCHIN, Salvador. **Famílias: funcionamento e tratamento**. Porto Alegre: Artes Médicas, 1982.

NUNES, Claudio Pedrosa. A Conciliação da Vida Laboral e Familiar no Contexto da Preservação da Dignidade Humana. **Revista do Tribunal Regional do Trabalho da 13ª Região**. João Pessoa. v. 14, n. 1, p. 106-134, 2006.

OIT-LISBOA. **Dia Internacional da Segurança e Saúde no Trabalho**. Disponível em: http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/html/portugal_dia_seguranca_04_.pt.htm. Acesso em: 11 out. 2011.

OIT. **Convenção 156 e Recomendação 165**. 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/discrimination/pub/convencao_156_228.pdf. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Convenção nº 81 sobre a inspeção no trabalho e Convenção 129 sobre a inspeção do no trabalho na agricultura**. Disponível em: <http://www.ilo.org/public/portugue/region/eurpro/lisbon/pdf/c81.pdf>. Acesso em: 11 out. 2011.

_____. **Medición del trabajo decente**: documento de debate para la Reunión tripartita de expertos sobre la medición del trabajo decente, Ginebra, 2008.

_____. **Trabalho e família**: rumo a novas formas de conciliação com corresponsabilidade social. Brasília, 2009. Disponível em: http://www.oitbrasil.org.br/sites/default/files/topic/gender/pub/trabalho_e_familia_275.pdf. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Notas da OIT: Trabalho e família.** Programa Regional de Gênero e Trabalho Descente. Disponível em: http://www.oit.org.br/sites/default/files/topic/gender/doc/br_nota_7_701.pdf. Acesso em: 27 nov. 2011.

OLIVEIRA, Raquel Gusmão; MARCON, Sônia Silva. **Exploração sexual infanto juvenil:** causas, consequências e aspectos relevantes para o profissional de saúde. Revista Gaúcha de Enfermagem, Porto Alegre (RS), p. 345-357, 26(3), dez, 2005.

ONU. **Convenção Internacional dos direitos da criança.** 1989. Disponível em: http://www.unicef.ca/portal/Secure/Community/502/WCM/HELP/take_action/Advocacy/Best%20Interests%20of%20the%20Child%20Discussion%20Paper.pdf. Acesso em: 07 set. 2011.

_____. **Declaração dos Direitos da Criança.** 1959. Disponível em: http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaracao_d_crianca.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. **Declaração Universal dos Direitos Humanos.** 1948. Disponível em: http://www.foncaije.org/dwnld/ac_apoio/legislacao/dir_funda/declaracao_universal.pdf. Acesso em: 27 abr. 2010.

_____. **Iniciativas e Ações Futuras para implementação da Declaração e Plataforma de Ação de Pequim.** 2000. Item 82. p. 30. Disponível em: <http://www.un.org/womenwatch/daw/followup/ress233e.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2011.

_____. **Plataforma de Ação de Beijing.** Objetivo estratégico F. 6. p. 214. Disponível em: <http://www.sepm.gov.br/Articulacao/articulacao-internacional/relatorio-pequim.pdf>. Acesso em: 21 nov. 2011.

_____. **Relatório sobre a Conferência Internacional sobre a População e o Desenvolvimento.** 1994. Disponível em: <http://www.un.org/popin/icpd2.htm>. Acesso em: 21 nov. 2011.

PACHECO, Waldemar *et al.* A era da tecnologia da informação e comunicação e a saúde do trabalhador. **Revista Brasileira de Medicina do Trabalho**. Belo Horizonte, vol. 3, nº2, p. 114-122, ago-dez, 2005.

PARAGUAY, Ana Isabel Bruzzi Bezerra. Da Organização do trabalho e seus impactos sobre a saúde dos trabalhadores. *In*: MENDES, René. **Patologia do Trabalho**. 2ª Ed. v. 1. São Paulo: Ed. Atheneu, 2003.

PAULA, Paulo Afonso Garrido de. **Menores, Direito e Justiça**: apontamentos para um novo direito das crianças e adolescentes. São Paulo: Revista dos Tribunais, 1989.

PEREIRA, Tânia da Silva. **Direito da Criança e do Adolescente**: uma proposta interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 2008.

_____. **O melhor interesse da criança**: um debate interdisciplinar. Rio de Janeiro: Renovar. 1999.

PIOVESAN, Flávia. **15 anos do Estatuto da Criança e do Adolescente**. 19 jul. 2005. Disponível em: http://www.cartamaior.com.br/templates/colunaMostrar.cfm?coluna_id=2108. Acesso em: 19/11/2011.

POLETTI, M; KOLLER, S. H. **Contextos ecológicos**: promotores de resiliência, fatores de risco e de proteção. **Estudos de Psicologia**, Campinas, julho-setembro, p. 405 a 416, 2008.

PORTO, Juliana Barreiro; TAMAYO, Alvaro. Influência dos valores laborais dos pais sobre os valores laborais dos filhos. *In*.: **Psicologia: Reflexão & Crítica**, 19 (1), p.151-158, 2006.

PORTUGAL. **Código do Trabalho**. 2009. Disponível em: <http://www.cite.gov.pt/asstscite/downloads/legislacao/CodigoTrabalho2009.pdf>. Acesso em: 27 nov. 2011.

PRADO, Danda. **O que é família**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1985.

PRIORE, Mary Del (Org.). **Historia das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

RAMOS, Alexandre Luiz. Acumulação flexível, Toyotismo e Desregulamentação do Direito do Trabalho *In*: ARRUDA JR. Edmundo Lima de. RAMOS, Alexandre Luiz. **Globalização, Neoliberalismo e o Mundo do Trabalho**. Curitiba: IBEJ, p. 253 a 255, 1998.

REPETTI, R.L.; WANG, S. Parent employment and chaos in the family. *In*: EVANS, G.W; WACHS, T.D. (Eds.), **Chaos and its influence on children's development**: An ecological perspective, Washington, D.C.: American Psychological Association, 2009.

RIBEIRO, Darcy. **O Dilema da América Latina**: estruturas de poder e forças insurgentes. Petrópolis: Vozes, 1978, p. 120

RIZZINI, Irene. **O Século Perdido**: raízes históricas das políticas públicas para a Infância no Brasil. Rio de Janeiro: Ed. Universitária Amais, 1997.

SANTOS, J. B. dos; SANTOS, M. S. C. Família monoparental brasileira. **Revista Jurídica**. Presidência da República. Casa Civil Subchefia para assuntos jurídicos. V. 10. n. 92. out/2008 a jan 2009. Disponível em: www.presidencia.gov.br/revistajuridica. Acesso em: 18 mai. 2011.

SANTOS, Marco Antonio Cabral dos. Criança e Criminalidade no Início do Século. *In*: PRIORE, Mary Del (Org.). **Historia das Crianças no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1999.

SANTOS, Margarida. Projecto “Para uma Sociedade Activa”: objectivos e metodologia. *In*: GUERREIRO, Maria das Dores (Coord.). **Trabalho, família e gerações**: conciliação e solidariedades. Lisboa: CIES/ISCTE, 1998.

SANTOS, Rosângela Verônica dos. Trabalho social: pressupostos para uma discussão das implicações à saúde do trabalhador. **Revista Cipa**. p. 92-99. 1998.. Disponível em: www.cipanet.com.br. Acesso em: 10 out. 2011.

SCAVONE, Lucila. **Amianto**: impactos das doenças profissionais na família. 1997. Disponível em: <http://www.cendotec.org.br/ffantigos/ff13s.pdf>. Acesso em: 07 nov. 2011.

SCAVONE, Lucila; GIANNASI, Fernanda; THÉBAUD-MONY, Annie. T. Cidadania e doenças profissionais: o caso do amianto. **Perspectiva**, São Paulo 22, p.115-128, p. 121. 1999. Disponível em: <http://www.abrea.com.br/18ddoenças.pdf>. Acesso em: 15 nov. 2011.

SELIGMANN SILVA, Edith. Sociabilidade, trabalho e loucura: repercussões das condições de trabalho na vida familiar. **Jornal Brasileiro de Psiquiatria**, v. 39 supl. 2, p. 235-285, out, 1990.

SELYE, H. **Estresse, a tensão da vida**. São Paulo: IBRASA, 1965.

SEMINÁRIO NACIONAL DE SAÚDE MENTAL E TRABALHO, São Paulo, 28 e 29 de novembro de 2008. ANTUNES, Ricardo. **Século XXI**: Nova era da Precarização Estrutural do Trabalho?

SENNETT, Richard. **A corrosão do caráter**: consequências pessoas do trabalho no novo capitalismo. Trad. Marcos Santarrita, 14ª Ed. Rio de Janeiro: Record, 2009.

SIFUENTES, T. R.; DESSEN, M. A.; OLIVEIRA, M. C. S. L. **Desenvolvimento humano**: desafios para a compreensão das trajetórias probabilísticas. 2007. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102-37722007000400003&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 07 fev. 2011.

SILVA, Enid Rocha Andrade da. **O perfil das crianças e adolescentes nos abrigos pesquisados**. 2003. p. 55. Disponível em: http://www.ipea.gov.br/sites/000/2/livros/direitoconvivenciafamiliar/_ca pit2.pdf. Acesso em: 11 nov. 2011.

SILVA, M. R. S. **A construção de uma trajetória resiliente durante as primeiras etapas do desenvolvimento da criança**: o papel da sensibilidade materna e do suporte social. 2003. Tese de Doutorado (Doutorado em Enfermagem, Saúde e Sociedade) Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2003.

SILVA, N, L, P; DESSEN, M. A. **Deficiência Mental e Família**: implicações para o desenvolvimento da criança. 2001. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S0102->

37722001000200005&script=sci_arttext&tlng=es. Acesso em: 15 fev. 2011.

SILVA, Selma Cristina; FRANCO, Tânia. Flexibilização do trabalho: vulnerabilidade da prevenção e fragilização sindical. *In*: DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

SILVA, V. R. ; Magajewski, F. R. L . **Desafios da Internacionalização do Setor Sucro-Energético Brasileiro**: da erradicação do trabalho escravo contemporâneo à promoção da saúde do trabalhador canavieiro. Oullins - França: Sucre Ethique, 2010. Disponível em: http://www.sucre-ethique.org/IMG/pdf/promocalo_da_saude_do_trabalhador.pdf. Acesso em: 30 out. 2011.

SIQUEIRA NETO, José Francisco. Direito do Trabalho e flexibilização no Brasil. **São Paulo em perspectiva**, v. 11. p. 33. nº 1, 1997.

SOBRINHO, Carlito Lopes Nascimento *et al.* Condições de trabalho e saúde mental dos médicos de Salvador, Bahia, Brasil. **Cad. Saúde Pública**, vol.22 no.1 Rio de Janeiro. Jan, 2006. Disponível em: http://www.scielo.org/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-311X2006000100014. Acesso em: 27 out. 2011.

SORJ, Bila; FONTES, Adriana; MACHADO, Danielle Carusi. Políticas e Práticas de Conciliação Eentre Família e Trabalho no Brasil. **Cadernos de Pesquisa. Revista de estudos e pesquisas em educação**, v. 37, n. 132, set./dez. 2007.

SOUZA, Carmen Lúcia Carvalho de; BENETTI, Silvia Pereira da Cruz. **Paternidade e desemprego**: características do envolvimento paterno e aspectos do relacionamento familiar. Contextos Clínicos, 1(2), p. 61-67, julho-dezembro, 2008.

SUSSEKIND, Arnaldo *et al.* **Instituições de Direito do Trabalho**. v. 1. 19ª Ed. São Paulo: LTR, 2000, p. 131.

TAMAYO, Álvaro & Cols. **Cultura e saúde nas organizações**. Porto Alegre: Artmed, 2004.

TAYLOR, Frederick Winslow. **Princípios de Administração Científica**. São Paulo: Ed. Atlas, 1953.

THÉBAUD-MONY, Annie ; DRUCK, Graça. Terceirização: a erosão dos direitos dos trabalhadores na França e no Brasil. *In*: DRUCK, Graça. FRANCO, Tânia. (Org.) **A Perda da Razão Social do Trabalho**: terceirização e precarização. São Paulo: Boitempo, 2007.

THOME, Candy Florêncio. **Direitos de conciliação entre trabalho e família: licença- maternidade licença-paternidade**. São Paulo: LTr, 2009.

UNICEF. **Situação da infância brasileira**. 2006. Disponível em: http://www.unicef.org/brazil/pt/Pags_040_051_Desnutricao.pdf. Acesso em: 09 nov.2011.

_____. **Unidos pelo direito ao esporte**. Radio UNICEF. Julho. 2010. Disponível em: <http://www.unicef.org/brazil/pt/RPIJulho2010.pdf>. Acesso em: 10 nov. 2011.

VASCONCELOS, Ana. **A prostituição de meninas e adolescentes no Recife**. Tempo de Presença, Recife (PE), 1990.

VASCONCELOS, Antonio Fernando. **Aplicação das Normas Regulamentadores do Ministério do Trabalho e Emprego na Gestão da Saúde Ocupacional e Segurança do Trabalho dos Servidores Públicos Federais lotados no HU da UFSC**: uma ampliação de direitos. Artigo Técnico. Curso de Pós- Graduação-Especialização em Gestão Hospitalar. UFSC, 2007.

VERONESE, Josiane Rose Petry. **Os Direitos da Criança e do Adolescente**. São Paulo: LTr, 1999.

_____. Os direitos da criança e do adolescente: construindo o conceito de sujeito cidadão. *In*: WOLKMER, Antônio Carlos; LEITE; José Rubens Morato. (Org.). **Os novos direitos no Brasil**: natureza e perspectivas. 1ª. ed. São Paulo, 2003.

WENDT, N. **Fatores de risco e de proteção para o desenvolvimento da criança durante a transição para parentalidade**. 2006.

Dissertação (Mestrado em Psicologia). Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2006, p. 12.

WHO. **La organización del trabajo y el estrés**. Serie protección de la salud de los trabajadores. n° 3, 2004. Disponível em: http://www.who.int/occupational_health/publications/pwh3sp.pdf. Acesso em: 18 out. 2011.

_____. **Relatório Mundial da Saúde**. Saúde Mental: uma nova concepção, nova esperança. Lisboa: Direcção-Geral da Saúde da OMS, 2002. Disponível em: http://www.who.int/whr/2001/en/whr01_djmessage_po.pdf. Acesso em: 15 nov. 2011.

_____. **The world health report 1995**: Bridging the Gaps. Geneva: World Health Organization, 1995.

ZIEGLER, J. **Relatório do Relator Especial das Nações Unidas para o Direito à Alimentação**. (Comissão de Direitos Humanos, 23 de Janeiro de 2002, E/CN.4/2002/58/Add.1). Disponível em <http://www.righttofood.org/new/PDF/ECN4200258.pdf>. Acesso em 10 nov. 2011.